# FORTALEZA EM DISPUTA

## contradições da política urbana e processos de re-existências no Serviluz e Cais do Porto

Pedro Vitor Monte Rabelo

# FORTALEZA EM DISPUTA

## contradições da política urbana e processos de re-existências no Serviluz e Cais do Porto

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientador: Prof. Drª. Glória Cecília Figueiredo

Coorientadora: Prof. Drª. Ana Maria Fernandes

Salvador/BA 2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**
**Universidade Federal da Bahia (UFBA)**
**Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)**
**Biblioteca da Faculdade de Arquitetura (BIB/FA)**

R114

Rabelo, Pedro Vitor Monte.
Fortaleza em disputa [recurso eletrônico] : contradições da política urbana e processos de re-existências no Serviluz e Cais do Porto / Pedro Vitor Monte Rabelo. – Salvador, 2023.
209 p. : il.

Dissertação – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. 2023.
Orientadora: Profa. Dra. Glória Cecília Figueiredo.
Coorientadora: Profa. Dra. Ana Maria Fernandes.

1. Política urbana - Fortaleza (CE). 2. Planejamento urbano - Fortaleza (CE). 3. Conflito social. 4. Territorialidade humana. 5. Planejamento urbano - Legislação. I. Figueiredo, Glória Cecília dos Santos. II. Fernandes, Ana Maria. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. IV. Título.

CDU: 711.4:332.2.021(813.1)

Responsável técnico: Ramon Davi Santana - CRB/5-1972

*Universidade Federal da Bahia*

*PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (PPG-AU)*

**ATA Nº 1**

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (PPG-AU), realizada em 15/12/2023 para procedimento de defesa da Dissertação de MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO no. 1, área de concentração Urbanismo, do(a) candidato(a) PEDRO VITOR MONTE RABELO, de matrícula 2020101111, intitulada Fortaleza em disputa: contradições da política urbana e processos de re-existências no Serviluz e Cais do Porto. Às 14:30 do citado dia, online, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Profª. GLORIA CECILIA DOS SANTOS FIGUEIREDO que apresentou os outros membros da banca: ANA MARIA FERNANDES, Profª. Dra. THAIS TRONCON ROSA, Profª. Dra. JOISA MARIA BARROSO LOUREIRO e Profª. Dra. CLARISSA FIGUEIREDO SAMPAIO FREITAS. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora APROVADO o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

gov.br JOISA MARIA BARROSO LOUREIRO

**Dra. JOISA MARIA BARROSO LOUREIRO, UNIFOR**

Examinadora Externa à Instituição

gov.br CLARISSA FIGUEIREDO SAMPAIO FREITAS

**Dra. CLARISSA FIGUEIREDO SAMPAIO FREITAS**

Examinadora Externa à Instituição

gov.br ANA MARIA FERNANDES

**ANA MARIA FERNANDES, UFBA**

Examinadora Interna

**Dra. GLORIA CECILIA DOS SANTOS FIGUEIREDO, UFBA**

Examinadora Interna

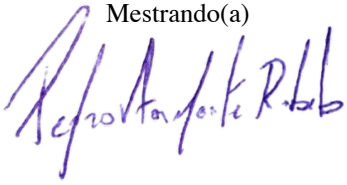
gov.br THAIS TRONCON ROSA

**Dra. THAIS TRONCON ROSA, UFBA**

Examinadora Interna

**PEDRO VITOR MONTE RABELO**

Mestrando(a)



# AGRADECIMENTOS

Quero dedicar este momento para expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que foram fundamentais em minha jornada de pesquisa ao longo da minha caminhada neste mestrado. Esta pesquisa está longe de ser algo finalizado, é uma construção coletiva que vem de um percurso de vida e militância junto à luta partilhada com pessoas diversas, amigas(os), que tanto me inspiram e me mobilizam. Este percurso foi repleto de crescimento e mudanças, e cada um de vocês desempenhou um papel crucial nessa jornada.

Minha família merece um agradecimento especial. Seu amor incondicional e apoio constante foram a base da minha jornada acadêmica. Obrigado por acreditarem em mim e me apoiarem em todas as etapas. Desde o início, quando tomei a decisão de fazer esse mestrado fora de Fortaleza, vocês foram minha maior fonte de incentivo. Seu amor incondicional e apoio constante me deram a força para enfrentar os desafios e seguir meus objetivos. Essa mudança em minha vida foi uma jornada compartilhada, e cada um de vocês desempenhou um papel significativo.

Agradeço de coração às minhas orientadoras, Glória Cecília e Ana Fernandes, que simbolizam faróis de orientação ao longo desta caminhada. Tenho muito que agradecer a forma gentil que me acolheram e acreditaram na minha pesquisa. Suas visões, incentivo pela pesquisa e paciência me inspiraram a seguir em frente. Esse carinho me fez não desistir. Estou eternamente grato por suas valiosas orientações e apoio. Muito obrigado pela condução tranquila, respeitosa e calorosa que vocês proporcionaram ao longo desta pesquisa.

Pelo apoio financeiro obtido em parte do curso de mestrado, agradeço ao CNPq.

Jana e Mari, muito obrigado por estarem ao meu lado nos bons e maus momentos, obrigado por serem meu pilar de apoio emocional e por me motivarem a continuar. Suas palavras de encorajamento e apoio inabalável também foram de muita importância para os momentos em que pensei em desistir. Sou muito grato por nossos caminhos terem se cruzado. Amo vocês.

Às minhas amigas e amigos queridos da Taramela, essa pesquisa também só foi possível pela colaboração e criação do espaço de afeto que vocês criaram. Obrigado por me acolherem. A Taramela torna-se um projeto de vida pra mim, obrigado por este espaço tão caloroso. Vocês são minha inspiração. Sigamos juntas(os) em nossas disputas.

Aos queridos moradores do Cais do Porto e Serviluz, onde aqui represento em nome de Kátia, Dudé, Dudu, Camila e Pedro. Obrigado pelos potentes momentos de

conversa e aprendizado. Agradeço por me receberem tão afetuosamente em suas casas e me proporcionarem momentos únicos no Serviluz e Cais do Porto.

Aos meus professores ao longo dos anos, que compartilharam seu conhecimento e experiência, moldando o meu entendimento e a minha paixão pelo campo da pesquisa. Quero expressar meu sincero agradecimento. Cada um de vocês contribuiu para esse caminho trilhado e para que pudesse me encontrar no lugar que estou agora. Em especial, agradeço a Thais Rosa que ao lado de Glória me possibilitaram, a partir da iniciação a docência, momentos únicos de troca de conhecimentos e acolhimento.

Às pessoas queridas integrantes da banca, Joisa Barroso, Clarissa Freitas, Thais Rosa, que aceitaram de pronto o nosso convite. Agradeço pela leitura atenta e compartilhamento dos seus saberes nas etapas de qualificação, mas também nas conversas esporádicas e atravessamentos da vida. Cada uma, dentro do seu olhar, conseguiu de maneira tão cuidadosa e respeitosa expandir o meu olhar sobre a pesquisa;

Além disso, agradeço a todos os amigos e colegas que cruzaram meu percurso ao longo desses anos e que compartilharam conhecimento, ideias e experiências ao longo desta caminhada. Suas contribuições enriqueceram minha pesquisa e meu crescimento pessoal.

Àquela pessoa que entrou na minha vida recentemente, mas me foi fundamental para atravessar os momentos de ansiedade e nervosismo através de suas palavras de incentivo e sua presença única que me acalma e conforta. Yan, obrigado por me acalmar em momentos de tempestade. Te amo.

A todos, meus mais sinceros agradecimentos.

# RESUMO

## Fortaleza em disputa: contradições da política urbana e processos de re-existências no Serviluz e Cais do Porto

Muitos foram os caminhos que me fizeram iniciar esta pesquisa. Caminhos estes que são resultados de tempos diversos que se cruzam a partir das minhas entradas nos territórios populares enquanto assessor técnico popular e militante. A partir de uma atuação, na cidade de Fortaleza, em territórios populares, litorâneos, em sua grande maioria, eu mobilizo ao longo da pesquisa tais inserções territoriais de forma a auxiliar na apreensão de processos de disputa e resistência frente à lógica do planejamento urbano institucional que opera sob as engrenagens do capitalismo e do projeto de desenvolvimento e modernização da cidade. Agrego, portanto, a abordagem da pesquisa-militante enquanto método. São estudados, de forma mais detida, dois territórios do litoral Leste de Fortaleza, sendo o Serviluz e Cais do Porto. Parto de uma abordagem onde o processo de investigação não se encontra alheio à inserção do pesquisador, mas sim esta investigação é mobilizada justamente pelo fato de encontra-se inserido nesses processos. São estabelecidos diálogos entre o conceito de resistência e re-existência (PORTO-GONÇALVES, 2006) de forma a conferir chaves analíticas para a trama de conflitos e disputas que ocorrem nestes dois territórios. A partir das inserções territoriais no Serviluz e Cais do Porto, foi possível enxergar processos de planejamento popular e insurgentes de grande potência, que vêm sendo protagonizados pelos moradores. Rasurando caminhos alternativos e de denúncia à lógica capitalista imposta sobre seus territórios e seus corpos, apontando para outras possibilidades de planejamento e existência. A resistência dos territórios do Serviluz e Cais do Porto tem se apresentado histórica e geograficamente muito mais como re-existência de que como resistência, em termos epistêmicos, políticos, econômicos, culturais, tensionando o ordenamento e o planejamento urbano imposto para o território, idealizados e fortalecidos na aliança entre o capital e o Estado.



**Palavras chave**: conflitos urbanos, Serviluz, Cais do Porto, planejamento insurgente, re-existência.

# ABSTRACT

## Fortaleza in dispute: Contradictions of urban policy and processes of re-existence in Serviluz and Cais do Porto.

There were many paths that led me to embark on this research. These paths are the result of various times intersecting from my entries into popular territories as a popular technical advisor and activist. Through my engagement in the city of Fortaleza, mostly in coastal popular territories, I mobilize these territorial involvements throughout the research to assist in the understanding of processes of dispute and resistance against the logic of institutional urban planning that operates under the mechanisms of capitalism and the city's development and modernization project. I, therefore, incorporate the approach of activist research as a method. Two territories on the eastern coast of Fortaleza, namely Serviluz and Cais do Porto, are studied in more detail. I approach this with the understanding that the research process is not detached from the researcher's involvement but rather, this research is mobilized precisely because it is embedded in these processes. Dialogues are established between the concepts of resistance and re-existence (PORTO-GONÇALVES, 2006) in order to provide analytical keys for the web of conflicts and disputes that occur in these two territories. Through territorial engagements in Serviluz and Cais do Porto, it was possible to see powerful processes of popular and insurgent planning, led by the residents. They are charting alternative paths and denouncing the capitalist logic imposed on their territories and bodies, pointing to other possibilities of planning and existence. The resistance of the Serviluz and Cais do Porto territories has historically and geographically presented itself much more as re-existence than as resistance, in epistemic, political, economic, and cultural terms, challenging the urban planning and order imposed on the territory, conceived and reinforced through the alliance between capital and the state.



**Keywords**: urban conflict, Serviluz, Cais do Porto, insurgent planning, r-existence.

# LISTA DE FIGURAS

## ABERTURAS

Figura 00.01: Localização dos territórios onde a pesquisa se insere p. 19

Figura 00.02: Colagem de localização dos territórios de inserção da pesquisa. p.21

Figura 00.03: Diagrama da coleta de dados e interlocuções territoriais p.32

Figura 00.04: Diagrama dos sujeitos/agentes envolvidos com/nos territórios do Serviluz e Cais do Porto. p. 38

## CAPÍTULO 1

Figura 01.01: Colagem ilustrativa dos territórios de atuação do pesquisador p.45

Figura 01.02: Relação das três dimensões da pesquisa e as experiências/caminhadas do pesquisador. p.46

Figura 01.03: Cartografia composicional das ações populares e estatais desdobradas nos territórios de inserção da pesquisa (parte 1). p.67

Figura 01.04: Cartografia composicional das ações populares e estatais desdobradas nos territórios de inserção da pesquisa (parte 2). p.68

Figura 01.05: Cartografia composicional das ações populares e estatais desdobradas nos territórios de inserção da pesquisa (parte 3). p.69

Figura 01.06: Delimitação administrativa de bairro e delimitação simbólica do Serviluz. p.72

Figura 01.07: Cartografia de linha e torções do território do Cais do Porto relacionando intervenções Estatais, atuação de assessoria e narrativas de moradores. p.76

Figura 01.08: Cartografia de linha e torções do território do Serviluz relacionando intervenções Estatais, atuação de assessoria e narrativas de moradores. p.77

## CAPÍTULO 2

Figura 04.01: Mapa de caracterização dos assentamentos precários levantados pelo PLHISFor (2012). p.91

Figura 02.02: Mapa  dos processos de remoção e a relação com os territórios majoritariamente autodeclarados pretos. p.94

Figura 02.03: Zonas Especiais de Interesse Social por sua tipologia. p.101

Figura 02.04: Relação entre as propostas do F2040 e as ZEDUS. p.105

Figura 02.05: Relação entre as operações urbanas e os assentamentos precários. p.107

Figura 02.06: Espacialização das dinâmicas urbanas: OUCs e mercado imobiliário em contraste com territórios populares e empreendimentos habitacionais do MCMV. p.109

Figura 02.07: Territórios com % de pessoas autodeclaradas negras e brancas sobreposto aos assentamentos precários do PLHIS. p.114

Figura 02.08: Territórios com % de pessoas autodeclaradas negras e brancas sobreposto aos assentamentos precários do PLHIS e à renda média pelo IBGE. p.114

Figura 02.09: Cartografia dos lançamentos imobiliários em Fortaleza e espaços compostos majoritariamente por pessoas autodeclaradas pretas e brancas por setor censitário. p.118

Figura 02.10: Mapa com o regime de OUCs (implantadas e planejadas) sobreposto aos corredores de urbanização do F2040 e empreendimentos de Outorga Onerosa. p.120

Figura 02.11: Cartografia das territorialização dos casos de remoção sobrepostos aos regimes de exceção (OUCs e Outorga Onerosa) e lançamentos imobiliários. p.121

Figura 02.12: Territorialização dos casos de remoção em paralelo com os mecanismos de planejamento urbano. p.126

Figura 02.13: Territorializações da Praia do Titanzinho e Serviluz. p.135

Figura 02.14: Cartografia histórica da cidade datada de 1945 e ao lado vista aérea da Usina do Mucuripe (Serviluz), na antiga Praia Mansa, próximo ao Farol, em 1955. p.136

Figura 02.15: Contínuas ameaças de remoção que atravessaram/atravessam o território. p.141

Figura 02.16: Colagem das práticas e intervenções do território. p.145

# CAPÍTULO 3

Figura 03.01: Imagens ilustrativas do projeto vencedor do Concurso Símbolo Ícone de Fortaleza de autoria dos arquitetos José Nasser Hissa, Francisco Nasser Hissa, Antônio Carlos Campelo Costa, Romeu Duarte Júnior e Airton Barbosa. p.155

Figura 03.02: Ilustração mostrando a projeção do Estaleiro na Praia do Titanzinho. p.157

Figura 03.03: Espacialização da proposta específica do F2040 para Serviluz e Cais do Porto. p.158

Figura 03.04: Sobreposição da proposta do F2040 com imagem de atual do território indicando a remoção de casas para implantação de praça e abertura viária. p.160

Figura 03.05: Localização da intervenção do Projeto Aldeia da Praia e localização do Conjunto Habitacional Residencial Alto da Paz. p.161

Figura 03.06 e 03.07: Imagens da Audiência Pública para debater sobre os casos de remoção da comunidade. p.167

Figura 03.08: Videomapping da intervenção audiovisual Farol OcupAções. p.171

Figura 03.09: Temáticas e atividades desenvolvidas no Plano Popular do Cais do Porto. p.174

Figura 03.10: Material gráfico informativo sobre o Plano Popular. p.176

Figura 03.11 e 03.12: Material guia para processo de verificação das informações dos mapas pelos moradores e material gráfico informativo sobre o Plano Popular e ZEIS. p.181

Figura 03.13 e 03.14: Oficinas e reuniões para construção coletiva dos mapeamentos para o diagnóstico da comunidade. p.181

Figura 03.15 e 03.16: Apresentação e verificação das informações mapeadas em conjunto com os moradores. p.182

Figura 03.17, 03.18, 03.19 e 03.20: Oficinas de formação e incidência política com financiamento da CESE. p.183

Figura 03.21: Delimitação da área afetada pelo Decreto de Intervenção do Farol. p.186

Figura 03.22: Planta da proposta de intervenção do Farol. p.186

Figura 03.23, 03.24 e 03.25: Momentos de aplicação dos questionários para o censo sobre a intervenção do Farol. p.188

Figura 05.22: Colagem de lançamento do Plano Popular. p.190

# LISTA DE TABELAS

**Tabela 01:** Sistematização das intervenções para a área do Titanzinho, Serviluz e seu entorno. p.153

# LISTA DE SIGLAS

| | |
|---|---|
| **ATHIS** | Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social |
| **CAF** | Corporação Andina de Fomento |
| **CAU-CE** | Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará |
| **CESE** | Coordenadoria Ecumênica de Serviço |
| **CETREDE** | Centro de Treinamento e Desenvolvimento |
| **EC** | Estatuto da Cidade |
| **EFTA** | Escritório Frei Tito de Alencar |
| **F2040** | Plano Estratégico Fortaleza 2040 |
| **FATPN** | Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste |
| **FAU** | Federação Anarquista Uruguaia |
| **FLMD** | Frente de Luta Por Moradia Digna |
| **FUNECE** | Fundação Universidade Estadual do Ceará |
| **HABITAFOR** | Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza |
| **IBGE** | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| **IDH** | Índice de desenvolvimento Humano |
| **IPEA** | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| **IPLANFOR** | Instituto de Planejamento de Fortaleza |
| **IPTU** | Imposto Predial e Territorial Urbano |
| **LAMUR** | Laboratório Artes e Micropolíticas Urbanas |
| **LEHAB** | Laboratório de Estudos da Habitação |
| **LOA** | Lei Orçamentária Anual |
| **LPUS** | Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo |
| **MDR** | Ministério de Desenvolvimento Regional |
| **ONG** | Organizações Não Governamentais |
| **OSC** | Organizações da Sociedade Civil |
| **OUC** | Operação Urbana Consorciada |
| **PDPFOR** | Plano Diretor Participativo de Fortaleza |
| **PDT** | Partido Democrático Trabalhista |
| **PEUC** | Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória |
| **PIRF** | Plano Integrado de Regularização Fundiária |
| **PLANDIRF** | Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza |
| **PLHISFOR** | Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza |

| | |
|---|---|
| **PMCMV** | Programa Minha Casa Minha Vida |
| **PMF** | Prefeitura Municipal de Fortaleza |
| **PPGArtes** | Programa de Pós-Graduação em Artes |
| **PPP** | Parceria público privado |
| **PT** | Partido dos Trabalhadores |
| **RJ** | Rio de Janeiro |
| **SEINF** | Secretaria de Infraestrutura de Fortaleza |
| **SEUMA** | Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza |
| **SPU** | Secretaria de Patrimônio da União |
| **UFC** | Universidade Federal do Ceará |
| **UNIFOR** | Universidade de Fortaleza |
| **VLT** | Veículo leve sobre trilhos |
| **ZEDUS** | Zonas Especiais de Dinamização Urbanística e Socioeconômica |
| **ZEIS** | Zona Especial de Interesse Social |
| **ZIA** | Zona de Interesse Ambiental |

# SUMÁRIO

Declaração de amor ao Titanzinho

Aberturas 18

1. Construindo territórios abertos - disputas a partir de processos colaborativos e coletivos de luta 45
   2.1 (con)seguir flores na areia 49
   2.2 Florescer re-existências 64

2. Território de Fortaleza em disputa: tramas e desenlaces 90
   2.1. Planejamento urbano em perspectiva - entre (in)justiça habitacional e despossessões 93
   2.2. O território que querem vender, mas quem o produz não tem acesso a comprar – planejamento urbano como elemento basilar de despossessão 132

3. Territórios de re-existências: Serviluz e Cais do Porto entre linhas e torções 153
   3.1. (sobre)vivências de luta do Serviluz e Cais do Porto: intervenções urbanas com impactos no território 156
   3.2. O processo de planejamento popular e as implicações no planejamento institucional 177

4. Dos finais para os fim-mais 199

5. Referências Bibliográficas 203

# *Declaração de amor ao Titanzinho*

*Na vastidão de Fortaleza, surge um enclave de tenacidade e esperança conhecido como Titanzinho. Esta área, impregnada de histórias entrelaçadas e lutas entranhadas, testemunha uma batalha incansável contra a voraz especulação imobiliária que ameaça engolir a essência dessa comunidade vibrante.*

*No coração do Titanzinho, cada rua, cada casa, cada riso e cada lágrima contam uma narrativa de resiliência. Sob o peso da avidez de interesses privados, os habitantes deste bairro enfrentam o ímpeto implacável dos governos que associados com o mercado imobiliário planejam a todo custo a remoção da comunidade.*

*A luta do Titanzinho é uma sinfonia de coragem e determinação, uma defesa apaixonada de um direito básico: o direito à moradia. Enfrentando as marés da adversidade, os moradores erguem suas vozes e erguem barricadas feitas de união. Eles se unem, não apenas para proteger suas casas, mas também para proteger a própria alma da comunidade, que se enraíza profundamente nas ruas que pisam e nos laços que formaram.*

*Enquanto a especulação imobiliária avança orquestrada pela crise do limite histórico do capitalismo com suas contradições cada vez mais acentuadas e com a sua ânsia insaciável pela multiplicação do valor. Os cidadãos do Titanzinho resistem como sentinelas inquebrantáveis. Eles se recusam a ceder a um destino ditado por interesses financeiros que não conhecem empatia. A batalha é uma dança constante entre a busca por dignidade e a insensibilidade do sujeito burguês.*

*Cada rua estreita e cada praça desgastada pelo tempo são palcos onde se desenrola a epopeia dessa luta e reflexão. Os cartazes, as reuniões e as marchas não são apenas símbolos de resistência, mas também uma afirmação de que a comunidade não será mais removida do seu local de existência.*

*No entanto, a batalha transcende as barreiras físicas do Titanzinho. Ela se torna um emblema de uma luta maior por justiça social e equidade a ser conquistada na emancipação pela humanidade. Enquanto o governo parece inclinado a ceder aos caprichos da iniciativa privada, o povo do Titanzinho ergue-se como guardiões da herança de sua terra, como defensores da solidariedade e como embaixadores da perseverança.*

*Assim, a luta do Titanzinho se tece na teia da história de Fortaleza, uma história de luta contra a expropriação e a exploração desenfreada. A voz coletiva da comunidade, fortalecida pelo amor por suas raízes, ressoa como um eco poderoso que não pode ser ignorado. Enquanto a batalha continua, o Titanzinho permanece um farol de resistência, uma lição viva de que quando as pessoas se*

*unem, o que parecia intransponível pode ser desafiado, e o futuro pode ser moldado por mãos corajosas e determinadas na construção da emancipação humana e ambiental do capital. Não mais orientada pela concorrência, mas, baseada na solidariedade, cooperação prazerosa e plena de sentido, onde a realidade fará rebentar outra vida.*

*Declaração de amor elaborada pel_s morador_s do Cais do Porto e Serviluz. Estes que fazem essa história.*

***Associação de Moradores do Titanzinho.***

***Fortaleza, outubro de 2023***

# ABERTURAS

As relações de proximidade e afeto a partir dos vínculos criados na minha experiência enquanto assessor técnico popular e os territórios nos quais me encontro inserido tem propiciado, para além de amizades, trocas solidárias e aprendizados múltiplos, o alargamento de reflexões relevantes sobre o planejamento urbano, o campo da arquitetura e as complexas relações de poder que atravessam as disputas urbanas da cidade de Fortaleza.

O planejamento urbano institucionalizado, aquele que é deliberadamente construído dentro do aparelho do Poder Público, seus planos e projetos de intervenção, em sua grande maioria, vinculados a interesses privados do mercado imobiliário, projeta uma forma de ocupação do espaço que não tende a levar em consideração as questões dos moradores, conformando uma sociedade na qual as pessoas não interferem ativamente, e na qual as tomadas de decisão são pouco democráticas. Contudo, esse sentido não é unívoco e outros modos de ocupação tem lugar no interior das comunidades e territórios populares. A população que se organiza e promove ativamente a própria oferta de moradia e serviços básicos também coloca em xeque, o tempo todo, a integridade deste tipo de planejamento urbano institucional.

Nos propomos a fazer um mergulho nas disputas territoriais em prol da garantia do direito à cidade e moradia digna, na cidade de Fortaleza, desdobrando-se a partir da minha inserção, enquanto assessor e técnico popular em arquitetura e urbanismo e militante em dois territórios no qual, nos últimos anos, minha atuação encontra-se concentrada. Me refiro ao Serviluz e Cais do Porto.

Venho, desde 2018, construindo relações de afeto e coletividade, mediante atuação nestes territórios. A atuação vem desde o momento em que concluo a graduação de arquitetura e urbanismo (2018) e integro a equipe técnica para elaboração do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) do Serviluz. Me encontrava, então, no lugar de técnico prestando serviço para a Prefeitura para elaboração do Plano. Já com o Cais do Porto a relação encontra-se mais no lugar de militância e luta a partir da atuação enquanto assessor técnico popular na elaboração do Plano Popular do Cais do Porto (2020).

Cais do Porto é como o território é conhecido administrativamente, tendo em vista sua delimitação administrativa por bairros, encontrando-se no bairro homônimo, mas também pela delimitação da Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) na qual faz parte. Todavia, os moradores por muitas vezes fazem menção ao território como Titan/Titanzinho. Cabe ressaltar tal questão, pois em determinados momentos posso me referir a delimitação da ZEIS Cais do Porto, mas em outros, ao território do Titanzinho, suas relações e territorializações.

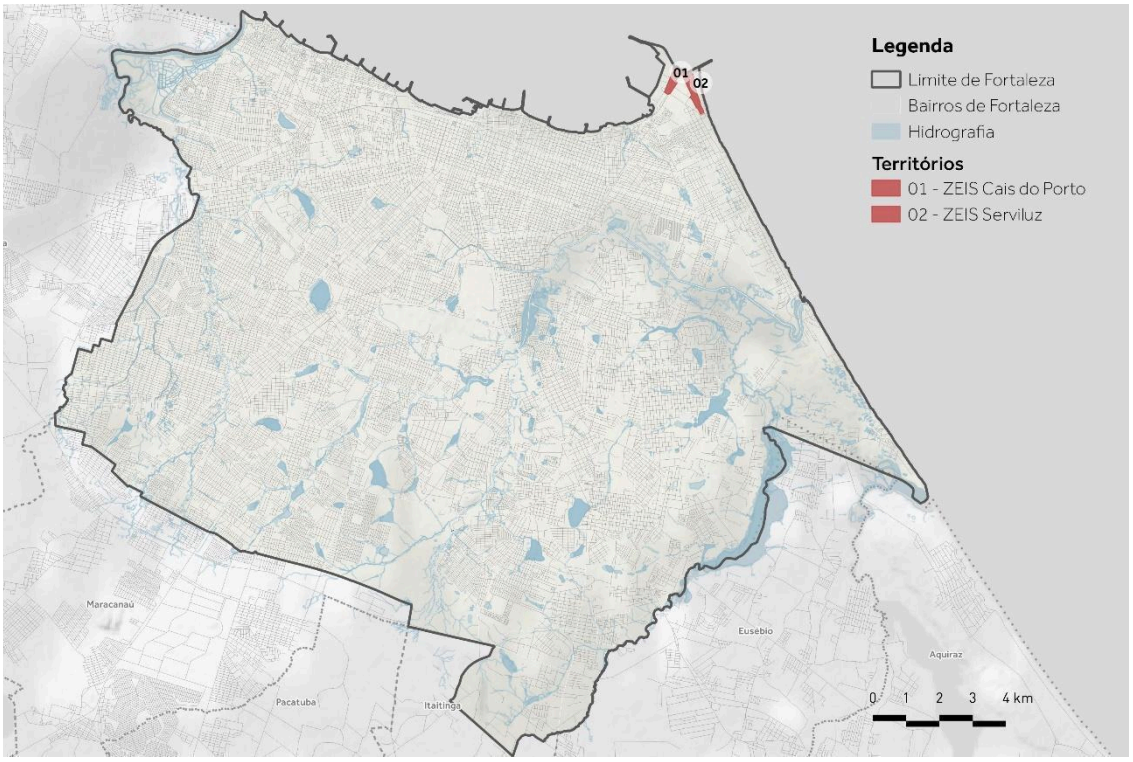
As ZEIS Serviluz e Cais do Porto estão localizadas no bairro Cais do Porto, na porção nordeste da capital cearense. Esta porção da cidade abrange algumas comunidades litorâneas próximas ao Porto do Mucuripe. Os dois territórios em

questão correspondem às comunidades à beira mar reconhecidas pela resistência histórica a sucessivas ameaças de remoção por agentes públicos e privados que ganham forma com os projetos urbanos. Processos estes, muitas vezes, encabeçados pelo Estado, que ferem o direito à cidade dos moradores em sentido amplo, incluindo o direito à terra urbanizada e à moradia digna, à paisagem e à continuidade das práticas culturais, tradicionais e comunitárias que são profundamente conectadas ao território, como a prática da pesca para subsistência, assim como relações com o mar para além da pesca, como a prática do surf.

Ao longo das décadas de existência das comunidades que compõem essas duas ZEIS, o Estado tem sido ausente no tocante à garantia de direitos e melhorias, contribuindo para a precarização da comunidade, onde seus moradores vivem sem infraestrutura básica adequada e sob constantemente ameaça de serem removidos por interesses de expansão do setor imobiliário ligado ao turismo e a especulação de terras bem localizadas.

Para além disso, esses territórios somam uma população de 15.272 habitantes (Cais do Porto) e 13.462 habitantes (Serviluz), segundo dados do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PHLIS) 2012. Essa população é composta, em sua grande maioria, por famílias de até três salários mínimos, da classe trabalhadora, onde não se pode deixar de mencionar a dimensão racial. Correspondem, também, aos locais com maior percentual de pessoas autodeclaradas negras, segundo o IBGE. Representando uma população composta mais de 85% de pessoas autodeclaradas negras.

**Figura 00.01:** Localização dos territórios onde a pesquisa se insere




**Fonte:** Elaborado pelo autor (2022) com base nos dados Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA (2022).

Ambos os territórios apresentam um processo histórico de luta e resistência frente às práticas de opressão, violência e supressão de direitos promovido pelo Estado ou mercado imobiliário, todavia possuindo aproximações e diferenças. A ZEIS Serviluz, apresenta seu processo de regularização enquanto tensionamento na chave da regulamentação estatal[1], já a ZEIS Cais do Porto, vem mobilizando, em tempos mais recentes, uma forma de planejamento popular articulada, de forma insurgente, fora da lógica de planejamento institucionalizado. O que demonstrou a força e potência comunitária dos moradores fazendo com que, em 2022, começasse, por parte do Poder Público, o seu processo de preparação da elaboração de seu PIRF. Ao estabelecer o diálogo das práticas de ambos os territórios é possível colocá-las em perspectiva e apreender as complexas relações existentes entre as mesmas e o planejamento urbano institucionalizado.

Os dois territórios são entrecortado por diversas fronteiras e áreas de conflito onde ocorrem diversas disputas por território entre facções rivais, assim como, vários conflitos de fronteiras e contrastes sociais entre os próprios moradores, devido diferença entre padrões de ocupação é a origem da ocupação, onde no

[1] A ZEIS Serviluz apresenta seu Plano Integrado de Regularização Fundiária em processo de regulamentação, sendo considerada umas das 10 ZEIS prioritárias para elaboração de seus respectivos PIRFs.

passado isso influenciou a cooptação por parte de determinados moradores em concordar parcialmente com o projeto que visava remoção desta parcela da população que é mais estigmatizada, conhecida como favela. Algumas dessas divisões territoriais são: Farol (zona de baixo meretrício, área que historicamente carrega a herança de abrigar a prostituição), Titanzinho (onde há a maior concentração da rede de parentesco e onde o surfe é destaque), Estiva (que surgiu em 1960, juntamente com o segmento do Farol e foi ocupado por Estivadores e suas famílias), Campo do Paulista (segmento dos comerciantes locais e dos donos de peixarias), Portão, Boca do Golfinho, Rastro e Pracinha (o mais novo segmento da comunidade) e Sardinha. Essas territorializações e suas fronteiras são simbólicas, mas desempenham importância na vida do bairro e são onde se constroem as trajetórias, as subjetividades e as interações cotidianas entre os moradores. Para além desses limites simbólicos dos distintos territórios, há a segmentação política entre a ZEIS Serviluz (abrangendo as últimas segmentações – 2, Rastro e Pracinha) e a ZEIS Cais do Porto (correspondendo, sobretudo, ao Farol, Titanzinho e Estiva).

Seguindo nessa abertura sobre os territórios, elabora-se uma composição de acontecimentos, acionados a partir das interlocuções e minhas inserções territoriais. Esta, foi possibilitada através de um debruçar-se sobre diálogos e investigação de materiais produzidos pelas comunidades em suas intervenções artísticas no próprio território e partilhados a partir do meu lugar de atuação e colaboração a partir da assessoria. Estas intervenções são identificadas ao longo de todo o território, sendo uma das formas como os moradores se comunicam e expressam seus atos de reivindicação e agregam simbolismo e identidade ao local.

**Figura 00.02:** Colagem de localização dos territórios de inserção da pesquisa.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Tomando a cartografia como um instrumental de carácter político, mas que também tem papel de ferramenta representativa que coloca narrativas em evidência, sejam elas hegemônicas, periféricas, resistentes ou inventivas, permitindo, também relacioná-las, desenhar um espaço de controvérsias.

Compreende-se, então, o mapeamento como ferramenta importante para a compreensão ampliada das dinâmicas de reestruturação da cidade e seu desdobramento socioespacial e, sobretudo nos territórios periféricos, seu imbricamento com os processos de despossessão. Neste contexto, os mapas e cartografias são construídos em forma de denúncia, mas também buscando fortalecer a luta dos movimentos e comunidades e instrumentalizando processos de resistência e permanência. A cartografia funcionou como instrumental para auxiliar a análise a partir do momento que dados podem ser expressos e materializados no mapa articulando uma gama de informações e categorias de análise para a compreensão dos processos.

É neste sentido que a sobreposição, (re)composição e opacidade serão métodos para dar forma às cartografias e permitir os movimentos de descida à escala local da Titanzinho e Serviluz, ao mesmo tempo que é posto em confronto as questões globais que ocorrem de forma estrutural aos respectivos territórios.

A justificativa de seleção destes territórios nos quais a pesquisa irá deter maior atenção parte do pressuposto de que me encontro inserido nos mesmos a partir da minha atuação enquanto assessor técnico popular integrante da Taramela, criando pontes e relações através da ação de assessoria.

A Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), sem fins lucrativos, fundada em 2018, e sediada na cidade de Fortaleza-CE. A partir da sua atuação, busca contribuir na promoção da justiça socioespacial por meio da assessoria técnica em arquitetura, urbanismo e planejamento urbano, inserindo-se na luta pelo direito à cidade e à moradia digna. A organização é composta por arquitetos e urbanistas, mas atua em seus projetos em colaboração com outras áreas do conhecimento, como direito, geografia, assistência social, bem como estabelece parcerias com movimentos sociais, organizações comunitárias e outros coletivos de defesa dos direitos humanos do Brasil, especialmente da região Nordeste.

Com cerne no pensamento de que é capaz de orientar ações a favor da utopia de trilhar um caminho para um mundo minimamente mais democrático, o coletivo entende o trabalho da assessoria técnica de maneira ampliada não só na garantia do direito à moradia digna, mas também no direito à cidade. Nesse sentido, a nível de conhecimento, sintetiza-se suas ações sob três eixos:

1. Desenvolvimento Institucional. Que visa desenvolver a organização de uma maneira sustentável e promover o debate sobre assessoria técnica;

2. Assessoria Técnica em Arquitetura e Habitação, que trata de questões projetuais na escala do edifício; e
3. Planejamento Urbano e Direito à Cidade, onde buscamos colaborar com a disputa por uma cidade socialmente mais justa.

No que tange ao recorte temporal de análise da pesquisa, ao contrário de uma delimitação fixa e imutável, dialogando com o entendimento do tempo enquanto algo espiralar (MARTINS, 2021), com suas idas e vindas a partir dos atravessamentos que se desdobram no urbano, pontua-se marcos, ou pontos de inflexão, que simbolizam e representam delimitações importantes a serem analisadas. Dentre estes pontos, pode ser indicado: **2007** – movimentações e articulação em torno do Projeto Orla e seus impactos; **2009** – campo de lutas e organização dos movimentos sociais para aprovação do Plano Diretor Participativo, demarcação das ZEIS; **2014** – Evento esportivo da Copa do Mundo e seus atravessamentos nos territórios (resistências territoriais); **2018** – início dos PIRFs; **2019** – momentos iniciais de articulação para o Plano Popular do Cais do Porto; **2020** – pandemia de COVID-19; **2021** – edital do CAU-CE para Diagnóstico do Cais do Porto; **2022.1** – II Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste (FATPN); **2022.2** - Indicação da ZEIS Cais do Porto como prioritária, indiciado o processo de preparação para elaboração do PIRF.

Dentre os momentos indicados, destaca-se para os apontados nos anos de **2018**, **2019**, **2021** e **2022.1** como os que apresentaram maior destaque e articulação aos processos de assessoria aos territórios. Foram os anos que me encontrava envolvido no processo coletivo de construção e elaboração do PIRF do Serviluz e Plano Popular do Cais do Porto.

Assim, a pesquisa se debruça sobre os processos de resistência dos territórios Cais do Porto e Serviluz, localizados em Fortaleza, permeados por constantes disputas e conflitos em prol de sua permanência e garantia de direitos, senão, de suas próprias existências. A pesquisa fará um resgate das disputas e tensionamentos passados, mas que ainda assombram o território com a iminência de remoção, até chegar nos dias atuais, onde a minha atuação de assessor técnico popular enquanto integrante da Taramela.

A partir do imbricamento e aproximações das lutas em comum de cada território que se vislumbra um horizonte mirando para uma construção coletiva e comunitária de alternativas que mobiliza as vicissitudes e plasticidade do "aqui e agora" que aparecem nos territórios. Aqui me refiro às invenções de suprir a falta de rede elétrica nos tempos passados, mas também a ainda ausente rede de esgotamento sanitário e drenagem eficiente, onde os moradores precisam reinventar formas para seguir existindo de uma maneira, minimamente, salubre. Já que o tempo do planejamento urbana institucionalizado não alcança a urgência das demandas destes territórios  é que se articula esta pesquisa a partir de experiências vivenciadas enquanto assessor e militante.

Acredito que habitamos e vivenciamos a cidade que nos tem como morada. Logo, atravessamos a cidade que nos perpassa. Dessa forma, não tem como apontar para aspectos metodológicos desvinculados dos percursos que trilhei, e sigo trilhando, e que me fazem deparar, constantemente, com questões abertas, onde muitas não apresentam uma única resposta, ou sequer ousam apresentar quaisquer que seja. Em outras palavras, perguntas que me demandam estar em constante movimento de pesquisa tensionando e refletindo, também, sobre minha relação enquanto pesquisador com os sujeitos e co-pesquisadores que me acompanham.

A partir das relações dos territórios do Cais do Porto e Serviluz busco diálogos possíveis que possam ser estabelecidos a partir dessas experiências e lugares contextualmente articulados. A partir da inserção nos territórios, enquanto colaborador nas lutas e resistências dos mesmos, foi elencado os projetos urbanos pensados pelo Poder Público, assim como as propostas pensadas em parceria com a iniciativa privada, que impactaram/impactam o local e que ameaçam a permanência dos moradores.

Serão apresentados os circuitos e agentes que estão articulados nas relações de poder inseridas nestes territórios, de forma a confrontar as propostas impostas pelo Estado através dos projetos urbanos para os respectivos territórios que apresentam narrativa de urbanização, mas que ocultam o objetivo de remoção e desenvolvimento econômico da área. A partir de então, analisa-se as formas de resistência dos moradores e demais colaboradores de luta frente a estes projetos de impacto.

As articulações presentes a partir do envolvimento da assessoria nestas colaborações com coletividades dos territórios do Serviluz e Cais do Porto são frutos de um longo processo de formação e interação/colaboração com os territórios em questão, ao longo do qual você venho constituindo um arquivo de dados, documentos, registros deste processo.

Assim, esta pesquisa apresenta-se em constante movimento, disposta a constantes reavaliações e redimensionamentos práticos e discursivos, onde busca tecer uma análise situada, admitindo a localização da experiência, situações e contextos específicos. Deslocamentos entre uma confluência de sentimentos e emoções, com a cidade de Fortaleza e os territórios populares, que não vem de agora, mas resultam de uma construção e desconstrução desde a graduação em Arquitetura e Urbanismo, desde iniciação a pesquisa sobre temática dos territórios populares e as ZEIS, até meu atual momento de assessor técnico popular pela Taramela, o que estreitou os laços e inserções com estes territórios.

Apresento-me, então, enquanto um militante-pesquisador. O que acrescenta uma importante camada no mosaico composicional que figura os caminhos que a esta pesquisa trilhou e abriu. O aspecto da militância indica uma pesquisa

enquanto ferramenta de reflexão da luta para fortalecê-la, possibilitada pela investigação realizada por um pesquisador envolvido e inserido nos próprios territórios no qual a pesquisa se insere. A condição de militante-pesquisador coloca-se enquanto produção de conhecimento orientado para a ação transformadora.

A partir desse lugar de pesquisa e de militância, é estabelecido um olhar e uma forma de apreender os territórios populares a partir de suas re-existências: a articulação dos moradores com a rede de colaboração na luta articulando estratégias de resistência à lógica do planejamento imposto, mas também de potencializar e florescer as existências destes territórios.

Imerso nesse duplo movimento de atuação militante e ação reflexiva dos processos em curso que a pesquisa se propõe a colocar em perspectiva as práticas de re-existência situadas nos territórios inseridos, as quais seguem não apenas contestando e resistindo às lógicas de dominação impostas, mas, também, propondo, criando, inovando e ampliando o amanhã. É nesse sentido que apreender as re-existências ganha força e conteúdo.

Desse modo, acredita-se que o diferencial da abordagem da pesquisa militante é que, para além da reflexão teórica, as críticas teórico-metodológicas, assim como epistemológicas, geraram ricas articulações entre a teoria e a prática. Ou seja, foi possível efetivamente a produção compartilhada de conhecimento orientada para a ação transformadora, através de uma contínua retroalimentação entre os marcos teóricos e as práticas transformadoras dos movimentos organizados.

É utilizado da ivestig(ação) como modo e lente reflexiva para lermos esses movimentos a partir desta pesquisa em conjunto, em coparticipação dos sujeitos co-investigadores, sendo estes os moradores dos territórios e os coletivos que conformam a rede de apoio e assessoria as lutas em questão.

Suscita, então, um duplo processo de (auto)reflexão. As formulações das questões e reflexões são mobilizadas a partir das experiências específicas de luta ao mesmo tempo que se tem como princípio básico a ativa participação nas ações em colaboração com coletivos atuantes no Serviluz e Cais do Porto, a partir da minha condição de assessor na entidade Taramela.

O diálogo entre o campo da assessoria técnica popular em arquitetura e urbanismo e as reflexões sobre planejamento urbano e práticas de resistência de territórios populares, desde as colaborações indicadas, é o que pavimenta o caminho trilhado por esta pesquisa. Dito isto, tem-se como enfoque pensar sobre as práticas vivenciadas nas colaborações em questão, nos dois territórios inseridos, refletindo sobre se e como se manifesta a qualidade de insurgência. Desse modo, formulamos como objetivo geral da pesquisa refletir sobre as disputas envolvendo o processo do PIRF do Serviluz e Plano Popular do Cais do Porto, apresentando

envolvimento da assessoria nestas colaborações com coletividades dos territórios de modo que o olhar para a complexidade dos processos que perpassam esses territórios seja problematizado a partir das práticas dos sujeitos dessa rede que atua no/com e conformam os territórios onde a pesquisa se insere. Assim, busca-se colocar em perspectiva as relações existentes entre estes agentes/sujeitos que constituem os territórios do Cais do Porto e Serviluz, podendo ser citado os moradores, poder público (seja no âmbito municipal ou estadual), mercado imobiliário, universidades, dentre outros, e minha própria inserção nestes, a partir da Taramela, enquanto assessor técnico popular.

Desde logo, importa ressaltar que não há e tampouco são oferecidas respostas definitivas a respeito dos questionamentos levantados. Acredita-se que as contribuições desta dissertação margeiam tanto os aspectos empíricos que a pesquisa aborda, quanto o modo como seu percurso foi trilhado, a partir de sua abordagem metodológica. Para além das reflexões sobre os sentidos de resistências urbanas frente às lógicas capitalistas de opressão e supressão de direitos perpassando pelo ofício do assessor arquiteto. Conforma-se uma pesquisa enquanto um gesto que se encontra inserido em uma ação ao mesmo tempo que se pesquisa essa ação e seus desdobramentos, pois a fagulha desse olhar analítico é justamente meu lugar enquanto militante-pesquisador e assessor no campo da arquitetura e urbanismo.

Seguindo neste percurso de aberturas, cabe indicar que não se trata de uma pesquisa pioneira, no âmbito do assunto aqui pesquisado. No que diz respeito à mobilização teórica sobre planejamento urbano insurgente, a pesquisa busca estabelecer diálogos com a literatura internacional que vem estabelecendo reflexões de como determinadas iniciativas de grupos sociais vulnerabilizados constituem potências e práticas de planejamento urbano (MIRAFTAB, 2012; HOLSTON, 2008; FREDIANI ;COCIÑA, 2019; SANDERCOCK, 1998). Tecendo pontes, também, com autoras e autores que se debruçam sobre o tema da informalidade urbana, no que tange direito à cidade e moradia digna (ROY 2005; ROLNIK 1999; ROCCO e BALLEGOOIJEN 2019; FERNANDES 2011), indicando-a como um processo estrutural de construção das cidades, no qual aquilo que aos olhos da lei é descrito como exceção, acaba virando regra e impactando na reverberação da ideia de estigmatização dos territórios populares.

No que tange a um dos mais importantes instrumentos de defesa e segurança a permanência das comunidades, as Zonas Especiais de Interesse Social, com bastante frequência já vem sendo tratadas em outros relatos e pesquisas, tanto no âmbito nacional (DENALDI, 2003; ROLNIK e SANTORO, 2013; SANTO AMORE, 2013; e MATOS, 2019), quanto no âmbito local de Fortaleza (BRASIL, 2016 e 2021; FREITAS e PEQUENO, 2012; FREITAS, 2019; BARROSO, 2022).

Diante de uma latente demanda das populações mais vulnerabilizadas, sobretudo no âmbito da produção habitacional, grupos de profissionais vêm se mobilizando, há décadas, em busca de assessorar tecnicamente tal população. Eles têm buscado atuar nesses territórios de forma a captar suas potencialidades, utilizando de forma social e economicamente mais sustentável de lidar com o déficit habitacional em oposição à hegemonia de políticas de remoção. Muito já se tem caminhado em torno dessas reflexões no campo da assessoria técnica popular em arquitetura e urbanismo, reconhecendo a importância do trabalho de assistência técnica como direito social e capaz de trazer elementos para a construção de uma sociedade mais justa, estimulando o ganho de autonomia dos grupos assessorados (PEREIRA, 2006; AMORE, 2016; LESSA et al., 2019; BALTAZER e KAPP, 2016; SANTOS, 2015; SOUZA, 2008)

Ressalta-se que tais referências serão reforçadas e postas para dialogar com outras fontes para que seja possível ampliar a discussão teórico-bibliográfica fazendo transbordar as reflexões, quando possível e necessário, para outras áreas do conhecimento, estabelecendo uma interdisciplinaridade necessária para a construção da pesquisa aqui colocada.

A pesquisa é construída a partir da investig(ação) pautada pela minha própria experiência de assessor popular estabelecendo pontes e trocas com os territórios no qual atuo. Em outras palavras, é uma pesquisa que caminha simultaneamente a um processo de assessoria no campo da arquitetura e urbanismo junto aos dois territórios populares aqui indicados.

Trata-se de uma pesquisa composta por uma escrita exploratória onde desejo aproximar os conceitos discutidos às minhas inserções territoriais a fim de investigar as possibilidades de entendimento que se abrem a partir da trama teórica construída. Ao não buscar respostas, esboço um percurso metodológico sob o qual possa realizar minha investigação e desdobrar a pesquisa em curso sobre os dois territórios no qual me encontro inserido.

Destas aberturas que me deparo com as escritas sobre a poética da relação desdobradas por Glissant (2021). Relação, que para o autor, seria um trajeto aberto à multiplicidade e errância. Seria, portanto, o ato de colocar as narrativas em teia, ou trama, dialogando com Telles (2006), uma concomitância de vozes que se revelam nas áreas dos contatos sociais, menos afeitas às sínteses que dão incremento às políticas de dominação, mas interessada pela materialidade das relações sem pretensão de determiná-las (Glissant, 2021).

> *A relação é o conhecer desse abismo, é o conhecimento mesmo dos rastros devastados, e é a abertura da imaginação, que mesmo através da incomunicabilidade, do silêncio e do aprisionamento traça o múltiplo da partilha de mundos unidos pela própria separação. (GLISSANT, 2021, p.32)*

É a partir dessa encruzilhada do diálogo posto entre os pensamentos de Jota Mombaça (2021) e Glissant (2021) que esta pesquisa adota uma leitura referida a sistemas relacionais abertos, altamente suscetíveis e cambiantes. Isso implica em um fazer pesquisa aberto aos acontecimentos intercambiáveis que o fazer assessoria apresenta, pensando na assessoria técnica também como um processo e não um produto fim.

Assim, sob a perspectiva da abertura que a abordagem metodológica desta pesquisa se constrói, busco apreender as práticas de re-existência dos territórios. Essa construção será atravessada, ao mesmo tempo, por uma reflexão sobre o lugar que ocupo enquanto assessor técnico popular.

Sob esta conjuntura, a partir de uma inserção em uma práxis concreta de lutas, utiliza-se uma abordagem de investigação militante, colaborando na produção ações coletivas a fim de intervir, ou interferir, nas normas sociais vigentes tomando, criando, assim, pontes entre práticas de re-existência e alargamentos críticos sobre o lugar de assessor técnico, a partir da participação direta no processo de luta dos territórios em questão como condição que torna possível a investigação. A aposta epistemológica desta abordagem situa-se claramente no próprio processo de luta.

Minha relação, então, com esses processos que realizam as aberturas reflexivas que são postas nesta pesquisa se deu de forma articulada e intrínseca a minha participação e atuação enquanto assessor, tanto no processo de elaboração do PIRF do Serviluz quanto no Plano Popular do Cais do Porto e seus desdobramentos. O que conformou, em muitos momentos, o imbricamento entre os processos de pesquisa e investigação realizados.

É um processo contínuo e que associa ações de militância e assessoramento[2] com o ato da pesquisa propriamente dita. Nesse sentido, a pesquisa será articulada por meio de inserções territoriais no espaço urbano, desde as contínuas ações nos territórios, para construção do PIRF e Plano Popular, até o resgate de experiências já atravessadas como projetos de impacto passados, como Aldeia de Praia e Estaleiro. Assim como pela investigação em acervos institucionais, no banco de dados da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente, assim como no Instituto de Planejamento, sobre planos, projetos e registros de narrativas destes territórios, e, por fim, análise bibliográfica de referências que pesquisam sobre esta temática, estabelecimento de pontes de diálogos que entrecruzam as questões da pesquisa, literatura e referenciais mobilizados, compondo a abordagem da dissertação.

O imbricamento entre prática e teoria são aspectos condicionantes deste processo de investig(ação), sendo um elemento chave que conforma esta

[2] Desde elaboração de diagnósticos, mapas e instrumentais técnicos para contra argumentar com o Poder Público em assembleias e reuniões institucionais.

pesquisa. Destaca-se, então, num sentido amplo, a minha abordagem metodológica, no campo da investigação militante (BRINGEL e VARELLA, 2016). Trata-se de uma relação entre pesquisa e investigação com a atuação do pesquisador.

As inserções territoriais visam subsidiar uma escrita com base nos conhecimentos e aprendizagens ativados desde a atuação nos territórios, onde a caminhada, a permanência, escuta, interlocução e assessoramento que aconteceram ao longo de todo o processo de elaboração do PIRF do Serviluz e Plano Popular do Cais do Porto, mas assim como ações que atravessaram esses momentos, como oficinas realizadas, são os procedimentos operacionalizados que auxiliaram no processo de apreensão das dinâmicas, relações sociais e práticas re-existentes que estão postas.

Para elaboração do PIRF do Serviluz foram realizadas 5 visitas em campo, além de estabelecimento de grupos focais para escutar e estabelecer diálogos sobre o território. Para cada pactuação desses momentos foram realizados encontros abertos para averiguar com os moradores as construções que estavam sendo feitas e acordar o que iria para o produto do Plano. Já no Cais do Porto, atravessados pela pandemia, os primeiros diálogos aconteceram de forma remota, o que totalizaram 7 momentos de discussão tanto internamente com os colaboradores, quanto momentos com os moradores.

Na medida que a crise sanitária foi suavizando, foi possível realizar novas rodadas de pactuação das informações e novas inserções territoriais. Sendo possibilitado que o diagnóstico fosse aprovado em comunidade e que levasse consigo o olhar dos moradores. Além disso, as inserções no Cais tornaram-se mais frequentes com o Edital do CAU-CE, no qual conseguimos o apoio financeiro para o Plano Popular e as reuniões frente às constantes ameaças que impactam no território. A partir do Edital do CAU-CE foram realizados 5 momentos de oficinas para debater os mapas elaborados pela equipe técnica, assim como dialogar sobre a construção coletiva do Plano Popular. Complementarmente, foram realizadas duas oficinas sobre a temática de regularização fundiária. Além disso, uma vez por semana, a associação de moradores do território realiza reuniões abertas em conjunto com entidades parceiras e demais interessados na luta pela permanência para discussões das ameaças vigentes. Ao longo deste processo de pesquisa, estive presente em mais de 20 reuniões.

Enquanto ferramentas e métodos de pesquisa realizados, foram feitas, a partir do caminho construído pela minha atuação enquanto parte da assessoria, atividades, oficinas e inserções nos territórios o que possibilitou uma vasta apreensão dos mesmos, assim como a construção de uma relação de afeto e solidariedade com os moradores dos dois territórios. A atuação enquanto assessor me abriu portas para, ao longo das atividades desenvolvidas, construir afetos com o território e moradores que me permitiram estabelecer maior aproximação com os

mesmos, permitindo uma troca e diálogo mais direto e relacionado à pesquisa. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, realizadas em 2022, com os moradores que compõem o Conselho Gestor de ambas as ZEIS. Além das conversas espontâneas ao longo das caminhadas, registradas pelo diário de bordo, foram realizadas entrevistas com 5 moradores, apresentando como intenção apreender os processos de re-existência a partir da fala dos moradores, onde buscou-se investigar os sentidos de "resistir" para cada entrevistado. Estes momentos foram registrados por meio de áudios, assim como diário de bordo.

Dentre essas trocas de conversas e aprendizados com os moradores, merece destaque as que realizei com Kátia, Dudé e Pedro. Estes residem no Cais do Porto há mais de 40 anos. Sendo para Kátia e Dudé seu território de morada desde seu nascimento. Os três deram origem à Comissão Titan e seguem mobilizando e articulando as reuniões e encontros da comissão, assim como eventos culturais e intervenções artísticas que acontecem no território. Pedro é o atual presidente do integrante do Conselho da ZEIS Serviluz e Kátia e Dudé do Conselho da ZEIS Cais do Porto.

O movimento dos moradores tem sido vital no enfrentamento às ações da Prefeitura, desde o início da demarcação das casas na Rua Titan, nas proximidades do Farol do Mucuripe, bem como a pressão junto às famílias, no sentido de aceitarem as condições impostas para as remoções. Em 2018, a Associação de Moradores do Titanzinho organizou assembleias, em diferentes regiões do bairro, com especialistas ligados à Frente Popular de Moradia para debater os projetos da Prefeitura e de empresários. Em março de 2019, foi criada a Comissão Titan, com intensa participação de moradores da rua Titan, em aliança com a Associação de Moradores do Titanzinho.

Abro aqui um breve parêntese para uma sucinta apresentação desses três moradores que tem uma grande importância na organização comunitária local e que me acolheram respeitosa e calorosamente. Kátia Lima é mãe, já passou por momentos difíceis que lhe fizeram sair do Cais do Porto, mas que os caminhos da vida possibilitam um retorno para o seu desejado lugar de moradia. Ela trabalha como guarda-vidas, vive há 45 anos na região do Farol. Dudé é morador do Cais do Porto há mais de 20 anos, pescador e trabalha com pintura a jato na Petrobrás, próximo de onde mora. Ambos fazem parte da Associação de Moradores, hoje coordenada por Pedro. Além de coordenador da associação, é presidente do Conselho da ZEIS Serviluz, e desde sempre mora no Cais do Porto.

Complementando essa estratégia de coleta, também se utiliza, como forma complementar de apreensão dos sentidos de resistência e apreensão dos processos de luta, de depoimentos informais durante as ações em campo possibilitado através do recurso das inserções e construções das atividades e oficinas desenvolvidas nos territórios através da prática da assessoria. Esses momentos foram realizados em levantamentos na etapa de diagnóstico, assim

como nos eventos de pactuação e confirmação das informações coletadas e produzidas. Assim, a minha inserção nos territórios aconteceu de formas diversas. Desde participação em reuniões de moradores, assembleias e conselhos gestores, planejamento, elaboração e participação em oficinas temáticas, até caminhadas com os moradores em idas esporádicas e visitas informais aos territórios.

De forma a indicar esses momentos e as relações estabelecidas entre os territórios, desde os primeiros contatos com os mesmos, elabora-se o diagrama ilustrado na figura a seguir. Nele são esboçadas as linhas que permeiam entre os tipos de coleta de dados e interlocuções territoriais utilizadas pela pesquisa, assim como os meios e ferramentas utilizadas, sendo elas:

- levantamento de materiais e documentos – coleta a partir de arquivos e documentos públicos (legislações urbanísticas vigentes, imagens históricas, levantamento de dados para a área), por meio de consulta a órgãos públicos ou bancos de dados disponíveis; publicações de planos (F2040, Fortaleza Competitiva, PIRF, dentre outros) e projetos urbanos (Aldeia da Praia, Requalificação do Farol, dentre outros) para os territórios; textos de produção do próprios moradores, assim como material bibliográfica refletindo sobre questões similares; e cartografias já produzidas;
- conversas e inserções nos territórios – conversa estruturadas e semi-estruturadas com moradores e pessoas que participaram das atividades desenvolvidas pelos momentos de assessoria técnica realizadas no território; participação em reuniões e assembleia de moradores; e planejamento, organização e participação de oficinas (II FATPNE) e ações variadas para elaboração do PIRF e Plano Popular (oficinas, momentos de mobilização, aplicação de questionários, dentre outras) em conjunto com os territórios;
- coleta de dados por observação – caminhadas com os moradores em visitas guiadas; observação participante; e diário de bordo com registros pessoais.

Também é indicado no diagrama as atividades, eventos específicos nos momentos e lugares de realização,. Dentre os arquivos e documentos consultados na etapa de levantamento de materiais e documentos, cito: Plano Diretor Participativo de Fortaleza (2009), Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo de Fortaleza (2017), Cadernos técnicos públicos referente ao Fortaleza 2040, Fortaleza Competitiva, Operações Urbanas Consorciadas, assim como os desenhos técnicos disponibilizados em apresentações referente aos projetos previstos para os territórios, como Aldeia da Praia e Requalificação do Farol.

É possível visualizar também, sobretudo a partir de 2021, uma aproximação mais clara dos moradores do Serviluz às atividades que vinham sendo elaboradas na ZEIS Cais do Porto, devido à elaboração do Plano Popular.

# caminhos metodológicos
# coleta de dados

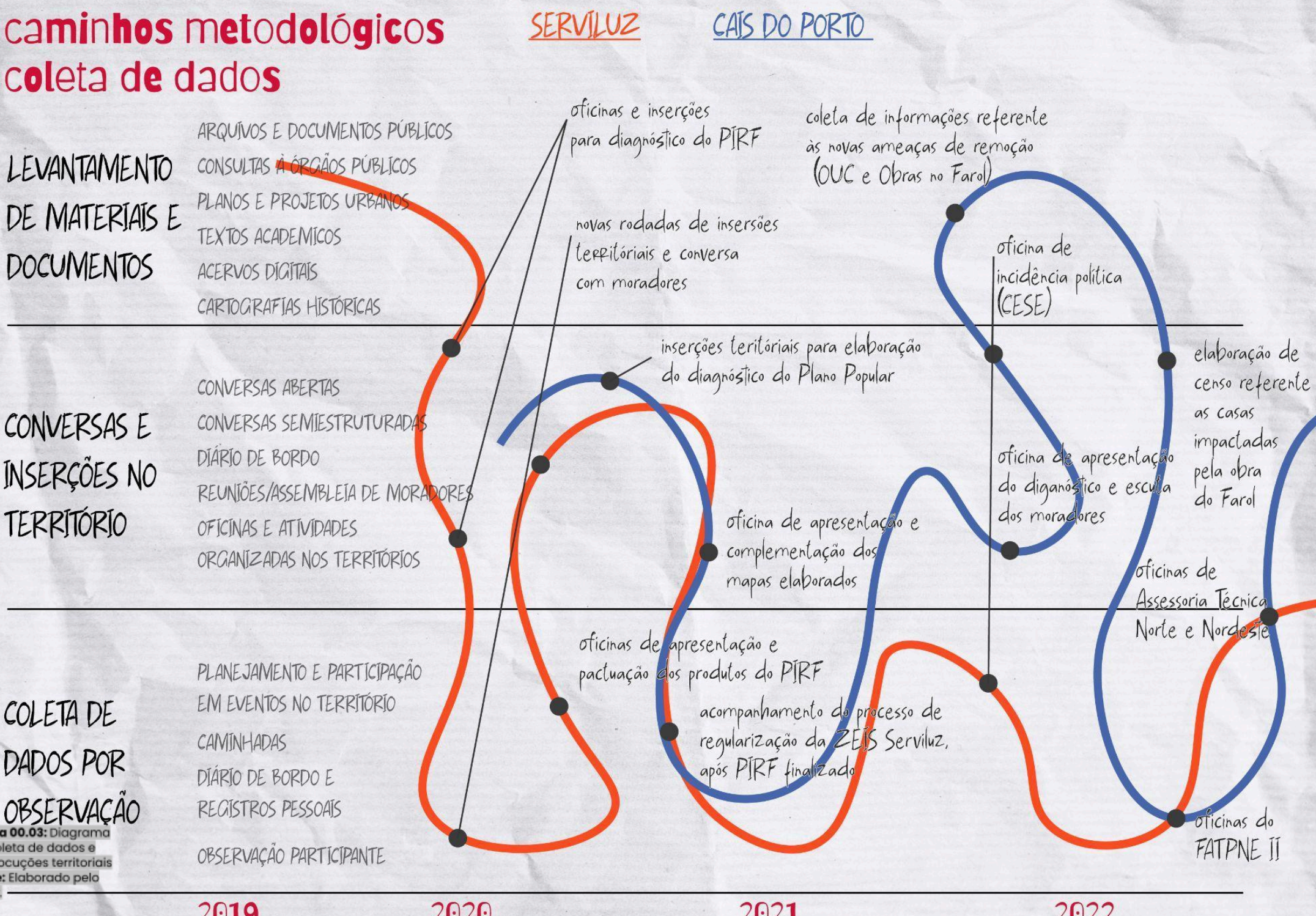



**Figura 00.03:** Diagrama da coleta de dados e interlocuções territoriais
**Fonte:** Elaborado pelo autor.

A pesquisa documental centra-se nos registros oficiais efetuados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, com destaque para as legislações urbanísticas vigentes (Plano Diretor (PDPFor, 2009) e Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo (LPUOS, 2017)) assim como planos e material técnico de propostas urbanísticas desenvolvido e incorporados no PIRF e Plano Popular. Aqui vale destacar para, no caso específico da Zeis Serviluz, a utilização do Plano de Regularização Fundiária (PIRF) do território no qual já está finalizado e instituído através do Decreto 14.878, de 16 de dezembro de 2020, e tendo a normativa especial (Produto 4 do PIRF - Caderno de Normatização Especial de Parcelamento, Edificação, Uso e Ocupação do Solo[3]) em processo de tramitação na Câmara Municipal, até o momento de elaboração desta pesquisa.

Nesse sentido, o arquivo documental no qual esta pesquisa se debruça vem de uma caminhada desde 2018[4], tendo seus primeiros atravessamentos com o território da ZEIS Serviluz, dialogando com o território vizinho, o Titanzinho. No primeiro momento, no segundo semestre de 2018, enquanto profissional Arquiteto e Urbanista, contratado pela prefeitura, por intermédio de uma universidade particular (Universidade de Fortaleza – UNIFOR) onde integrei a equipe técnica responsável pela elaboração do PIRF da ZEIS Serviluz.

Novos desdobramentos aconteceram a partir do término de 2020 com a inserção na elaboração do Plano Popular do Cais do Porto, este momento já corresponde diretamente a minha atuação como assessor técnico popular integrante da Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade, onde venho atuando nos dias atuais. Estabelece-se, assim, uma teia de percursos e trajetórias que colocam sob perspectiva os dois territórios em questão, assim como as relações de assessor e pesquisador militante inserido e atuando em parceria com os mesmos.

A partir da leitura, análise e reflexão sobre esta base de documentação partiu para uma sistematização em quadros brancos em forma de *brainstorm* organizando por evento (no caso projeto de impacto). Foi possível então mapear e visualizar de forma mais conectada as recorrências de fatos e práticas, assim como de estratégias utilizadas pelos sujeitos desta trama.

Tomou-se conhecimento do leque de ações e iniciativas que estes territórios apresentam, como hortas comunitárias, composteiras e soluções alternativas para saneamento, mas que são invisibilizadas e, muitas vezes, deixadas de lado tendo em vista a iminência da remoção. Assim, por um lado, foi possível desestabilizar algumas certezas e noções sobre os territórios frequentados, como os estigmas que

[3] Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentById?id=5ef02c6e-57fa-468b-94f6-65d8cea9059e

[4] Apesar desse marco importante de 2019, o recorte temporal da pesquisa é mais amplo. Sendo delimitado entre 2007 e 2022, conforme será desdobrado mais a seguir dessa seção.

incorrem sob os mesmos a partir de uma narrativa homogeneizante e equivocada, sobretudo no que tange aos discursos que os narram enquanto locais das ausências, precários, ilegais e informais. E por outro, a partir dessa sistematização torna-se mais apreensível as tramas das realidades desses territórios, assim como dar visibilidade às existências dos sujeitos que compõem o território.

De forma a complementar a composição aqui estruturada, para pôr sob perspectiva e alargar criticamente a compreensão do papel do pesquisador enquanto assessor técnico popular inserido nesses territórios, organizaram-se momentos de troca entre os assessores da Taramela, mas também demais colaboradores de luta que em determinados momentos de colaboração na rede de atuação em defesa desses territórios. Então, realizaram-se rodadas de conversas entre assessores que atuam de forma conjunta comigo de forma a alargar as compreensões sobre essa posição, do lugar da assessoria, frente às ações construídas nos/com os territórios. As rodas de conversas foram baseadas, sobretudo, em três encontros que aconteceram de forma remota. Estavam presentes tanto assessores integrantes do coletivo no qual faço parte, Taramela, assim como demais profissionais que atuam de forma autônoma ou integrantes de outros grupos, como Quintau (dois integrantes) e Escalar (dois integrantes), mas que seguem partilhando estes momentos de ação conjunta com os mesmos territórios.

Para além dos três momentos ensejados, também cabe destacar o II Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste. O evento acontece em Fortaleza, e é resultado do esforço de seis grupos que atuam em cidades do Nordeste, com o objetivo de melhor compreender a práxis em Assessoria Técnica Popular, são eles: Taramela ATAC (Fortaleza/CE), Coletivo Quintau (Fortaleza/CE), Centro de Defesa Ferreira de Sousa (Teresina/PI), CAUS Cooperativa (Recife/PE), Trapiche EMAU (Aracaju/SE) e Coletivo Escalar (Salvador/BA). A atuação tem forte embasamento nas teorias relacionadas aos direitos à moradia, à terra e à cidade, estabelecendo uma relação com práticas que buscam transformar a realidade do espaço e da sociedade. Esta segunda edição do evento aconteceu entre os dias 06 e 10 de abril de 2023.

A partir da presença de movimentos sociais e assessorias de todo norte e nordeste, foi construído um momento de troca de experiências e reflexões no qual auxiliou na composição reflexiva abrindo novos horizontes de pensamento a partir da partilha de espaços e lutas dos sujeitos que estavam presente no evento.

De posse das reflexões mobilizadas pelo Fórum, foi possível descortinar práticas de Assessoria Técnica Popular em diferentes contextos sociais e regionais do país, sobretudo no Nordeste, vislumbrar a assessoria como plataforma dinâmica, construída de maneira interdisciplinar entre os saberes técnicos e populares e abrir-se para compreensão das limitações para o entendimento deste campo.

Com este percurso/trajetória somado à algumas de suas questões e reflexões significativas, o trabalho enfatiza o caso da ZEIS Serviluz e do Cais do Porto de forma que na leitura dos territórios e dos processos neles incidentes, atentamos para as relações e dinâmicas que lhes são semelhantes, sua aproximação geográfica, relação com o mar, e seus históricos de luta pelo direito à permanência e melhores condições urbanas, mas não só. Haja vista a importância da diferença enquanto categoria de análise, e de luta (GLISSANT et al., 2008), como por exemplo os próprios padrões de ocupação do espaço, seus conflitos internos entre os dois territórios e diferenças entre as forças de interesse que neles estão presentes.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa busca mobilizar reflexões a partir dos processos de resistência identificados nos territórios a qual encontra-se inserido, pautando a dupla chave de compreensão do conceito de resistência – processo reativo e criativo; ação e reação. Para tanto, são estabelecidos diálogos com os conceitos de território e territorialidades, vistos como essenciais para a apreensão do conjunto de experiências apontadas.

Expandir o conceito de território é algo que vem sendo mobilizado por movimentos sociais e autores que abordam em seus escritos uma reflexão situada. A título de exemplo, Antônio Bispo, mais conhecido como Nego Bispo, um ativista político, militante de grande expressão no movimento social quilombola e nos movimentos de luta pelo território, discute o conceito de território a partir das relações estabelecidas com os fatores sociais, físicos, culturais e políticos, utilizando-se dos conceitos de *biointeração*, confluência e *transconfluência* (SANTOS, 2015). O que o autor mobiliza é uma construção epistemológica de resgate da identidade na resistência à homogeneização da cultura e exclusão das minorias provocada pela persistência da colonialidade atualizada pelo status atual do capitalismo.

Para Haesbaert (2004) o território – e as territorialidades correspondentes – vão além de limites espaciais e se justapõem em múltiplas escalas e múltiplas conexões reticulares. Os moradores do Serviluz e Cais do Porto, em seu histórico de luta, estabelecem pontes de diálogos com o ente municipal, estadual e federal a depender do projeto em vigor que visse a remoção destas pessoas de seu local de moradia. Por outro lado, com as articulações em conjunto com as assessorias é estabelecido conexões com outros territórios de luta na cidade de Fortaleza, mas também fora dela. Como foi o caso das oficinas realizadas durante o II FATPNE que possibilitou um atravessar de escala, no âmbito regional, a partir do encontro dos moradores do Serviluz e Cais do Porto com comunidades e organizações do Norte e Nordeste presentes no Fórum. Cabe ainda apontar para as próprias divisões internas no território, cada um apresenta uma série de territorializações com suas singularidades[5]. Assim, os territórios são sempre múltiplos e geram, em sujeitos e grupos, uma multiterritorialidade (*ibdem*).

[5] Essa discussão será retomada no capítulo 02.

Territorialidades são compreendidas como o imbricamento do conjunto de ações e práticas exercidas pelas sociedades nos seus respectivos movimentos de apropriação/dominação do espaço com o entendimento ou visão de mundo que caminha concomitante a esse processo (QUINTERO, 2011). Assim, é a articulação de processos físicos e concretos de apropriação do espaço em relação com imaginário social que lhe dá sustentação.

Assim, no diálogo entre Nego Bispo e Haesbaert, podemos apreender que Serviluz e Cais do Porto são compostos por uma trama de relações, sujeitos e camadas que transitam no campo do simbólico-cultural. Seja pela sua fragmentação simbólica em duas ZEIS, cada um com um conselho instituído, suas territorializações do mar em relação aos lugares de surf, suas diferentes condicionantes territoriais, como a presença do trilho entrecortando o Cais do Porto, assim como a presença do Farol, mas que ao mesmo tempo correspondem a imbricação ou a justaposição de múltiplos territórios que, mesmo recombinados, mantêm sua individualidade numa espécie de "todo" como produto ou somatório de suas partes. Esse todo, pode ser lido como o Titã, enquanto territorialização que encontra-se entre Serviluz e Cais do Porto, um território de co-presença, que tende a unir ambos. Sendo também o lugar onde no centro encontra-se a Associação de Moradores, lugar que converge a organização comunitária e a luta da região.

O imbricamento das ZEIS Serviluz e Cais do Porto, é exemplar dessa multiterritorialidade, onde pode ser apreendida como um território só ou como múltiplos, como mencionado acima.

Resistir. Este verbo transitivo indireto tem lugar de destaque nas práticas políticas destes e de todos os tempos ao longo da história. Apresentando sinônimos como oposição, recusa, negação, defesa, não secção, subsistência. Resistir, portanto, do ponto de vista da re-existência, por um lado se distancia das disputas, dos atritos ou enfrentamentos, agindo de forma silenciosa. Por outro, insere-se nas disputas e conflitos, se afirma sob as reinvenções de práticas a partir de ações de sujeitos que se mobilizam no universo das potências, da criação e da inovação. Possibilita, então, abrir-se para o que há de vir a partir de uma concepção de re-existência enquanto afirmação da vida, em sua plenitude (im)possível.

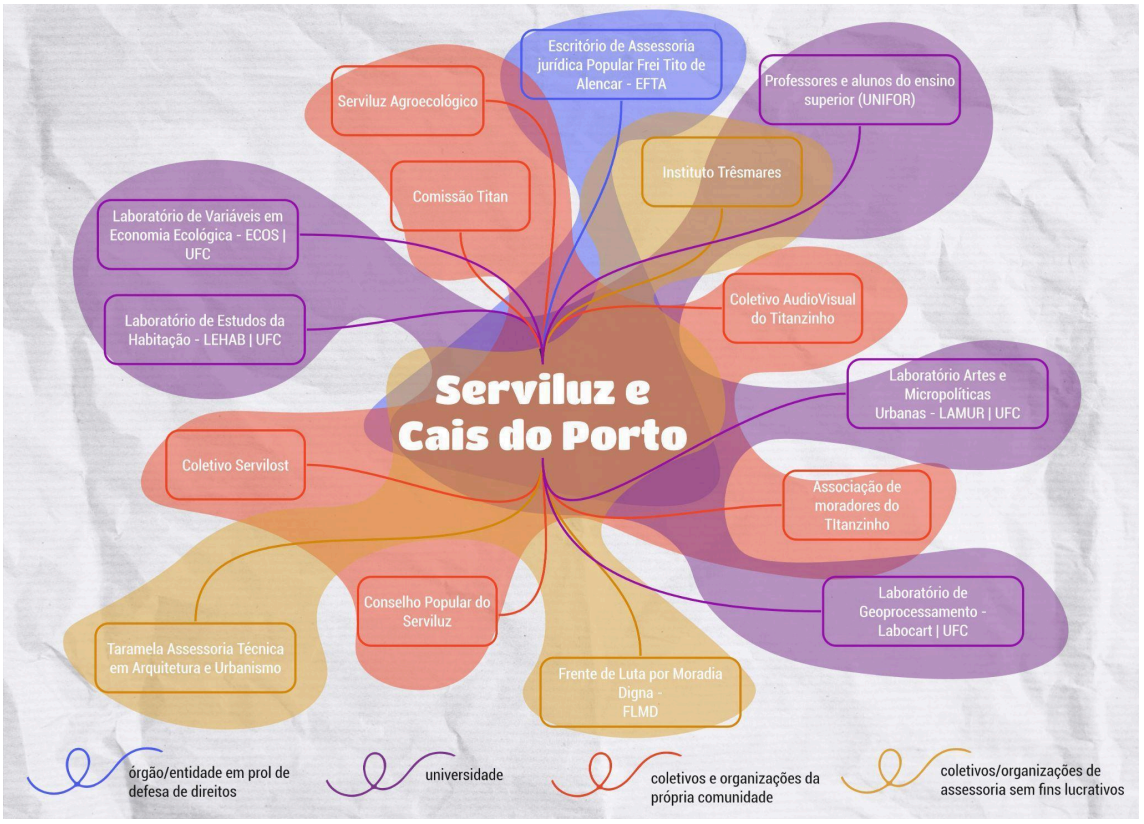
Nesse sentido, dialogando com Campos (2005, p. 77), o autor indica que "os espaços dos pobres podem representar uma maneira de resistência" ao concluir em seu texto a transmutação do quilombo em favela, onde, a partir da existência de redes de solidariedade deu-se um tom político às práticas socioespaciais pautando a luta histórica de mais de três séculos destes territórios contra um sistema escravista e prepotente do poder estatal. O autor tecia suas reflexões de forma ampliada aos territórios populares, mas trazendo para os processos investigados, podemos ver como as redes de solidariedade e afeto são constituídas no Serviluz e Cais do Porto.

Pois são os próprios moradores, reunidos em assembleias e comissões que debatem as demandas do território e estabelecem caminhos para buscar superar as problemáticas frente à uma ausência planejada do Poder Público. De antemão podemos citar a luta histórica pela drenagem e saneamento, na qual o Estado omisso os moradores que, de forma improvisada, construíram uma rede de drenagem e formas alternativas de saneamento para o local. Além disso, há a instância do patrimônio, onde há um total descaso por parte dos órgãos públicos com o Farol, bem tombado. O mesmo encontra-se em situação de abandono e com sua integridade física comprometida, sendo os moradores que, na medida do possível, seguem tentando cuidar deste equipamento que representa um grande símbolo local.

Diante disso, na contemporaneidade o que presenciamos são comunidades constituídas, sobretudo, pela população mais pobre e racializada, atualizando as estratégias e formas de resistência frente às novas camadas e atualizações do sistema moderno-capitalista (PEREIRA, 2017). O que vemos nos territórios é a forte presença de coletivos de moradores, associação, aliança, solidariedade e reciprocidade, não evidentemente sem conflito, mas gestadas pela luta, pelo desejo de mudança, melhorias e garantia de direitos.

Essa coalizão de sujeitos atuantes no território, englobando desde os moradores até universidades, entidades de assessoria técnica e movimentos populares, sendo listado: Associação de Moradores do Titanzinho; Coletivo AudioVisual do Titanzinho; Coletivo Servilost; Comissão Titan; Conselho Popular do Serviluz; Escritório de Assessoria jurídica Popular Frei Tito de Alencar - EFTA; Frente de Luta por Moradia Digna - FLMD; Instituto Trêsmares; Laboratório Artes e Micropolíticas Urbanas - LAMUR | UFC; Laboratório de Estudos da Habitação - LEHAB | UFC; Laboratório de Geoprocessamento - Labocart | UFC; Laboratório de Variáveis em Economia Ecológica - ECOS | UFC; Serviluz Agroecológico; Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Urbanismo. Vide o diagrama a seguir que identifica os agentes inseridos nas lutas destes dois territórios.

**Figura 00.04:** Diagrama dos sujeitos/agentes envolvidos com/nos territórios do Serviluz e Cais do Porto.




**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Para além, também é possível constatar essa trama de sujeitos nas próprias realizações das amostras que acontecem anualmente no território, indo para a sua 11ª edição, em 2023, com o objetivo de criar espaços de encontro e partilha das produções visuais, sonoras e audiovisuais realizadas com o Serviluz.

A partir do exercício de alargar o conceito de resistência, depara-se com a re-existência. A qual é colocada, portanto, enquanto categoria/conceito paradoxal, contraditório, ambivalente e em constante movimento. A adoção dessa abordagem dialoga e conflui, portanto, à uma teia e ao sistema aberto das estratégias metodológicas gerativas e processuais, possibilitando (re)composições com o maior número possível de questões e variáveis abertas (GLISSANT, 2021; MOMBAÇA 2021).

Abordar práticas de re-existência, portanto, coloca o território em e sob perspectiva da relação. Onde ao mesmo tempo que resistir indica suportar e não sucumbir, ao ser alargado para a leitura dos processos e movimentos das práticas cotidianas e sociais indicam, também, uma ação estática, que aguenta indefinidamente, em determinados momentos sem reagir. Representando, assim, um ato de conservar, ou ainda, permanência no espaço e no tempo (MOMBAÇA,

2021). O termo re-existência, portanto, agrega e mobiliza as complexidades da ação dinâmica em contraste ao caráter estático da resistência.

É nesse sentido, que é proposto refletir como se dão estes agenciamentos destas redes e práticas de resistências, sob a perspectiva das re-existências, e de que maneira e até que ponto as práticas e ações re-existentes podem contribuir para a construção de uma sociedade, minimamente, mais descentralizada, solidária e justa.

Não cabe aqui menosprezar os diversos níveis de conflito presentes tanto no ambiente externo, com o próprio Poder Público, quanto no próprio interior do movimento social, pelo próprio estigma internalizado nos territórios. É necessário buscar desdobrar as camadas sobrepostas nesses processos de resistência como forma de apreensão do processo que visa a transformação e mudança. Assim, cada projeto de impacto aos territórios em questão serão investigados de modo a apreender os campos de forças que neles ocorrem, seus sujeitos e agentes envolvidos. Assim, dialogamos com o pensamento da co-presença, buscando investigar suas tramas sem universalizá-las. Ou seja, abrir-se para um outro regime de (in)visibilidade imaginativo que nos permita pensar para fora o abismo, do pensamento abissal (SANTOS, 2007) e conjecturar novos/outros horizontes para o pensamento urbano. É, portanto, trabalhar com o presente, gotejando experiências do passado e vislumbrando o horizonte de um futuro que seja pautado em uma existência mais digna. Surge daí a importância de alargamento imaginativo de possibilidades para esses territórios de luta e resistência, colocando a conjuntura atual como posto, todavia, não como algo imutável e estanque.

Como por exemplo, o ato de sistematizar e expor no Plano Popular do Cais do Porto caminhos e soluções comunitárias como possibilidades outras de se pensar economia solidária, desenvolvimento cultural, desenvolvimento comunitário, entre outros temas presentes no plano, demonstra tais pistas desse processo de pensar para além do que está posto, mas também trazendo consigo as potências presentes no território. Entretanto, é preciso enfatizar que a proposta de debater novos horizontes, novas possibilidades e uma nova forma de organização comunitária e de autonomia territorial não exclui ou enfraquece o debate pela necessidade da implementação de políticas públicas no bairro. Pelo contrário, para que avancemos nessa luta, é preciso que as instituições públicas cumpram os seus papéis, garantam melhores condições de vida para todas e todos e retirem as ameaças que impedem a comunidade de avançar em seus planos. Buscar uma emancipação através do nosso território é enxergar que, enquanto os projetos destinados ao nosso espaço estiverem em diálogo com a lógica capitalista e desenvolvimentista, o cenário de exclusão e dominação sempre se reproduz.

> *"Optamos, então, por buscar caminhos fora dessa racionalidade econômica dominante que, através do mito do desenvolvimento, exclui preceitos básicos para a nossa vida*

> *enquanto comunidade, uma vez que a luta pela sobrevivência diária nos afasta das relações e ações coletivas, do cuidado com o bem comum e do nosso próprio autocuidado" (Plano Popular do Cais do Porto, 2023)*

O desejo em se pensar um Plano Popular, tendo início em meados de 2019, construído coletivamente pelo protagonismo dos moradores, explicitando o que eles almejam mobilizando enquanto perspectivas de futuro e acionamento de afetos para seu bairro sinaliza para a potência e a vontade de construção de um futuro que articule os sonhos e os desejos de melhorias para a comunidade, por meio do planejamento e da organização comunitária. Essa é uma das formas de tensionamentos do planejamento que vem sendo utilizado como ferramenta de resistência das comunidades e que é analisada neste trabalho.

Essa prática comunitária de construção do Plano permite articulações em rede, em conjunto com demais movimentos colaboradores, onde pode ser possibilitado a iminência e florescimento de elementos díspares e ao mesmo tempo contraditórios que podem indicar caminhos outros em que a pesquisa pode seguir. Aqui me refiro aos atos de construção coletiva de territórios. Os agenciamentos dos territórios no qual me encontro inserido são exemplos destes atos de construção coletivas, porém não são os únicos, indo muito além do processo de assessoramento. São compostos de camadas diversas que vão desde as relações de vizinhança, solidariedade e cuidado mútuo nos gestos cotidianos entre os vizinhos, até as reuniões de associações de moradores reivindicando melhorias para o território ou engajando-se contra processos de despossessão e remoções forçadas.

Com base nestas aberturas reflexivas mobilizadas, é ilusório, portanto, pensar em um fazer pesquisa que não seja constantemente atravessado por tais questões do sujeito pesquisador que se apresentam pelas encruzilhadas desta investigação militante e atuante nos territórios.

Assim, a abordagem e escolha da inserção territorial como intenção metodológica da pesquisa abre-se para a possibilidade de apreender os dois territórios a partir da investigação de suas práticas de resistência aos projetos com iminência de remoção dos moradores. Sob a luz do conceito de re-existência, serão mobilizadas reflexões que buscam pôr em perspectiva as camadas de relações articuladas, que perpassam as estratégias utilizadas pelos sujeitos que compõem os territórios em questão, em seus processos de luta.

As práticas de re-existências estudadas por essa pesquisa irão girar em torno das ações desenvolvidas pelos sujeitos que compõem dois territórios, no contexto de elaboração do PIRF e Plano Popular e ameaças de remoção que atravessaram esses processos, cotejando-as entre si. Buscando elementos que as aproximem, mas também aberto às diferenças. Atentando fortemente para os principais agentes e dinâmicas postas.

Mesmo compondo uma pesquisa no campo da arquitetura e urbanismo, realiza-se alargamentos, de forma a ampliar a pesquisa nas dimensões inter e transdisciplinares, considerando a transversalidade entre os conhecimentos, abrindo-se para os campos das ciências sociais, política, geografia, ética, arte, estética e para os saberes dos moradores a partir de outras bases epistêmicas.

> *"A pauta aqui, antiga, é luta por moradia, principalmente contra as remoções. A gente conseguiu juntar arte com política, trazendo o cinema e moradia para o debate" (Morador Pedro Fernandes em momento de reunião da Comissão)*

Isto posto, a partir destas aberturas iniciais aqui indicadas, desdobrando os caminhos metodológicos traçados, assim como os campos reflexivos postos a dialogar, seus autores e interlocutores, apresenta-se a estruturação da dissertação. A pesquisa segue dividida em três capítulos, para além deste momento introdutório se delineando da seguinte forma:

No capítulo 1, **Construindo territórios abertos - disputas a partir de processos colaborativos e coletivos de luta** , serão alinhavadas as aberturas reflexivas realizadas até então, colocando sempre que possível a perspectiva das construções e colaborações coletivas trilhadas nos territórios ao longos dos processos no qual me encontrava inserido e atuando enquanto assessor. A atuação e experiência nos territórios enquanto pesquisador e militante conformará a pesquisa-ação aqui proposta, mediando o debate teórico com as cartografias e reflexões germinadas no e a partir do território e seus moradores.

Assim, dar-se maior profundidade às reflexões que surgem a partir do histórico de lutas e resistência aos grandes projetos urbanos que os moradores dos territórios em questão têm enfrentado pautando a construção coletiva de estratégias de articulação e defesa em prol da permanência dos mesmos, mobilizando as questões referentes à pesquisa militante com maior robustez. Será construído o percurso que me fez chegar até o dia de hoje como assessor técnico e pesquisador, sendo de fundamental importância a inserção nos territórios populares da cidade, sobretudo os litorâneos, como são o Serviluz e Cais do Porto.

Seguindo para o capítulo 2, **Território de Fortaleza em disputa – tramas e desenlaces**, terá como mobilização conceitual, sobretudo, o exercício de alargamento crítico dos conceitos de acumulação por espoliação (Harvey, 2004) a partir da interlocução com as reflexões trazidas por Denise Ferreira da Silva (Silva, 2020) e Ananya Roy (2019) a partir da inserção racial no debate marxista sobre acumulação capitalista do espaço urbano e seus desdobramentos contemporâneos. Para tanto, a discussão também será atravessada por reflexões sobre a constituição normativa do planejamento urbano contemporâneo, pautando os regimes de exceção (Agambem, 2004).

Será realizado uma problematização e tensionando suas contradições, mediante constante processo de grandes projetos de urbanização e impacto nos territórios populares, os quais seguem a lógica neodesenvolvimentista de um projeto moderno colonial de cidade. Será enfatizado e posta em relação, a partir do mergulho na escala dos territórios nos quais a pesquisa se insere, essas lógicas impostas, suas tramas e conflitos..

No capítulo 3, **Territórios de re-existências - Serviluz e Cais do Porto entre linhas e torções,** o debate parte da constelação conceitual desde o entendimento das resistências cotidianas e territoriais (Scott, 2002, 2011; Zibech, 2011), até a noção de re-existências de Porto-Golçalves (2006) dialogando com reflexões sobre fuga (Moten e Harney, 2016; Bona, 2020) e insurgências territoriais (Miraftab, 2016). A partir da conjuntura exposta nos capítulos anteriores, iremos abordar a perspectiva de enfrentamento e re-existência dos moradores destes dois territórios frente à lógica imposta, pautando suas práticas e estratégias de resistência. Será buscado o movimento constante de interpelar as questões e aberturas reflexivas com as práticas de re-existências reconhecidas nos territórios, através dos caminhos trilhados pela pesquisa.

Neste capítulo, será focalizado, então, as práticas re-existentes em torno das formas de planejamento alternativo que os moradores do Serviluz e Cais do Porto têm construído a partir dos agenciamentos e rede de atuação que os atravessam as colaborações e construções coletivas inerentes a este planejamento.

E, por fim, o quarto capítulo, **dos finais para os fim-mais**, corresponde às considerações finais e aberturas indicadas pela pesquisa. Assim, as reflexões aqui postas pela pesquisa são frutos de um diálogo direto com os os sujeitos que compõem os territórios onde a pesquisa se insere, estando imerso nas lutas e defesas destas comunidades tomando parte nas ações coletivas em prol da luta pela permanência daquela população. Percorrendo os territórios, tecendo fios de investi(ação), me encontro presente como um dos sujeitos atuantes e colaboradores nas lutas de re-existência territoriais travadas, a partir das conexões e redes de solidariedade e afeto estabelecida com as pessoas que ali vivem e mostram modos outros de habitar, re-existir face aos processos de despossessão.

# CAP. 1

## Construindo territórios abertos: disputas partir de processos colaborativos e coletivos de luta

Seguindo mergulhando nesse processo de aberturas da escrita e alargamentos reflexivos da pesquisa, me detenho, por ora, nesse lugar que ocupo a partir das colaborações e construções coletivas nos processos de luta do Serviluz e Cais do Porto. Será desdobrada essa atuação, enquanto assessor popular e militante, o caminho trilhado até o momento e quais seus pontos de tensionamentos e inflexão.

Para dar início a essa abertura de caminhos, elabora-se a figura seguinte, sistematizando algumas das diversas experiências que participei e sigo participando enquanto assessor, sendo elas: Elaboração do PIRF da ZEIS Serviluz, Praia do Futuro IIB, Mucuripe, Poço da Draga, Moura Brasil e Pirambu; além da colaboração na construção do Plano Popular do Cais do Porto e os desdobramentos oriundos desse processo, como o questionário/censo aplicado para as casas impactadas pelo decreto de remoção da área de entorno do Farol. Essas atividades já aconteceram no âmbito profissional, após minha formação. Porém, neste diagrama indicado relaciona-se, também, os percursos da minha graduação, indicando participação em grupos de pesquisa e monitoria. Todas elas correspondem à diversidade de encontros e atuações com/nos territórios populares da cidade de Fortaleza.

Esse compilado de experiências encontra-se dialogando com as três dimensões que dão base ao corpo dessa pesquisa. Neste sentido, reforça-se que este trabalho corresponde a um diálogo que constantemente permeia e é permeado por estas dimensões e suas inter-relações. Em outras palavras, a dimensão social, enquanto prática profissional, de assessoria, práticas de resistência e pesquisador militante, atravessa e é atravessada constantemente pela inserção em lugares institucionais e seus tensionamentos e disputas ao mesmo tempo que se articula com o exercício de alargamento crítico de produção de conhecimento e realidades .

Assim, são citadas algumas instituições e lugares nos quais estive inserido e que me possibilitaram uma abertura de horizontes reflexivos tanto sobre as complexidades referente ao planejamento urbano no âmbito de gestão pública, mas também para um olhar crítico de ocupar estes lugares.

Neste sentido, o desdobramento desta própria investigação militante se sustenta em relação à “prática”, “teoria” e “ideologia”, articulando assim três dimensões de práxis de resistências: a “dimensão social”, a “dimensão política” e a “dimensão epistêmica”. Estas três dimensões dialogam com um texto de Boaventura de Souza Santos (2010, p. 226) no qual distingue o “epistemological field” (campo epistemológico) do “social and political field” (campo social e político).

É da prática que emana a necessidade assim como a possibilidade de teorizar o real e são elementos ideológicos que de forma explícita, ou implícita,

influenciarão como agimos e como que procuraremos, a partir deste agir, compreender o real (BARTHOLL, 2015).

Deste modo, este capítulo encontra-se dividido em duas seções, sendo elas: 1.1 (con)seguir flores na areia, na qual trago minhas experiências em territórios populares litorâneos, indicando esse percurso pessoal e o florescer de reflexões iniciais. Pois, em sua segunda seção, 1.2 florescer re-existências, dentre os territórios indicados na seção anterior, me detenho no Serviluz e Cais do Porto, de forma a trazer este florescimento a partir das práticas e ações que os moradores têm realizados ao longo dos anos frente os processos de remoção.

**Figura 01.01:** Colagem ilustrativa dos territórios de atuação do pesquisador.
**Fonte:** Elaborado pelo autor.

**Figura 01.02:** Relação das três dimensões da pesquisa e as experiências/caminhadas do pesquisador.
**Fonte:** Elaborado pelo autor.

## 1.1 (con)seguir flores na areia

Faz-se, por ora, um resgate dos momentos de troca e experiências com os territórios populares litorâneos nos quais atravessei e que sigo, em maior ou menor grau, acompanhando enquanto assessor. O título desta seção foi concebido pensando nesta minha atuação na qual venho construindo estes momentos de assessoria e construção coletiva localizando-se, sobretudo, em territórios litorâneos. Para esse exercício de mergulho em momentos passados, estes, anteriores à minha inserção na Taramela, torna-se preciso uma contextualização desde minha graduação.

Em 2016, durante a graduação, participei de um grupo de pesquisa sobre o processo de regulamentação das ZEIS em Fortaleza. Esta participação foi uma abertura de caminhos que marcou minha trajetória. A pesquisa intitulada Metodologia de Implantação das ZEIS na cidade de Fortaleza, através da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) orientada pela professora Amíria Brasil, se propôs a elaborar modelos de análise acerca do processo de implementação das ZEIS na cidade. Para além dessa reflexão sobre o instrumento, o grupo de pesquisa também apresentou um desdobramento prático de total inserção no território do Poço da Draga, delimitado enquanto Zonas Especial de Interesse Social do Tipo 1 (ocupação)[6].

A inserção no território possibilitou a construção de um censo comunitário, em parceria entre o Movimento ProPoço, explicitando a possibilidade de autoconhecimento da comunidade e a divulgação interna para os demais moradores os dados levantados, assim como o reforço das narrativas de vida desta comunidade.

O Poço da Draga, localizado no litoral da cidade de Fortaleza, sofreu, ao longo dos anos, diversas tentativas de remoção. Dentre as ameaças mais atuais, destacamos 2008, com o anúncio, pela Secretaria de Turismo do Governo do Estado, da construção de uma megaobra: o Acquario Ceará — o qual, segundo o projeto apresentado pelo órgão, seria o maior da América Latina e o quarto maior do mundo em litros d'água. Após, com o Plano Diretor de 2009 o macrozoneamento delimitou uma área ambiental no interior da comunidade, o que posteriormente intensificou as ameaças de remoção com o advento do início das obras do referido aquário, a partir de 2012.

É preciso destacar a relação de grande proximidade do Poço com com o sítio histórico do antigo porto de Fortaleza, composto por bens imóveis de grande relevância histórico-cultural tais como a antiga Alfândega (atual Caixa Cultural), a sede da Secretaria Estadual da Fazenda, as pontes Metálica e dos Ingleses, o Paredão Hawkshaw, o Pavilhão Atlântico, os armazéns que foram sedes de antigas

[6] Em 2009 a comunidade foi transformada em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) pelo Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor).

empresas de importação e exportação (como, por exemplo, o Armazém Boris). Equipamentos que marcaram a afirmação de Fortaleza como capital de fato e de direito do Ceará através do comércio internacional do algodão. Dessa forma, identifica um grande interesse pela localização em que a comunidade do Poço está inserida, sendo objeto de estudo para construção de equipamentos culturais, empreendimentos habitacionais de alto padrão, dentre outros. Porém, em sua grande maioria, considerando a total remoção da população.

Estas ameaças, a partir, sobretudo, de 2009, promoveram nos moradores o sentimento de resistência que se transformou em movimentos e organizações de luta pela sua moradia naquela localização[7].

A memória, a tradição e a importância histórica do Poço da Draga para Fortaleza são pautas constantemente reiteradas por organizações e movimentos de moradores. Destacamos, neste contexto, a ONG Velaumar e o Movimento ProPoço como os atualmente mais ativos nesse sentido. Dessa forma, os moradores mobilizam iniciativas independentes, em colaboração com entusiastas pela causa de pertencimento à comunidade do Poço da Draga. O movimento realiza atividades como visitas guiadas, bazares e mostras culturais na região que reiteram a importância da preservação da identidade do Poço da Draga, apostando na construção de uma narrativa de pertencimento. Muitas destas iniciativas e eventos, são coordenados pelo morador Sérgio Rocha, geógrafo que habita, com sua família, na comunidade desde o seu surgimento.

Assim, os conflitos e ameaças de remoção que os moradores enfrentam envolvem, além de ser uma área turística de interesse econômico na cidade, a delimitação do zoneamento que demarca boa parte da comunidade como Zona de Proteção Ambiental por causa do Riacho Pajeú. Essa situação oriunda do macrozoneamento faz com que o poder público enxergue aquela área da comunidade como área de risco, discurso que é constantemente refutado pelos moradores e pessoas que pesquisam e assessoram o território.

A questão gira em torno da real localização da foz do Riacho Pajeú, onde há cartografias antigas que demonstram que esta estaria fora da comunidade, não justificando, a priori, a delimitação de Zona de Proteção Ambiental.

Além disso, a construção do Acquário do Ceará[8], e o reforço ao desenvolvimento da atividade turística naquela área também são ameaças à permanência da comunidade devido à iminência de valorização fundiária e imobiliária. Pois está localizada na zona com maior índice de infraestrutura da cidade, apresentando rápido acesso aos demais bairros, proximidade com equipamentos públicos de lazer e culturais e regiões de alto valor do metro

[7] Sobre o histórico de luta pelo território e a identificação da comunidade com o seu lugar, recomendamos a leitura de Neivania Silva Rodrigues (2018) e Marília Passos (2019).

[8] A construção do Aquário encontra-se paralisada, sem nenhuma previsão de retorno.

quadrado, como Av. Beira-Mar. Todavia, contrastando estes os investimentos públicos e benfeitorias urbanas, as quais pouco chegam ao Poço da Draga, com uma comunidade que não tem sequer saneamento básico.

Em 2016, foi realizado um levantamento censitário "Um Olhar Sobre o Poço", organizado ao longo de quatro meses pelo movimento em parceria com alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Fortaleza (Unifor) sob coordenação da professora Amíria Brasil. Como já mencionado, este grupo de pesquisa, no qual fazia parte na época, tinha como objetivo refletir sobre a regulamentação das ZEIS em Fortaleza, onde o Poço da Draga apareceu a partir de aproximação anteriores de participantes do grupo com o território o qual, a partir de então, foi possibilitado que este espaço de reflexão fosse desdobrado em uma colaboração para elaboração de censo comunitário da comunidade. A articulação desta pesquisa em prol da elaboração do censo comunitário deu-se através da iniciativa de seus moradores do movimento ProPoço buscando realizar um levantamento de dados da comunidade que mostrassem a realidade do local, instrumentando a defesa frente à ameaça de remoção advindas do poder público na época.

Aplicada em 90% das unidades habitacionais do Poço da Draga, a pesquisa elaborou um panorama dos seguintes índices na comunidade: habitação (quantidade de moradores da residência, gênero, etnia e estado civil do/a chefe da família); histórico (quantidade de tempo que o entrevistado reside na comunidade, a razão pela qual escolheu essa residência, o município de sua origem e a intenção de permanecer ou não na localidade); grau de escolaridade; emprego (tipo de ocupação, a quantidade de salários mínimos média da residência e participação ou não em programas sociais); residência (propriedade da casa, existência da cobrança do Registro Imobiliário Patrimonial, material construtivo utilizado na edificação, existência de saneamento básico feito pelos próprios moradores e quantidade de compartimentos e pavimentos na residência); prática de esporte; relação com a Praia de Iracema (questionamento se a comunidade perderia a sua identidade caso não existisse o acesso à praia); Acquario Ceará (opinião do morador em relação ao equipamento e sobre as possíveis influências à comunidade) e, por fim, percepção do morador quanto à segurança no Poço da Draga (BARROS et al., 2016). A pesquisa contou com adesão de outros moradores e lideranças, para além do Sergio, que conseguiram articular uma quantidade representativa de moradores da área e facilitou a mediação do questionário aplicado.

Assim, a partir do ensejo dessa pesquisa é construído uma metodologia sócio-espacial participativa, mediante levantamentos de dados, aplicação de

questionários e entrevistas nas residências do Poço da Draga[9]. A aplicação do levantamento participativo serviu como um importante instrumento de investigação e análise de aspectos sociais e econômicos da comunidade e também de auto reconhecimento dos próprios moradores.

A materialização dos dados obtidos em forma de gráficos e cartografias temáticas possibilitou uma perspectiva outra no olhar da comunidade. Pois basta uma breve busca em publicações de jornais cearenses, nas últimas décadas, para identificar que, quando o Poço da Draga se torna notícia, os discursos acerca da região são os de violência e pobreza — é, por excelência, o lugar da falta.

A partir da conclusão da pesquisa, foi possível construir uma visão diferente do que a narrativa convencional divulga. O Poço caracteriza um lugar de resistência e memória. Essa visão também foi possibilitada graças ao contato direto com os moradores, a partir do estreitar de laços, seja nos levantamentos das casas, seja nas aplicações dos questionários ou mesmo em conversas informais com os membros do Movimento ProPoço. Onde possibilitou-se a troca de experiências em suas histórias vivenciadas no local.

Neste mesmo período, segundo semestre de 2016, eu estagiava no Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor), onde estava sendo discutido, dentre outras questões, o processo de regulamentação das ZEIS, a atualização do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza (PlhisFor) e o Plano Fortaleza 2040 (F2040). O Iplanfor, era a instância da prefeitura que estava coordenando estes processos no âmbito de planejar a cidade, desde a atualização dos ditos assentamentos precários (nomenclatura descrita pelo PlhisFor para os territórios populares como favelas, mutirões, cortiços dentre outros, mas também com um plano estratégico que tinha como objetivo criar uma visão de futuro para cidade até 2040. O F2040 foi um processo que contou com uma baixa participação efetiva da população da cidade, o que fez com que o plano não conseguisse sair do mundo da utopia, não apresentando um concreto desdobramento no real. Um plano abstrato, com forte caráter rodoviarista propondo grandes corredores de circulação de veículos e alargamentos viários, os quais não foram implementados até então.

Essa experiência  me possibilitou alargar meu campo de visão crítica quanto aos processos e agentes envolvidos no jogo de forças e disputas da cidade. Pois ao mesmo tempo que estava inserido no grupo de pesquisa, refletindo sobre os processos de planejamento da cidade, mais detidamente no instrumento das ZEIS, também me encontrava inserido nestes espaços institucionalizados, no Iplanfor, que debatiam a atualização do PlhisFor e a construção do F2040. Haja vista a dupla posicionalidade, ora tensionando internamente através do órgão público no qual eu

[9] Para maiores informações sobre o processo recomenda-se a leitura de "Conhecendo o Poço Da Draga: Uma Proposta Conjunta de Levantamento de Informações sobre a Comunidade" (BARROS et al, 2016).

estagiava, pois nos momentos de reunião e debates sempre me posicionava em prol da permanência e melhorias para estes territórios populares, frente às propostas de remoção que vez ou outra apareciam veladas com a narrativa de urbanização, e ora enquanto academia, enquanto voluntário na pesquisa de iniciação à pesquisa, durante a graduação, envolvido diretamente com os moradores e movimentos sociais de luta pelo direito à cidade e moradia digna, como a rede da Frente de Luta por Moradia Digna (FLMD) a qual tive contato a partir da atuação no Poço da Draga.

Em momento posterior, já mais próximo do final da minha graduação, me aproximei das leituras marxistas sobre a acumulação de capital e a sobreacumulação, participando de grupo de pesquisa sobre financiamento das cidades[10]. Esse mergulho nestas referências foi importante para, em primeiro momento abrir os caminhos teóricos e pôr em relevo questões epistêmicas de apreensão das dinâmicas urbanas e as lógicas capitalista que atravessam a cidade, onde foi possível ter uma visão mais relacional dos projeto urbanos de grande impacto tendo em vista a disputa de interesses entre os agentes envolvidos nos mesmos. Em segundo momento, este mais recente, já inserido no mestrado em arquitetura e urbanismo na Universidade Federal da Bahia (UFBA), me fez alargar criticamente as reflexões de tais bibliografias de forma a alinhavar e estabelecer pontes com os pensamentos e diálogos que estou me propondo a mobilizar nesta dissertação.

Já formado, participei de um processo seletivo para arquiteto e urbanista, no final de 2018, para coordenar o processo de elaboração do Planos Integrados de Regularização Fundiária (PIRF) indicados para a Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Junto comigo, mais sete profissionais do mesmo campo, entraram no processo de elaboração dos PIRFs das ZEIS Serviluz, Mucuripe e Praia do Futuro II B. Os três territórios foram, dentre as 10 ZEIS prioritárias[11], indicados para elaboração dos planos. O processo referente à Unifor para elaboração dos PIRFs foi o primeiro a selecionar o corpo técnico e começar as atividades.

Foram selecionadas 10 ZEIS para elaboração dos planos, onde a divisão foi feita de tal forma: três delas (ZEIS Serviluz, Mucuripe e Praia do Futuro II B) ficaram sob responsabilidade da UNIFOR; outras três (ZEIS Poço da Draga, Bom Jardim e Pici) sob responsabilidade da UFC; já a UECE ficou encarregada de outras três (ZEIS Moura Brasil, Pirambu e Lagamar). A Zeis Dionísio Torres foi acrescentada

[10] Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico da pesquisa intitulada "O Financiamento da Cidade e As Novas Estratégias de Mobilização de Mais-Valia Urbanas"

[11] Nos dias atuais são 12 ZEIS prioritárias. As ZEIS Cais do Porto e Cajazeira foram consideradas no final do ano de 2022 como prioritárias, tendo seu Conselho Gestor eleito. Porém, suas atividades referentes ao PIRF ainda não foram iniciadas até o presente momento de escrita desta dissertação.

posteriormente, tendo seu plano elaborado pelos próprios funcionários do IPLANFOR com auxílio de professores e pesquisadores que demonstraram interesse.

Foi possível refletir sobre o lugar da universidade atuando enquanto assessoria. Do corpo técnico que coordenava o processo, na UNIFOR das seis pessoas cinco já tinham contato com o campo da assessoria ou pesquisa investig(ação) em territórios populares. Sendo três destas pessoas, contando comigo, faziam parte da Taramela. Para além dos 6 profissionais selecionados, o processo contou com a participação de três professores da universidade, estes que também já apresentavam percursos de atuação em movimentos sociais e defesa desses territórios. Dentre eles, cabe o destaque para a Joisa Barroso, que fez parte de uma importante ONG na cidade que atuava pelo fortalecimento do movimento popular urbano, o CEARAH Periferia (Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos). A importância deste grupo foi devido os projetos realizados em termos de práticas e políticas de habitação, discutindo as possibilidades de existência e sobrevivência de grupos de assistência técnica e assessoria popular nos diversos cenários políticos vividos e assim projetar e se preparar para o futuro enquanto sociedade civil.

Com a participação enquanto um dos arquitetos responsáveis pela elaboração dos PIRFs das três Universidades, estando representando, indiretamente, o Poder Público, já que o Iplanfor coordenava o processo como um todo, me encontrava, mais um vez, na encruzilhada entre envolvimento com a gestão e o processo de assessoria e militância pelo direito à cidade e à justiça habitacional. Essa situação era evidente nos momentos de inserções territoriais para elaboração do diagnóstico. Onde éramos vistos como “Prefeitura”. A necessidade de distinção do lugar da Universidade nesses processos era para evitar situações de recusa dos possíveis entrevistados ou a falta de sinceridade nas respostas, pois como moram em áreas fruto de ocupação irregular, sentem-se vulneráveis diante do Poder Público.

Esse foi um dos primeiros obstáculos a serem vencidos, ao longo do processo. Pois para um produto que representasse a comunidade, era preciso uma relação de confiança com os moradores. Já que estes mesmos territórios que estavam caminhando com sua regularização já passaram por inúmeras entradas de funcionários de diversas secretarias prometendo melhorias e criando expectativas de melhorias para a área. Naquele momento estávamos tentando nos desvincular desta imagem para ter uma maior aceitação por parte dos moradores para a elaboração participativa de todas as etapas do PIRF. Esse obstáculo foi sendo vencido a partir do momento que pessoas envolvidas nessa elaboração foram reconhecidas por compartilhar espaços de luta em prol do instrumento da ZEIS, como a atuação de integrantes na FLMD e participantes da Taramela, além da atuação histórica reconhecida de Joísa no CEARAH Periferia.

Dessa abertura de caminhos, a partir da experiência da UNIFOR, com me vi envolvido nos outros processos de elaboração dos PIRFs das demais ZEIS prioritárias. Participando e sendo selecionado em todos os processos de seleção/contratação dos trabalhos desenvolvidos, no que tange a elaboração dos PIRFs, a partir de seleção aberta com análise curricular e entrevista.

Fiz parte da elaboração, para além dos três territórios indicados anteriormente, dos planos da ZEIS Poço da Draga, Pirambu e Moura Brasil. Neste último foi convidado para colaborar apenas no diagnóstico urbanístico, devido à elaboração de cartografias e análises espaciais que a equipe responsável não conseguiu elaborar devido imprevistos. Já para os PIRFs da ZEIS Poço da Draga e Pirambu minha atuação se deu na elaboração do diagnóstico urbanístico e plano urbano. Cabe destacar os distintos vínculos entre estes territórios. No caso da ZEIS Poço da Draga, o trabalho foi elaborado pela Universidade Federal do Ceará, apresentando uma equipe multidisciplinar, mobilizando os campos da Sociologia, Direito, Urbanismo, Geografia, Economia e Políticas Públicas. Diferentemente da experiência da Unifor, que foi concentrada apenas no envolvimento da área da Arquitetura e Urbanismo. Já no caso da ZEIS Pirambu e Moura Brasil, de responsabilidade de elaboração da Universidade Estadual do Ceará, a mesma não conta com o curso de Arquitetura e Urbanismo, porém ainda foi possível visualizar uma maior multidisciplinaridade do que a Unifor, por exemplo.

Cabe destacar também que os orçamentos para as três universidades foram completamente diferentes. No caso da Unifor o valor girou em torno de R$345 mil reais[12]. O que destoa bastante da importância destinada à UFC e UECE que foi na escala de mais de R$2 milhões para cada[13]. O que, de certo modo, torna-se compreensível a razão da Unifor não ter conseguido a construção de uma equipe multidisciplinar.

Foram discutidas e elaboradas ferramentas específicas que poderiam dialogar com os territórios ao mesmo tempo em que contribuíram para conhecê-los e apreender suas dinâmicas territoriais. Destas ferramentas, destaco: a aplicação de questionários de visita domiciliar com os moradores; o mapeamento rua a rua; e entrevistas. Contudo, para o uso e eficácia destas ferramentas, pressupõe uma relação de proximidade e de confiança com a comunidade, algo que necessitou ser construído desde o início nas primeiras reuniões promovidas pela equipe das Universidades com os moradores, lideranças comunitárias e representantes do Poder Público. Dos três processos desenvolvidos pelas três Universidades, merece destaque a implementação do Escritório de Campo pela

[12] Conforme Termo de Colaboração nº 01/2018 entre UNIFOR E Iplanfor, publicado no Diário Oficial do Município nº 16.376 de 01 de novembro de 2018.

[13] De acordo com Termo de Colaboração nº 001/2019 entre Secretaria das Cidades e Fundação Universidade Estadual do Ceará, Diário Oficial do Estado de 01 de novembro de 2019 e Termo de Colaboração entre Centro de Treinamento e Desenvolvimento (CETREDE) e Iplanfor, publicado no Diário Oficial do Município nº 16.519 de 07 de junho de 2019.

UFC, justamente para estreitar essas relações entre a equipe técnica que estava elaborando os produtos e a população das respectivas ZEIS, no caso Poço da Draga, Bom Jardim e Lagamar.

O escritório utilizava uma estrutura pré-existente no local de uso comunitário. No Poço da Draga foi instalado em uma Escola Municipal que os moradores já costumavam realizar eventos e reuniões no local. Assim, tinha como principal função auxiliar a população no processo, tirar dúvidas e agilizar determinadas atividades, já promovendo a possibilidade de observar, ouvir e anotar.

De forma geral, mesmo diferindo a metodologia e abordagens entre cada universidade, foi apresentado para cada um destas ZEIS selecionadas os seguintes produtos[14]:

- Diagnóstico socioeconômico, físico-ambiental, urbanístico e fundiário da comunidade;
- Plano Urbanístico;
- Normatização Especial de Parcelamento, Edificação, Uso e Ocupação do Solo;
- Plano de Regularização Fundiária;
- Plano de Geração de Trabalho e Renda;
- Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social;
- Compatibilização dos Planos;
- Plano de Trabalho.

Estando presente na construção das diferentes universidades, foi possível adensar reflexões sobre estes processos de regularização do instrumento. Dentre as primeiras que posso citar seja a instância da mobilização. Etapa de fundamental importância na busca de encontrar possibilidades de acionar e acrescer redes de contato e engajar os moradores e sua participação. Cada universidade utilizou-se de métodos e instrumentos diversos ao longo do processo. Como já mencionado, a UFC conseguiu instalar um escritório de campo e possuir mobilizadores, estes que eram moradores e lideranças dos seus respectivos territórios, que recebiam uma bolsa para esta atividade. Na experiência da Unifor, este processo de inserção e primeiras aproximações com os territórios foi realizada através do próprio corpo técnicos, Arquitetos(as) e os(as) estagiários (as) inseridos em cada ZEIS realizando o contato direto com os moradores em rotas pré estabelecidas de mobilização e divulgação do processo.

Presentes diretamente nesse contato mais direto com os moradores, em paralelo aproveitamos para ouvir atentamente os moradores, bem com comunicar sobre a ZEIS e o PIRF, seja na abordagem inicial ou no final de cada conversa com o morador quando perguntávamos se o mesmo já ouviu falar sobre o PIRF ou se sabia

[14] Os produtos em sua totalidade, assim como demais informações gerais sobre cada uma das ZEIS encontra-se disponível no link: https://zonasespeciais.fortaleza.ce.gov.br/

do processo que estava iniciando na sua comunidade. A presença do pesquisador em campo possibilitou a tradução de termos, até então, desconhecidos pelos moradores, como instrumentos urbanísticos, zoneamento, até mesmo ZEIS, que muitos não sabiam o significado da sigla e sua importância enquanto instrumento.

O maior diferencial do processo da Unifor para as demais Universidade foi justamente que os seis Arquitetos (as) Urbanistas estavam inseridos e participando de todas as construções coletivamente de todos os territórios e de todos os produtos. O que deu uma unidade e visão global de todo o percurso, além de possibilitar um estreitamento de relações com os moradores de forma mais direta.

Já a UECE, ao meu ver, teve um processo de mobilização mais deficitário, eram impressos materiais gráficos que eram distribuídos nas casas, porém a presença dos profissionais técnicos não se fazia presente, como no caso da Unifor. O que distanciou, em certo ponto,  a apreensão e até mesmo o estreitar de laços tão necessário entre os técnicos que estavam elaborando os produtos e os próprios moradores. Esse distanciamento acabou repercutindo, também, na participação efetiva da comunidade, o que ficava perceptível nas reuniões realizadas no território que não alcançaram uma quantidade satisfatória de pessoas.

Importa destacar o diferencial dos responsáveis pela elaboração de cada produto estarem praticando o exercício de ouvir e comunicar, evitando uma postura meramente censitária ou de coleta de informações simplesmente. Este foi um outro grande destaque quando se correlaciona a atuação das três Universidades. Pois a UFC e Unifor já apresentavam interesses e pesquisas em prol destes territórios em ZEIS, cada uma delas já apresentavam grupos de pesquisas, projetos de extensão, práticas em disciplinas mais voltadas para o campo do urbanismo e planejamento urbano, o que facilitava o reconhecimento dos moradores com estes profissionais. Para que, justamente, não fossem confundidos com funcionários da Prefeitura, que pudessem estar ali para fiscalizar, notificar e denunciar situações de descumprimento da lei.

Esta relação entre os distintos processos, diferenciando pelas universidades e suas formas de conduzir o processo apresenta material de reflexão para uma outra pessoa. Porém, este não será o foco. Recomendamos a leitura do artigo “Planejando a Regularização Fundiária de Interesse Social em Fortaleza: os casos das ZEIS Mucuripe, Praia Do Futuro IIB e Serviluz” (RABELO, et. al. 2021), onde descreve o processo da Unifor e o livro “Aprendizados e Desafios da Participação: A Experiência do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF)” (BARREIRA, et. al, 2021), no qual faz uma reflexão crítica e acadêmica sobre a experiência da UFC.

Isto posto, o caminho trilhado a partir dessas experiências, inserções e envolvimento com as comunidades, me levou a atravessar e ser atravessado por uma atuação militante de assessor técnico popular, a qual vem sendo construída inserida nos campos de ação da Taramela. Pois foi justamente deste contato mais

direta e aproximada com pessoas da organização ao longo dos PIRFs da Unifor que me inseri na Taramela, onde sigo até os dias de hoje.

Da elaboração dos planos, foi possibilitada uma entrada muito acolhedora em diversos espaços: convites para eventos festivos de cada território, convites para um café após uma conversa e aplicação de questionário na casa de moradores, caminhadas ao longo dos territórios acompanhada de pessoas importantes na história de luta de cada território, dentre outros.

Desta dupla posicionalidade, a qual, constantemente, me encontrava, emergiram inúmeras questões e diversos desafios foram postos. Em primeiro momento, vale destacar que meu contato direto com a Taramela e inserção de fato no coletivo se deu através dessa experiência de elaboração do PIRF na Unifor, todavia, antes já desenvolvia ações que dialogavam direta ou indiretamente com as atividades que o coletivo acompanhava, como por exemplo na graduação com o grupo de pesquisa que buscava refletir sobre o processo de regulamentação das ZEIS na cidade.

Isto posto, destaca-se para os principais embates e pontos de tensionamento ao longo dessa encruzilhada de dupla posicionalidade, encontro com outros sujeitos e mundos ao longo das experiências apresentadas:

1. Divergência nos entendimentos entre os funcionários do Iplanfor e os técnicos responsáveis pela elaboração do processo de elaboração de um plano, no caso o PIRF, desta complexidade, atrelando-se a um prazo de execução (6 meses) que não leva em conta as especificidades de cada território, construindo um horizonte de construção de um plano que se distancia das realidades dos territórios e moradores e seus tempos. O prazo previamente estipulado pelo Iplanfor para realização destes planos, para cada Universidade, era de 6 meses. Porém, nenhuma das três experiências conseguiu executar esta previsão. Muitas são as questões a serem vencidas ao longo de um processo tão complexo quanto este. Primeiramente, por envolver um plano que atravessa questões fundiárias, econômicas, sociais, urbanísticas, dentre outras, há um esforço inicial enorme para aquisição dos dados de cada secretaria municipal que trabalhe com estas questões. O que já impacta consideravelmente, pois a elaboração das análises necessita deste ponto de partida. Além disso, o próprio tempo dos moradores é um fator crucial. Pois ser Conselheiro, no Conselho Gestor, é um esforço que ocorre sobreposto ao horário de trabalho, compromissos domiciliares, dentre outras questões pessoas;
2. Execução do plano para fins de prestação de contas e questões orçamentárias. As amarras burocráticas não davam conta de adaptar-se aos diferentes contextos de cada território. Por exemplo, o Serviluz é um exemplar de lutas e organização social consolidado, a ZEIS Mucuripe, por outro lado, necessitou de um maior tempo para mobilizar os moradores para

alcançar uma mínima participação. Então a vinculação destes processos a linhas de ação e atuação da gestão, impactou em molduras rígidas que não permitiam muitas adaptações de tempo e remanejamento orçamentário;

3. Em síntese, notou-se a necessidade de ter uma melhor mediação de tempos. Correlacionar os tempos dos profissionais técnicos, das demandas do poder público supervisor do processo, no caso Iplanfor, e, sobretudo, dos moradores para possibilitar a elaboração do material (textos, mapas, análises etc.) que irá compor os planos[15]. Pois sem ter consciência dessas camadas de tempos distintos entre estes agentes, o produto final por incorrer em não apresentar rebatimentos diretos no território, sendo mais um exaustivo processo participativo nessas áreas que acaba sendo engavetada e não executada. Além desses três agentes citados, é preciso ponderar, também, o tempo da Câmara Municipal de Fortaleza (CMF), pois um dos produtos é a legislação específica para cada ZEIS, o que deve ser aprovado e publicado no Diário Oficial do Município. No momento de escrita dessa pesquisa os projetos de lei das 10 ZEIS com PIRF realizado já foram entregues para a CMF, porém ainda aguardando votação e aprovação das mesmas.

Além disso, a partir do momento que você se encontra inserido, mesmo que de forma indireta, por meio de prestação de serviço, no Poder Público, lhe são atravessados informações, situações e indicativos de ações previstas que vão de encontro às dimensões políticas e ideológicas. Em diversos momentos ao longo da elaboração dos produtos na experiência da Unifor, fomos atravessados por imposições de tomada de decisão por parte do Iplanfor sobre como deveríamos proceder e encaminhar determinados produtos. Estas disputas políticas e ideológicas foram um obstáculo significativo para a experiência mencionada, impactando em paralisações da nossa inserção territorial para mapeamento, conversas com moradores e aplicações de questionários.

Para além, ainda neste mesmo contexto, em determinado momento chegou para nosso conhecimento a necessidade de uma compatibilização com o Plano F2040. O projeto previsto para as três ZEIS sob responsabilidade da Unifor, no que tange a elaboração de seus PIRFs, desconsiderar as existências locais representando grandes quantidades de remoção para abertura e alargamento viário. à indicação de um quantitativo representativo de moradias a serem removidas. O exemplo mais drástico era que as moradias da ZEIS Praia do Futuro IIB estavam, em sua totalidade, indicadas como remoção. No momento que a equipe tomou conhecimento dessa situação ainda estavam em processo de finalização do diagnóstico e leitura do espaço. O que deixou evidente a forma fragmentada do

[15] De forma a tentar registrar o processo de elaboração dos PIRFs pela UNIFOR, elaborou-se o artigo "Planejando a Regularização Fundiária de Interesse Social em Fortaleza: os casos das ZEIS Mucuripe, Praia do Futuro IIB e Serviluz" publicado no Observatório de Fortaleza. Para maiores detalhes, indica-se a leitura a qual está disponível em: https://observatoriodefortaleza.fortaleza.ce.gov.br/revista/article/9/1

Poder Público no que tange seu planejamento e ações, não trabalhando de forma integrada a gestão da cidade.

Enquanto profissional elaborando um plano para a regularização e indicação de melhorias para aqueles territórios, a imposição de tal indicação de remoção das famílias me atravessou de maneira arrebatadora. Todavia, a equipe tinha um alinhamento interno confortável ao nível de tomar a decisão de não seguir e compatibilizar os três PIRFs em questão, Praia do Futuro IIB, Mucuripe e Serviluz, com a proposta do F2040. Ademais, foi acrescido ao produto do relatório projetos e planos de impacto, indicando, justamente, a fragilidade do planejamento fragmentado da gestão e os projetos que poderiam implicar risco à permanência da população ou interferência no próprio PIRF.

Nesse sentido vejo uma das principais questões mobilizadoras da atuação do assessor militante: o afeto. Ser afetado pelo outro de forma a se somar a luta do mesmo. Então, de que forma tratar esse embate de interesses? Até que ponto o assessor militante tem papel de mediador de conflitos, podendo interferir nesses momentos? Em que e como pode interferir? Estes são alguns pontos que constantemente me colocaram a refletir sobre o lugar que ocupava. São alguns questionamentos que me vieram à tona e que sigo refletindo sobre mediante a própria inserção e atuação em conjunto com os territórios assessorados.

Estas questões me levaram a apreender em conjunto com as três experiências de elaboração dos PIRFs nas Universidades que a relação do afeto e ser afetado transita entre a individualidade e coletividade como uma trama. E nesta trama emerge a militância e a assessoria. O trabalho de assessoria apresenta-se como fundamental, junto às comunidades e seus moradores, na mediação dos conflitos gerados pelos interesses dos agentes privados, em consonância com o Poder Público, em ampliar seus lucros e explorar novas fronteiras. O que impacta na permanência destes territórios populares.  O que foi possível também observar ao longo destes processos foi o ar de esperança, a partir do momento que os moradores e lideranças abriram-se para o processo de desassociar a imagem dos técnicos à dos funcionários da prefeitura. A postura era de apropriação do processo de divulgação para toda a comunidade, indicando que melhorias e benfeitorias iriam chegar a comunidade, finalmente. Dar-se, portanto, a necessidade de uma responsabilidade de cuidado ou do cuidado como responsabilidade ética e política dessa atuação.

É nesse sentido que penso que a potência do campo da assessoria popular floresce, entre outros aspectos, a partir do diálogo entre o ouvir e criar, transformar e esperançar. Um exercício, enquanto assessor, de manter os ouvidos abertos para o afeto. Este sendo a chave para a força popular e de organização comunitária.

O que deixa evidente que ainda há muito a se aprender com a cidade através de seu conhecimento e conexão com ela, sobretudo com a população que

mora nestes territórios populares. Pois a partir da minha inserção nestes espaços foi possível ver a potência que estes possuem em ensinar a ver outras pessoas, outras ideias, outros grupos, traduzir-se como local de convívio e o convívio com a diversidade refletindo na aceitação do diferente (PASTERNAK, 2008).

Pensar e atuar de forma concomitante para apreender e transformar a realidade, articulando diferentes conhecimentos e repertórios. Neste movimento, prática e reflexão moldam-se mutuamente, construindo-se e adaptando-se a partir das encruzilhadas dos contextos e dinâmicas identificados. Pois as ações enquanto assessor técnico popular tem fornecido material empírico para a pesquisa, mas não somente. Pois ao longo deste processo de fazer pesquisa observou-se a imbricação e confluência destas atuações. Seria, assim, um movimento contínuo e espiralar, a partir do qual o processo de pesquisa se desenvolve de maneira cumulativa. A busca por articular pesquisa e práticas de re-existência dos territórios populares, a partir do recorte da ZEIS Serviluz e Cais do Porto, tem como motor a própria procura por uma práxis emancipatória ao imbricar a produção de saber com a geração de ações transformadoras em um processo multidirecional.

Todavia, cabe endossar as complexidades desta atuação, como já foi anteriormente relatado nas páginas anteriores. É necessário lidar, enquanto assessor, com dimensões e escalas de demandas e questões que, muitas vezes, transcendem às suas possibilidades e papéis nos processos sociais envolvidos. Assim, as lutas pelo direito à cidade e moradia digna implicam em uma práxis constante e aberta. Sempre com aspectos de indefinições, ou sem finalizações. Um processo árduo, contínuo e constante. Por isso, cada vez mais, procura-se atuar através de redes, trabalhando sempre o cuidado com o outro, criando fortes conexões.

Venho vivenciando essa rede de cuidado desde minha inserção na Taramela. Pois foi a partir de então que estabeleci contato e aproximações com redes de assessores e estreitando minhas inserções em territórios populares. Tendo em vista que participamos de espaços de mobilização construídos em rede nas escalas local, regional e nacional. Na escala local atuamos junto à Frente de Luta por Moradia Digna (FLMD), um espaço de discussão e articulação em prol da moradia digna nas comunidades de Fortaleza. A FLMD é composta por 13 comunidades representadas por meio de associações de moradores, movimentos sociais, coletivos e fundações. Estes grupos são assessorados pela universidade e organizações como a Taramela. Dentre as pautas da FLDM, cito: grandes projetos urbanos e remoções, Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), gestão democrática da cidade, incidência nas políticas públicas de planejamento urbano e habitação. Foi nesse espaço que, no período emergencial de pandemia, houve a articulação para execução de quatro projetos de apoio às famílias mais impactadas pela COVID-19 em algumas comunidades integrantes desta rede.

Já na escala regional, em fevereiro de 2020, junto a outros quatro grupos de assessoria técnica do Nordeste, a Taramela organizou o I Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste. Este evento, realizado em Recife/PE, promoveu o encontro de lideranças comunitárias, moradores de comunidades, estudantes universitários e profissionais de diversas áreas de conhecimento a fim de debater desafios e estratégias comuns. O I Fórum se mostrou de muita relevância para fortalecer e fomentar o surgimento de novas redes, contatos e grupos de assessoria. A segunda edição do evento, realizado dessa vez com um grupo de organizadores e participantes ainda mais ampliado, ocorreu em abril de 2022, em Fortaleza/CE. Nessa ocasião, o intuito era debater a assessoria técnica popular no Nordeste como plataforma de articulação e atuação nessa região do país com suas características e relações particulares.

A partir da articulação formada desde o I Fórum, foi fundada a Rede de Assessoria Técnica Popular do Nordeste, que se estende para além da organização dos eventos. A rede mobilizou coletivamente ações de combate à pandemia da COVID-19, de alcance regional, através de doações de alimentos e produtos, além de ter participado no projeto "Uma Mão Lava a Outra", que consistiu na construção de 58 pias comunitárias em 18 localidades de diferentes cidades nordestinas. A Taramela foi o parceiro executor do projeto na cidade de Fortaleza.

Em uma escala mais nacional, destaco para a participação na Rede Moradia Assessoria (https://www.moradiaassessoria.org.br/) que atua a partir de uma articulação de grupos interdisciplinares compostos por pesquisadores, professores e assessores fortalecidos a partir de pensamentos similares. Atualmente, a Rede Moradia Assessoria possui 54 membros e 18 instituições, sendo a maioria composta por grupos de universidades públicas e alguns grupos profissionais. Em 2022, a Taramela organizou junto à Rede as Oficinas de Assessoria Técnica Norte e Nordeste, realizada em três dias de encontros na ZEIS Cais do Porto em Fortaleza, com a presença de assessores de Fortaleza, São Paulo e de Belém do Pará, assim como uma integrante do Movimento de Luta nos Bairros e Favelas (MLB) de Belém. A segunda oficina foi realizada em abril de 2023, na cidade de Belém. A ideia é promover uma troca entre assessorias e comunidades.

Assim, a Taramela está inserida em diversos espaços de luta, vem construindo pontes e atuação. Entre esses espaços, reforço a importância dos seguintes: Frente de Luta por Moradia Digna, Rede Moradia e Assessoria, Rede de Assessoria Norte e Nordeste, Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste, dentre outros.

A atuação da Taramela ocorre, portanto, em territórios com profundas e intensas desigualdades sociais. O acesso limitado a oportunidades de educação, a ineficiência da saúde pública, a violência institucionalizada, a degradação e exploração dos recursos naturais, a carência de infraestrutura urbana e de equipamentos sociais, a falta de moradia digna e o abuso de poder são apenas

algumas das questões cotidianas enfrentadas pelos moradores destes territórios onde a organização encontra-se inserida.

Nos últimos cinco anos de existência, o grupo atuou no seguinte universo de atuação:

- fortalecimento comunitário para afirmação de direitos básicos, refletindo sobre diversas questões da produção desigual do espaço da cidade;
- combate a violação de direitos humanos de comunidades e ocupações em situação de vulnerabilidade social e em ameaça de remoção, como é o caso da produção dos contra-laudos para a ocupação Alto das Dunas (2021) e Ocupação Carlos Marighella (2020-hoje);
- assessoramento e acompanhamento de comunidades, ocupações e conselhos populares nas diversas demandas de organização e fortalecimento da luta pela conquista e resistência à violação do direito à cidade, moradia, terra, saneamento;
- realização de eventos, palestras, cursos e oficinas, sendo a Taramela um dos coletivos que organizam o Fórum Popular de Assessoria Técnica do Nordeste (primeira edição em 2018 e segunda edição em 2022);
- participação em diversos grupos locais de articulação como a Frente de Luta por Moradia Digna (2018-hoje), assim como assessoria na regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) (2018-2022), e como entidade representante nos conselhos populares de algumas comunidades. Em 2019, através de eleição popular, a Taramela passou a integrar o Conselho Gestor das ZEIS do Mucuripe e do Pici, realizando formações para democratização de informações de importância para a comunidade, como planos e projetos de impacto, principalmente os Planos Integrados de Regularização Fundiária (PIRFs), elaborados em 2019-2020 e em processo de luta pela sua execução;
- no contexto da pandemia da COVID-19, a atuação foi direcionada para o apoio a situações emergenciais por meio de projetos em parceria com CESE, Fiocruz e Habitat para Humanidade Brasil

O assessoramento às comunidades e aos movimentos organizados nas diferentes disputas na produção do espaço urbano aconteceu e segue desdobrando-se de formas variadas. Desde atividades como construção de espaços de convivência para a juventude, elaboração de contra projetos, ações de cartografia social e projetos de regularização fundiária, até assessoramento a comunidades no âmbito do direito à cidade e fomento e difusão de ações de Assessoria Técnica através da organização de eventos, palestras, pesquisas e publicações, como o I Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste e sua edição subsequente, realizada em 2022, em Fortaleza.

Assim, dada a inserção no coletivo em 2019, foi possibilitado a aproximação e um novo momento de retorno ao território do Serviluz, dessa vez trabalhando mais

diretamente com a ZEIS Cais do Porto, logo ao lado, a partir da elaboração do Plano Popular.

Essas experiências, como profissional e coordenador na elaboração dos PIRFs, em órgãos de planejamento e desenvolvimento urbano, pesquisa acadêmicas, e assessor técnico popular alargam de forma reflexiva e prática a compreensão sobre os processos urbanos de produção da cidade de Fortaleza. É permitido a construção de uma visão que, minimamente, rompe com uma visão dual, dicotômica, e homogeneizante dos mesmos, procurando pôr em relação e perspectiva os agentes e as relações de força e poder que atuam sob tais processos.

Além disso, foi construída uma rede de solidariedade e troca, a partir das conexões estabelecidas entre o grupo e as relações com outros na escala local, regional e nacional. Por um lado, tem facilitado o acesso a importantes bases de informações que estão sendo mobilizadas na construção da pesquisa, assim como uma maior permeabilidade nos próprios territórios populares onde a Taramela atua, ou seja, caminhos para uma inserção territorial mais sincera e efetiva. A seguir, na próxima seção será desdobrado a atuação enquanto assessor técnico popular a partir do recorte territorial da ZEIS Cais do Porto e Serviluz, colocando sob perspectiva esta mesma atuação e os seus consecutivos processos de resistência nas quais a atuação da assessoria encontra-se inserida.

## 1.2 Flor(e)ser re-existências

Seguindo no resgate da minha experiência inserido nos territórios populares atuando em conjunto com as lutas pelo direito à cidade e moradia digna, analisaremos determinadas movimentações sob as lentes do conceito de re-existência. A inserção do pesquisador militante encontra-se, portanto, neste e a partir deste local de atuação enquanto assessor nos territórios analisados. Assim, para estruturar o caminho a ser seguido por esta pesquisa é necessário a abordagem de um pensamento em movimento, fluido, que saiba lidar com a contínua inserção nos territórios e suas ações, assim como na compreensão dos momentos de afastamento e reconhecimento da exterioridade. A partir daí, tem-se um processo, também, de aproximação à academia, onde foi possível ir encontrando as pontes de conexão entre saberes-fazeres periféricos e de movimentos sociais com saberes críticos científicos do urbano e elaborar questões que abrem os caminhos à esta pesquisa.

Ao articular o atuar de dentro, a partir da investigação militante, a inserção territorial do pesquisador, colocando-se enquanto militante-pesquisador, também contribuem para reflexões de um processo de *fazer-pesquisa* com a produção de saberes científicos no âmbito acadêmico. Assim, nessa linha de pensamento, o autor Boaventura de Sousa Santos segue:

> *Não se muda o mundo de uma vez, é importante fazer duas coisas: trabalhar dentro da universidade convencional e criar instituições paralelas. Durante muito tempo vamos ter que agir assim. Isso é característico de um tempo de transição: trabalhar o velho para renová-lo até o limite. A universidade tem um máximo de consciência possível, é preciso explorá-la. E pode-se fazer ecologia de saberes dentro da universidade. Isso é, para mim, a extensão universitária às avessas; a extensão convencional é levar a universidade para fora, a ecologia de saberes é trazer outros conhecimentos para dentro da universidade, uma nova forma de pesquisa-ação. (SANTOS 2011, texto de contracapa).*

É neste sentido que é preciso tensionar e lutar pela possibilidade de atuar de dentro e estar inserido na universidade. Tensionando seu potencial papel de transformação, enquanto que haja abertura para agir dentro dela, sendo necessário ocupar, também estes espaços, mas sem ceder espaço no que diz respeito à autonomia de fazer e saber nos movimentos sociais. Essa importância, assim como a abertura e potencial transformador da universidade foi visualizado a partir das experiências dos PIRFs. Mas não se encerrou com esse processo de produção do PIRF. As Universidades, sobretudo Unifor e UFC, que já tinham um histórico de atuação e diálogo com os territórios populares, seguem nesta atuação de assessoria.

Ambas seguiram assessorando e atuando no território do Serviluz, porém, agora de uma forma mais detida ao Cais do Porto, haja vista que com a finalização do material da ZEIS Serviluz, iniciou-se a elaboração do Plano Popular do Cais do Porto. Esse processo mais recente, relacionado à elaboração do Plano, será desdobrado no capítulo seguinte.

Neste sentido são estabelecidas aproximações com o lugar de assessor, no qual deve estar inserido nos processos de luta e resistência, porém sem sugar para si o protagonismo e autonomia dos movimentos. Frente a essa premissa do protagonismo dos moradores frente ao processo que estava sendo construído, retorno ao debate inicialmente trazido anteriormente sobre a participação. Houveram momentos, durante a elaboração dos PIRFs, nas quais as reuniões foram reagendadas pela impossibilidade de reunir um número desejado de moradores. No entanto, mesmo que algumas reuniões fossem adiadas por conta da baixa presença de moradores, os comentários sobre as mesmas e a votação de propostas desenhadas demonstravam que, naquele momento, emergia um tipo de protagonismo baseado no reconhecimento e valorização de demandas dos moradores.

O que demonstrou a importância, mais uma vez, das Universidades e grupos de profissionais envolvidos nestes processos possuírem aproximações com os territórios em momentos passados, carregando uma bagagem de escuta e

apreensão das dinâmicas locais. Assim, foi possibilitado a partir dos materiais desenvolvidos para as propostas traduzir a "participação" vista não apenas como presença, mas também como registro documentado dos "interesses comunitários".

Outro ponto importante foi a construção das oficinas e demais eventos que apresentaram caráter pedagógico. Por exemplo, ensinamentos sobre as leis, a escolha dos formatos urbanísticos e as reflexões sobre a organização da economia local. Neste sentido, as oficinas constituíram momentos nos quais realizou-se a tradução de propostas em planos e mapas implicando na organização das demandas comunitárias em possibilidades efetivas.

Apresenta-se, portanto, esse diálogos entre a atuação da assessoria e militância política com os territórios de resistência, como chaves analíticas, reflexivas, temáticas para abordar essas experiências e relações dos processos de re-existência na qual essa pesquisa se situa.

Ou seja, para se discutir experiências de re-existência, práticas insurgentes, como linhas de fugas e possibilidades de rupturas, indicando novas práticas de planejamento, necessita-se de imaginários outros e, também, de um novo repertório de práticas e léxico (MIRAFTAB, 2016). Mas para propor novas/outras práticas, e para implicação territorial propriamente dita, há que se apresentar sua possibilidade de existência, para que, com isso, ela seja reconhecida como possível.

Assim, utilizar da permanência, escuta e inserção no território, enquanto assessor técnico e militante, significa sentir e assumir que as relações de dominação em jogo estão longe de serem lidas apenas como um jogo, e de poderem ser narradas como tal, com uma leitura reducionista das tramas que se emaranham no território. A re-existência, também escrita como r-existência ou re-existência, como conceito emerge no contexto latino-americano, onde surgiu nas, e a partir das, lutas sociais (HURTADO, 2022).

A palavra resistência vem do latim *resistente*, nome da qualidade do verbo *resistir*, o que significa manter-se firme, persistir, opor-se repetidamente sem perder sua posição. A utilização do "re" refere-se à intensificação da ação, repetição ou retorno.

> *O RE remete então à produção da alteridade; como reorganizador, regenerador, reproduzindo repetição e complexidade; como produção de outro ser e autoprodução de qualidade do sujeito, que opera no circuito passado, presente e futuro. Re-existência é então entendida como o poder de recomeçar, de regenerar, de dar novos sentidos ou de renovar os sentidos da existência (HURTADO, 2022, p. 5).*

Ou seja, grupos sociais em situação de vulnerabilização e subalternação não apenas resistem em meio a relação de poder conflituosas, mas seguem em constante movimento de reinvenção utilizando-se das lutas dos presente, mas

também de tradições e estratégias de gerações passadas, para inventar o futuro (idem). O conceito e as implicações nas análises do Serviluz e Cais do Porto será desdobrado no capítulo à frente.

Dito isto, a abordagem deste conceito não se restringe, apenas, à legitimação e validação enquanto construção teórica abstrata, mas acredita-se que esta aposta sinaliza para compreender um processo baseado em uma complexidade de relações econômicas, sociais, políticas e culturais.

De forma a apresentar estas relações e dinâmicas de dominação de modo situado nos territórios do Serviluz e Cais do Porto  instâncias de assessoria abordadas ao longo desses processos, elabora-se uma composição (ver figuras a seguir) onde são pontuadas ações relacionadas à intervenções urbanas e direito à permanência desdobradas por certos agentes reconhecidos pelas inserções nos territórios.

Seja: Estado (Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente, Instituto de Planejamento, Secretaria da Cultura de Fortaleza, Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional, dentre outros agentes estatais); Mercado Imobiliário (sobretudo a empresa M. Dias Branco, mas há também grandes construtoras envolvidas na especulação da região, como Norpar, Mota Machado e Colmeia); Assessorias Populares (Taramela, Quintau, Instituto Três Mares); Universidade (Laboratório de Estudos da Habitação – LEHAB/UFC, Laboratório Artes e Micropolíticas Urbanas - LAMUR/UFC, Unifor); e Movimentos Sociais (FLMD, Associação de Moradores do Titanzinho; Coletivo AudioVisual do Titanzinho; Coletivo Servilost; Comissão Titan).

Foram mobilizadas também as (re)ações dos movimentos e organizações locais dos dois territórios como forma de resistência e luta pela permanência frente ao que estava sendo proposto pelos agentes do Poder Público e Mercado objetivando a remoção dessa população. Com base nessa construção das imagens a seguir é possível visualizar uma direta intencionalidade, por parte das secretarias e órgãos municipais responsáveis pelo planejamento urbano e intervenções urbanísticas, de homogeneizar o espaço intensificando e incentivando o turismo imobiliário e o "embelezamento" do território. Podendo ser observador uma linearidade no que está apresentando na composição, no que diz respeito às propostas destes agentes, sempre voltadas para prédios de alto padrão e um caráter desenvolvimentista.

Por outro lado, há uma variada frente de ação e articulação por parte dos territórios populares através de reinvenções e mobilizações diversas para enfrentar o que estava sendo imposto para seus territórios. Em contramão à linearidade das parte inferior da composição, observamos uma diversidade e emaranhado de ações promovidas pelos moradores em colaboração com movimentos sociais, universidades e assessorias.  Isso fica evidente em todas as composições

elaboradas (figura 03, 04 e 05 a seguir) onde a teia de articulações e (re)ações por parte dos movimentos, em relação à luta pelo direito à cidade e permanência dos moradores em seus territórios, são as mais variadas e mobilizam estratégias diversas, em contraposição a atuação estatal indicadas, possuindo com um meio e fim claramente estabelecido e alinhado com os interesses do capital imobiliário.

A partir desse primeiro esboço, torna-se mais visível a dupla relação do conceito da re-existência. Tanto como um aspecto reativo, colocando-se em confronto com as proposições e planejamento institucional com finalidade de remoção oriundo do poder público, mas também colocando-se na chave da ação e iniciativa criativa, acionando movimentações que não podem ser lidos exclusivamente pelas lentes da ação reativa.

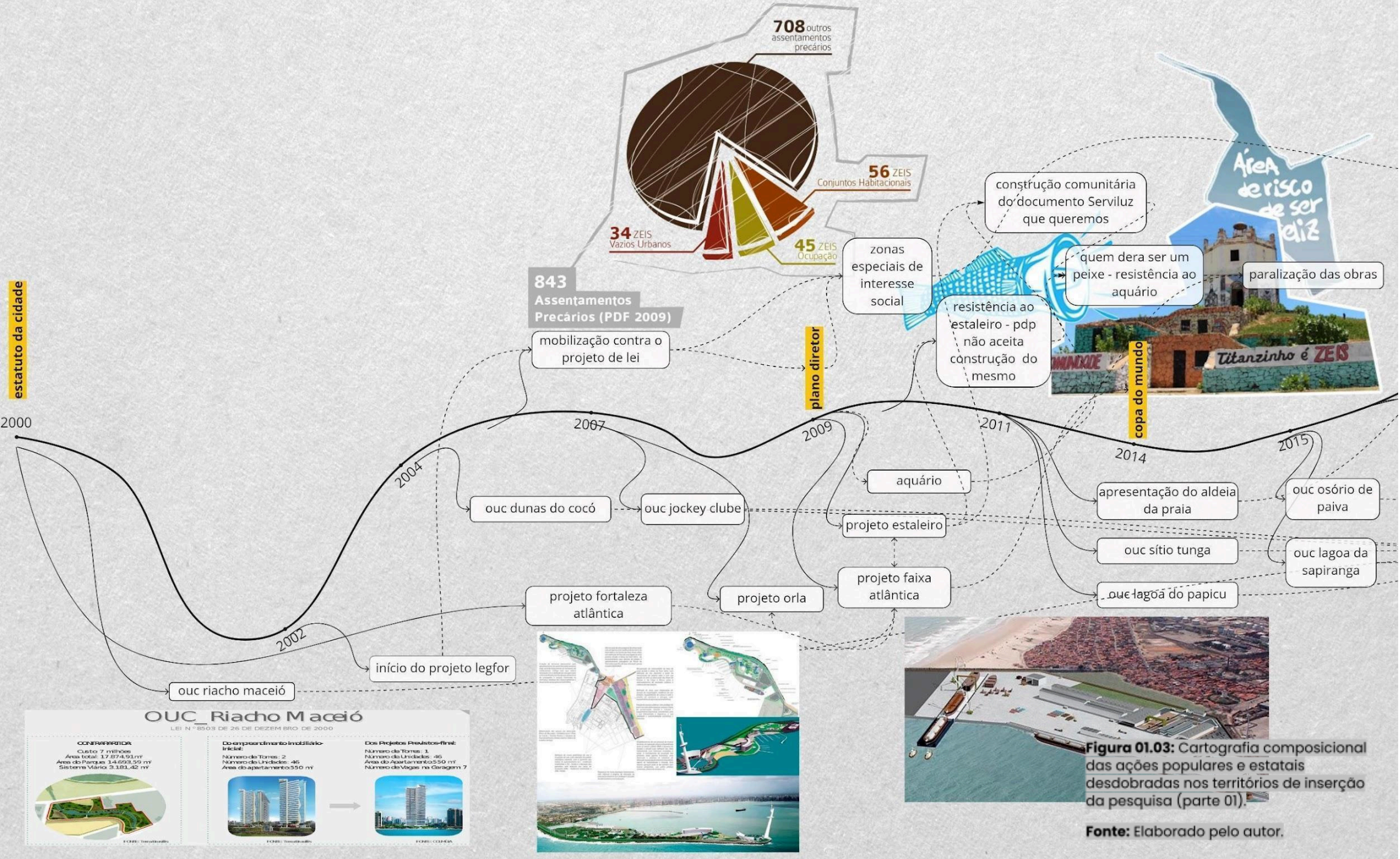



**Figura 01.03:** Cartografia composicional das ações populares e estatais desdobradas nos territórios de inserção da pesquisa (parte 01).

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

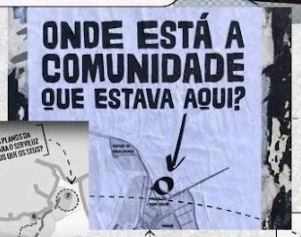
reunião Conselho Gestor da ZEIS Serviluz - mobilizada pelos moradores solicitando apresentação dos planos e projetos para a área

Reunião na câmara de vereadores - Comissão Titan e Comissão de Direitos Humanos da câmara

reunião conselho popular do Serviluz na associação, para pensar estratégias

articulação com com Frei Tito sobre direitos jurídicos

audiência pública sobre a regulamentação das zeis no MPCE



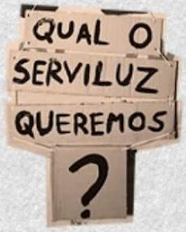

Reunião planejamento atividades Plano Popular - oficinas e leitura comunitária

oficinas de diagnóstico e momentos de inserção no território em conjunto com os moradores

reunião na comunidade com a presença do prefeito, na época, Roberto Cláudio

Intercâmbio de experiências de resistência e de elaboração de planos populares

Oficina com Vila Autódromo




audiência pública contra as remoções

início dos pirfs

resistência alto da paz

2018

2019

mar - 2019

abr - 2019

jul - 2019

ago - 2019

set - 2019

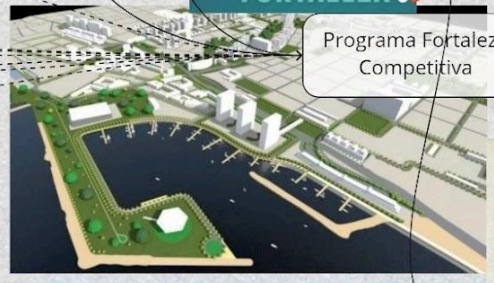
out 2019

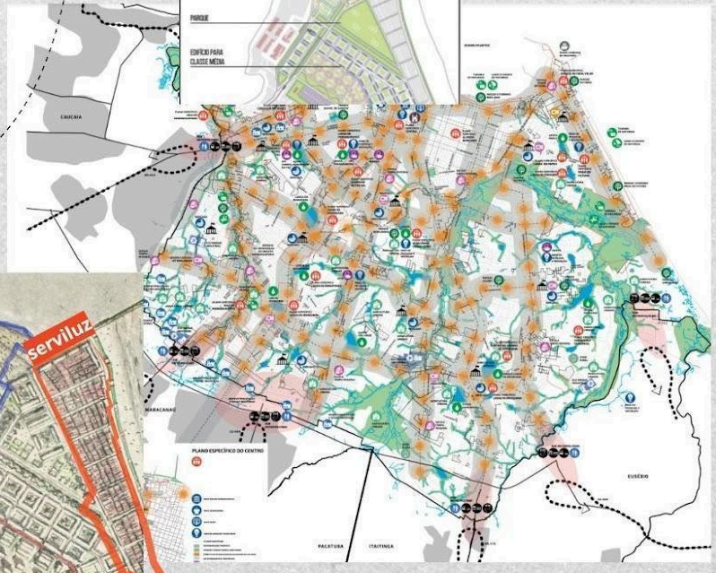
Construção do Novo Farol

F2040

UMA NOVA FORMA URBANA PARA FORTALEZA!?

Programa Fortaleza Competitiva





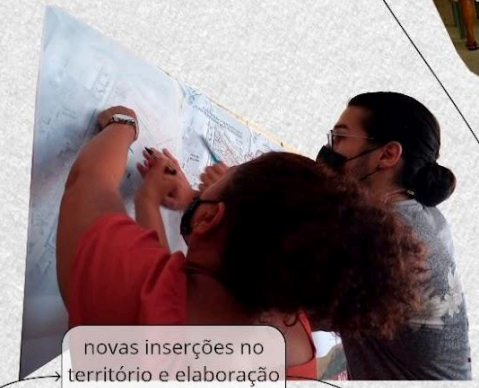
Retomada do Aldeia da Praia

**Figura 01.04:** Cartografia composicional das ações populares e estatais desdobradas nos territórios de inserção da pesquisa (parte 02).

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

retomada das atividades do Plano Popular - seminário na comunidade

Projeto CESE (Frente de Luta por Moradia Digna) - Formação em Incidência Política



novas inserções no território e elaboração de cartografias

oficinas de pactuação das cartografias elaboradas

II Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste

Oficinas de assessoria técnica Norte e Nordeste

Resistência contra decreto de desapropriação das casas no entorno do farol

set 2020

lockdonw

2021

fev - 2021

mar - 2021

set - 2021

nov - 2021

dez - 2021

jan - 2022

mar - 2022

abr - 2022

nov - 2022

IV Encontro Internacional de Experiências de Planejamento em Contexto de Conflito Social

ZEIS Cais do Porto como ZEIS Prioritária

eleição do Conselho Gestor

Participação do Edital de ATHIS (CAU/CE)

decreto definindo área de interesse e intervenção do Farol Antigo

Finalização e entrada dos produtos do Edital de ATHIS (CAU/CE)

elaboração de oficinas e cartografias

**Figura 01.05:** Cartografia composicional das ações populares e estatais desdobradas nos territórios de inserção da pesquisa (parte 03).

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Tais relações são marcadas por dinâmicas de dominação territoriais, territorializadas (e territorializantes), fundadas em formas de violência tanto físicas quanto imaginativas e representativas, desde as sutis, mas fortemente simbólicas, até às mais brutais, sendo, muitas vezes, protagonizadas por agentes de Estado, através das intervenções públicas desapropriando, de forma violenta e desumana, os moradores, até os constantes confrontos com as formas políticas, que marcam o dia a dia de milhões de moradores de territórios populares na cidade de Fortaleza.

Desdobrando os diversos processos de mobilização e resistência situados nos territórios, a partir de momentos de conversas espontâneas com moradores ao longo dos processos de elaboração do PIRF do Serviluz e Plano Popular do Cais do Porto, mas também somado aos acontecimentos que impactaram/impactam os territórios que atravessaram ao longo da minha inserção neste, busca-se, justamente, correlacionar e transpassar a partir do processo composicional questões micro e macro que atravessam esses territórios.

Na análise composicional dos marcos temporais, pontua-se em cada um dos dois territórios as linhas de tensionamentos e articulação que tangenciam os moradores e movimentos sociais que colaboram na luta do território (linha laranja) e as assessorias que atuam no território (linha vermelha) – vide imagens a seguir. Da ameaça à permanência das pessoas em seus locais de moradia, foi estabelecido fagulhas, ensejos de luta, articulação e mobilização em prol das questões referentes ao direito à cidade e à justiça habitacional.

Exemplos desses momentos de luta são: Projeto Fortaleza Atlântica (2009); Projeto do Estaleiro (2010); F2040 (2016); Aldeia da Praia (2019); e o mais recente, Decreto Estadual (nº 34.451) de requalificação do Farol (2021).

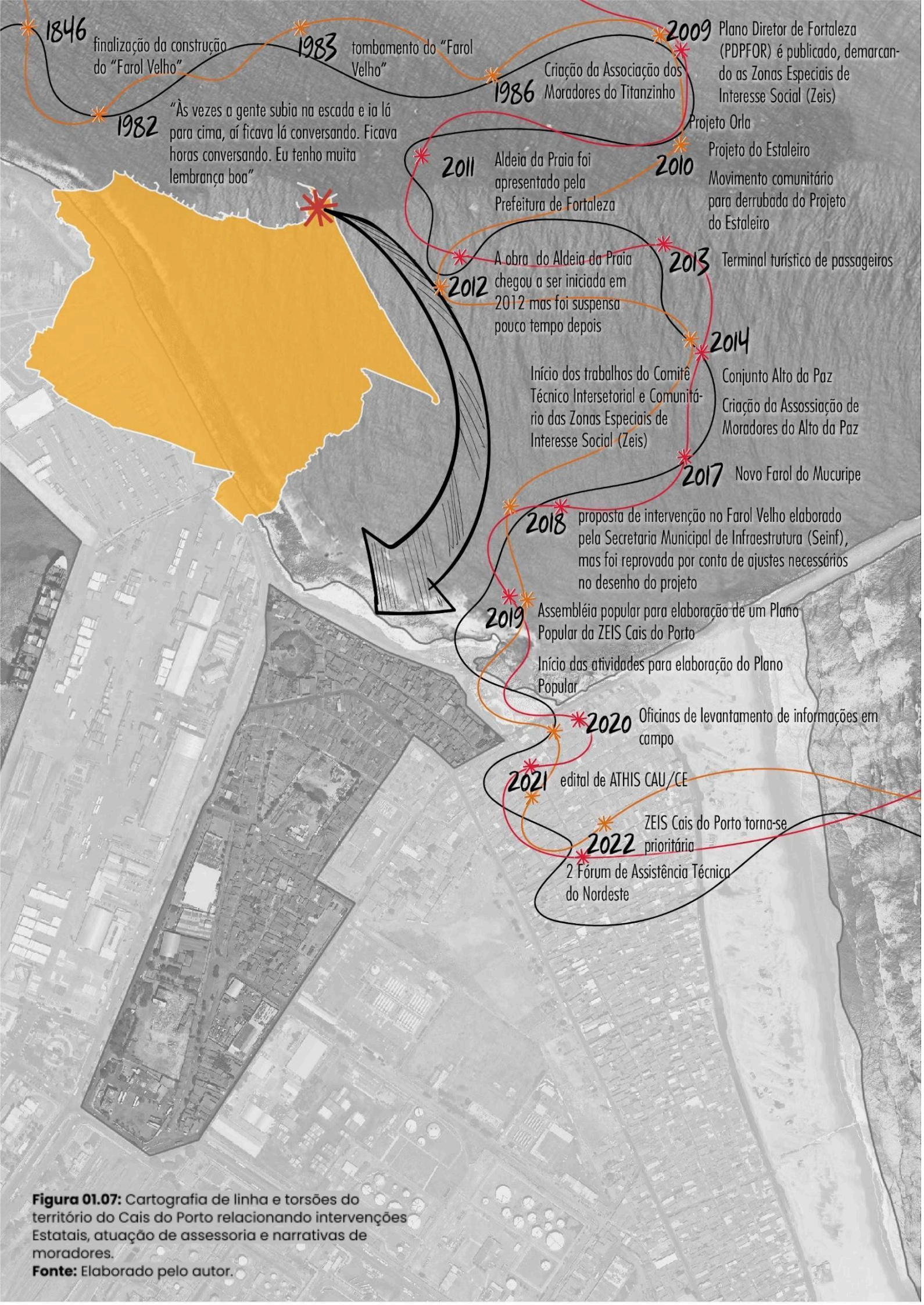



**Figura 01.07:** Cartografia de linha e torsões do território do Cais do Porto relacionando intervenções Estatais, atuação de assessoria e narrativas de moradores.
**Fonte:** Elaborado pelo autor.

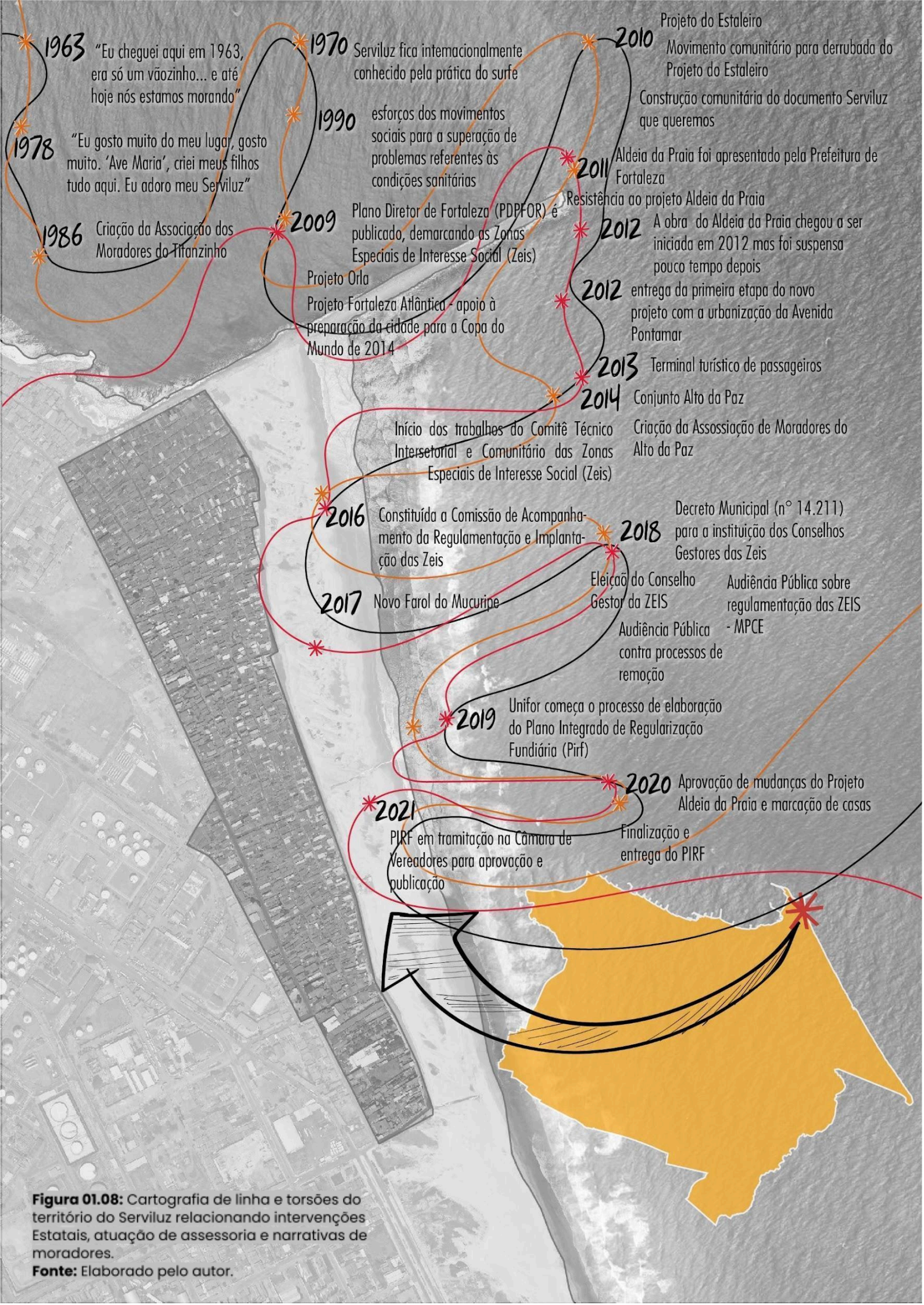



**Figura 01.08:** Cartografia de linha e torsões do território do Serviluz relacionando intervenções Estatais, atuação de assessoria e narrativas de moradores.
**Fonte:** Elaborado pelo autor.

A comunidade passa então a ser centro do debate público sobre a viabilidade econômica, social e ambiental da implantação de diversos empreendimentos que possuem caráter desenvolvimentista e de renovação urbana da região.

De posse da cartografia elaborada acima, podemos visualizar relações entre intervenções estatais, atuação de assessorias e moradores. As narrativas registradas demonstram o sentimento de carinho e afeto pelo território, sentimento este que vem sendo cultivado há anos, no caso do Cais do Porto, possuindo relatos de 1982. Ao longo das escutas, ficou claro o sentimento saudosista de um local que já havia passado por diversas transformações e lutas.

No desenrolar de toda a segunda metade do século XX, de forma concomitante, os moradores iam construindo suas residências na região e empresas também se instalavam. Assim, os moradores mais antigos viram a tecnologia industrial se instalar no quintal de casa. Trens, navios e caminhões continuamente carregados constituíram a paisagem da área durante este período, indicando uma alteração importante no ritmo de vida local. Ainda que esses elementos, característicos do dito "progresso" que se fazia concreto, sejam vinculadas às narrativas de geração de emprego e renda na região, certamente assinalam novas formas de vivência do tempo e novas modalidades de organização das culturas.

Por outro lado, nota-se em ambos os territórios a aproximação e imbricamento nas atuações dos moradores, movimentos sociais e assessorias a partir de 2009. Destacando, mais um vez, a importância do processo de mobilização e sensibilização que floresceu com a elaboração do Plano Diretor Participativo.

Deste momento em diante, a atuação das assessorias, sejam elas vinculadas a Universidade ou não, tornou-se mais aproximada aos territórios populares, sendo o caso do Serviluz e Cais do Porto. Essa intensificação, também é justificada pela maior incidência do Estado no que diz respeito aos grandes projetos de impacto, que objetivavam a remoção da população local. Também ganhou maior volume a partir de 2010. O que também ficava evidente um tom de cansaço e exaustão, ao relembrar todos esses projetos e intervenções por parte do Estado.

> *Embora a narrativa dominante trate esses locais como "resultados da ausência do Estado" ou territórios onde o "Estado não chega", as idas e vindas de processos de formação, consolidação e remoção desses assentamentos tem sido – e ainda são – fortemente constituídas e permanentemente mediadas pelo Estado. (ROLNIK, 2015, p. 180)*

Esse é justamente o caso do Serviluz. Há décadas convivendo com precariedades urbanas e vulnerabilidades ambientais, todo e qualquer projeto que é colocado sobre seu território implica na remoção da população. A atuação do Estado nestes dois territórios, pode ser lida a partir de duas visões: ausentando-se, reforçando a invisibilidade e a precariedade da infraestrutura, como a falta de saneamento, de escolas de qualidade, de postos de saúde, creches para as mães deixarem os filhos pequenos, e destinando pouco investimentos à garantia de direitos e melhorias urbanísticas e habitacionais; ou se mantendo presente de forma repressiva e visando remoção desta população, como é o caso dos projetos Aldeia da Praia, Estaleiro, dentre outros que atravessam o território, além do policiamento excessivo e truculento que faz uso de força contra os moradores desses territórios a partir da estigmatização de que são espaços de práticas de violência e ilegalidade.

Assim, intensificam-se as narrativas, proferidas por parte de agentes do Poder Público e parte da sociedade de maior poder aquisitivo, que tratam as favelas e as periferias como territórios de carência, composto por pessoas perigosas e vagabundos que não querem trabalhar, ou que apresentam seus moradores como pobres coitados esquecidos pelo Estado (FRANCO, 2018). Pois a intensificação de narrativas como estas só inviabilizam as próprias existências destes territórios, os resumindo às suas ausências, escondendo suas presenças e potências. Assim, cabe também lembrar que não são narrativas únicas. Então, é importante abordar as controvérsias no sentido da co-existência de outras narrativas.

A história do Serviluz possui mais de 50 anos de resistência, tendo uma população, atualmente, com cerca de 25 mil habitantes. Os moradores do local vivem em condições precarizadas de infraestrutura urbana, com baixa quantidade de escolas e creches no seu entorno, sem abastecimento de saneamento básico, rede de drenagem que não tem capacidade de suporte a demanda atual, muitas vezes improvisado pelos próprios moradores, além de não contar com equipamentos de lazer e cultura próximo, ou seja privados do básico para uma vida com qualidade.

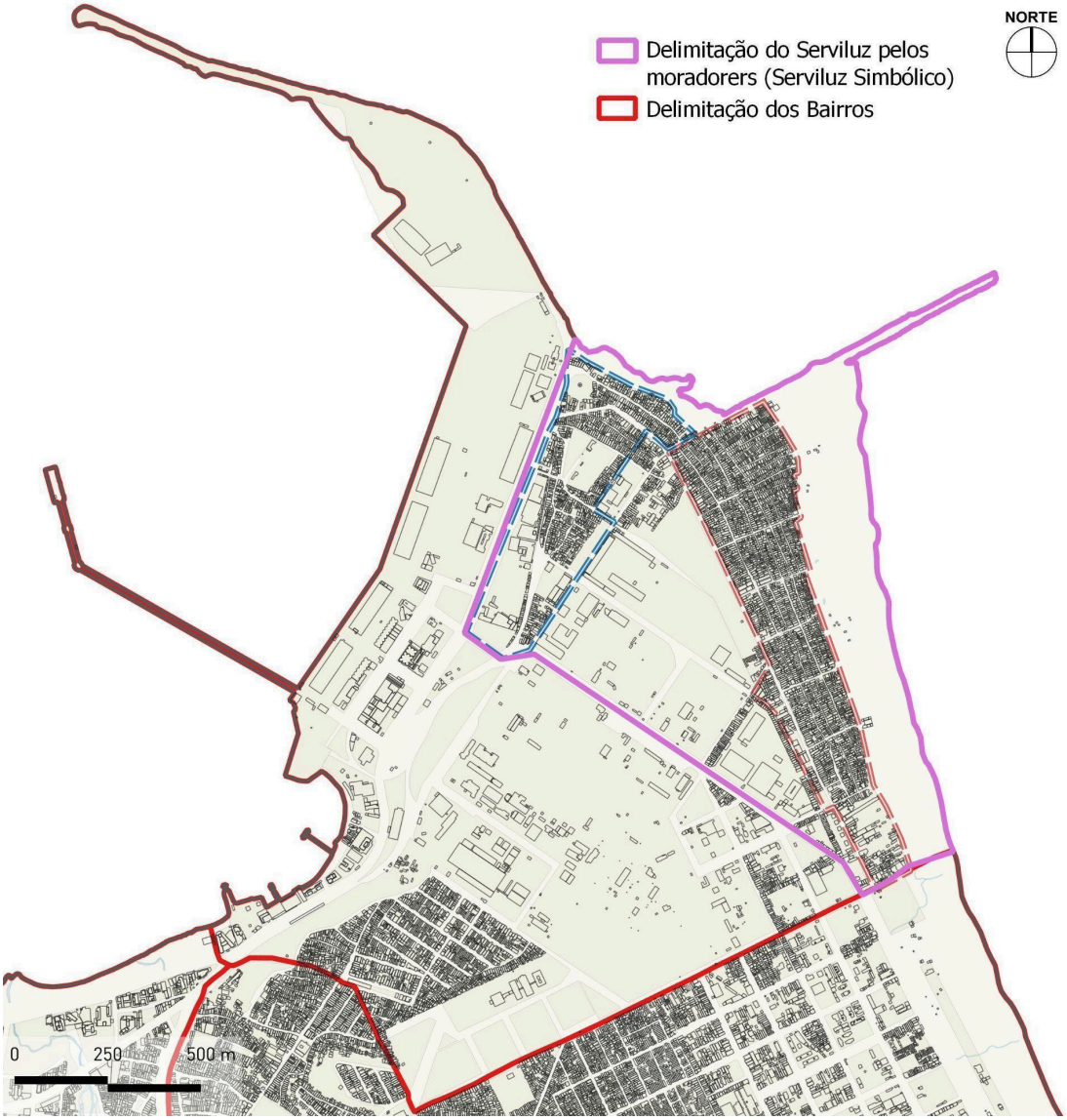
Para uma parcela majoritária da cidade, o Serviluz figura, a partir do imaginário do padrão globalizado de cidade, como um local de vulnerabilização socioeconômica, apagado da memória do município, onde os direitos básicos são constantemente violados, tornando maior sua exposição a vários tipos de violências (AGUIAR, 2015). Das crianças aos idosos, os moradores vivem em condições de 'precarização induzida' e desigual (BUTLER, 2018). O que fica evidente, a partir do direcionamento para localizações privilegiadas de investimentos e ações do Poder Público, como por exemplo altos investimentos e concessões urbanísticas para a Beira-Mar, mas que tais benfeitorias não chegam até o Serviluz. Quando chegam é através da imposição da remoção, como é o caso do Projeto Aldeia de Praia.

Há uma distribuição diferencial da condição precária, onde bairros vizinhos apresentam infraestruturas viárias, drenagem e saneamento de melhor qualidade, equipamentos de saúde, educação e lazer, em contramão às condições que a população do Serviluz e Cais do Porto são expostas. Segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) há um concentração de arboviroses nestes territórios, como pode ser apurado no boletim epistemológico divulgado pelo Sistema de Monitoramento Diário de Agravo[16], onde observa-se em um mesmo período comparativo, ano de 2022, o bairro Cais do Porto apresentou 755 casos de arbovirose, representando 219% a mais do bairro vizinho, Meireles, que apresentou 236 casos. Além da situação pandêmica mais recente, onde os mesmos territórios também foram expostos às maiores concentrações, quando comparado aos demais espaços da cidade. Assim, estão sujeitas a um risco mais alto de doenças, pobreza, fome, remoção e vulnerabilidade à violência sem proteção ou reparação adequadas.

Para a Administração Municipal, o Serviluz não se caracteriza como bairro, ou seja, ele não é reconhecido legalmente pela gestão da cidade. A comunidade está localizada dentro do bairro Cais do Porto, porém quem mora no território se refere ao local como sendo um bairro, apesar de o lugar não estar na territorialização oficial da cidade. Vide comparação entre a delimitação simbólica do Serviluz e a definição administrativa das divisões por bairro da cidade.

[16] https://simda.sms.fortaleza.ce.gov.br/simda/index

**Figura 01.06:** Delimitação administrativa de bairro e delimitação simbólica do Serviluz.




**Fonte**: Elaborado pelo autor com base em BARREIRA (2013)

Para pesquisar dados[17] sobre a população e a moradia, é necessário usar os nomes dos bairros Vicente Pinzón ou Cais do Porto, o que torna, muitas vezes, imprecisa a informação pesquisada. O Serviluz está localizado em um trecho estreito à beira mar, banhado pelo Oceano Atlântico, abaixo do bairro Vicente Pinzón e ao lado direito do Cais do Porto. É uma comunidade pesqueira que emergiu (NOGUEIRA, 2006), em 1950, atraída pela construção do novo porto de Fortaleza, em 1940 (ESPÍNOLA, 2007).

[17]Seja nos setores censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Índice de desenvolvimento Humano (IDH), entre outras fontes de dados quali-quantitativos populacionais.

Em momento futuro, a partir do Plano Diretor de 2009, o Serviluz é então reconhecido como ZEIS, após o intenso processo de participação reinvindicação e luta dos moradores e movimentos sociais organizados pela delimitação das ZEIS ao longo do processo de elaboração do Plano Diretor Participativo de Fortaleza, de 2009, até hoje vigente, atualmente em processo de revisão. Passa a ser reconhecido, por lei, como uma Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, incluída em 2009, que visa melhorar as áreas públicas e privadas por meio de dispositivos urbanísticos, principalmente no que diz respeito à regularização fundiária dos territórios a partir de suas particularidades de ordenamento e ocupação e por caracterizar-se por uma população de baixa renda.

Do desdobrar de um árduo processo de luta comunitária (descrito em Freitas, 2015; Brasil, 2016; Fernandes e Freitas, 2020) o território do Serviluz foi classificado como ZEIS prioritária, dentre as demais 10 ZEIS indicadas com tal priorização, para ter o seu Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) elaborado. A prioridade não tem relação direta com os níveis de vulnerabilização e precarização, facilidade urbanística ou jurídica para regularização. Essa seleção partiu da capacidade política de pressão e negociação dos territórios, principalmente durante os primeiros passos para a regulamentação do instrumento, onde foi instituido um Comitê Técnico Intersetorial e Comunitário da ZEIS[18], ativo entre 2013 e 2015, e, posteriormente, continuado através da Comissão de Acompanhamento da Regulamentação e Implantação da ZEIS, cujos trabalhos ocorreram entre 2016 e 2017. O Iplanfor estava à frente de todo este processo.

A ZEIS Cais do Porto, por outro lado, mesmo com uma organização social e articulação intensa entre os moradores, apresentando aproximações em relação ao território vizinho, não foi considerada como prioritária. A Comissão Titan e as movimentações em torno do Plano Popular[19] surgiram a partir da reivindicação dos moradores da ZEIS Cais do Porto pelo reconhecimento enquanto ZEIS prioritária para elaboração dos Planos Integrados de Regularização Fundiária[20].

Por um lado, mesmo sendo territórios próximos, Serviluz e Cais do Porto, temos um caminho de luta tendo desdobramentos atravessados por um elo mais

[18] Em 2011, sob pressão popular, através do Decreto Municipal nº 13.241, de 21 de outubro de 2013, a Prefeitura criou o Comitê Técnico Intersetorial e Comunitário das ZEIS, que tem como objetivo "subsidiar o Executivo Municipal de informações suficientes para tomada de decisão relativamente à regulamentação e à implementação das zonas especiais de interesse social (ZEIS) no âmbito do território municipal" (IPLANFOR, 2016). O comitê é composto por 29 membros, sendo 17 representantes do poder público municipal e o restante da sociedade civil.

[19] A Taramela é uma das organizações que tem apoiado e se articulado junto com os moradores para a construção do Plano Popular.

[20] No processo de elaboração do PIRF da ZEIS Serviluz, a Taramela foi eleita como representação do conselho, todavia minha inserção no grupo de assessoria se deu em 2021 com o processo já finalizado. Na época estava compondo a equipe técnica de elaboração e coordenação do PIRF em questão, em conjunto com o da ZEIS Mucuripe e Praia do Futuro II B.

institucionalizado, pela figura do poder público, e por outro temos a insurgência local, engajando e promovendo agenciamentos para sua permanência e existência. Essas duas visões se dão através da forma como o processo de regularização de cada um teve início. O Serviluz, desde a delimitação das 10 ZEIS prioritárias já estava entre as indicadas. Prosseguindo com o processo institucionalizado da elaboração do PIRF. O Cais do Porto, excluído desta seleção prioritária, traçou caminhos alternativos para pressionar e construir seu processo de planejamento comunitário, materializado através do Plano Popular.

Os dois casos não podem ser lidos de forma separada, tanto pela sua proximidade, quanto pelas questões que perpassam ambos de forma conjunta. Reflexões que são constantemente alimentadas ao pensar sobre os dois territórios são: o que levou a ZEIS Cais do Porto a não ser indicada como prioritária juntamente com a ZEIS Serviluz?; quais aspectos alimentam e mantêm um distanciamento entre os dois territórios? a partir de uma perspectiva relacional, quais as particularidades e florescimentos de cada movimento de luta ("institucionalizado e popular"); como a assessoria se insere nestes diferentes espaços e processos de luta ("institucionalizado e popular")? Ao longo das próximas seções onde irei mergulhar mais detidamente nos territórios irei construindo pontes reflexivas para estes questionamentos.

Em suma, pode-se observar a complexidade das relações e construções internas ao bairro simbólico conhecido pelos moradores como Serviluz, ao mesmo tempo em que se nota dimensões comuns quando abordadas temáticas relativas à habitação e aos direitos básicos dos que ali habitam, sejam elas luta pela permanência, existência e melhorias para o território.

Há por outro lado conflitos e tensionamentos internos que desarticulam e inviabilizam uma maior consolidação de uma rede de alianças e agenciamentos em prol das questões comuns do território, tendo em mente os processos de precarização semelhantes no que tange a dimensão da habitabilidade de saúde básica que ambos, Serviluz e Cais do Porto, apresentam. Os conflitos internos existentes dizem muito respeito ao estigma de níveis de precariedade hierarquizados dentro da própria comunidade. Por exemplo, dentre as distintas divisões territoriais da comunidade, a área do entorno do Farol, também conhecida internamente como "favela" é uma porção do território onde nota-se um grau de precarização mais intensificado, no que diz respeito às infraestruturas básicas (água, esgoto e saneamento). Além disso, trata-se de uma área que historicamente carrega a herança de abrigar a prostituição. Essas camadas fazem com que, internamente, moradores menos envolvidos com a organização comunitária e mais afastados da mencionada região do território apoiem, mesmo que indiretamente, a remoção desses moradores.

Todavia, ainda é evidente a potencialidade das ações, intervenções, organização comunitária e articulação em redes locais e fora dos territórios no que

diz respeito às suas práticas de re-existência e mobilização da comunidade. Haja vista a resistência frente aos projetos que visavam a remoção da população e a definição, primeiramente, da ZEIS Serviluz como prioritária e, mais recentemente, da ZEIS Cais do Porto. No final de 2022 mais duas ZEIS foram indicadas como prioritárias para elaboração de seus PIRFs, sendo elas: Cais do Porto e Cajazeiras.

Nesse ínterim evidencia-se nestas práticas de opressão e despossessão, que são impostas aos dois territórios, ao mesmo tempo em que os assim "desterritorializados de cima para baixo" (re)agem por sua vez utilizando-se do território para insistir e lutar "(re-)territorializando-se" (HAESBAERT 2004), re-existindo de baixo para cima, criando formas mais ou menos explícitas, mais ou menos visíveis, mais ou menos transformadoras e potentes que levam a culturas e práxis de resistência constituindo territórios de resistência (ZIBECH, 2011). São estratégias utilizadas que podem ser mais agressivas ou amenas, seja desde boicote a reuniões de Conselho, ausência em lugares de pactuação (sobre o processo de elaboração do PIRF) inviabilizando coincidentemente o prosseguimento, ou até mesmo a elaboração de diagnósticos e cartografias populares, como foi o caso do Serviluz e Cais do Porto. Neste último, foi contemplado também a elaboração de um Plano no qual abrangeu essa produção de cartografias e diagnóstico.

Entre as questões que já foram encontradas destaca-se para a captura institucional das práticas de re-existência como enfraquecimento de suas potencialidades. Esta captura advém da institucionalização de determinados processos comunitários, que retira, em até certo ponto, a dinamicidade e independência dos movimentos. Caso mais significado seria a comparação do processo de elaboração do PIRF do Serviluz em contraponto ao Plano Popular do Cais do Porto. Em diversos momentos as reuniões foram esvaziadas e remarcadas devido a necessidade de se ter um coro, ou então os trabalhos atrasados devido questões burocráticas e administrativas, como a publicação do regimento do Conselho Gestor. Estas amarras institucionais acabam construindo barreiras à participação popular mais efetiva, além de esvaziar estes espaços.

O caso mais recente que atravessa os moradores é o decreto referente à intervenção do Farol (Decreto Estadual nº 34.451). O Decreto impacta na ameaça de remoção de 85 casas, sendo levantamento realizado pela assessoria no processo de elaboração do Plano Popular. A partir de muita pressão popular, foi realizada uma assembleia pública, na comunidade, com presença da Defensoria Pública e representantes da Câmara de Vereadores, assim como Secretária de Urbanismo e Meio Ambiente e Secretaria de Infraestrutura e representantes do Governo do Estado. Foi tirado de encaminhamento a suspensão do decreto, sendo pactuado por todos presentes. Isso representou uma vitória frente à ameaça de remoção dessas famílias, porém essa suspensão não chegou a ser concretizada.

O processo pelas linhas de condução institucional é posto num marasmo que não corresponde à demanda das urgências que a população necessita, tendo em mente que durante esse regime, suas questões latentes de precarização de vida continuam pulsantes e agravando-se. Além do regime de transitoriedade, frente a ameaça de remoção que não se esgota. A população que mora mais próxima ao Farol e que segue ameaça de remoção, permanece sem definição de sua permanência, onde quaisquer que seja a presença de agentes da Prefeitura, ou trabalhadores para realização de obras (pavimentação, drenagem ou alguma manutenção de infraestrutura) já ativa o alerta destes moradores de uma remoção iminente.

Isto desvela o fato de que o planejamento institucionalizado ao longo dos anos não tem sido por si só capaz de frear o agravamento das disparidades socioespaciais nas cidades brasileiras, mesmo com diversas conquistas históricas no sentido da inclusão da participação popular nos processos de planejamento usuais. Inclusão esta que também merece ser problematizada. Miraftab (2012) aponta que trata-se de uma nova forma de dominação mais fluida e sutil, denominada pela autora de "dominação pela inclusão". Em síntese, temos um modelo de urbanismo neoliberal que apresenta, por um lado, um protagonismo sociedade civil no processo decisório, mas que as disparidades entre poderes, representatividade de tomada de decisão entre estes sujeitos tende a ampliar as injustiças pré-existentes.

A distorção desta participação mostra a necessidade de que os movimentos populares que tensionam essa inclusão  no processo de tomada de decisão, por exemplo FLMD e moradores das ZEIS que compõem a Frente, consigam construir seus próprios planejamentos, a partir de seus ideais e objetivos, que se desvinculem das ações do planejamento institucionalizado, sendo o Cais do Porto um potente exemplar dessa desassociação de uma espera da ação Estatal, fazendo pulsar, a partir de uma auto organização comunitária um planejamento popular abrigando os desejos e vivências dos moradores.

Além disso, identifica-se que os processos e as práticas do Serviluz e Cais do Porto, para além de expor, como forma de denúncia, as desigualdades, geram trocas entre os saberes populares e técnicos, como foi observado no desenvolvimento das cartografia e mapeamentos comunitários, sendo indicado pelos moradores como uma ótimo iniciativa de identificar as potencialidades e aspectos para serem melhorados sendo uma ferramente de mais direcionada de cobrança ao ente público.. Seja, também, pelos encontros semanais da Comissão de Moradores do Titanzinho, pelas reuniões do Conselho Gestor, ou pelas atividades desenvolvidas em parceria com as assessorias de formações políticas e troca de conhecimentos relacionados aos processos que o território está passando, como a sua regularização, por exemplo.

> *"A ideia dos mapas foi muito legal, a gente não tinha noção de mapas... com eles a gente foi mostrando os pontos que a comunidade usa... turismo, comércio. Foi feito pra mostrar que temos tudo por aqui, não é como eles (Prefeitura) tá pensando que é, que não tem nada aqui. Também neles (mapas) coisas que tá precisando, como saneamento, urbanização e algumas áreas de lazer. Tudo tá no mapa. Isso são coisas que estamos lutando pra fazer acontecer aqui no Titanzinho. Isso também é pra quando vier o deles (projetos) a gente sentar e dizer que queremos assim (como está nos mapas feitos pela comunidade)" (Fala de Dudé, morador do Cais do Porto em oficinas de construção de cartografias para o Plano Popular)*

Assim, a partir dessas articulações e trocas possibilitadas a partir dos grupos de assessorias são capazes de formar coletivamente sujeitos políticos coletivos, quebrando o monopólio do planejamento padrão excludente. Pois agora os moradores constroem seu próprio planejamento. É justamente nesse diálogo de saberes para responder às ameaças, geralmente, desdobradas no tempo da urgência, ditando a necessidade de pensar e agir de forma rápida na construção de (contra) argumentos, que se identifica um forte padrão, e de grande potencial, nos dois territórios. Logo que são identificadas ameaças, projetos de intervenção da região, os moradores de pronto já acionam essa rede de articulação que atua no território convocando para uma reunião para que o assunto seja debatido e conversado.

Destaca-se para o esforço reflexivo com o qual possibilita-se contribuir para um maior diálogo entre uma diversidade de saberes, onde uma complementaridade de lutas implica em uma construção coletiva de co-saberes. Essa parceria para tal construção coletiva se demonstrou ainda mais forte durante a elaboração do Plano Popular do Cais do Porto. Onde, inclusive, notou-se a participação de conselheiros do Serviluz, demonstrando uma aproximação e atuação em conjunto para as melhorias do território. Os moradores do Serviluz indicaram que estavam creditando esperanças neste Plano Popular após a experiência da elaboração do PIRF de seu território e que o longo e árduo processo ainda não foi concretizado.

O Plano Popular foi construído de forma participativa e autogestionada, contando com apoio de assessorias técnicas de diversos campos (Escritório de Assessoria jurídica Popular Frei Tito de Alencar, Frente de Luta por Moradia Digna, Instituto Trêsmares, Laboratório de Estudos da Habitação, Taramela, dentre outros) em um processo de troca de saberes e tecnologias diferentes, populares e técnicos, mas sobretudo um processo dinâmico de aprendizado e construção coletiva.

No próprio documento do Plano há a indicação de que o mesmo não se encerra na publicação do mesmo. Entendendo o plano como algo em movimento, um processo que deve acompanhar o desenvolvimento da comunidade e ser

complementado e atualizado a partir das demandas e realidades que forem surgindo.

Dentre as atividades realizadas nesta construção, destaco:

- Assembleias populares e reuniões na comunidade;
- Intercâmbios com outras experiências de planejamento popular e outras ZEIS;
- Cinemas e Rodas de conversa;
- Apresentações e realização de oficinas em espaços abertos da comunidade (praças e ruas);
- Levantamento de informações oficiais existentes sobre a comunidade;
- Realização de entrevistas e aplicação de questionários realizados pelos moradores;
- Mapeamentos colaborativos / comunitários / cartografia social;
- Trabalhos de graduação e pós-graduação complementando o Plano;
- Oficinas com metodologia e facilitação realizadas pelos grupos de assessorias técnicas que apoiam o Plano, dos campos do Direito, Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano, Geografia, Oceanografia, Economia, Comunicação e Artes.

Nessa perspectiva, esse agenciamento dos sujeitos destes dois territórios ganham força não por si só, ou por sua articulação, e sim mostram potência na sua relação de contribuir com práticas re-existentes e na formulação aberta e coletiva de *saberes-fazeres* de grupos e movimentos articulados em suas lutas e disputas emancipatórias.

Assim, entendemos que uma cidade é um território vivo, como um rio, que nos atravessa e é constantemente atravessado, no qual não se entra duas vezes do mesmo modo (GORCZEVSKI et al, 2021). Ao experienciar o território pela segunda, ou demais vezes, a forma como somos permeados é diferente, da mesma forma como o modo que nossos corpos recebem, captam e lidam com os acontecimentos. Isso foi vivenciado a partir da minha própria inserção do Serviluz, onde em primeiro momento, final de 2018, enquanto técnico elaborando o PIRF do território tive um modo de captar os acontecimentos e relações que ali estavam postas. Já no meu novo momento de inserção no território, a partir da colaboração na construção do Plano Popular, em 2020, as relações percebidas, e como essas relações me atravessaram, aconteceram de forma diferente do primeiro momento.

Foi possível (re)conhecer parte do território que ainda não me tinha sido possibilitado abertura. Compreender a dinâmica e complexa relação entre os sujeitos que compõem ambos os territórios, Serviluz e Cais do Porto. As diferentes visões de moradores em relação à intervenção do Poder Público e como enxergam o processo de organização comunitária, além da própria identificação como ZEIS. A questão da conscientização deste instrumento e a forma como ele deve ser

respeitado pelo Poder Público ainda não é disseminado de forma coesa pelos territórios. Muitos até sabem que são ZEIS, mas não creditam muita esperança na luta e organização comunitária.

Além disso, foi possível diferenciar os distintos tempos que ambos os territórios se encontram. Serviluz, passado seu árduo processo de elaboração do PIRF apresenta uma desmobilização e descrença, tendo em vista que esse longo esforço ainda não alcançou seu objetivo. Assim, muitos dos moradores ensejados pela luta do Cais do Porto e pelo próprio processo de elaboração do Plano Popular retornaram aos ambientes de discussão e debate coletivo, como as reuniões da Comissão Titan. O agenciamento que os moradores do Cais do Porto tem realizado para construção do seu planejamento comunitário tem revigorado e transbordado para os demais moradores a esperança e crença no poder de transformação através da luta

Penso que os territórios populares são os pontos de maior fortaleza na perspectiva de construir uma sociedade outra. A partir da colaboração na luta em conjunto com os moradores do Serviluz e Cais do Porto foi possível visualizar intensa resistência aos processos de produção e reprodução desiguais sugerindo o pensar novas alternativas de condição de urbanidade e fabular futuros alternativos no âmbito do urbano. Pois, mesmo atravessados pelo sistema capitalista, que incentiva e atenua nossa vivência como seres individualistas, as comunidades constroem espaços de coletividade e partilha, que não estão isentos de contradições e conflitos, mas coexistem, compartilham e lutam lado a lado por um objetivo comum.

> *Sabemos que o nosso bairro é composto de pessoas muito diferentes, com interesses diversos. Mas acreditamos que no Plano Popular é possível refletir e gerar consciência coletiva sobre aquilo que mais nos afeta e, assim, encontrar os interesses comuns na defesa e no cuidado do nosso território. O Plano é resultado da luta e organização popular e baseado na decisão soberana de quem mora sobre o seu território. (PLANO POPULAR DO CAIS DO PORTO, 2022)*

No Plano, foi buscado indicar caminhos fora dessa racionalidade econômica dominante que, através do mito do desenvolvimento (FURTADO, 1973), exclui preceitos básicos da vida enquanto comunidade, sendo preciso reforçar as relações e ações coletivas, do cuidado com o bem comum e do nosso próprio auto cuidado. Seguem, portanto, re-existindo frente ao projeto do sistema capitalista-moderno-colonial (GROSFOGUEL, 2005, 2006).

Dessa forma, ainda que num horizonte distante, a discussão sobre a autonomia desses territórios aponte para um ideal de sociedade autônoma, é preciso atentar-se para os pequenos ganhos pontuais e crescentes, que reconheçam e estimulem as habilidades e potenciais da população que vem

historicamente praticando a produção do espaço de forma periferizada. A partir das experiências abordadas ao longo da pesquisa foi possível enxergar que, enquanto os projetos destinados ao nosso espaço estiverem em diálogo com a lógica capitalista e desenvolvimentista, o cenário de exclusão e dominação sempre se reproduz. Assim, o debate sobre planejamento comunitário e autonomia não exclui ou enfraquece o debate pela necessidade da implementação de políticas públicas no bairro.

Souza (1997, p.20) explica que o processo de autonomia não é "um tudo ou nada, mas um compromisso necessário entre um horizonte estratégico de pensamento/ação e as modestas vitórias táticas".

O desafio posto, é captar formas de potencializar essa autonomia, tendo em vista que não somos uma sociedade autonomista e que a presença do Estado (moderno-capitalista) tende a privilegiar os interesses impositivos do capital. Neste desafio é que destaco para a atuação da assessoria técnica de caráter popular, vide exemplo a Taramela. Denise Nascimento (2019, p. 244) define a assessoria como "aquela onde o arquiteto, propositor e mediador da informação técnica, assessora os moradores no processo de projetar e de construir, preservando o seu poder de tomada de decisão". Ao se colocar enquanto assessor(a) é necessário método, pesquisa, respeito aos saberes populares, criticidade, estética e ética, corporeificação das palavras e dos discursos, reflexão crítica sobre a prática, reconhecimento das identidades culturais, e, sobretudo, exige o risco, a aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação (FREIRE, 1996).

Assim, capazes de ampliar a troca de informações entre profissionais e moradores, por meio de uma comunicação não impositiva e não assistencialista, numa tentativa de assegurar a autonomia dos usuários sobre as decisões.

A pesquisa aponta para a não neutralidade dos processos que se enraízam nestes territórios, os quais negligenciam sua heterogeneidade frente às lógica capitalistas, como do seu planejamento e gestão urbana fortemente vinculada a um caráter desenvolvimentista. Deve ser reforçado que as disputas acerca do planejamento urbano, no âmbito da garantia de direitos e melhores condições de habitabilidade para todos(as) geraram grandes conquistas para, sobretudo, àquela população mais vulnerabilizada a partir da garantia legal de seus direitos, assim como políticas públicas voltadas para essa população, mas também conquistas no sentido da democratização do pensar a cidade. Afinal, instaurou-se instrumentos que determinam que as cidades elaborem planos setoriais, com participação popular e controle social efetivo, além de importantes marcos, como a delimitação das ZEIS, o que vem garantindo, em conjunto com a luta pelo próprio instrumento, a garantia de permanência desses moradores em seu território.

O que Souza (2012) sugere é que o Estado, ainda que com sua estrutura heterônoma, não é um monolito estanque, pois está sujeito a situações conjunturais

de governos mais ou menos conservadores, podendo apresentar fissuras e contradições internas como "brechas legais, instâncias participativas oficiais, recursos públicos" (SOUZA, 2012, p.26) que podem ser exploradas em suas potencialidades.

As brechas, de que fala Souza (2012), poderão ser percebidas em algumas experiências apresentadas no decorrer deste trabalho a partir das inserções nos territórios do Serviluz e Cais do Porto que acabam construindo caminhos alternativos conformando contextos que se abrem para oportunidades e que trouxeram as práticas de produção do espaço e de assessoria técnica. São processos imbricados e que permeiam as definições de espaços inventados e convidados (MIRAFTAB, 2016), mas que também representam esforços de trabalhar com o Estado e apesar do Estado.

De acordo com Miraftab (2004), os espaços convidados são definidos como aquelas ações de base e suas organizações não governamentais aliadas que são legitimadas por doadores e intervenções governamentais e visam lidar com sistemas de adversidade. Já os espaços inventados são definidos como aquelas ações coletivas dos pobres que confrontam diretamente às autoridades e desafiam o *status quo*.

A partir das inserções territoriais em estudo apreende-se que é nas práticas dos sujeitos que compõem estes territórios, em conjunturas de partilhas solitárias e de luta pelos seus direitos, que se observa as características habitualmente identificadas como atitudes horizontais, de participação, comunicação, relações dialógicas e sensíveis, atuações multidisciplinares e de consideração pelo conhecimento popular, associadas ao que se relaciona como a função social de arquitetos e urbanistas. Isso foi observado em diversas etapas ao longo do desenvolvimento do Plano Popular, onde os saberes técnicos e comunitários não entravam em disputa, os mesmos eram postos na mesa de forma a achar um denominador comum para que pudesse ser expresso da melhor forma possível no Plano. São nestes momentos que se enxerga que os dois tipos de espaços mobilizados por Miraftab estão em uma relação de interação mutuamente constituída, não binária. Os moradores conseguem utilizar-se de estruturas de participação vigentes aproveitando-se para se contrapor formalmente às ações do Poder Público.

Relembrando a frase de um morador do Titanzinho, em oficina organizada em conjunto com a Taramela, durante o processo de finalização do Plano Popular, em 2022, "o que afeta nos une". A assessoria técnica de caráter popular surge desse afeto. São sujeitos que reconhecem as desigualdades sócio-espaciais na população moradora, ainda que não necessariamente as tratem nos marcos da crítica capitalista e nas formas de luta política já abordadas. São sujeitos que se sensibilizam pela situação da comunidade e atuam no sentido de transformá-la, mesmo compreendendo as limitações e contingências para isso.

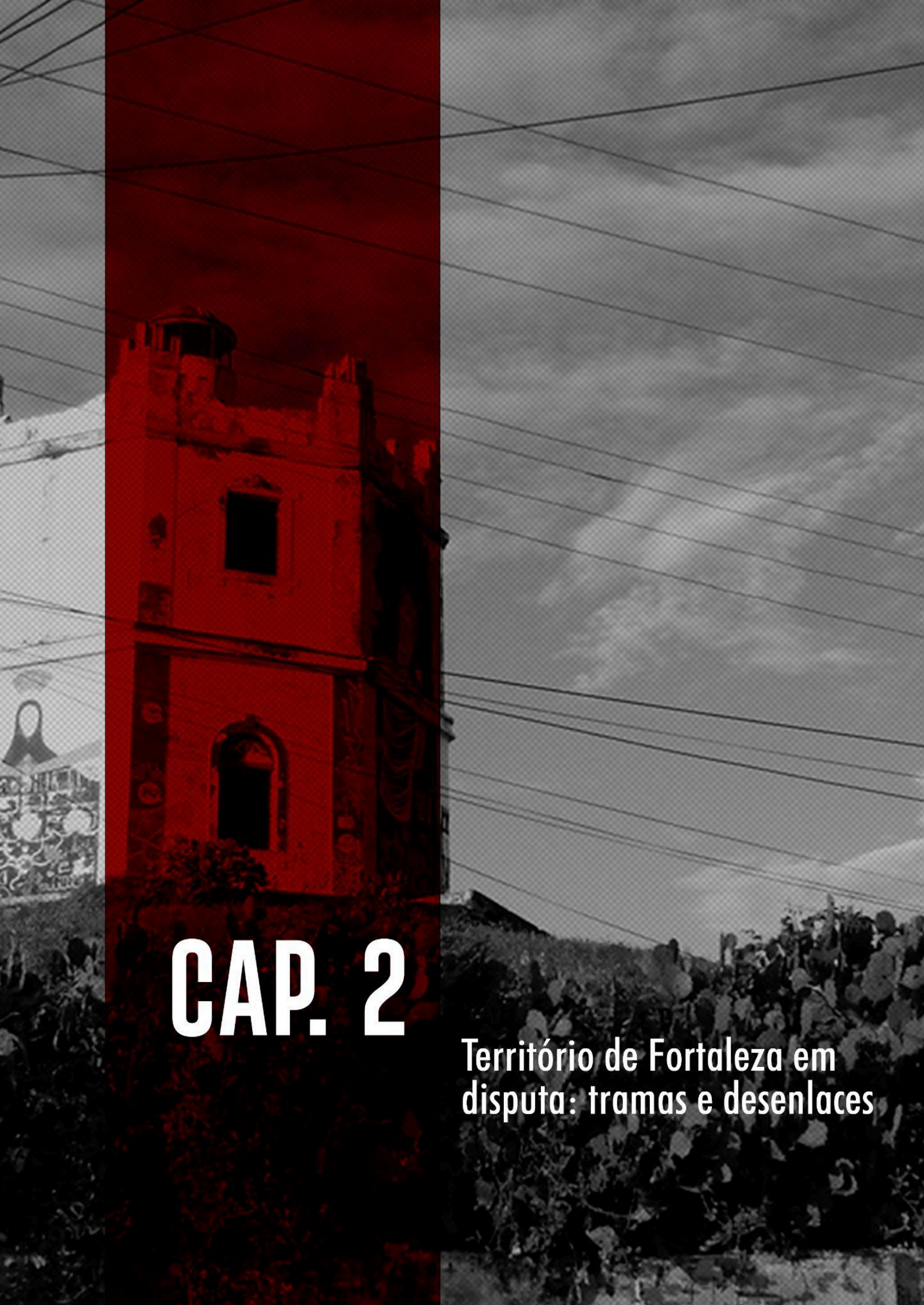
Mas esta sensibilização e, principalmente, atuação, está longe de ser uniforme. Encontrou-se, nestes sujeitos indivíduos transformados nas suas experiências acumuladas, e reflexões colocadas sobre as situações e pelos que nela vivem. Episódios e realidades que os emocionam, inspiram ou incomodam ao ponto de quererem agir sobre, mas ao mesmo tempo numa atitude de aproximação, onde acabam procurando agir com quem e o que lhes é apresentado. Reconhece-se neles também uma forma de atuação dialógica, sensível, assumindo a sua função e contribuição técnica, mas também política.

Isto posto, a inserção territorial do pesquisador, colocando-se enquanto militante-pesquisador, também contribuem para reflexões de um processo de fazer-pesquisa. Pois as ações enquanto assessor técnico popular tem fornecido material empírico para a pesquisa, mas não somente. Pois ao longo deste processo de fazer pesquisa observou-se a imbricação e confluência destas atuações. Seria, assim, um movimento contínuo e espiralar, a partir do qual o processo de pesquisa se desenvolve de maneira cumulativa.

Nesse sentido, esse capítulo procurou realizar um resgate da minha atuação, refletindo determinados processos a partir de minha inserção territorial em espaços que venho assessorando até chegar nos dois territórios onde a pesquisa detém maior atenção. Para tanto, leva-se em conta a infinidade de atravessamentos, constrangimentos e determinações que cotidianamente se fazem presentes nos territórios da prática do assessor militante disposto ao enfrentamento da problemática habitacional nos territórios no qual se insere, sem ignorar conquistas, transformações e impactos de experiências relevantes no trato da questão.

Constitui-se assim, uma prática militante, profissional e acadêmica permeada por diversos contornos diferentes que fazem parte desse processo de disputa por uma justiça habitacional e a efetivação do direito à cidade.

> *"Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos. É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle" (Deleuze, 1992, p.218).*



# CAP. 2

## Território de Fortaleza em disputa: tramas e desenlaces

O território materializa tensões, contradições e lutas nos processos de dominação e resistência. Tais processos não podem incorrer a ilusão de que são passíveis de serem lidos apenas por uma chave de interpretação/compreensão. As relações entre dominação e resistência, que incidem nos territórios, ganham relevo quando se trata do território urbano das cidades contemporâneas. Pois condensa uma variedade de sujeitos, interesses diversos gerando processos conflituosos e de luta.

A cidade, então, atravessada por rearranjos das (novas) dinâmicas econômicas que impulsionam mudanças em sua forma de funcionamento e organização, influenciando no processo de (re)produção e (des)ordenamento, deve ser compreendida como algo heterogêneo. Os moradores do Serviluz e Cais do Porto vivenciaram, desde sua chegada, constantes transformações no território. Seja, primeiramente, com as primeiras instalações das indústrias e fábricas, e agora, mais recentemente, as tentativas de retiradas desse uso da região visando dinamizar com complexos habitacionais, equipamentos turísticos, dentre outros tipos de uso e propostas que escondem em seu esboço a remoção dessa população.

É um território que abriga não somente formas hegemônicas, mas também territorializações outras que resistem à lógica imposta, como por exemplo as comunidades que seguem mantendo costumes tradicionais, relacionando-se de forma singular com os recursos naturais e apresentando um elo de comunidade e coletividade.

Em paralelo, tem-se, nos últimos anos, uma intensificação de uma idealização frequente da cidade como lócus de consumo e de desenvolvimento entrelaçados em uma lógica de constante mercantilização do espaço e apropriação por meio da iniciativa privada objetivando pensar a cidade como negócio. Manifestando-se, na cidade de Fortaleza, com os grandes empreendimentos, oriundos de regimes de exceção que extrapolam os índices permitidos. Podemos citar, também, o grande aumento dos estudos relacionados às Operações Urbanas Consorciadas (OUC) e a intensificação da utilização de instrumentos como Outorga Onerosa, justamente para regulamentar empreendimentos que visam utilizar parâmetros urbanísticos para além do permitido.

Estes elementos estão intimamente relacionados a uma intencionalidade desenvolvimentista no âmbito do fazer e agir, por parte dos entes do Poder Público, em consonância com os interesses privados, das formas de planejar a cidade a partir de uma priorização de questões econômicas , sinalizando, assim, as contradições do discurso de urbanismo e urbanização. Pois a narrativa de melhorar as condições dos moradores a partir da urbanização está ocultando o processo de remoção possível transformação daquela área para fins turísticos e econômicos, não beneficiando diretamente os seus moradores.

Pensar o planejamento urbano, portanto, sobretudo de forma relacional, na qual essa pesquisa se propõe, é compreender que ele contém uma trama de projetos de sociedade e uma racionalidade que dialoga com valores, visões e leituras de sociedade e território de forma diversa e complexa. Nesse sentido, apreende-se uma dinâmica de poder, haja vista a tomada de decisão frente ao planejamento e gestão da cidade. Pois quais vozes são escutadas de fato para realização do Plano Diretor que irá condensar os desejos e intenções para a cidade? O que é levado para este documento, reconhece os direitos já conquistados dos territórios populares? Busca pensar a cidade de forma igualitária e minimizar as desigualdades já existentes, ou invés de retroalimentá-las? Estas são as questões que necessitam ser pensadas frente as formas de planejar a cidade, pois que a partir da definição do legal, implicando na construção de seu oposto, o dito ilegal, é coloca sob tensão modos de habitar o urbano e seus ordenamentos.

O projeto de modernidade-colonialidade (MIGNOLO, 2005), impõem parâmetros de dominação territorial, buscando manter-se enquanto hegemonia se sobrepondo a outros modos de organização territorial e existência. Como foi possível visualizar no capítulo anterior, o território da porção Nordeste da cidade de Fortaleza, onde está localizado o Serviluz e Cais do Porto, ainda apresenta presença de comunidades tradicionais com forte relação com o mar e a pesca como subsistência. Esses modos de se relacionar com a natureza e seus desdobramentos culturais, festivos e de senso de comunidade, vem sofrendo tentativas de apagamento com os projetos urbanos de caráter desenvolvimentista que visam o desenvolvimento econômico na região. Frente a essa disputa, os conflitos socioterritoriais e as insurgências revelam lutas que desestabilizam ou desafiam estas estruturas de poder.

É necessário, ainda, a compreensão de que o espaço produzido, sob lógica dessa dinâmica hegemônica de controle e ordenamento territorial imposta, através de seu planejamento institucionalizado que definida o permitido (legal) a partir de um ideário que não reflete e não reconhece a cidade de fato, se coloca à serviço da acumulação de um poder econômico beneficiando grandes proprietários de terras, construtoras e investidores, ou seja, uma população alheia ao território impactado. Assim, ao invés de buscar uma gestão igualitária e combater as desigualdades, o que vemos, na grande maioria das vezes, é um processo o qual subordina grande maioria da população da cidade, que corresponde aos territórios populares, em detrimento de uma pequena parcela que detém um grande poder aquisitivo e econômico.

O capítulo em questão está pensado de forma a trazer para o diálogo as tensões que incidem sobre a cidade de Fortaleza frente aos conflitos socioterritoriais no âmbito do planejamento urbano e o direito à moradia digna, tendo enfoque nos dois territórios onde a pesquisa de debruçar mais detidamente. Assim, busca-se correlacionar as dinâmicas locais, mas também aquelas com caráter mais

abrangente, todavia, que apresentam impactos diretos na escala local do Serviluz e Cais do Porto. Neste sentido, pretende-se colaborar no processo de apreensão de questões que apresentam o espaço urbano como espaço de tensões, resistências e disputa de narrativas através da análise, e suas correlações, conflitos e disputas que ganham destaque a partir do planejamento institucionalizado e sua forma de intervenção nestes dois territórios.

Para desdobrar as reflexões, esse capítulo conta com duas seções. Na primeira delas, iremos balizar o debate relacionado a acumulação de capital buscando uma atualização no debate contemporâneo urbano, utilizando para tanto os conceitos da acumulação negativa (SILVA, 2019) e banimento racial (ROY, 2019). O desejo deste capítulo é refletir sobre as tramas de relações e dinâmicas de poder existentes na cidade de forma que essa construção (re)decomponha determinadas compreensões sobre a cidade de forma de (des)construir significados, ou colocá-los sob perspectiva.

Na seção seguinte será dado maior destaque aos territórios de inserção desta pesquisa, apresentando os circuitos e agentes que estão articulados nas relações de poder inseridas nestes territórios, de forma a colocar em xeque e perspectiva as propostas impostas pelo Estado através dos projetos urbanos para os respectivos territórios. Esse mergulho buscará contribuir para pensar o saber urbano e práticas de planejamento territorial.

É neste sentido que a pesquisa busca minimamente evidenciar, na cidade de Fortaleza, o debate de contradições referentes às políticas públicas e o carácter neodesenvolvimentista[21] do atual planejamento urbano apresentado pelo Estado, podendo citar o seu pretenso caráter de neutralidade, mas que é utilizado como valioso instrumento de dominação e veiculação ideológica por parte de parcelas dominantes da sociedade, através do Estado.

O que acaba impactando em um processo de naturalização das relações de dominação ocultando, de forma a amenizar, os crescentes processos de remoção de territórios populares. O que, consequentemente reforça uma atuação do Estado em cima de interesses tão contraditórios, pois ao mesmo tempo que busca assegurar a expansão do setor imobiliário aumentando os limites urbanos e promovendo sua acumulação em cima da dotação de serviços urbanos públicos, também apresenta necessidade de enfrentar os problemas de uma crescente pobreza urbana e processos de precarização.

Nota-se, portanto, um aprofundamento dos efeitos segregativos e de precarização da vida da população dos territórios populares que resultam do próprio sistema capitalista que cria e recria, produzindo a cidade formal e informal. O planejamento urbano, então, ao garantir melhorias e infraestrutura urbana,

[21] Ver nota 8.

paradoxalmente assegura as condições necessárias à produção da cidade espoliativa, excludente e segregativa.

Assim, a partir do planejamento urbano institucionalizado, as ações desenvolvidas pelo Estado adotam posturas de gestão ligadas aos interesses da acumulação do capital. Onde sobrepostos às demais camadas e níveis de precarização, essa população dos territórios populares da cidade de Fortaleza, são lançados a um mar de incertezas, transitoriedade frente a sua permanência e existência. Um processo oriundo de uma dívida impagável, constituída de repetições de precariedade, uma acumulação negativa (SILVA, 2019).

## 2.1 Planejamento urbano em perspectiva - entre (in)justiça habitacional e despossessões

Fortaleza, capital do estado do Ceará, atualmente, tem uma população estimada em cerca de 2.428.678 pessoas, segundo dados do IBGE (2022), concentradas numa área de 312,353 km², o que estabelece uma densidade demográfica de 7.775,43 habitantes por quilômetro quadrado. O que a torna uma das capitais com maior densidade demográfica do País, sendo a 7ª em relação nacional e a 1ª a nível estadual.

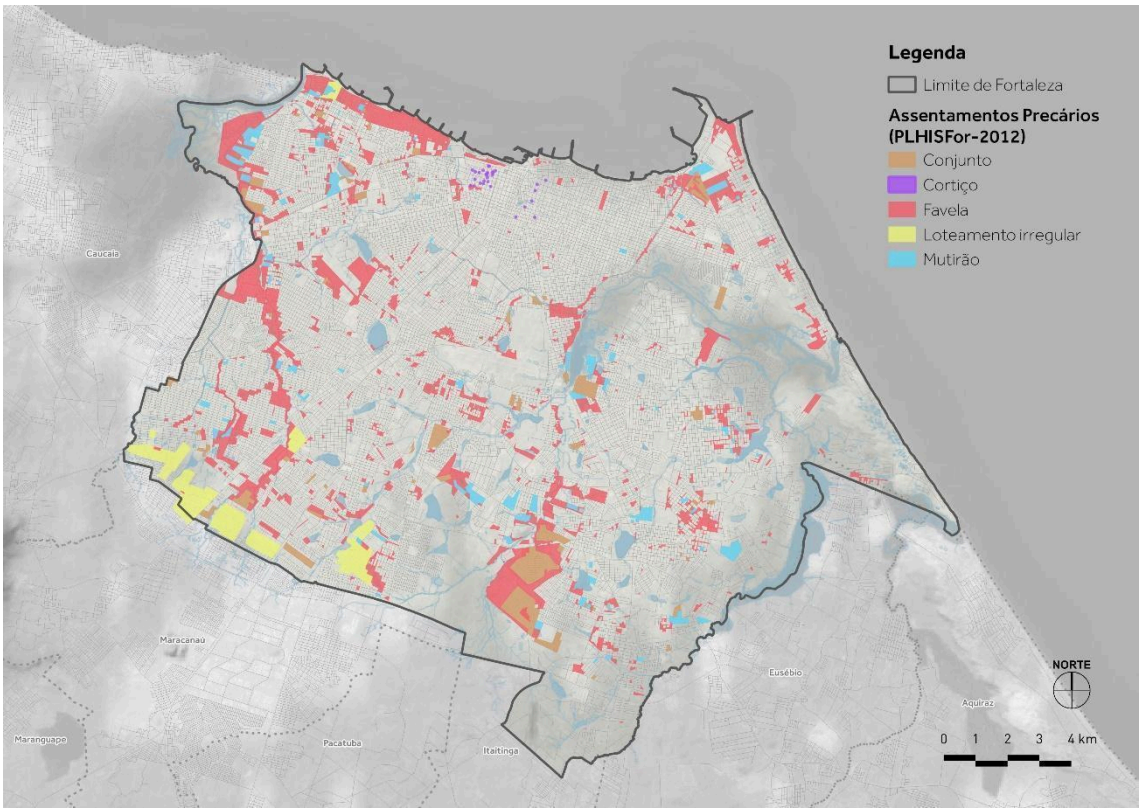
É uma cidade marcada por uma forte desigualdade social e urbana que se expressa a partir de uma clara delimitação de níveis distintos de periferização da população, onde as formas de produção do espaço foram intensificando um processo excludente.

No Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza (PLHISFor), de 2012, foram identificados o total de 843 assentamentos precários (Mapa 01), com uma população estimada em 1.077.059 habitantes, e cerca de 246.231 imóveis, o que representava aproximadamente 32% dos domicílios da cidade e por outro lado ocupando 40 km², o que representa 12,8% do território de Fortaleza (vide mapa a seguir). Temos então 40% da população ocupando 1/3 dos imóveis especializados e distribuídos em aproximadamente apenas 13% da cidade.

Essa denominação é utilizada para caracterizar territórios que combinam determinadas características em comum, segundo o documento do plano. Sendo elas, em síntese, a presença de moradias com privações e acesso inadequado à água potável, acesso inapropriado ao saneamento e outras infraestruturas urbanas, além de baixa qualidade estrutural da moradia, alta densidade e insegurança quanto à propriedade e irregularidade fundiária (PLHISFor, 2012). São divididos em 5 categorias: favelas, mutirões, conjuntos habitacionais precários, cortiços e loteamentos irregulares.

Cabe uma crítica à noção de assentamento precário utilizado pelo plano, pois estes territórios foram identificados apenas pelas lentes das ausências, estas que se configuram a partir de uma omissão, e priorização de atuação em determinadas áreas mais "atrativas", do próprio Poder Público. Em outras palavras, há um processo de precarização e vulnerabilização inicial destes territórios, por não serem assistidos pelo Estado como deveriam, com medidas de geração de emprego e renda, melhorias urbanísticas, habitacionais e de infraestruturas, o que faz com que em segundo momento o mesmo agente responsável, majoritariamente, por essa conjuntura constrói e dissemina uma narrativa que reduz estes territórios a um processo imposto à eles. Não sendo considerado suas presenças, dinâmicas e práticas que estão muito além desta precariedade. Ou seja, uma abordagem que se ocupa apenas da dominação que essas populações são submetidas.

**Figura 02.01**: Mapa de caracterização dos assentamentos precários levantados pelo PLHISFor (2012)




**Fonte**: Elaborado pelo autor com base nas informações do PLHISFor (2012).

No mapa, podemos observar que dentre as categorias utilizadas pelo plano há uma maior concentração de "favelas" ao longo da cidade. Também é possível enxergar a forma como elas estão dispensar de forma heterogênea ao longo de todo o território. Diferentemente dos loteamentos e cortiços, por exemplo, que encontram-se concentrados na porção suldoeste e norte, respectivamente.

Para além, nota-se possíveis 3 grupos de concentração destes territórios levantados pelo PlhisFor, correspondendo a porção Oeste da cidade, porção Nordeste, onde encontra-se Serviluz e Cais do Porto, e uma concentração na porção centro-sul, caracterizado pela adensamento de favelas e conjuntos habitacionais. Esses três grupos caracterizam momentos e processos distintos na cidade.

Na parte Oeste, temos a existência de uma população ainda com origem pesqueira, localizado mais ao litoral, mas sobretudo há uma ocupação caracterizada por localizar-se ao longo de recursos canalizados. Uma região da cidade ainda com grande presença de terrenos subutilizados que antigamente abrigavam fábricas. Já na concentração mais a nordeste, é uma área da cidade com grande presença de comunidade pesqueira e ocupações de uso industrial. Há uma intensa disputa com interesses imobiliários para dinamizar essa área da cidade, tendo em vista a presença da orla e vasta quantidade de terrenos vazios.

Por fim, a concentração centro-sul, refere-se, a priori, a estratégia adotada, no âmbito da política habitacional, com a construção de grandes conjuntos habitacionais nas bordas da cidade, concentrando essa população em áreas afastadas dos centros econômicos e com maior presença de empregos. Somado a uma política habitacional ineficaz, que trabalha apenas em cima de provisão a habitacional de grande escala, sem pensar em outros caminhos, é possível visualizar a concentração de favelas nos arredores dos próprios conjuntos.

Outro dado alarmante é o número de famílias inscritas, em 2017, nos programas de habitação de interesse social do município que gira na ordem de mais de cento e trinta mil famílias, apontando que aproximadamente 20% da população encontra-se em situação de déficit habitacional (HOLANDA e ROSA, 2017). Cenário esse que não é exceção ao aproximar-se dos territórios onde a pesquisa se insere. Temos para o Serviluz um déficit habitacional de 18%, correspondendo a cerca de 400 unidades habitacionais. Para o Cais do Porto, apresenta-se percentual semelhante, todavia correspondendo a 165 unidades habitacionais. Esse valor foi calculado considerando desde inserção dos domicílios em abertura de vias, faixa de domínio, faixa de praia e servidão, o que torna, em determinadas situações, um risco socioambiental pelo estudo realizado no PLHISFor.

Esse levantamento realizado pelo Plano demonstra a necessidade de uma avaliação cuidadosa das condições habitacionais e urbanísticas destes territórios, ao invés de simplesmente declarar como área precária ou de risco, indicando um processo de urbanização como solução, mas que carrega de forma velada a remoção dessa população. Alimentando as precarizações que estes já enfrentam, expulsando a população de seu local de origem, os lançando para conjuntos habitacionais localizados nas bordas da cidade. É um processo que redireciona e concentra essas camadas de precarização da vida em uma restrita porção do território. Esses tratamentos não são pautados somente pelo ideal de cidade que querem construir, mas sobretudo pelas relações intrínsecas com os

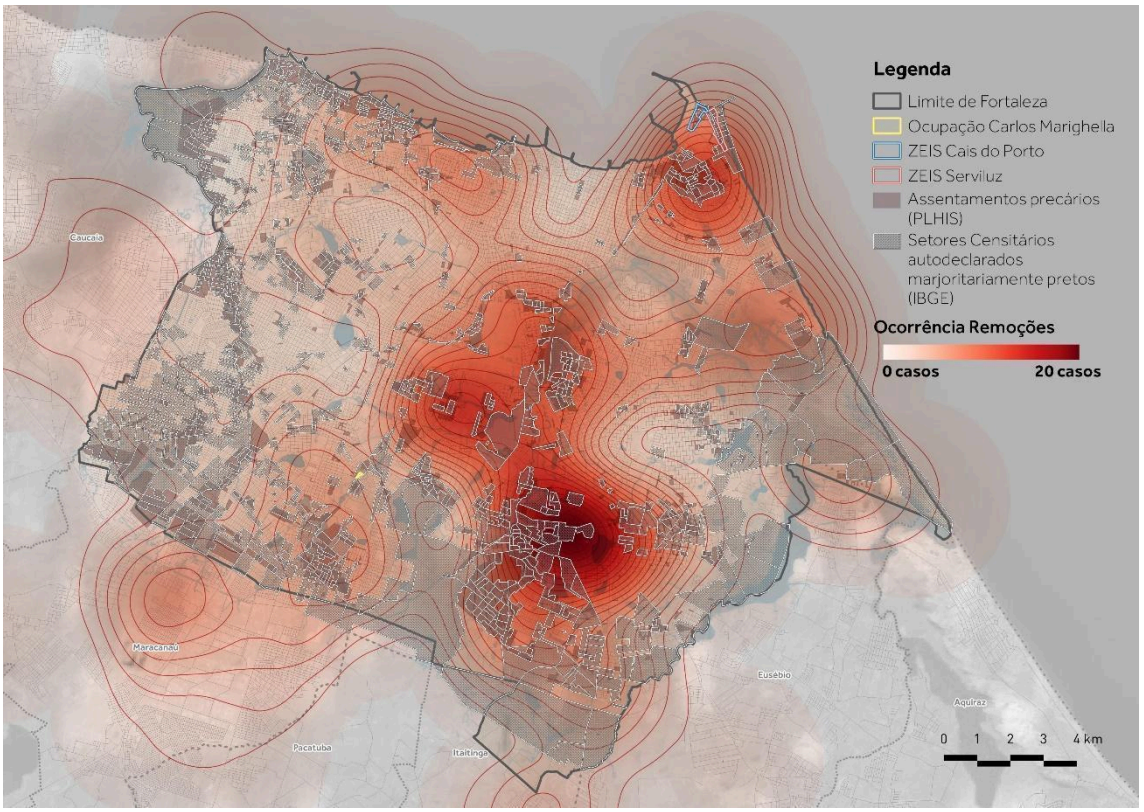
corpos negros e pobres que ocupam, e produzem, esses territórios, o que Ananya Roy (2019) vai chamar de "banimento racial", ao tratar da violência instituída pelo Estado contra corpos e comunidades.

A autora busca mudar o foco do deslocamento (usual nas leituras de casos de gentrificação e remoções associadas a transformações urbanas) para enfatizar a despossessão, especialmente considerando a despossessão da própria condição enquanto sujeito que marca a experiência de comunidades subalternizadas. Nesta condução, Roy enfatiza com este conceito de banimento racial o papel da violência do Estado contra corpos e comunidades racializadas.

Nesse contexto e considerando um planejamento urbano pouco includente, observa-se que o Estado termina muitas vezes associando-se com os grandes capitais imobiliárias, direcionando os investimento públicos para as áreas de interesse daqueles capitais, como é o caso da região onde encontra-se o Serviluz e Cais do Porto, reforçando a segregação socioespacial e o processo de acumuação negativa que estes moradores enfrentam (SIILVA, 2019).

É válido enfatizar, também, que, entendendo o planejamento urbano como elemento basilar do processo de despossessão, estas estruturas de dominação são territorializadas e racializadas, nas quais, tem-se que a racialização desses corpos nestes territórios mais vulnerabilizados, torna-se fundamental para o modo de produção capitalista e continuam sendo essenciais nesse momento neoliberal financeirizado. O mapa a seguir ilustra como esses processos de remoção expressam-se nas áreas de concentração dos territórios precarizados e sobretudo constituído por população racializada.

**Figura 02.02**: Mapa dos processos de remoção e a relação com os territórios majoritariamente autodeclarados pretos.




Fonte: IBGE e PFM, sistematizado pelo autor.

A pressão de que amanhã você possa ser removido e não ter onde morar, os embates e disputas pelo território, atravessam pouco a pouco a essência do ser humano. Esse processo enraíza-se tanto de forma concreta quanto de forma representativa e simbólica, moldando-se mutuamente, nestes territórios, instaurado um regime de constante transitoriedade e incertezas frente a permanência em seu local de moradia.

Denise Ferreira da Silva pergunta por que a morte de jovens negros por agentes do Estado não causa uma crise ética global - e isto mesmo depois do banimento moral da categoria raça, no pós-Segunda Guerra Mundial. Tal questionamento pode ser desdobrado, a partir da análise do mapa anterior, levantando-se o questionamento de porquê que a concentração evidente e planejada dos casos de remoção serem majoritariamente em territórios racializados também não gera tais movimentações.

Em contraposição a essa dispersão ao longo da cidade, mas que também apresentam concentrações como já mencionado, destes territórios populares levantados pelo PLHISFor, carregando desde camadas de precarização e irregularidades fundiárias, temos uma concentração da população com maior poder aquisitivo localizada, principalmente, no setor leste da cidade. Com destaque

para os bairros Meireles, Aldeota, De Lourdes, Cocó, Guararapes e, de forma geral, um pouco mais dispersas, nos bairros ao longo do eixo viário das avenidas Santos Dumont e Washington Soares. Nestes bairros, a renda média das famílias ultrapassa dez salários mínimos, enquanto em quase todo o resto da cidade a renda média fica entre zero e três salários mínimos. É também ao longo do eixo da Avenida Washington Soares onde estão localizados grande parte dos terrenos ainda vazios, não construídos ou subutilizados. Entendemos essa produção da cidade a partir do banimento racial, o qual utilizando-se de genérica justificativa de "melhorias para a cidade" ou "obras 'viárias' que melhoram a cidade" criam enclaves brancos enquanto potencializa as precariedades da população negra e empobrecida a partir da desapropriação (ROY, 2019).

Longe de enxergar estes processos dominantes do projeto do sistema capitalista-moderno-colonial (GROSFOGUEL, 2005, 2006) de forma a naturalizá-los, mas busco atentar de maneira crítica às articulações com o planejamento urbano e disputas que emanam dos diversos interesses dos sujeitos envolvidos, enfatizando as contradições presentes nos processos de urbanização. Apresentando-se enquanto melhoria para a cidade, porém com caráter desenvolvimentista que colaboram na manutenção de uma cidade desigual e fragmentada, velando processos de desapropriação dos territórios populares.

Neste sentido, debruçando-se sobre estes processos dominantes que são desdobrados nos territórios populares, o autor Zibechi, ao relacioná-los com práticas de resistência, acredita que nestes, e através destes, há a possibilidade de traçar novos horizontes para o saber urbano, em suas formas de urbanismo, gestão e planejamento, mas também para além dessas (ZIBECHI, 2015). Pois a partir da transformação da abordagem que se ocupa apenas para enxergar esses territórios exclusivamente sob a dominação na qual são submetidas, passando a apreensão de suas formas de resistência, tal como se deixa ver em sinais de construção coletiva de solidariedade, pertencimento ao território e modos de vida em comum (MERRIFIELD 2015).

Em Fortaleza, mas não somente, este processo de expansão territorial manifesta-se a partir dos megaprojetos e urbanizações, alguns destes já previamente citados, como o Acquário, Projeto do Estaleiro, Aldeia da Praia, projetos de urbanização do F2040, dentre outros. No período de uma década, de 2009 até 2019, a partir de estudos sobre os impactos do setor de obras viárias e de infraestrutura, Fortaleza apresentou um total de 51.292 famílias removidas, sendo que 40% foram despejadas (PEQUENO, 2020). Os dados impressionam ainda mais quando detalhados. Visto que 30% das ações de remoção ocorreram em áreas públicas, 32% em áreas privadas e 48% dos casos não apresentava qualquer ordem judicial ou ato administrativo.

Essas remoções concentram-se, justamente, nos três grupos distintos que foram identificados a partir do mapa anterior (rever figura XX), onde tem-se a

concentração dos territórios levantados pelo PlhisFor. Assim, não se trata apenas de deslocamentos, de um lugar ao outro, mas o banimento como fruto de um capitalismo racial (ROY, 2019). Ainda para Roy, o banimento está "emaranhado com processos de regulação, segregação e expropriação e está inserido nas geografias jurídicas do colonialismo colonizador e da separação racial". Dimensões identificadas na forma como o Estado coloca-se presente nos territórios do Serviluz e Cais do Porto através de seus projetos urbanos.

É posto em perspectiva a forma como estes territórios populares, devido às desapropriações, são atravessados por reestruturações territoriais que reconfiguram os níveis de inserção e acesso a infraestrutura. Por mais brutal que seja, essas reestruturações são confrontadas com as re-existências destes territórios, as quais são possíveis de tensionar e modificar o que está sendo proposto. Este é o caso do Estaleiro, Aldeia da Praia, dentre outros projetos que foram divulgados para o Serviluz e Cais do Porto, mas que os moradores conseguiram com bastante luta comunitária fazer o Poder Público recuar com a proposta.

Fica claro a forma imbricada que essas lógicas dominantes relacionam processos de inclusão e exclusão, de uma forma não dual, desta população. Sendo, em parte, excluídos dos eventuais benefícios de obras estruturais de melhorias urbanas realizadas na cidade, ao mesmo tempo que são perversamente inseridos às lógicas de reprodução e manutenção do capitalismo sobre a lógica da dominação possibilitada pelos projetos de urbanização e integração social propostos pelo Estado. Rolnik (2017, p. 174) categoriza como uma situação de permanente transitoriedade, na qual estes mecanismos e indeterminações estabelecem um vasto território de reserva, capaz de ser capturada em determinado momento.

Enquanto o tal momento certo para a captura não chega, os jogos de poder se constroem nas dobras entre legal e ilegal (TELLES, 2009) e nas informalidades (ROY, 2005). O resultado, tal como sugere Yiftachel, é que esses territórios são construídos nos interstícios urbanos sob o regime da insegurança, da transitoriedade e da ameaça constante de expulsão e repressão.

De acordo com Ananya Roy, as informalidades não devem ser vistas como objetos de regulação, mas como condições criadas pelo próprio Estado em seu exercício da soberania.

> *Se a soberania é verdadeiramente aquela a quem a ordem jurídica garante o poder de proclamar um Estado de exceção e, portanto, o poder de suspender a própria validade da ordem, então a soberania se encontra fora da ordem jurídica enquanto, no entanto, pertence a ela. Isso significa que o paradoxo pode também ser formulado da seguinte maneira: "Eu, a soberania, que estou fora da lei, declaro que não há*

> *nada fora da lei" (p. 15). A informalidade pode ser vista como uma expressão dessa soberania. Ela não é, para usarmos mais uma vez a terminologia de Agamben (1998), o "caos que precede a ordem, mas a situação que resulta de sua suspensão" (p. 18). O planejamento e o aparato legal do Estado têm o poder de determinar quando será decretada essa suspensão, para determinar o que é informal e o que não é e para determinar que formas de informalidade serão bem-sucedidas e quais serão eliminadas. O poder do Estado é reproduzido através da capacidade de construir e reconstruir categorias de legitimidade e ilegitimidade — como ocorre com os esforços da assistência social americana para classificar quais são os pobres "merecedores" e quais não são. (ROY, 2005, p. 194)*

Essas informalidades, como expressão da soberania do Estado, são uma marca dos territórios populares, submetidos a esse risco constante de captura. E, neles, os circuitos da vida precisam ser constantemente negociados. Os moradores do Serviluz e Cais do Porto apresentam suas vidas sob constante ameaça de remoção identificada como situação de "transitoriedade permanente" (ROLNIK, 2017) refletindo em gestos de violência pelos agentes do Estado e capital financeiro construída cotidiana e gradualmente, às vezes de maneira imperceptível em seu processo, deixando marcas profundas nestes sujeitos dos territórios. A violência também se expressa na quebra das estratégias de reprodução da vida, que a partir da desapropriação precisam ser rearranjadas, e sua reorganização só é possível graças às redes de solidariedade e de comunidade nas quais os indivíduos desapropriados estão inseridos.

Pois os processos de remoção não se encerram na perda da moradia, tampouco são casos episódicos, acontecimentos de um único dia. Tampouco, estes moradores conseguem ter segurança de sua permanência, mesmo com a suspensão de determinado projeto que visava remoção, pois dado o histórico de luta, logo será estabelecido uma nova investida do Poder Público.

Se tomarmos os termos de Butler (2018), podemos entender essas redes e as alianças que as sustentam com base na compreensão do termo *precariedade*. Para a autora, a precariedade seria o resultado da distribuição desigual da condição precária. Condição na qual é compartilhada por todos os sujeitos Ou seja, é fruto de uma situação induzida de variados processos de despossessão, envolvendo a deterioração das redes de apoio social e econômico, que recaem sobre determinados grupos e populações.

Nesse sentido visualiza-se aproximações entre o pensamento de Denise e Butler, a partir do momento em que a última mobiliza o que vai chamar de *vida precária*. Essa vida que escapa da inteligibilidade do que é reconhecido como vida; trata-se de uma questão de reconhecimento em relação ao *outro* cuja categoria de

humano é-lhe subtraída por variados dispositivos políticos (Butler, 2004, p. 134). São vidas pelas quais não se pode realizar o luto; não têm acesso a direitos e garantias; não tem espaço de representação nas nossas comunidades políticas; vidas, enfim, que morrem e que não são choradas.

> *"Eu cresci pensando em trabalhar para conseguir comprar um cano maior para melhorar a situação da drenagem e saneamento da minha rua (...) algo que não era uma preocupação nem ser feito por mim, mas sim pela Prefeitura" (fala de morador do Cais do Porto)*

Na fala do morador, realizada durante oficinas participativas de elaboração do Plano Popular, realizadas em 2022, fica evidente o rebatimento desse processo de acumulação negativa na vida dos moradores dos territórios populares, como o Cais do Porto. Passando por um processo violento de negação de direitos básicos e mobilizando recursos próprios para tentar minimizar os impactos desdobrados por essa negação.

Em sua publicação Frames of War, Butler distingue dois âmbitos de nossa vulnerabilidade corpórea: o primeiro, *precariousness* (precariedade), define uma condição compartilhada de exposição ao *outro* e ao perigo; o segundo, *precarity* (precarização), dá conta de uma dimensão (politicamente) induzida de precariedade (Butler, 2009, p.25). É nesse segundo sentido, portanto, de indução à precariedade, que devemos compreender essas *vidas precárias*, como vidas cuja condição de exposição ao perigo é agudizada por estratagemas de poder.

Desta maneira, produzir uma cidade para excluir e induzir o respeito ao medo é muito diferente de uma cidade para libertar as pessoas. Uma cidade de afetos e desejos compartilhados e que dialoguem com o bem comum daqueles que habitam o território. "Criamos um urbanismo exclusivo e predatório que usa a informalidade, o trabalho precário e a repressão policial para manter uma distância física e simbólica entre os proprietários e os que sempre trabalharam aqui" (LARA, 2020).

Entretanto, a precariedade aparece também como este lugar de aliança entre os que vivem essa situação, reunindo pessoas que, de outro modo, não teriam muito em comum. Assim, o pensamento da autora nos auxilia a pensar as redes de relações materiais e imateriais que condicionam a vida humana e não humana e conduz essa ideia à discussão no campo dos estudos urbanos, uma vez que as malhas e redes urbanas passam a ser vistas como parte imbricada da vida, lado a lado com as redes sociais e de solidariedade.

No caso da cidade de Fortaleza, seus Planos Diretores datam a partir do século XIX, porém, não cabe a este trabalho realizar uma análise aprofundada sobre

a linha histórica dos mesmos[22]. De forma geral, pode-se dizer que os primeiros planos possuíam um teor altamente tecnocrata, com a participação social quase inexistente, caracterizando uma forte luta e pressão popular dos defensores do direito à cidade. Todavia, observa-se um certo progresso no Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor), se for relacionado aos demais planos. O PDPFor foi aprovado em 2009 e ainda é o plano vigente, atualmente em processo de contratação de empresa para dar início ao processo de revisão. Porém, sua participação popular encontrou ainda percalços e caracterizou-se insatisfatória quantitativamente, além de ter sofrido fortes pressões políticas de determinados grupos na luta pela lógica de localizações privilegiadas na cidade (BRASIL, 2016).

Além disso, o plano que objetiva a sua regularização do instrumento da ZEIS, o PIRF, tem como princípio estabelecimento de uma parametrização que enquadre esses territórios em lógicas que por muito tempo já os vem excluindo da "cidade legal". Mesmo com os esforços das equipes técnicas que elaboram os planos, acaba sendo um exercício de rebatimento por assimilação da legislação vigente. Uma lógica que acentuou as camadas de precarização e exclusão que esses territórios apresentam. Não pretendo deslegitimar o instrumento, pois este tem um grande papel no sentido de mobilização e organização dos movimentos sociais para luta e reivindicação ao direito à cidade, além de, minimamente, assegurar a permanência destas populações. Mas é necessário tecer críticas sobre sua aplicabilidade, sobretudo em momentos de revisão do Plano Direito, no qual estamos passando.

O processo de regulamentação dessa ZEIS teve início em fins de 2012, quando os moradores começaram a ser mobilizados pela Prefeitura para as eleições do Conselho Gestor. Aconteceram algumas reuniões com os moradores para explicar o que era ZEIS, o que era o Conselho Gestor, como seria o processo de eleição etc. As reuniões foram acompanhadas por aquelas entidades/organizações apoiadoras. Assim, essas reuniões e eleições dos conselhos aconteceram ao longo dos 10 territórios indicados como prioridade pela gestão para serem os primeiros a se regularizarem.

O principal entrave à regulamentação das ZEIS em Fortaleza é a falta de diálogo entre a política urbana, os projetos estratégicos da cidade turística, e os interesses dos setores imobiliários. Em paralelo a todo esse processo foi desenvolvido o plano estratégico Fortaleza 2040, que não dialogou com o PDPFor, nem com o processo de regulamentação das ZEIS, nem com a revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS). A revisão da LPUOS aconteceu independente da regulamentação dos instrumentos urbanísticos e foi, por vezes, de

[22] Para uma leitura mais aprofundada sobre a linha cronológica dos Planos Diretores de Fortaleza, recomenda-se: BRASIL, A. B. A ineficácia das ZEIS: um problema de legislação ou uma questão politíco-social? O caso de Fortaleza. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

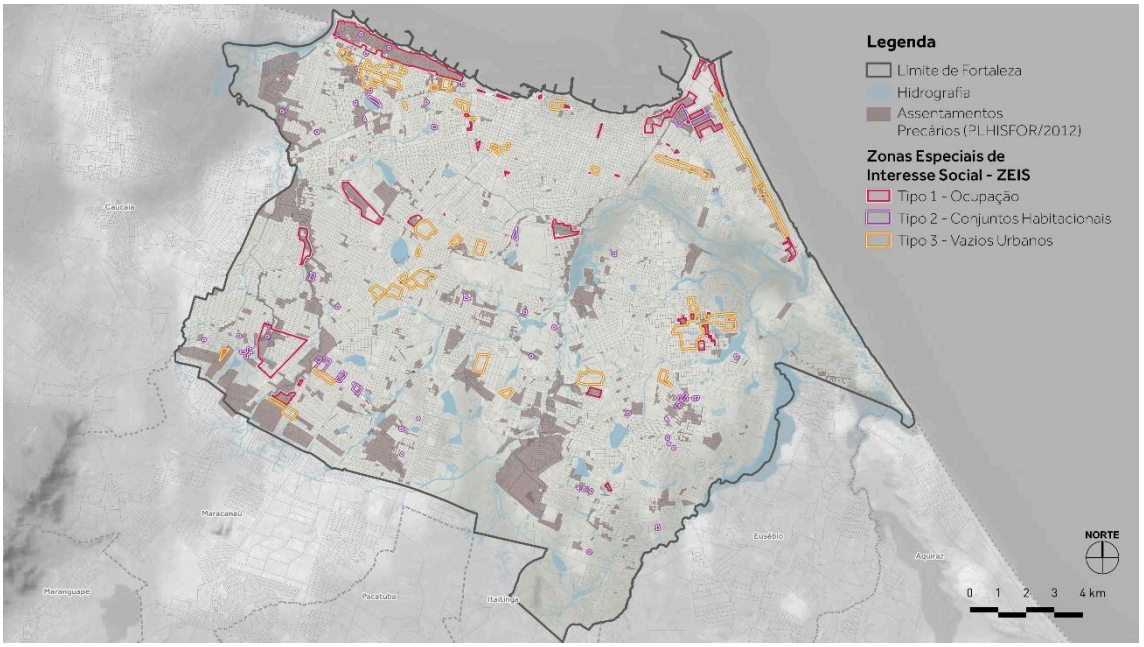
encontro aos objetivos e diretrizes do PDPFor. Dentre algumas divergências, a lei promove a regulamentação das ZEDUS, ampliando as quantidades e delimitações (BRASIL, 2016).

Ao todo foram delimitadas pelo PDPFor 135 ZEIS que se subdividem em: 45 do tipo 1 (34%); 56 do tipo 2 (41%); e 34 do tipo 3 (25%). São definidas pelo próprio PDPFor como:

> *Art. 126 – As Zonas Especiais de Interesse Social 1 (ZEIS 1) são compostas por assentamentos irregulares com ocupação desordenada, em áreas públicas ou particulares, constituídos por população de baixa renda, precários do ponto de vista urbanístico e habitacional, destinados à regularização fundiária, urbanística e ambiental.*
>
> *Art. 129 – As Zonas Especiais de Interesse Social 2 (ZEIS 2) são compostas por loteamentos clandestinos ou irregulares e conjuntos habitacionais, públicos ou privados, que estejam parcialmente urbanizados, ocupados por população de baixa renda, destinados à regularização fundiária e urbanística.*
>
> *Art. 133 – ZEIS 3 – são compostas de áreas dotadas de infraestrutura, com concentração de terrenos não edificados ou imóveis subutilizados ou não utilizados, devendo ser destinadas à implementação de empreendimentos habitacionais de interesse social, bem como aos demais usos válidos para a Zona onde estiverem localizadas, a partir de elaboração de plano específico (FORTALEZA, 2009, p. 16).*

Elas estão distribuídas pelo território da cidade de maneira não homogênea, com concentração especialmente na periferia e porção oeste (vide figura a seguir). Inserido em ZEIS 1, o Serviluz e Cais do Porto tem mobilizado o instrumento em prol da sua luta por justiça habitacional e permeância no território frente às constantes ameaças de remoção.

**Figura 02.03:** Zonas Especiais de Interesse Social por sua tipologia




Fonte: Elaborado pelo autor com base no PDPFor (2009) e PLHISFor (2012).

Mesmo sem sua devida regulamentação, alguns avanços são verificados, pois o instrumento apresenta grande potencial mobilizador da comunidade e minimamente de esforço em assegurar a permanência da população destes territórios no seu local de origem, mas principalmente, não tem garantido a melhoria urbana e habitacional dessas áreas.

A incorporação do instrumento da ZEIS no PDPFor foi fruto de um longo embate entre os movimentos sociais e os outros agentes envolvidos no processo de revisão do plano, tendo em vista que sua raiz conflita diretamente com a propriedade privada fundiária e imobiliária. De todo modo, para os movimentos sociais, o reconhecimento das ZEIS indicava um grande avanço na disputa por terras bem localizadas na cidade.

Nota-se, então, complexidades frente ao planejamento urbano e a regularização deste instrumento. Pois mesmo sendo um forte mecanismo de luta, o mesmo em determinadas vezes não chega a ser cumprido e não garante a permanência da população. Longe de culpabilizar a complexidade do instrumento em si, mas sim, atentar para a ação do Estado que reconhece a forma de aplicação e utilização do instrumento, mas não implementa.

Essa contradição, para além do entrave anteriormente mencionado, expressa-se também, pela força da a propriedade privada da terra junto a não implementação dos instrumentos de cumprimento da função social da propriedade e regularização fundiária. Para que aconteçam avanços é necessário que esses instrumentos sejam regulamentados e implementados, e que sejam trabalhados juntos às políticas urbanas e habitacionais (BRASIL, 2016).

Assim, o planejamento urbano, encravado nas lógicas mercadológicas do capitalismo, tem potencial, e, vem sendo utilizado como instrumental de papel central na máquina de despossessão, vide delimitações de regimes de exceção ao longo da cidade, corredores de urbanização, grandes empreendimentos, dentre outras ações vinculadas a atuação do Estado articulado com grandes construtores e proprietários de terras da cidade. Fortaleza, portanto, apresenta uma conjuntura de investimentos em Parcerias Público-Privado, Outorgas Onerosas, Operações Urbanas Consorciadas, em suma, em instrumentos urbanísticos que mobilizam capital, sobretudo financeiro, vinculando-o a intervenções urbanísticas de grande impacto. Impacto este que ganha maiores proporções para as famílias dos territórios populares periferizados, nas quais seguem disputando e lutando pela garantia de seus direitos conquistados e sua permanência em seus territórios.

Essas disputas, podem ser evidenciadas nas composições a partir das cartografias elaboradas dos territórios estudados (rever figuras 04, 05 e 06 do capítulo anterior). É possível, também, identificar as movimentações que estes territórios e seus sujeitos têm articulado de forma a resistir à essa lógica imposta. Fica exposto a atuação estatal enquanto projeto neodesenvolvimentista pautado em uma lógica higienista de remoção dos moradores originários para imposição de uma lógica de vida e existência disseminada pelas classes de maior poder aquisitivo.

São exemplos os projetos de grandes prédios residências de alto padrão propostos para as áreas do entorno dos dois territórios. Onde nota-se uma forte aliança de interesses, onde a regulação da exceção (AGAMBEN, 2004; VAINER, 2013) a partir da ultrapassagem dos parâmetros urbanísticos torna-se possibilitado por uma OUC ou um programa estratégico do governo, como indicado pelo Fortaleza 2040, lançado em 2016 e Fortaleza Cidade Competitiva, o qual foi lançado no ano seguinte, em 2017. Ambos os planos citados foram concretizados na gestão do então prefeito Roberto Cláudio (PDT), primeiro mandato de 2013 a 2016 e segundo mandato de 2017 a 2020.

O Plano Estratégico Fortaleza 2040 (F2040) apresenta, a priori, uma abordagem multidisciplinar, realizando um levantamento de diversos planos já realizados para a cidade, definindo, também, ações e metas de curto, médio e longo prazo para uma visão de futuro do que seria o ideário de uma "cidade melhor" em 2040. Porém, o plano apresenta inúmeras contradições, desde seu processo de construção, a partir de todo o investimento mobilizado para efetivação do mesmo à baixa participação efetiva e deliberativa da população e o nível de aprofundamento necessário para melhor compreensão das propostas de alto impacto no território, sobretudo na permanência dos que vivem em territórios populares.

O F2040 apresenta-se dividido em eixos, sendo um dos principais o Plano Mestre Urbanístico. Neste, consta as proposições de mais espacialização territorial,

indicados através de mapas e diretrizes gerais. De primeiro, consta reforçar que o processo participativo do plano se deu de forma majoritária através do meio digital, onde eram marcados webinários de discussão e suposta participação popular. Todavia, sabe-se dos limitantes da participação em meio digital da população dos territórios populares, questões de acesso a rede de internet de qualidade, infraestruturas e equipamentos necessários, além de tantas outras questões que tornasse preciso tomar cuidado no que diz respeito a um processo participativo.

Assim, neste Plano Mestre, são indicadas intervenções ao longo de toda a cidade. O plano apresenta como chave central o alargamento de vias estruturantes de forma a aumentar a área destinada para este tipo de locomoção particular e privada, mesmo após intenso debate no âmbito nacional e internacional sobre meios alternativos de transporte, a tentativa de desincentivar o uso do automóvel particular.

Isto posto, frisa-se que o planejamento da cidade de Fortaleza, de longo prazo, com metas até 2040, está vinculado, em suma, a uma estruturação de planejamento da década de 1970, com uma vertente fortemente rodoviarista, pautada em grandes aberturas viárias, e representativo de um processo que remonta um tempo de expansão da cidade, à época, situação que se difere dos tempos atuais e futuros.

Pela forma como estão estruturados os corredores, investindo massivamente na ampliação do sistema viário a partir do alargamento das vias, estabelecendo larguras de até 60 metros (apresentando variações), sem realizar uma maior explanação sobre a justificativa de alargar drasticamente determinadas vias e a viabilidade de sua implantação, tendo em vista que sendo posto em prática tal proposta acarretará em um extenso processo de remoções.

Para além dos corredores, o plano também apresenta um mapeamento referente à poligonais de interesse para desenvolvimento de futuras Operações Urbanas Consorciadas, já com respectivos custos (idealizados). Porém, sem nenhum estudo de viabilidade das mesmas, tampouco formas de recuperação das futuras valorizações desencadeadas ou impactos e desdobramentos nos territórios que as compreendem. Cabe destacar, ainda, que de maneira peculiar, os corredores propostos pelo plano estabelecessem uma forte relação com as Zonas Especiais de Dinamização Urbanística e Socioeconômica (ZEDUS)[23], apresentando limites semelhantes, o que sugere uma plena coesão da atuação do Estado para corroborar, com seu monopólio legal, com os processos de acumulação capitalista.

[23] Trata-se de um zoneamento especial, cujos parâmetros foram flexibilizados de forma a adequar novas edificações à legislação local e, também, a aumentar o potencial construtivo dessas áreas, buscando valorizar e intensificar o adensamento. a ZEDUS também procura estabelecer policentralidades ao flexibilizar parâmetros urbanísticos de ocupação, como forma de promover adensamento e, através dele, garantir "maior" vitalidade urbana.

Pois a partir deste novo zoneamento, instaura-se regimes de exceção (AGAMBEN, 2004) como forma de gerir a cidade, haja vista seu considerável aumento relacionado a abrangência dessa zona no território da cidade. A partir do momento que é delimitado como ZEDUS, novos empreendimentos estariam aptos a serem legalizados e regulamentados, mesmo que não estejam cumprindo os parâmetros do macrozoneamento vigente. Esse caminho facilita para os empreendedores, proprietários de grandes terrenos, construtoras, dentre outros agentes do capital imobiliário, a terem seus investimentos sejam aprovados pelos órgãos da prefeitura sem a necessidade de aprovações especiais, criação de operações urbanas consorciadas, ou alterações na própria legislação. Tais zonas especiais mencionadas surgiram a partir da revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) aprovada no segundo semestre de 2017. O F2040 teve início em 2015.

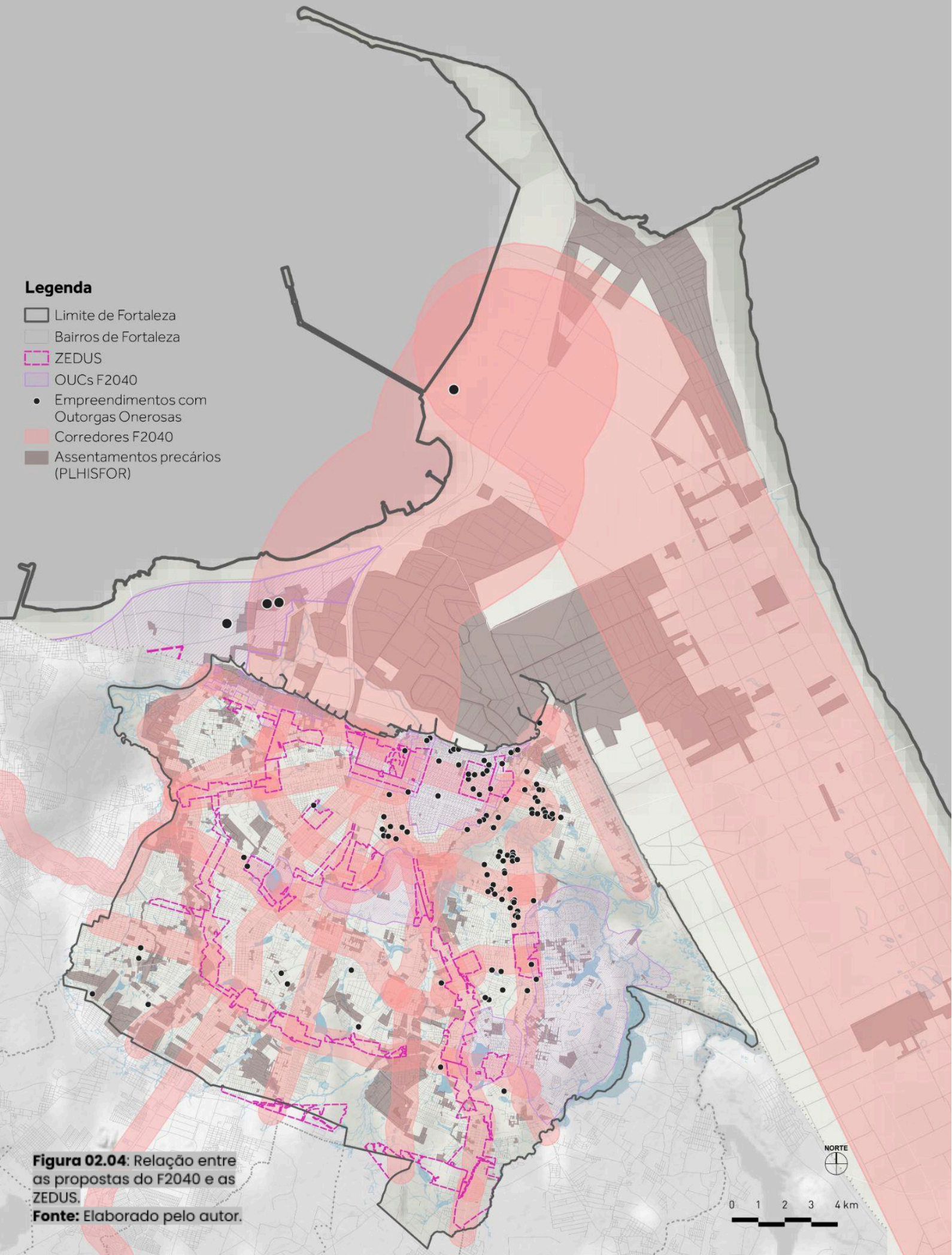



**Figura 02.04**: Relação entre as propostas do F2040 e as ZEDUS.
**Fonte:** Elaborado pelo autor.

O instrumento da ZEDUS, como definido pela PDPFor, deveria ser vinculado a um plano urbanístico, estabelecido por participação social, assim como a outros instrumentos como o IPTU Progressivo no Tempo, todavia, sua nova construção, a partir da LPUOS, não se refere a nenhuma dessas premissas. Indicando, portanto, um instrumento de viés econômico, que visa o adensamento do potencial construtivo sem o devido planejamento do desenho financeiro de retorno para serviços de bem comum.

Vislumbra-se, a partir da sobreposição possibilitada pela cartografia, a articulação e aliança de interesses do planejamento urbano com o capital, visando um gradativo aumento da capacidade de acumulação e exploração financeira a partir da terra urbana e urbanizada. Tendo em mente as localizações em que se encontra os elementos indicados no mapa, tanto as ZEDUS quanto OUCs e empreendimento com outorga onerosa de construção.

Fica claro também as determinadas localidades constituídas por esse tipo de planejamento hegemônico. Conformando uma concentração na porção norte e leste da cidade, todavia projetando uma tentativa de expansão para o lado oeste da cidade a partir de novas frentes de expansão de capital.

Mais recentemente, em paralelo, a Secretaria de Urbanismo e Meio-Ambiente lançou, em 2017, o programa Fortaleza Competitiva. O programa tem o argumento de ser uma tentativa de "proporcionar os instrumentos necessários à melhoria das oportunidades encontradas na cidade" objetivando estimular a atração de novos negócios na cidade, da mesma forma que consolida os existentes. Lançado no ano de 2017, o Programa Fortaleza Competitiva traz 15 novas OUCs, estabelecendo 6 como prioritárias para serem implantadas em um curto prazo. Dessa forma, é possível observar a rapidez e a frequência da criação de novas OUCs pela cidade o que explicita o interesse das gestões neste instrumento.

Estas novas delimitações ocupam, em sua maioria, a parte norte do território da cidade. Destaca-se a sobreposição de regimes de exceção incorporados pelos limites elaborados, sugerindo, a partir dessa confluência de delimitações para a área, a ineficácia dos outros planos em atrair o mercado para estas áreas, sendo necessário constantes reforços destes regimes para a região e a elaboração de outro plano para tentar inserir estas terras no circuito dos empreendimentos imobiliários. Visa, portanto, a privatização e a redução da participação estatal, onde edificações e lugares públicos passaram por uma concessão administrativa ou de uso para a iniciativa privada.

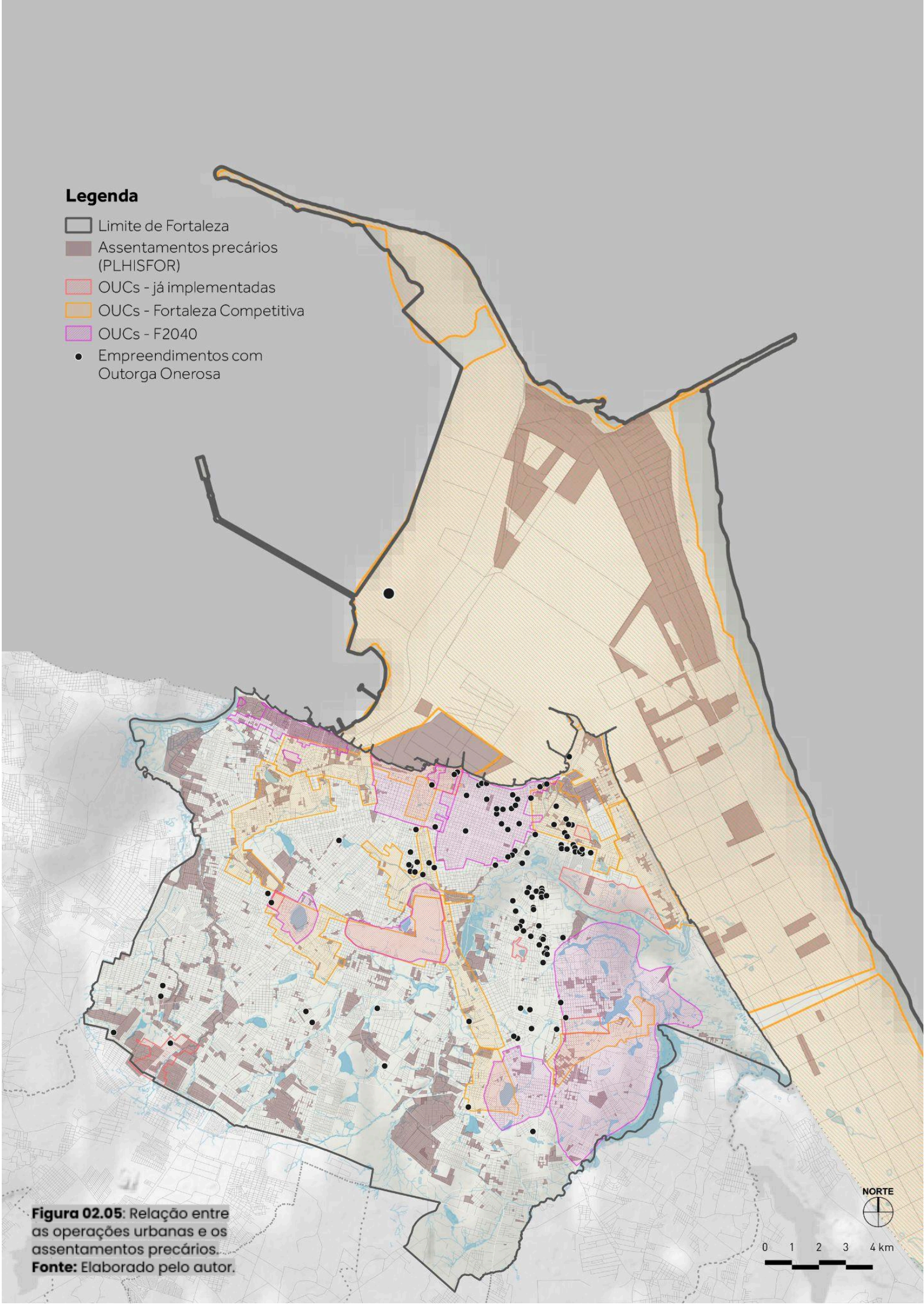



**Figura 02.05**: Relação entre as operações urbanas e os assentamentos precários.
**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Os territórios populares periferizados, identificados pelo PLHISFor, são incorporados nas operações urbanas consorciadas como uma área a ser urbanizada e "renovada" urbanisticamente. Este é o caso do Serviluz e Cais do Porto, porém, estas novas OUCS não chegam ao nível de desenho da proposta, são indicadas apenas como diretrizes, o que deixa em aberto para as formas como esse processo de urbanização será construído e encaminhado, suas formas de participação e deliberação. O que deixa os moradores em alerta e apreensivos quanto a essas proposições incertas, o que alimenta um processo de violência simbólica acionada a partir do medo da remoção advinda desse regime de transitoriedade permanente (ROLNIK, 2017).

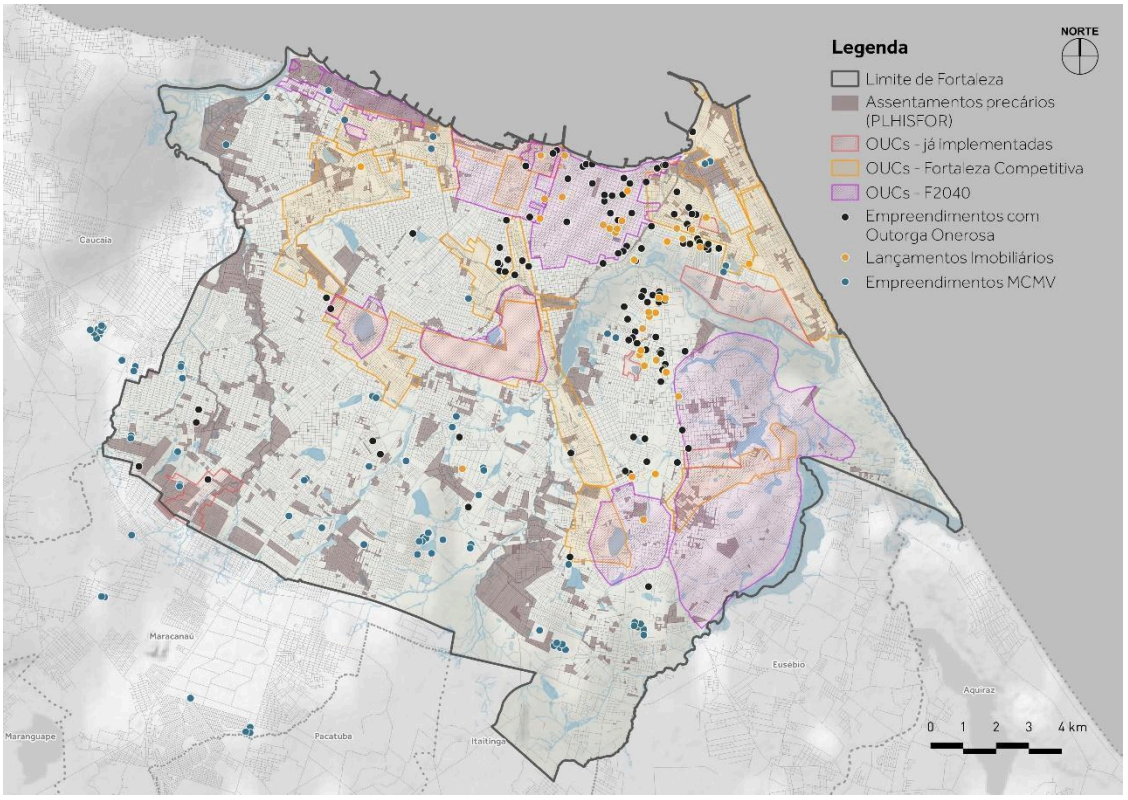
Embora a narrativa dominante trate esses locais como "resultados da ausência do Estado" ou territórios onde o "Estado não chega", os processos de formação, consolidação, remoção e reconfiguração desses territórios têm sido – e ainda são – fortemente constituídas e permanentemente circunscritas pela atuação do Estado. Ao tratar sobre esse debate, Vera Telles utiliza o termo margens como forma de nomear esses territórios, destacando que:

> *[...] não se trata de um fora do Estado e da lei, lugar de anomia, desordem, estado de natureza. São espaços produzidos pelos modos como as forças da ordem operam nesses lugares, práticas que produzem as figuras do homo sacer em situações entrelaçadas nas circunstâncias de vida e trabalho dos que habitam esses lugares. No entanto, são também lugares em que a presença do Estado circunscreve um campo de práticas e de contracondutas, no qual os sujeitos fazem (e elaboram) a experiência da lei, da autoridade, da ordem e seu inverso, em interação com outros modos de regulação, microrregulações, poderíamos dizer, ancoradas nas condições práticas da vida social. Personagem presente nesses territórios produzidos como "margem" e, no intrincamento das relações e circuitos que aí se superpõem, ele é também parte ativa dos ordenamentos sociais que aí também vão se fazendo, nos modos sempre situados, relacionais, contextuais pelos quais os critérios de ordem e seu inverso são negociados. (TELLES, 2010, p. 29)*

Ao pôr sob perspectiva as principais ações intervencionistas do Estado, no âmbito do planejamento urbano e política habitacional da cidade de Fortaleza – construção de conjuntos habitacionais desde 2009 – fica visível que enquanto nas direções leste e sudeste, predomina a expansão imobiliária do mercado formal, para camadas de maior renda. Por outro lado, no sentido oeste, nas franjas periféricas, predomina a expansão de moradia popular e as construções de grandes conjuntos advindas dos programas habitacionais. Essa conjuntura de segregação de classe nessa produção habitacional com a corroboração da atuação do Estado, desde a escolha das localizações dos conjuntos habitacionais e

intensificação de flexibilizações urbanísticas através de zoneamentos especiais de dinamização econômica, fica evidente a partir do mapa a seguir.

**Figura 02.06:** Espacialização das dinâmicas urbanas: OUCs e mercado imobiliário em contraste com territórios populares e empreendimentos habitacionais do MCMV.




Fonte: Programa Minha Casa Minha Vida; Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente; PHISFor; sistematizado pelo autor.

Ao sobrepor e pôr sob perspectiva as áreas de expansão dos territórios populares, representados no mapa acima, e a resposta estatal à demanda habitacional, a partir da produção do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) para os grupos de menor renda, mostram que estes seguem reforçando as práticas de segregação, apontando para o papel da violência do Estado contra estes territórios, conforme Roy (2019) estabelece as linhas de análise a partir do conceito de banimento racial. Resultando na perpetuação dos procedimentos de exclusão dos grupos empobrecidos e racializados.

Além disso, a forma e modelo através dos quais se desenvolveu a política habitacional do município, a partir de construção de grandes conjuntos habitacionais na porção mais limítrofe da cidade, aluguel social como programa de maior execução orçamentária, assim como a não adesão a medidas para combater o déficit qualitativo habitacional, para além da necessidade de provisão de novas habitações, agravaram o problema habitacional. Um dos fatores dignos de destaque no tocante ao problema é o modelo de construção — condomínios

fechados — que foi adotado para o desenvolvimento majoritário dos empreendimentos, sobretudo no que diz respeito às populações de baixa renda.

Sendo desconsiderado as formas de ordenamento e organização territorial na qual aquela população encontrava-se e que agora terá que adequar-se à uma lógica imposta pelos condomínios fechados. São modos outros que não são considerados pela Prefeitura, que não leva em consideração as diversas formas de organização familiar, composição de cada núcleo, além de não ter uma atenção que abrange dimensões para além da provisão habitacional, mas que dizem respeito a dimensão intrínsecas para a manutenção da vida desta população que foi imposta aos conjuntos habitacionais. Aqui me refiro a emprego e renda, por exemplo, com os deslocamentos forçados são necessárias novas articulações para garantia de renda dessas famílias, rede de solidariedade de mães solteiras, para suporte na criação de seus filhos. Ou seja, demais dimensões que dizem respeito à manutenção da vida que são ignoradas pelo Poder Público a partir da entrega unicamente da unidade habitacional.

Em diálogo com moradores do Cais do Porto e Serviluz, durante conversas informais realizadas nas atividades de diagnóstico do PIRF, através das caminhadas pelos territórios, muito me foi relatado que diversas famílias que receberam unidades habitacionais no Alto da Paz (conjunto habitacional destinado a receber famílias dessas comunidades) acabaram retornando ao território, mesmo que morando de aluguel, pois além dos vínculos e relações territoriais estabelecidas com seus vizinhos e com o próprio território, estes moradores não se adaptaram a lógica de condomínio fechado.

Retomando às disputas frente ao planejamento urbano na cidade de Fortaleza, a luta pelo direito à cidade e moradia digna, efetuada pelos moradores dos territórios populares e movimentos sociais organizados, imbricada com a demanda de regularização das ZEIS, desde 2009, tende a mostrar essa condução contraditória do ordenamento e gestão territorial do Poder Público.

Foi realizado, em 2015, estudos técnicos através de uma empresa de consultoria, Quanta Consultoria, contratada para indicar áreas de maior prospecção de negócios de dinamização econômica visando incentivar o mercado imobiliário. Estudos estes que compõem o programa Fortaleza Competitiva - Novas Oportunidades de Operações Urbanas Consorciadas na Cidade. Dentre as áreas propícias para novas OUCs, elencou-se seis destas como as prioritárias para serem elaborados estudos mais aprofundados e serem encaradas pela gestão como preferenciais para desenvolvimento. Todavia, recentemente, no começo de 2023, é lançado um edital para contratação de empresa para elaboração de estudos e proposta de lei para uma OUC, indicada dentre as áreas do estudo anterior, mas que não foi encarado como prioritário.

Essa delimitação objeto desta nova contratação da empresa corresponde a toda a orla leste da cidade, abrangendo os territórios do Cais do Porto e Serviluz, assim como demais comunidades da região. Em tempos de iniciar os processos de elaboração de seu Plano de Regularização Fundiária da ZEIS Cais do Porto, a partir da definição recente desta como prioritária, a Prefeitura, em paralelo, vem mobilizando esforços para realização de uma Operação Urbana na área. Sem definições claras de como os distintos processos irão ter suas questões atravessadas e alinhadas. Onde a comunidade também não foi consultada, até o momento de finalização desta pesquisa, sobre essa nova OUC para a área.

Essa nova contratação foi estabelecido através de um acordo firmado, ainda no primeiro semestre de 2023, entre a Prefeitura de Fortaleza, por meio da Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), e o Banco de Desenvolvimento da América Latina, Corporação Andina de Fomento (CAF), visando buscar alternativas de crescimento na área do Cais do Porto e Praia do Futuro. O estudo visa identificar, sistematizar e analisar informações relativas à possível aplicação de Operação Urbana Consorciada na área, e, a partir de então, elaborar um produto que apresente, principalmente, a viabilidade e potencial financeiro da referida operação. Em abril de 2022 foi aberto o chamamento de empresas interessadas, em contrapartida, representantes do conselho gestor e moradores destes territórios estão alheios a esse processo em curso.

Tendo em vista os princípios e objetivos do instrumento da OUC, que visa dinamizar economicamente a área através de transformações urbanísticas, os moradores do Cais do Porto e Serviluz são colocados novamente sob ameaça de remoção, impostos a uma regime de violência simbólica, não sendo consultados sobre o processo da Operação em curso, o que reforça o regime de transitoriedade imposto pelo Poder Público à essa população.

E aqui cabe dedicar poucas linhas para evidenciar, no âmbito local de Fortaleza, o caráter contraditório do seu planejamento urbano, no qual tem se pautado sob uma articulação e aliança entre Poder Público e entes privados para benefícios particulares. Ainda se referindo a esta mesma área da cidade, correspondendo ao litoral leste, em 2015 o grupo empresarial J. Macedo A.S. entrou com o requerimento de Outorga Onerosa de Alteração de Uso para a regulamentação da construção de novos moinhos de trigo da referida empresa localizada na região Nordeste da cidade próximo à orla, uma localização ainda com forte concentração industrial. O montante referente à alteração de uso girava em torno de R$16 mil.

O grupo empresarial propõe, então, como contrapartida a construção de um novo farol com uma altura de 72 metros, o que totaliza 113 metros (somando-se à topografia). Tal construção, possibilitou dobrar o gabarito permitido para a área (de 24 para 48 metros), tornando adequada a altura dos novos moinhos propostos.

Além da construção, o valor que deveria ser pago pela empresa para completar os R$16 mil está baseado em uma perspectiva (fictícia) de arrecadação por parte do poder público com o respectivo aumento de gabarito possibilitado. Matérias de jornal registram a fala do então prefeito Roberto Cláudio (PDT) destacando como oportunidade de atrair novos investimentos para a área: "com o aumento desse gabarito, a gente vai poder estabelecer novas operações urbanas consorciadas, vai poder ter atividades diversas e atrair muito mais investidores" (RAMIRES, 2017).

Nota-se um descolamento do papel do Estado enquanto garantidor e mediador de interesses comuns para os cidadãos. Tem-se uma clara vinculação e favorecimento dos interesses do mercado imobiliário em prol dos territórios populares e seus moradores originários. Onde estes têm se reinventado, constantemente, num duplo processo de negar atuações do Poder Público ao mesmo tempo que reivindicam atuação do mesmo. A atuação reivindicada diz respeito à garantia de seus direitos e melhorias urbanas respeitando seus modos de vida e existências, diferentemente das ações que visam a sua remoção e apagamento, utilizando-se da estratégia de desinformação e deixar a população alheia do que está sendo planejado para seu território. Essa conjuntura fica explícita na fala do morador, proferida em momento de apresentação do Plano Popular do Cais do Porto para os representantes da Prefeitura:

> *Por sermos ZEIS desde 2009 deveríamos ser um local prioritário para regularização fundiária e melhorias urbanísticas (como ter o papel da casa e melhor qualidade das nossas moradias e dos espaços das ruas e praças). Ao contrário disso, somos anualmente alvo de investidas ilegais e violentas que ameaçam nossa permanência, sob a desculpa de projetos milionários que não servem aos moradores e moradoras. (fala de Pedro, morador do Cais do Porto)*

O que se observa, então, no contexto de Fortaleza é que os instrumentos que manipulam o coeficiente construtivo são constantemente utilizados pela gestão para atrair investimento e capitalização a partir da mais-valia fundiária. Estudos já realizados (ALBUQUERQUE, 2015; RABELO et al, 2018), demonstram que a valorização e retorno financeiro dos investimentos objetos destes regimes de exceção, como as OUCs, chega até 400% para o setor privado. Muitos destes instrumentos se materializam a partir das parcerias público-privada. Todavia, instrumentos que objetivam o direito à cidade e à gestão social do espaço urbano, como as ZEIS, por exemplo, seguem sem ter sua regulamentação plena, ocasionando constantes ameaças de remoção de assentamentos populares.

Apesar da vitória de inclusão das ZEIS em uma legislação municipal, fato que em Fortaleza aconteceu em 2009 no Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor), o instrumento precisa ainda passar por regulamentação em legislação

específica, no caso a elaboração de um Plano Integrado de Regularização Fundiária. Até que isso se concretize, são muitos os territórios em ZEIS que se veem ameaçados: seja pela expansão hegemônica do mercado imobiliário, seja pelo próprio poder público municipal, com os projetos urbanos de grande impacto.

Para pensar a violência das transformações urbanas, o entrecruzamento entre o papel do Estado e a centralidade da raça, ou seja, "a violência instituída pelo Estado contra corpos e comunidades racializados" (ROY, 2019, p. 227), retomamos o debate da acumulação negativa (SILVA, 2019). Verifica-se que a conjuntura de distintas distribuições de renda e poder aquisitivo, condições de habitabilidade e moradia não pode ser reduzido a uma leitura de mera desigualdade perpetuada por condições insuficientes de crescimento econômico, ou a uma "falta de planejamento", mas à persistência do racismo como fator ativo de discriminação na sociedade brasileira (idem). O que deixa evidente que raça e racismo na sociedade capitalista vão muito além de fatores socioeconômicos, dialogando com Hasenbalg (1982), aponta para raízes profundas de dominação, sendo que, "o racismo, cuja essência reside na negação total ou parcial da humanidade do negro e outros não-brancos, constitui a justificativa para exercitar o domínio sobre os povos de cor" (HASENBALG, 1982, p. 69).

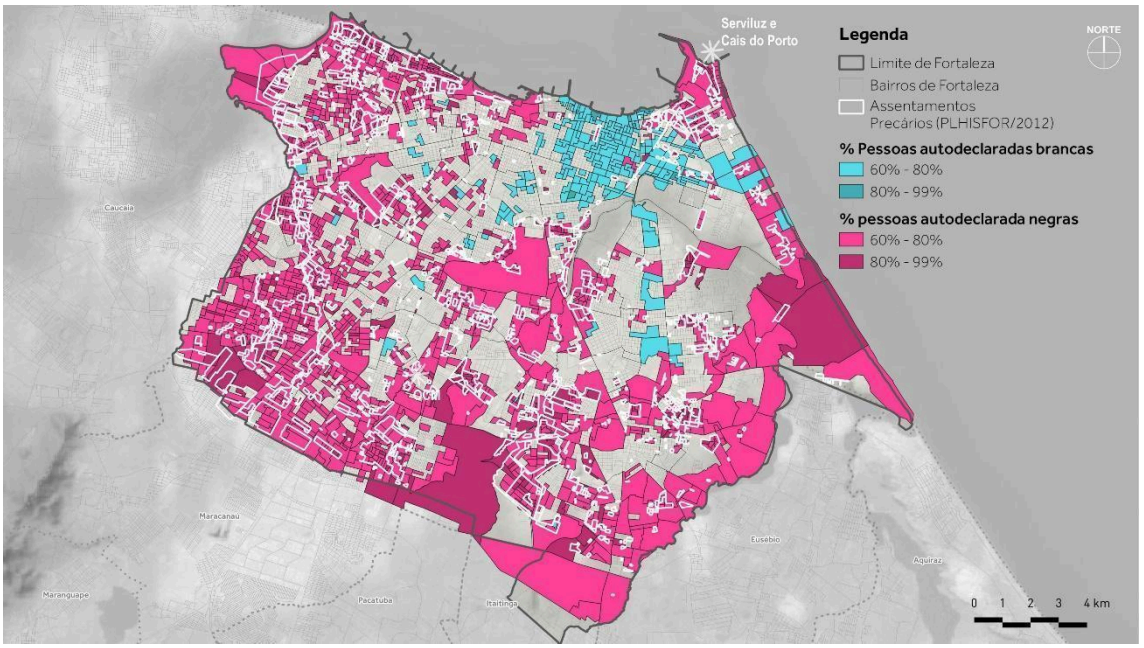
Fica evidente que o não enfrentamento da questão racial de forma mais específica, tem permitido a manutenção dos lugares sociais racializados e do status quo a eles associado, apresentando desdobramentos no espaço urbano e suas formas de (re)produção. Lelia Gonzáles reflete sobre esse enclausuramento a partir da delimitação condicionada do que seria o lugar dos negros e brancos na cidade:

> *O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas, etc., até a polícia formalmente constituída. [...] Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos 'habitacionais' (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos). (GONZALEZ, 1982, p. 15)*

Assim, não dá para afirmar, categoricamente, que todo território racializado está suscetível no mesmo nível e da mesma maneira a processos de remoção. Todavia, em Fortaleza, fica evidente que as áreas com maior concentração de casos de remoção apresentam significativa presença de territórios racializados. Desvela-se, assim, que a racialidade é uma das instâncias que compõem o fenômeno das remoções na cidade. Onde, somada a categoria de precariedade, justifica-se a violência de despossessão gerida pelo Poder Público.

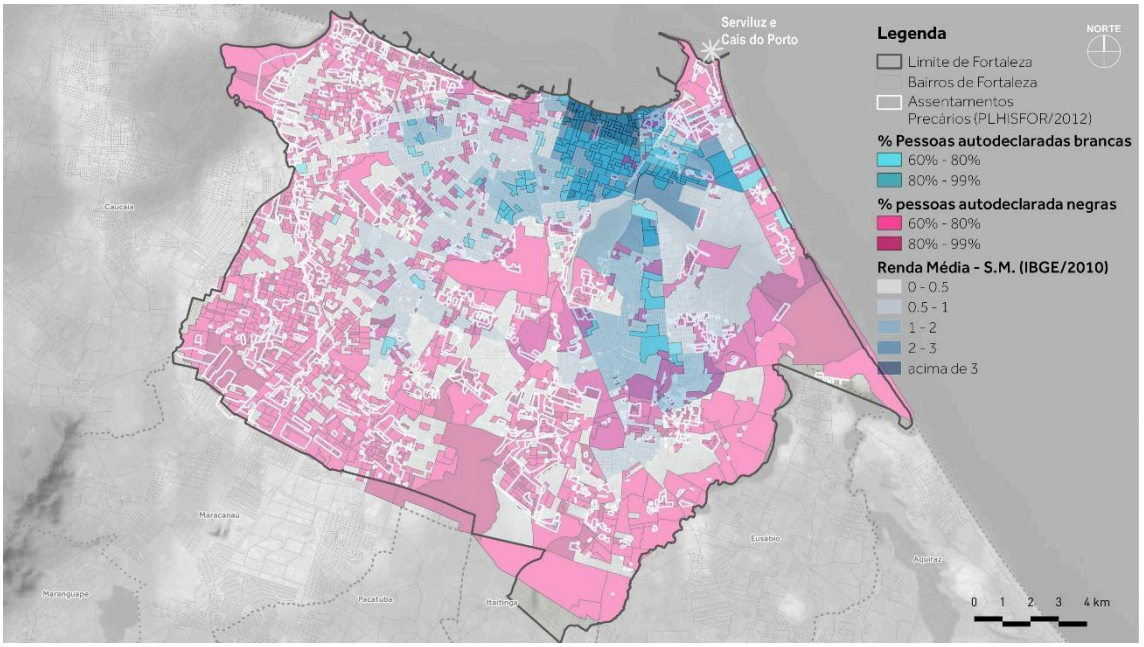
Na cidade de Fortaleza os territórios, segundo dados do IBGE (2010), os autodeclarados negros, encontram-se localizados, sobretudo, nas franjas da cidade de Fortaleza (vide imagens a seguir). Sobrepondo-se, justamente, à localização do levantamento realizado pelo PLHISFor, em 2011, dos territórios populares em maior situação de precarização.

**Figura 02.07:** Territórios com % de pessoas autodeclaradas negras e brancas sobreposto aos assentamentos precários do PLHIS




Fonte: IBGE (2010), sistematizado pelo autor

**Figura 02.08:** Territórios com % de pessoas autodeclaradas negras e brancas sobreposto aos assentamentos precários do PLHIS e à renda média pelo IBGE




Fonte: IBGE (2010), sistematizado pelo autor

Ao sobrepor raça e renda, tais camadas só reforçam as heranças coloniais reforçadas pelo projeto de mundo moderno/capitalista. Onde tais territórios são os com menores rendas, apresentando extremos de 0 a 0,5 salários mínimos por moradia. A discrepância dos mapas apresenta que as áreas em que mais de 80% das pessoas intitulam-se não brancas correspondem às áreas de menor renda média mensal, entre 0 a 1.000 reais (equivalente a 2 salários mínimos em 2010, na elaboração do Censo IBGE, e a 1 salário mínimo em 2019). Territorialmente, os trechos de população branca e de maior renda localizam-se na Aldeota e no Meireles, bairros que concentram a verticalização, além de bairros como Papicu e De Lourdes, em contraponto aos trechos de menor renda e maior concentração da população não branca, que coincide aos assentamentos precários (tipos favela, favela parcialmente em área de risco, favela totalmente em área de risco, cortiços, mutirões e conjuntos).

É reforçado, a partir da conjuntura fortalezense, a noção de que a precariedade enquanto condição induzida expondo esses corpos, racializados, a camadas de vulnerabilização e perigo (Butler, 2009). Assim, reatualizaram as formas de dominação e exploração, sendo vetores de marginalização dos sujeitos negros na sociedade que os discrimina, empurrando a eles condições precárias de existência, negando direitos humanos à saúde e educação. Em contraponto, vale ressaltar as resistências a estes processos de precarização e vulnerabilização destes corpos, nos territórios populares. Trazendo esse debate para o Serviluz e Cais do Porto, a luta e resistência pela permanência no local e por melhorias habitacionais e urbanísticas é o que conforma um importante campo de práticas e elos e comunidade entre o território, como pode ser visto a partir da fala da moradora Kátia:

> *A gente resolveu se unir. Eu, Dudê e o Bebeto, né. Foram as três pessoas principais para se pensar nisso. Cara, nós vamos perder nossas casas. A gente mora em frente ao paraíso. Daí a gente começou a se reunir na associação e fomos conquistando mais pessoas, conversando e tendo mais afinidade. (fala de Kátia, moradora do Titanzinho)*

Kátia realiza essa fala ao ser perguntada sobre o que a levou a lutar pelos seus direitos, pela sua moradia, sua permanência no território onde nasceu. Dessa fala, desencadeou esse resgate do processo de formação das primeiras organizações do território pela luta e resistência às ameaças de remoção.

A resistência, nesse sentido, parte das relações que estabelecemos com aqueles e aquelas que experimentam condições de opressão semelhantes. Nesse sentido, abre passagem para a construção de lutas coletivizadas e que ganham mais força frente ao cenário de abandono estatal que enfrentam nas regiões mais periferizadas da cidade. Numa perspectiva anti colonial, juntar corpos que foram separados, diz da força revolucionária presente na coletividade e na diferença, tal

como a associação de moradores do Titanzinho, (re)inventa condições de resistir às violências sistêmicas direcionadas à comunidade.

Assim, de um cenário de ausência de um debate sobre a política habitacional e um amplo distanciamento em relação aos movimentos sociais de moradia, empobrecendo politicamente debate sobre a questão urbana vinculado às desigualdades socioespaciais e à democratização do acesso à terra urbanizada, este debate veio a ser retomado por meio da revisão do plano diretor municipal, quando as ZEIS foram adotadas como instrumentos de luta pelo direito à cidade.

Essa potência de resistência e organização comunitária é manifestada constantemente através da associação de moradores e reuniões que acontecem semanalmente, no caso do Titanzinho e Serviluz. Agora, desdobradas em reuniões do Conselho Gestor da ZEIS, tendo em vista o processo em curso de regularização. O conselho da ZEIS Cais do Porto foi eleito no ano de 2022, a partir do momento em que esta foi considerada como prioritária, passando, portanto, pelo processo de eleição e para ser dada abertura aos processos que dizem respeito à elaboração do Plano Integrado de Regularização Fundiária.

Levantar esse instrumento como bandeira, pesou bastante na resolução favorável à permanência dos moradores. Isso ocorreu na luta contra o Estaleiro no Serviluz, que será desdobrado mais a frente, mas também em outros territórios. Como na ordem de despejo da comunidade Salgadeira no Lagamar, na violenta tentativa de remoção e demolição da Vila Vicentina, território enclausurado entre pressões imobiliárias na área nobre da cidade, caracterizado pelo bairro Aldeota. Ambos os territórios, Lagamar e Vila Vicentina, são indicados como ZEIS no PDPFor.

Assim, apesar da não efetiva regulamentação do instrumento, mesmo passados anos de aprovação do Plano Diretor Participativo de Fortaleza, este tem sido apropriado pela narrativa dos moradores como um dos arsenais que conformam suas lutas e processos de re-existência. Pois o instrumento ZEIS unicamente não é capaz de garantir a permanência da população no local, frente às relações de forças presentes, dependendo sempre da luta individual e contínua dos moradores.

A forma fragmentada com que as intervenções que impactam em remoção foram/são planejadas/executadas impactam tanto em processos de fragilidades das comunidades, por estarem sendo expostas a uma processo de intervenção sem fim, como influenciam negativamente a constituição de resistências. Pela morosidade, torna-se um árduo processo, onde nesse sentido, as comunidades tendem a focar, conscientemente ou não, em ações de re-existência passiva. Deixando em segundo plano o confronto mais direto, sendo ensejados, quase que exclusivamente, sob risco iminente de ameaça à permanência no território. Assim, estas movimentações e agenciamentos apresentam constantes movimentações de permear entre a relação de ação-reação, passividade-(re)atividade.

Como pode ser visto nos mapas, Fortaleza apresenta sua espacialização, quanto às pessoas autodeclaradas negras bastante dispersa, ocupando grande parte da cidade. Por outro lado, nota-se uma forte concentração na porção mais norte da cidade característica da presença de pessoas autodeclaradas brancas. Essa concentração dialoga com as áreas dos principais lançamentos imobiliários de alto padrão da cidade, destacando e enfatizando como espaço de sobrerrepresentação da população branca e alta concentração de renda (Figura 17).

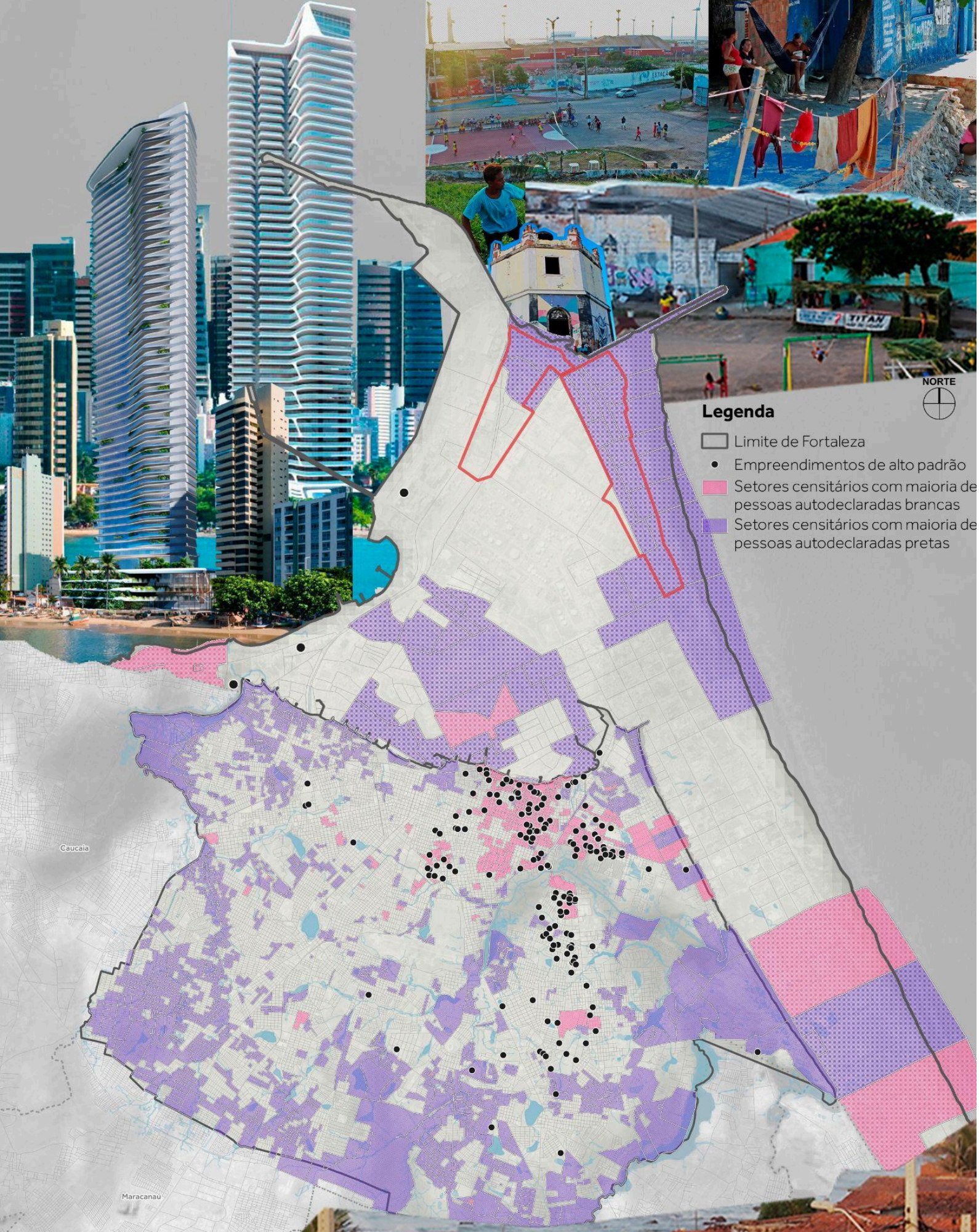



**Figura 02.09**: Cartografia dos lançamentos de imobiliários em Fortaleza e espaços compostos majoritariamente por pessoas autodeclaradas pretas e brancas por setor censitário.
**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de dados da PMF.

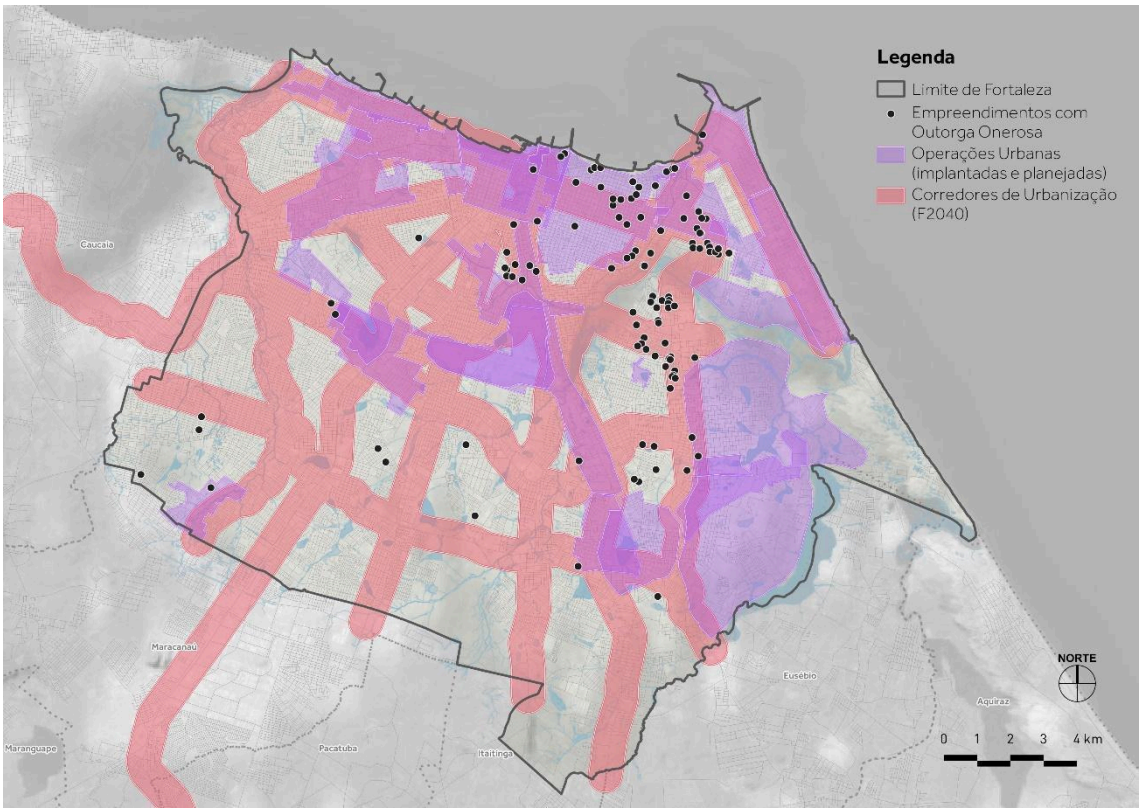
A cidade para ser atrativa e funcional aos interesses do capital, necessita da ação do Estado, que opera através de apagamentos para facilitar e legitimar a expropriação. Esse apagamento opera sobre a lógica de grandes projetos urbanos enraizados em violentos processos de remoção. Permeando, também, a partir, por um lado, da dimensão simbólica, desde o momento que esses territórios populares são invisibilizados nas representações, maquetes e imagens de divulgação de programas, como foi o caso do F2040 e Fortaleza Competitiva, mas também pelo apagamento concreta no território de suas existência no local através da realização da desapropriação, como o que foi tentado com a execução do Aldeia da Praia removendo os moradores do Serviluz para alargamento viário e execução de uma praça. Porém, sendo refutado e, através de muita luta, os moradores alcançaram a não realização da obra.

Segundo esta lógica capitalista de apropriação espacial, o que está em questão é o crescimento econômico e não a promoção da qualidade de vida da população. Ou para toda a população, pois o que se apresenta é uma promoção de qualidade de vida apenas para uma parcela. Consequentemente, as políticas públicas que sustentam esta lógica são aquelas da "inclusão precária, instável e marginal" (MARTINS, 2007) ou da "inclusão forçada" (FONTES, 2005), as quais acabam enfrentando as vulnerabilidades urbanas a partir da experiência individual e privada.

A política urbana, no âmbito das intervenções desenvolvidas, acaba sendo relegada à iniciativa privada o seu gerenciamento, mesmo que indireto (Nabuco et al., 2014). A Prefeitura possibilita ao setor privado impor um modelo de "pensamento único" para a administração, induzindo ao planejamento estratégico, desenvolvimento de novas áreas/fronteiras de expansão de capital, entre outros. Isso, através de um arsenal político, empresarial e ideológico, em que a sobrevida da cidade depende da transformação de seus espaços em mercadorias: uma *cidade mercado*, para um mercado de cidades (Vainer et al., 2000).

Transpondo essa discussão no debate dos instrumentos urbanísticos, seleciona-se aqueles que tem como premissa a flexibilização de parâmetros com intuito de explorar a terra urbana e dinamizá-la economicamente. Realiza-se a sobreposição das zonas de regime de exceção delimitadas através de OUCs e ZEDUS, que totalizam 40,52% do território da cidade. Com a cartografia indicada, fica evidente o processo concomitante de intensificação dessas áreas de exceção e PPPs na política urbana de Fortaleza e o usufruto dessas flexibilizações por parte da iniciativa privado com os empreendimentos habitacionais de alto padrão objetos de outorga localizados em áreas estratégicas.

**Figura 02.10:** Mapa com o regime de OUCs (implantadas e planejadas) sobreposto aos corredores de urbanização do F2040 e empreendimentos de Outorga Onerosa.




Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pela PMF.

A imagem a seguir evidencia o alinhamento de interesses e atuação do Estado e do mercado imobiliário. Onde ao se pontuar os principais lançamentos imobiliários e os empreendimentos objeto de outorga onerosa, nos quais são aprovados extrapolações dos índices urbanísticos permitidos através de contrapartidas financeiras, estando concentrados e sobrepostos aos regimes de exceção possibilitados pelas ZEDUS assim como pelas OUCs. Ramificando ao longo de seu entorno e eixos de expansão.

**Figura 02.11**: Cartografia das territorialização dos casos de remoção sobrepostos aos regimes de exceção (OUCs e Outorga Onerosa) e lançamentos imobiliários.
**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de dados da PMF.

Isto posto, torna-se evidente que a exceção virou a regra geral que orienta a forma de ocupar o solo urbano, utilizando-se de argumentos legais para flexibilizar os parâmetros convencionais, os quais já foram moldados privilegiando grandes detentores de terra. Intensificando, assim, os processos de acumulação de capital através do uso de instrumentais do Estado. Podemos verificar, então que a narrativa de eficiência do setor privado e possibilidade de uso de recurso privado como solução mais eficaz à falta de recursos e à incapacidade do Poder Público em conduzir o desenvolvimento urbano legitima o instrumento das OUCs, ao mesmo tempo que orienta um amplo conjunto de ações estratégicas do Estado, consolidando sua dimensão territorial e a dimensão institucional na cidade de Fortaleza.

Pautada nessa nova forma de intervir e planejar as ações no território, observa-se uma forte fragmentação no território urbano, neste sentido Maleronka (2010) afirma:

> *A atuação do Estado sobre as cidades se transforma: o plano, baseado em procedimentos racionais, instrumento que possibilitaria realizar a cidade ideal, com espaços perfeitamente controlados e ordenados, perde a relação de precedência frente ao projeto urbano. (MALERONKA, 2010 p. 28)*

Dessa forma, destaca-se compreensão da exceção, enquanto supressão de direitos da população através de um regime excepcional, como processo diretamente associado à espoliação, onde os dois processos operam de forma imbricada.

> *[...] para espoliar é necessária a supressão dos direitos dos povos através da exceção. Fundamentalmente operada pelo Estado, a exceção coloca-se como face política do processo imperialista de expansão do capital (CHAVES e SOUZA, 2018).*

Como apontado acima, a suspensão de direitos possibilita a espoliação dos territórios e recursos antes sob controle destes moradores dos territórios populares. Pode ser interpretado, portanto, a exceção como processo associado à espoliação, formando o par operativo exceção-espoliação, em que ocorrem de forma encadeada: para espoliar é necessária a supressão dos direitos dos povos através da exceção. Fundamentalmente operada pelo Estado, a exceção coloca-se como face política do processo imperialista de expansão do capital (CHAVES e SOUZA, 2018).

Diante do processo de exceção-espoliação, o horizonte para os moradores do Serviluz e Cais do Porto, a partir das ações da Prefeitura com seus grandes projetos como promotores do desenvolvimento, indica a perda de seus territórios,

que concretamente ameaça sua sobrevivência. As articulações entre ações do Poder Público e iniciativa privada, travestidas de políticas de desenvolvimento, implicando em remoção dos territórios populares, como já ilustrado nos mapas anteriores, suprimindo dos modos de vida, tratam essa população como arcaicos e primitivos, cuja superação é inerente à marcha do progresso. Todavia, longe de ser uma esteira de um desenvolvimento linear, trata-se de uma distribuição desigual de precariedades (BUTLER, 2018).

Nesse sentido, Denise Ferreira da Silva indica que colonizador branco concebe uma imagem que aponta para um horizonte de desenvolvimento e liberdade (SILVA, 2019b, p. 51), ao passo que nega o espaço preexistente, seu entorno e as relações que ali já se estabelecem. Negando e apagando as existências desses territórios.

Denise Ferreira da Silva, traz em suas reflexões um alargamento crítico à ideia de temporalidade como uma linha cronológica a partir de uma separabilidade de momentos históricos (SILVA, 2019). Abre-se para compreensão da possibilidade de mais de um tempo ou temporalidades diversas convergirem em um mesmo campo de forças. Assim, lança-se para a perspectiva de refletir sobre os significados do viver em determinado tempo e lugar. Isto posto, o conceito mobilizado, e defendido aqui por esta pesquisa, evidencia os modos como os processos de produção de uma racialidade, e seus desdobramentos frente a escravização, constituem-se enquanto arsenal, nas dimensões políticas e simbólicas, responsável por produzir os dispositivos para uma contínua e integrada subjugação desses corpos racializados (*ibidem*). Estes dispositivos se atualizam, portanto, em distintas temporalidades e estabelecem movimentos complexos no que hoje experimentamos como sistema produtivo capitalista.

Mobilizando o conceito da autora, como descritor das tramas dos processos que incorrem na cidade de Fortaleza, os territórios estudados, sob as lentes da acumulação negativa, correspondem a processos concomitantes de um histórico momento político econômico de expropriação dos corpos, da terra e dos recursos, atrelado a não reparação desta expropriação, hiper precarizando esses territórios. Pelo contrário, o conjunto de obras e projetos, encabeçados pelo Estado, que atravessam tanto o Cais do Porto e Serviluz, em sua grande maioria, intensificam as camadas de precarização e vulnerabilidade dessa população.

Os grandes projetos urbanos que são postos nos territórios populares impactam para além de serem responsáveis pelo deslocamento de um lugar ao outro por motivos financeiros destas populações, devem ser lidos também como banimento de todos os lugares como fruto de um capitalismo racial.

É oportuno pensar sobre como a cooperação, a partir da narrativa da moradora do Titanzinho, como uma expressão das resistências se apresenta de

modo subversivo a uma concepção colonial-capitalista de competição. Em um mundo marcado pela exploração, a competição torna-se aliada dos processos individualizantes, cujos efeitos recaem sobre o esfacelamento das lutas sociais, em oposição a isso, associações e coletivos, constituem-se como circulares, de modo a fazer da reciprocidade uma aliada contra os efeitos da dominação.

Ainda segundo Ananya Roy, o *banimento racial* "está incorporado nas geografias legais do colonialismo e da separação racial [...] muda nossa atenção do deslocamento para a desapropriação, especialmente a desapropriação da personalidade" (Roy, 2019, p. 227).

Kowarick (1980, p. 31) dialoga com a discussão apontando a relação, advinda do passado, do Estado e do mercado destacando que o legalismo estatal chegou de forma tardia onde o mercado já tinha imposto sua dinâmica capitalista de produção:

> *Como acumulação e especulação andam juntas, a localização da classe trabalhadora passou a seguir os fluxos dos interesses imobiliários. No contexto explosivo do crescimento metropolitano, o poder público só se muniu tardiamente de instrumentos legais para tentar dar um mínimo de ordenação ao uso do solo. No entanto tal iniciativa ocorre num período em que o desenho urbano já está em grande parte traçado em consequência da retenção dos terrenos por parte de grupos privados. Desta forma a ação governamental restringiu-se, tanto agora como no passado, a seguir os núcleos de ocupação criados pelo setor privado, e os investimentos públicos vieram colocar-se a serviço da dinâmica de valorização-especulação do sistema imobiliário-construtor. (KOWARICK, 1980, p. 31)*

Percebe-se, portanto, que a espoliação urbana é resultante de uma sobreposição de ausências ou precariedades no que diz respeito ao acesso à terra e aos bens de consumo coletivo, necessários à reprodução da força de trabalho. Essa deficiência alimenta, assim, os conflitos sociais. A acumulação por espoliação trata-se, então, da relação estabelecida entre iniciativa privada e o Estado na direção do desenvolvimentismo capitalista.

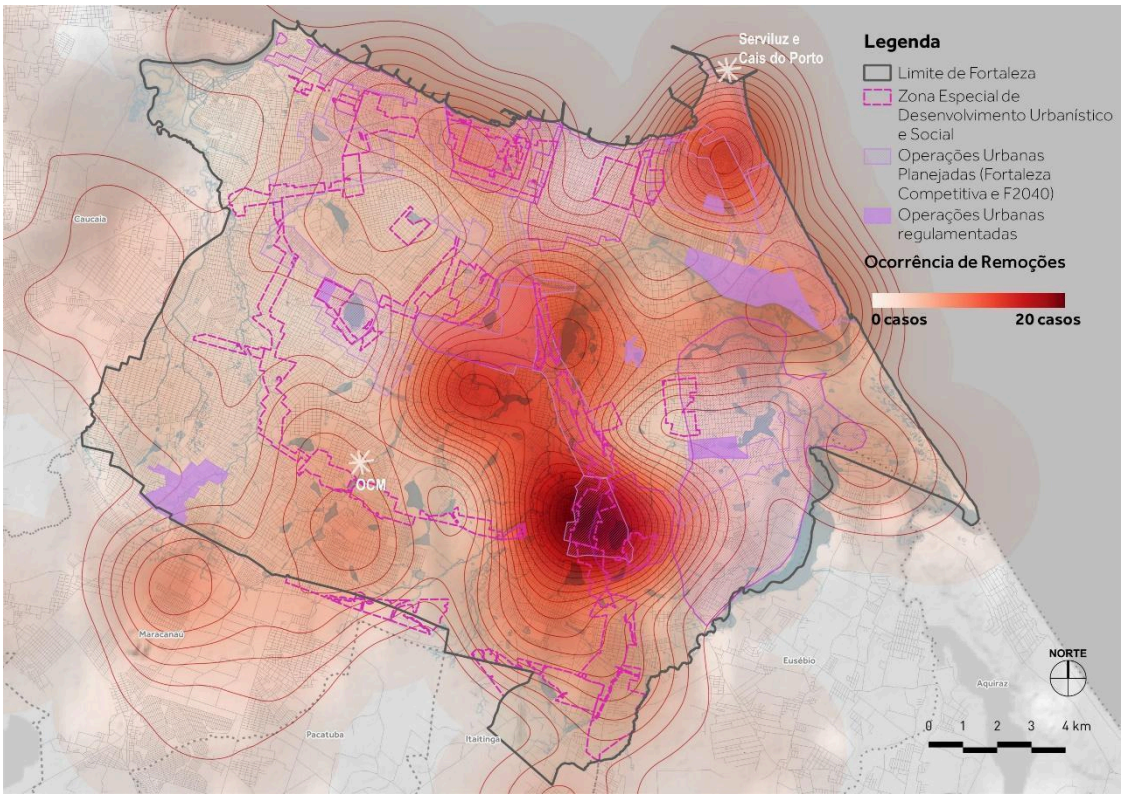
A precariedade pode ser lida, portanto, como uma condicionante de um processo construído e dependente das forças sociais e políticas públicas vigentes. A categoria precariedade, na maioria dos casos, está vinculada ao conceito de autoconstrução e vice-versa. Sendo corriqueiramente utilizado para designar moradias construídas por populações mais pobres, periferizadas, de baixo desempenho e qualificação, assim como ocupando e constituindo-se na chave da informalidade/ilegalidade.

Ao cartografar onde encontram-se os casos de despossessão na cidade, caracterizado pela ocorrência de remoções forçadas, observa-se uma confluência da maquinaria estatal e do mercado imobiliário, reafirmando e exacerbando as contradições da política urbana que prioriza uma pequena parcela e segmento da população em prol da exclusão e negação e supressão de direitos de outros (ver figuras 10 e 11 a seguir).

A população que tem a negação e supressão de seus direitos é justamente a mais vulnerabilizada e moradora dos territórios populares, que foi retirada de sua residência com a promessa de ser realocada em outra unidade habitacional em bairro diferente do seu em detrimento de uma classe com maior poder aquisitivo que mascara a pobreza gerada pela desigualdade social afastando-a do seu convívio e do seu olhar.

As cartografias indicadas a seguir reforçam o que foi dito anteriormente com relação ao zoneamento e uma clara tendência em aberturas de fronteiras para uma nova centralidade de capital imobiliário, representando por essa forte incidência de remoção na parte sudeste da cidade. Apresentando sobreposição de Zonas Especiais de Dinamização Urbanística e Social assim como Operações Urbanas desenhadas pelo Plano Fortaleza 2040.

**Figura 02.12:** Territorialização dos casos de remoção em paralelo com os mecanismos de planejamento urbano.




Fonte: Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente; Pequeno (2020); sistematizado pelo autor.

Diferente da nova fronteira de expansão do capital indicada na região sudeste, os arredores onde encontra-se o Serviluz e Cais do Porto tem uma forte incidência de grandes empreendimentos de alto padrão, o que reflete em uma maior ameaça por representarem, também, estreitas relações com o Poder Público. Por serem justamente tais empreendimentos que demandam e constituem as parcerias público-privadas as OUCs e as Outorgas Onerosas para viabilizar a regulação dos mesmos.

Atravessados pelo maquinário da modernidade de desenvolvimento econômico, os moradores do Serviluz e Titanzinho tecem suas redes, tramando com mais força os laços de amizade e vizinhança ao viver na pele as segregações e incertezas e que criam marcas, ao mesmo tempo que se fortalecem na luta a disputa política. Essa rede é composta pelas articulações dos sujeitos que colaboram nas lutas, de forma a assessorar os moradores e construir estratégias de forma coletiva, mas sempre com o protagonismo dos que moram no território, demonstrando também uma conscientização coletiva e política desta população, o que fica evidente, também, a partir da fala do morador em oficina sobre incidência política, realizada em conjunto com os moradores, Taramela, FLMD e LEHAB:

> *É importante sabermos o quão valiosa é a nossa terra, onde construímos nossa moradia — pela localização privilegiada, pelas pessoas que aqui vivem, pela identidade e cultura que nos une, pelo patrimônio de que somos guardiões, pela história da cidade que aqui também tem lugar, pela alegria e generosidade com que recebemos visitantes. (Fala de Pedro, morador do Cais do Porto)*

Assim como se revigora ao inventar memórias alegres, aprendendo a gingar e deslizar com os movimentos das ondas do mar e realizando intervenções no espaço público da comunidade através da arte como resistência estética e política. Uma construção, que não se fecha em si mesma, aberta a colaborações e de outros sujeitos externos, assim como à receptividade de visitantes, como exposto na fala de Pedro.

> *[...] como se cada pessoa de cada família fosse a 'molécula numa rede, uma rede molecular'. Nossas idas e vindas fortalecem e criam constantemente novas formas de estar juntos. Nossa resistência – que para alguns, apesar de toda a luta, ainda é imperceptível – tem sido o que nos mantém unidos apesar das adversidades (GOMES, 2017, p. 24).*

O impacto desse progresso da modernização a partir desses instrumentos e projetos urbanos não se encontra restrito à área delimitada pela operação ou intervenção. O que se observa é que comunidades adjacentes acabam sendo impactadas por reflexos, como aumento no preço dos aluguéis e venda das moradias. O caso de impactos em áreas adjacentes pode ser resgatado com o relato feito anteriormente sobre a OUC da Lagoa do Papicu, apresentando remoção de comunidade fora da poligonal da OUC para permitir a realização do empreendimento do Shopping Riomar. Esses impactos em comunidades adjacentes, podem complexificar as categorias de acumulação por despossessão e acumulação negativa. Tendo em vista que a expropriação (*propriedade*) ou despossessão (*posse*) se efetivam, no caso das comunidades, pela *aquisição* das casas autoconstruídas, por um ato de mercantilização das mesmas pela atribuição de um preço a partir de uma avaliação econômica e estatística que leva em consideração a irregularidade e ilegalidade destes territórios e que obscurece, por alguns detalhes, a espoliação e exploração econômica. Isto posto, no caso das comunidades adjacentes, estas são inseridas nesse emaranhado de espoliação que suscitam novos contornos para os projetos de urbanização.

Pois, para além de utilizar-se do arsenal jurídico e político, como aponta Denise (SILVA, 2019), esses processos atualizam essa própria arquitetura indicada pela autora a partir do momento que a acumulação negativa transborda para territórios adjacentes impedindo e incidindo de forma indireta nestes, mesmo que

não sejam objeto direta de despossessão. É possibilitado sua plena execução a partir de novas atualizações e alianças que conotam uma apropriação, agora, indireta destas comunidades, mas que mantém a mesma finalidade de manter as relações capitalistas. Só que agora permeando por escalas territoriais múltiplas.

Para melhor compreensão dessa atualização, recorro novamente à Denise Ferreira da Silva. A autora mobiliza o conceito de *separabilidade*, onde, segundo a autora, considera o social "um todo composto de partes formalmente independentes". Cada uma dessas partes, por sua vez, constitui tanto uma forma social quanto unidades geográfica e historicamente separadas" (SILVA, 2019, p. 43). Assim, pensando a questão do impacto nas comunidades adjacentes, torna-se necessário pensar o território e os impactos nele ocorre a partir de um espaço relacional e não completamente repartível.

Territórios em disputa que aqui mobilizo pensar, reforça o que Harvey (2012, p.86) diz acerca das questões urbanas, onde ele indica que progressivamente vemos o "direito à cidade caírem em mãos privadas ou interesses quase privados", fazendo operar a lógica e o interesse do capital no espaço urbano, destituindo território, eliminando e/ou controlando práticas, afastando ou diminuindo cada vez mais o acesso de grupos populares e racializados à cidade e ao espaço urbano.

Temos a produção espacial como mecanismo de acumulação capitalista, as operações de separabilidade entre o espaço fragmentado e seu entorno (SILVA, 2019), como ferramentas na produção de um espaço homogêneo, moderno, que complementam-se. Mas, que é perene e fundamentalmente inconclusa, graças às resistências que a ela se opõem, como podemos ver no Serviluz e Cais do Porto a partir do senso de comunidade, suas lutas e re-existências.

> *Apesar de todas as diferenças e divergências que temos, nos momentos de ameaça conseguimos nos unir e trabalhar enquanto comunidade. Esta é uma qualidade, uma habilidade nossa que gostaríamos de potencializar a partir do Plano Popular visando uma melhor qualidade de vida para todos(as) nós. (Plano Popular da ZEIS Cais do Porto, p. 105, 2022)*

Destas disputas que se materializam na cidade de Fortaleza, observa-se uma tendência de inflexões institucionais e territoriais relacionadas a uma atuação municipal da Prefeitura, situada em uma racionalidade neoliberal. Seus efeitos são uma negação e extorsão de direitos das populações mais vulnerabilizadas (AGAMBEN, 2002) atualizando os arsenais mobilizados pela acumulação negativa (SILVA, 2019). Onde, tendo como território exclusivamente como recurso, colocando os territórios populares como barreiras a serem transpostas no menor tempo possível baseado em uma linearidade rumo ao "desenvolvimento" e ao "progresso".

Tal dinâmica acaba por interditar e danificar os modos de vida das populações que ali habitam, afetando a relação das mesmas com seu território e arrastando consigo vínculos comunitários.

Assim, analisa-se de forma crítica o papel do Poder Público, enquanto esfera incumbida de regulamentar o uso e a produção do seu espaço urbano. Atribui-se tal importância da ação deste agente devido, no contexto de produção do espaço visando mais-valia urbana, o mesmo ser o responsável por regulamentar as alianças entre os setores fundiário, imobiliário e financeiro, seja em estabelecer um projeto urbano de renovação ou em uma ação de reintegração de posse.

O planejamento urbano, no tocante a essa dinâmica e suas relações de poder, assume um papel diante das disputas por projetos societários, uma vez que carrega uma racionalidade, com valores e leituras de sociedade e território, e seus ordenamentos. Contudo, é possível perceber que os grupos sociais incluídos pelas vias da precarização na cidade, por mais assujeitados pela dinâmica de acumulação de capital, residem neles a possibilidade de organizar, planejar e atuar nos territórios da cidade. Como será exposto, a partir das experiências do Serviluz e Cais do Porto, no capítulo 03.

## 2.2 O território que querem vender, mas quem o produz não tem acesso a comprar – planejamento urbano como elemento basilar de despossessão

O espaço litorâneo da cidade está em constante transformação, sendo produzido e apropriado de diversas maneiras a partir de uma complexa relação que envolve esferas políticas, econômicas e culturais. Nas últimas décadas, a frente marítima de Fortaleza tornou-se espaço representativo do entrelaçamento entre as dinâmicas imobiliária e turística, caracterizado pela crescente valorização do solo urbano, concentração de condomínios multifamiliares e de hotéis de alto padrão, pelas melhores condições de acesso aos serviços e redes de infraestrutura urbana, para pequena parcela da população, além de consolidar-se como um símbolo do vigor em investimento público em obras.

Expressão máxima da homogeneização, fragmentação e hierarquização do espaço urbano de Fortaleza, esse processo consolida a morfologia do espaço litorâneo como produto de estratégias políticas que impõem uma ordem na qual as diferenças são constantemente suplantadas em nome do progresso (CARLOS, 2007; LEFEBVRE, 2006).

No entanto, é necessário pôr em perspectiva as relações contemporâneas entre poder/dominação/resistência, pois caracterizado por forte presença da forma de produção do espaço vinculada ao capital tido como hegemônico, ainda que possam ter maior potência, não fazem desaparecer por completo, no território, as formas e sociabilidades anteriores ao processo de intervenção de um projeto urbano, por exemplo. Podendo ser percebido, mesmo de forma incipiente e insurgente, formas constantes de re-existência que buscam tensionar os regimes de (in)visibilidade que incorrem sobre tais territórios, buscando colocá-los na esteira do projeto de modernidade e neodesenvolvimentismo.

Assim, mesmo com o processo de valorização dos espaços litorâneos e com o consequente avanço do mercado imobiliário e turístico, acompanhados de mais de meio século de políticas de incorporação e renovação urbana, Fortaleza mantém, por exemplo, uma importante particularidade no tocante à ocupação de sua orla marítima por territórios populares. Dentre os 843 territórios mapeados pelo PLHISFor, 78 encontram-se localizados nas imediações da orla da cidade, correspondendo a um universo de, na época, de mais de 170 mil pessoas, caracterizando-se pela expressiva distribuição de territórios populares que seguem re-existindo. Como é o caso do Serviluz e Cais do Porto.

Ampliando um pouco o olhar e considerando o determinado na lei do Plano Diretor 2009[24], este pedaço da cidade está entre zonas determinadas legalmente como de ocupação consolidada, zonas de ocupação preferencial e zonas de interesse ambiental, ocasionando algumas contradições. Pois, segundo as definições em lei para essas zonas, devem ter a sua ocupação limitada, pela proximidade com a faixa de praia, fragilidades ambientais, mas, contudo, traz índices de aproveitamento que permitem grandes construções para essa área. Além de que, como visto na seção anterior, há uma concentração de exceções urbanísticas mediante compensatórias financeiras através de outorga onerosa que possibilitam índices ainda maiores. Isso traz mais pressão para a mudança dos usos no território, menos preservacionista, menos popular, e mais verticalizada, mais privatizada. Implicando em uma apropriação indireta dos territórios populares no entorno dessas áreas próximas à orla da cidade.

Estes territórios são considerados, portanto, como fronteiras no seu sentido mais geral de significação. Podendo apresentar-se enquanto "reserva" para o mercado e invisíveis para os gestores públicos, considerados, nessa abordagem, como fronteiras primordiais de expansão imobiliária e turística da capital.

[24] Lei Municipal 062/2009, atualmente em processo de revisão, tendo em vista que sua nova versão deveria ter sido publicada em 2019. Contando, assim, com três anos de atraso referente a plano que visa orientar e conduzir o planejamento e ocupação da cidade objetivando mitigar suas desigualdades socioespaciais e ambientais mediante políticas públicas.

Essas fronteiras são ao mesmo tempo fronteiras do processo de acumulação negativa (SILVA, 2019), mas que se encontram interpelados pelas re-existências territoriais. Correspondendo, assim, a barreiras à essa mesma lógica mercantil de produção do espaço, conformando-se como fronteira (limite) a essa mesma expansão imobiliária. O Serviluz e Cais do Porto apresentam laços afetuosos que colocam-se, na medida do possível, como barreira desta produção capitalista e da acumulação, ainda que não alheios a ela. São cenas que iluminam aquilo que a gestão moderna-colonial (GROSFOGUEL, 2005) do espaço pretende soterrar.

São relações de afeto e cuidado que acontecem entre moradoras que olham os filhos umas das outras enquanto estão na ausentes de suas casas, zelando por eles; a memória das lutas e conquistas da Associação de Moradores do Titanzinho, em busca de melhorias de infraestrutura para seu território, hoje materializadas até mesmo no chão de asfalto, sistema de drenagem, mesmo que não comporte a demanda, e intervenções, ainda que fragmentadas, nos espaços públicos, mesmo que escassos.

Ao ser questionado sobre essa relação de fronteira e resistências contra a expansão imobiliário no território do Serviluz, Pedro, morador e conselheiro da ZEIS Cais do Porto, indica:

> *O Serviluz, uma das particularidades é esse marzão bonito e nossa relação com o mar. Isso aqui (morador fala indicando um artesanato feito por ele que representa um surfista) também representa tudo isso. A nossa capacidade de reinventar a vida. Aqui é uma reinvenção de muitas coisas que não tinha perspectiva de ser isso, mas se tornou uma coisa tão bonita. (fala do morador Pedro, em reunião na comunidade)*

Os coletivos e os movimentos sociais que compõem o território se apresentam, como agenciamentos e instrumentais capazes de produzir no cotidiano a invenção de outros possíveis, seja no que se refere às constantes lutas por garantia de direitos, seja na construção de relações afetivas e de cuidado entre os e as participantes. Os moradores destes territórios populares enfrentam, em disputas sociais e históricas, os segmentos hegemônicos com seus investimentos e agenciamentos de poder baseados na violência organizada, e também em modernos procedimentos de especulação imobiliária e financeira, como foi possível visualizar na seção anterior.

Nessa dinâmica de precarização da vida, tal como observado na seção anterior, em que urge a necessidade de manutenção da vida ante ao desamparo do Poder Público, o abandono de infraestruturas básicas, a obrigação de inserir-se no mercado de trabalho (seja ele formal, informal), e o dever de garantir o sustento familiar, figuram como condicionantes da vida daqueles e daquelas oriundas de

realidades marcadas pela racialização e por processos de empobrecimento e vulnerabilização.

Na memória de antigos moradores dessa área do Litoral Leste, sobretudo que carregam heranças da pesca e produção artesanal, ainda sufocados pelas pedras imponentes do processo de modernização, percebe-se um reconhecimento dessa ancestralidade comum, ainda que tímida, materializadas nos fragmentos da presença indígena que outrora dominava toda essa região litorânea (NOGUEIRA, 2015).

> *Mucuripe é um símbolo indígena. No começo esse porto era habitado por índios e somos descendentes de índios. Suas balsas foram as primeiras. Não trabalhavam com teoria, mas aos poucos as coisas foram se desenvolvendo. O porto do Mucuripe é a capital, foi onde tudo começou. O primeiro porto, as primeiras casas de Fortaleza*[25]

A Praia do Mucuripe antes mesmo de tudo isso era um reduto de jangadeiros e prostitutas, mas com a construção do cais e chegada da indústria trouxe outros personagens: estivadores e outros indivíduos. A beira da praia serve, por exemplo, em determinadas crenças, à prática de ritos de bênçãos e manifestações de devoção à rainha e protetora do mar, Iemanjá. Até pouco tempo atrás, havia relatos de considerável quantidade de terreiros de macumba e candomblé no Grande Serviluz. Assim como povos de origem afro-ameríndia, muitos dos quais migrantes sertanejos, essa população estabelece cotidianamente as mais distintas relações com as forças do sagrado e com o sobrenatural.

A orla, sob a visão dos desta comunidade pesqueira que ali habitavam/habitam, era vista tanto como ponto de passagem, transição e fuga, quanto lugar possível de fixação dos trabalhadores que chegavam na cidade, em meados de 1960. Fica evidente o contraste de sentidos no que diz respeito à terra.

Assim, desde as mais antigas tribos indígenas, até o período anterior aos anos 1960, essa área era caracterizada essencialmente pela prática da atividade pesqueira (NOGUEIRA, 2006). Antigo ancoradouro, essas águas e areias foram utilizadas por várias populações migrantes que ali aportaram em busca de trabalho. Desse modo, o entendimento do imaginário social desses sujeitos passa, essencialmente, pela percepção das relações e sensações experimentadas no mundo do trabalho (*ibidem*).

Em conversa com moradora do Cais do Porto, sobre essa relação com as áreas da cidade onde estão presentes mais fortemente essa relação da especulação, citando como exemplo a beira-mar e, em comparação ao avanço do

[25] Entrevista com o mestre de jangada José Eremilson Severiano Silva (CARUSO, 2004).

interesse turístico e imobiliário para a comunidade, uma das moradoras em evento no território fala:

> *Se a gente tá nas áreas bonitas da cidade, é porque naquela época elas não eram cobiçadas. Essas áreas eram vistas como perigosas, como ameaças (...) eles queriam estar no centro, naqueles espaços que mais se assemelhavam com a Europa. (fala de moradora em oficina no Cais do Porto)*

Essa fala pode ser complementada pela do morador Pedro, realizada no mesmo evento, onde estava sendo realizado uma roda de conversa sobre regularização e o Plano Popular do Cais do Porto:

> *Ocupamos o espaço de forma diferente do que depois foi definido como correto na legislação que regula as construções na cidade. Até hoje lutamos por infraestrutura e serviços urbanos essenciais, além da segurança da posse dos nossos terrenos e casas.*

Das falas registradas acima, podemos articular com as reflexões sobre a distribuição desigual da condição precária (BUTLER. 2018). As áreas que hoje a população do Serviluz e Cais do Porto reside, no momento em que essas famílias chegaram e construíram suas moradias, não eram atrativas para o mercado de capital, e subsequentemente para a Prefeitura, sendo assim uma região de cidade que acumula uma sobreposição de camadas de precarização da vida: carência de equipamentos, áreas de lazer, infraestruturas básicas, dentre outras. Porém, com o passar dos anos, com as obras de reestruturação da orla da cidade, investimentos sendo alocados para grandes projetos urbanos para desenvolvimento turístico da região, esta mesma área passa a ser de grande interesse para receber esses grandes investimentos e projetos públicos de caráter desenvolvimentista.

Todavia, agora não mais com um território vazio e desocupado. Mas sim, repleto de vivências, existências, territórios e territorialização (HAESBAERT, 2014). O que implica, para atender os anseios capitalistas, em despossessão dessa população. Que, além disso, após sua fixação no território, desassistidos frente a esta ocupação ou ordenamento, são indicados como "irregulares ou ilegais" por não se enquadrarem nos padrões estabelecidos em lei, como também aponta a fala do morador. Conformam, assim, processos que desvelam e reforçam, de forma sistêmica, violências jurídicas, simbólicas e cotidianas de expropriações dirigidas ao sujeito racial subalternizado (SILVA, 2019).

Movimentos de resistência e adaptação à dinâmica de acumulação, a partir da chegada do turismo e interesses imobiliários na região a partir da década de 1960 (NOGUEIRA, 2006), se faziam constantemente na composição da nova paisagem social litorânea. O litoral passou a vivenciar o entrecruzamento de variadas tradições culturais: dos antigos usos como tratamento medicinal ao

surgimento dos esportes vinculados à natureza, observa-se uma transformação significativa dos espaços litorâneos, mas que não conseguiu suplantar totalmente algumas práticas culturais das praias nordestinas.

Dentro das possibilidades históricas, dada pelo meio natural e pela intervenção do homem na natureza, os moradores do Serviluz e Cais do Porto procuraram, quase sempre de maneira coletiva, inventar formas dignas e aprazíveis de (sobre)viver mediante seus processos de des-re-territorialização (HAESBAERT, 2014). A territorialização, portanto, cria contornos apropriativos que afetam, e são afetados, pela realidade das pessoas que estão e que podem ser transformadas por essa realidade sendo elas, ao mesmo tempo, agentes sobre tal realidade modificando-a para que seja reconhecida como sua, uma realidade marcada pelo sentimento de pertença (*ibidem*). Esse território afetuoso, que conforma toda essa rede de atuação e coletividade dos moradores destes dois territórios é, também, o que os figuram enquanto fronteiras (barreiras) do processo de acumulação.

Ambos os territórios, historicamente, passaram a constituir um lugar de memória que carrega diversas experiências comunitárias. Sendo considerados, nas pesquisas realizadas por Nogueira (2007, p. 14), morador e participante da Associação dos Moradores, como "um processo histórico instigante em um emaranhado de conflitos e resistências intrigas e partilhas". É pulsante, portanto, o reconhecimento na trajetória do território a presença de uma força singular e coletiva de re-existência.

Importante, desde já, reforçar que se trata de territórios que se imbricam, apresentando um histórico de luta por permanência em seus territórios, contrapondo-se a sucessivas ameaças de remoção promovidas pela Prefeitura de Fortaleza, Governo do Estado e agentes privados. Todavia, sua fragmentação simbólica ainda está enraizada, reforçada, por exemplo, por falas dos moradores apontando que moram no "bairro do Serviluz" mesmo ambos os territórios estando situados, administrativamente, no bairro Cais do Porto.

Segundo dados do levantamento realizado pelo Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza (PLHISFOR, 2011) a ZEIS Cais do Porto tem uma estimativa de mil imóveis e população de quatro mil pessoas, representando um valor em torno de 1.500 famílias. Em contraponto, pegando os dados referente a ZEIS Serviluz, são colocados uma estimativa de mais de 8.500 pessoas, organizadas em mais de três mil famílias, habitando em aproximadamente 2.200 imóveis. Em relação à área dos territórios, temos o Serviluz com 260.873,70 m² e o Cais do Porto com 184.342,60 m², o que representa 70% da primeira. Dentre os fatores que corroboram para que o Cais do Porto acabe configurando-se como uma área menos adensada que o território vizinho é o fato de inserido em sua poligonal ainda estarem presentes grandes terrenos de uso institucional e empresarial.

Segundo a caracterização socioeconômica dos territórios, temos uma renda média familiar de 1 a 3 salários mínimos (PLHISFor, 2011) e uma autodeclaração, quanto a raça, de uma população composta majoritariamente por pessoas negras, correspondendo a um percentual de 75% do total de pessoas (IBGE, 2010).

Por outro lado, buscando atualizar estes dados, a partir dos processos de inserção no território, elaboração de cartografias e aferições em campo, o Plano Popular do Titanzinho[26] Apresenta um horizonte de 1.146 imóveis, correspondendo a uma média de 5.134 habitantes e 1.283 famílias. Já para o Serviluz, segundo dados do PIRF elaborado pela equipe técnica entre os anos de 2019 e 2020, alcançou-se uma estimativa de aproximadamente de 2.755 domicílios, compostos por uma estimativa de 11.350 famílias e 12.327 pessoas. Demonstra-se uma projeção de aumento populacional de 45% e 30% em relação aos dados levantados pelo PLHISFor em 2011 e os últimos levantamentos realizados para o Serviluz e Cais do Porto, respectivamente.

Isto posto, para além dos dados estatísticos, a comunidade tem uma praia que é espaço de encontro, lazer e proporciona festas locais. Além disso, dela se tira o sustento pela pesca, utiliza-se para surfar, dar aulas de surfe e se divertir e também há campeonatos locais. Uma prática recorrente de crianças, adultos e idosos é a contemplação do mar na ponta do espigão. As socialidades se constroem no "fluxo das ondas" entre as territorializações delimitadas pela praia (vide imagem a seguir).

[26] Desde 2008, uma diversidade de grupos de assessorias multidisciplinares vem construindo o Plano Popular da ZEIS Cais do Porto. Importante destacar que o Plano Popular, em sua delimitação da poligonal da ZEIS propôs uma área maior do que a aprovada pelo PDPFor (2009), representando um acréscimo de aproximadamente 177 casas.

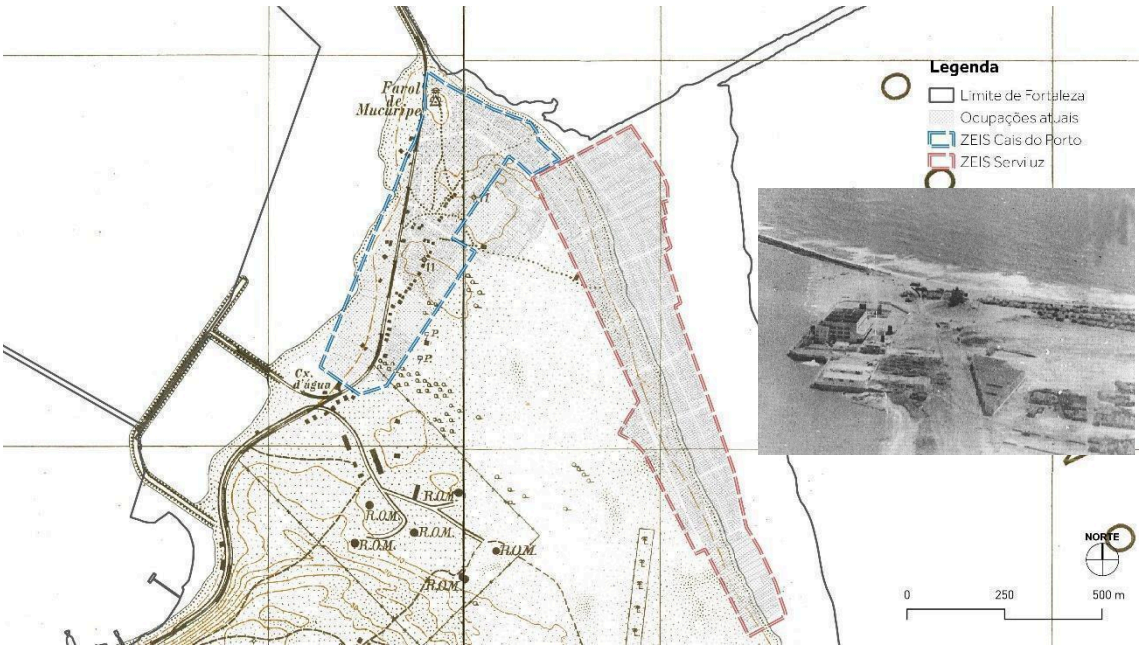
**Figura 02.13:** Territorializações da Praia do Titanzinho e Serviluz.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Serviluz e Cais do Porto são entrecortados por fronteiras e áreas de conflito onde ocorrem diversas disputas por território entre facções rivais, assim como, vários conflitos de fronteira e isso, consequentemente, se reflete em disputas armadas letais dentro do território. Dentre esses segmentos territoriais são: Farol Velho (zona de baixo meretrício) ou "Favela", Titanzinho (onde há a maior concentração da rede de parentesco[27] e onde o surfe é destaque), Estiva (que surgiu em 1960, juntamente com o segmento do Farol e foi ocupado por estivadores), Campo do Paulista (segmento dos comerciantes locais e dos donos de peixarias), Rua do Bagulho, Portão, Boca do Golfinho, Rastro, Pracinha (o mais recente segmento da comunidade). Esses segmentos e suas fronteiras são simbólicos (BOURDIEU, 1998), e desempenham importância na vida do bairro.

[27] Essa rede é caracterizada pelo intenso movimento de uma comunidade provinda de demais ocupações marítimas pesqueiras da costa oeste e costa leste e dos fluxos de sertanejos expulsos do campo que começaram a fazer a ocupação irregular das terras da marinha. Assim, as relações de vizinhança passam a ser interpeladas pelas redes de parentesco, onde seus vizinhos são seus tios(as), primos(as), etc.

**Figura 02.14**: Cartografia histórica da cidade datada de 1945 e ao lado vista aérea da Usina do Mucuripe (Serviluz), na antiga Praia Mansa, próximo ao Farol, em 1955.




Fonte: Elaborado pelo autor. Imagem da Usina: Leite (1996) apud Vasconcelos (2005), p. 101.

Em entrevista feita pelo Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB), em fevereiro de 2015, o morador André Nogueira fez as seguintes observações referente a historicidade do território e a sua importância para a cidade:

> *A Estiva inclusive é uma das áreas mais antigas que tem de ocupação... porque os estivadores conseguiam com os pescadores incentivo tanto da Companhia Docas, como da Capitania dos Portos, para ocuparem essa região, apesar de ser uma região que, do ponto de vista do planejamento urbano, é imprópria para habitação por conta da proximidade do mar e das empresas que são altamente explosivas... [...] os incrementos do progresso e de riqueza econômica se fizeram, muitas vezes, banhados no sangue dos trabalhadores locais. (Trechos de entrevista com morador André Nogueira, em fevereiro de 2015)*

A dinâmica das ruas, vielas e becos, de ambos os territórios é extremamente relevante para compreender suas singularidades e semelhanças com outras comunidades e bairros de Fortaleza. Em caminhadas logo cedo pela manhã, já é possível identificar muitos bares e pequenas mercearias já abertas, a movimentação de pessoas se intensifica com os moradores da comunidade voltando do trabalho, pelo menos aqueles que trabalham no período noturno, ou os visitantes chegando para surfar. É possível visualizar também a forte presença de pessoas na rua enquanto local de lazer, com crianças brincando de bola, de bila ou conversando nas calçadas. As interações e as conversas nas ruas se estendem de esquina em esquina. Mulheres varrem suas calçadas todos os dias, lavam roupas

nessas mesmas calçadas em bacias grandes e conversam com a vizinhança e com os passantes, simultaneamente. Os varais espalhados pelas ruas e vielas configuram o cenário dos fins de semana, onde passar pela rua se torna um desafio, pois os passantes driblam e disputam espaço com as roupas que secam.

Demonstra-se assim, as formas e existência dos territórios, nos quais, muitas vezes, não são grafadas nem registradas nos dados oficiais. O que por muitas vezes pautam territórios populares como estes apenas por suas ausências, seja de infraestrutura ou bens de serviço público, mas que, em contramão do discurso reducionista de suas precariedades, apresentam uma vivacidade e uma organização comunitária de forte importância e relevância para a comunidade.

Dona Mariazinha, antiga líder comunitária do Serviluz, de modo muito singular e simples, expressou[28] sua concepção de associação comunitária:

> *(...) A comunidade[29] é nós, todo mundo junto. A comunidade que eu entendo, e é, a gente tem que trabalhar todo mundo junto, mãos dadas (...) você sabe que uma vara quebra, duas vara, três vara quebra, más quatro, cinco, seis ela já não quebra mais (...) isso é meu entendimento, a comunidade é nós tudo reunido, tudo unido, isso é que é a comunidade. (NOGUEIRA, 2015)*

As noções de comunidade se constituem, portanto, entre os fragmentos das permanências e rupturas temporais que perpassam essas sociedades, suas relações e grupos que a conformam. Cujos modos de conviver e as estratégias políticas são quase sempre fugitivos (BONA, 2020) e provisórios (SIMONE, 2006). Permeando espaços diversos, desde a institucionalidade até a insurgência, fazendo menção aos espaços convidados e inventados da autora Miraftab. Estes moradores construíram, e seguem construindo, caminhos sinuosos, no que diz respeito às suas práticas, horas utilizando-se de métodos mais expressivos, ocupando espaços institucionais, marcando presença em reuniões institucionais. Mas também, horas ficam reclusos na associação mobilizando reflexões internas e organizacionais, assim como construindo caminhos alternativos para resolução de suas demandas.

Perguntado sobre noções de comunidade e o que os une, Pedro indica que são justamente as relações de afeto destes agenciamentos que apresentam a potência de luta e re-existência que os tem feito criar raízes profundas no território que os mantém no mesmo.

---

[28] Entrevista concedida a André Aguiar Nogueira para sua dissertação de mestrado.

[29] A pesquisa irá abordar o termo comunidade ao longo de sua escrita. Tendo em vista que no contexto local de Fortaleza é muito comum quando se quer denegrir a imagem da localidade utilizar-se do termo favela. Assim, até mesmo internamente, na conjuntura local do Grande Serviluz, quando moradores querem se referir a uma porção do território estigmatizada utilizam "a favela do Serviluz".

> *Os encontros é o que vai nos salvar, porque só nos encontros que a gente vai planejar as coisas juntos. A gente sabe que a pauta do governo não contempla nossa existência, nunca vai contemplar. Por isso que planejar e fazer o plano (morador se refere ao Plano Popular) (...) a gente tem que fazer esse plano independente se o plano diretor vai sair ou não, a luta é lá também, a luta é aqui, mas o plano alternativo tem que ter e tem que ser vivido. Não é só no papel, é um mapa do futuro que a gente está construindo.*

Da fala do morador, podemos visualizar esse senso de comunidade que estes territórios pesquisados apresentam. Onde a partir da tomada de consciência da pertença coletiva, conformam uma ressignificação da condição de subalternizados para de re-existência. Atravessando espaços institucionalizados, tecendo críticas aos mesmos, tomando conhecimento de que estes, em sua grande maioria, não os representam o que faz com que não se limitem a aguardar de forma passiva melhores advinda do Poder Público, construindo caminhos e planos alternativas de forma coletiva e mergulhada em luta.

Nesse sentido, os territórios apresentam muitas aproximações. Estando inseridos em uma área de bastante interesse econômico imobiliário, ambos são marcados por um forte histórico de processos de resistência. Importa, assim, registrar as diversas movimentações executadas, ou apenas previstas, mas que representam uma ameaça tanto quanto para esses territórios.

Trazem em seu escopo um projeto de modernização pautado na matriz neodesenvolvimentista a partir de processos de reestruturação urbana com grande investimento estatal e perspectivas de alavancar grandes investimentos, com ganhos para o setor imobiliário, com mínima (ou nenhuma) garantia de melhorias para a comunidade. Sem contar que, em grande maioria dos casos, a permanência das populações originárias é sempre descartada tendo suas existências apagadas e engolidas pelo desenho de modernização.

> *"Não somos contra o progresso, só queremos oportunidade de participar dele" (fala de Kátia, moradora em entrevista)*

Na fala da moradora do Cais do Porto, podemos vislumbrar o banimento dessas pessoas de seus próprios territórios através das engrenagens do "progresso" que apagam e passam por cima de suas existências, os expulsando de suas comunidades, como também é possível constatar a ausência de debate desses projetos urbanos como a inexistência de possibilidade de fala e argumentação no processo de concepção e construção destas intervenções.

Estes são marcados por um histórico de negação e espoliação de direitos, assim como privatização e precarização da vida (ROY; ROLNIK, 2020). Ensejado, a priori, pelas encruzilhadas das relações de ausência e presença, referente à atuação do Estado, assim como pela lógica assimétrica de relação de poder à luz

da lógica hegemônica de produção capitalista do espaço (CALDEIRA, 2017; SOUSA SANTOS, 2002), estes territórios vêm se mostrando como repertórios do ser, fazer e sobreviver frente à obscura constelação de crises (econômicas, sociais, políticas, e sobretudo sanitária) que assola o urbano.

Pode-se afirmar que o ordenamento estatal é utilizado como importante estratégia, se não essencial, para alavancar a abrangência e hegemonia do capitalismo. O Estado apresenta, portanto, seus dois lados da moeda, compostos por contradições entre a defesa de interesses públicos e privados. Atuando, ao mesmo tempo, como agente responsável pela abertura e fechamento de fronteiras. Processos estes, de aberturas e fechamentos, que são assegurados pela capacidade de gerir e controlar a regulação do espaço urbano frente às legislações urbanísticas. Assim, o mesmo apresenta importante papel na manutenção e desempenho dos fluxos comerciais e financeiros.

Vislumbra-se, portanto, a condição *sine qua non* de que o espaço urbano é resultado da ação de agentes dentro de um processo de produção, o que, no tocante a esse aspecto, com as elites conformando os bairros nobres, a cidade começa a apresentar graves contrastes de caráter urbano e social, ocasionados pelo viés paradoxal do planejamento atual (MIRAFTAB, 2016) e consecutivamente das contradições da política urbana.

A moradora segue:

> *"De que adianta melhorar e embelezar a beira-mar se a nossa comunidade não tem nem saneamento básico? Quem ganha com essa melhoria?"*
>
> *(...)*
>
> *"A beira-mar pode até ter ficado bonita, não posso mentir, mas o que sinto e escuto, é que é fria."*

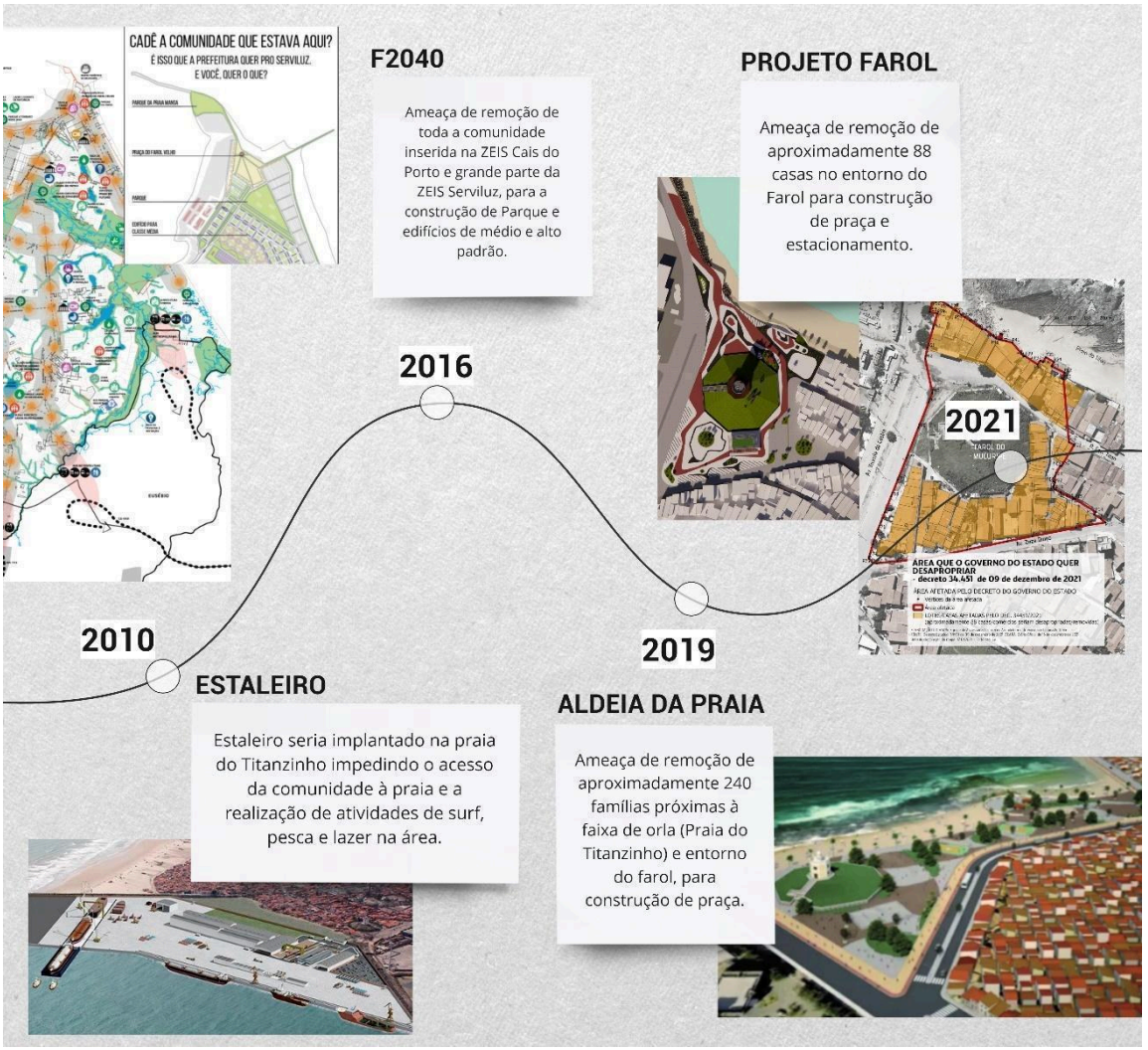
A moradora coloca em xeque as tomadas de decisão e priorização de determinadas localidades em detrimento de outros. Localidades estas que são priorizadas a partir do apelo turístico e de especulação imobiliária, como é o caso da Beira-Mar. Além disso, quando menciona que o projeto deixou o espaço "frio", ela faz menção a dimensão social da apropriação do espaço. Anteriormente, para a moradora, a beira-mar era mais acolhedora, tanto para os moradores quanto para os próprios turistas. Todavia, com a intervenção atual, finalizada em 2022, o espaço tornou-se árido e menos acolhedor.

A questão paradoxal do planejamento urbano institucionalizado desdobra-se em questões como: quem faz a cidade? Cidade para quem? Pois o que temos percebido é, em primeiro lugar, a cidade sendo construída pelas empresas, pelo mercado imobiliário e pela ação estatal que intenta atrair recursos externos. E em segundo, a cidade continua contraditória, em constante disputa, e

cada vez mais rechaçada pela desigualdade mascarada pelas grandes obras e projetos urbanos de grande porte. Assim, o que fica de resposta a indagação de cidade para quem é: para quem tiver dinheiro para comprá-la.

Há de se destacar que a luta e disputa no território do Serviluz e Cais do Porto não advém dos tempos atuais, como já pôde ser constatado. Esse território que acolheu pessoas removidas de outros locais da cidade, hoje assiste seu território ser disputado e alvo de inúmeras ações para de carácter neodesenvolvimentista. Ações que privilegiam setores econômicos e turísticos  que não dialogam com os interesses e demandas dos moradores destes territórios.

**Figura 02.15**: Contínuas ameaças de remoção que atravessaram/atravessam o território.




Fonte: Elaborado pelo autor.

A proposta habitacional para as casas impactadas pelo projeto Aldeia da Praia e a Requalificação do Farol dista aproximadamente 3km da área atual. Além do terreno que está situado fora da ZEIS em questão, o terreno que estava livre à época da proposta foi ocupado por um grupo pertencente a um movimento de luta

por moradia, e foi chamado de Alto da Paz. Essa comunidade foi brutalmente expulsa do local, e foi abrigada por outras comunidades vizinhas, incluindo Titanzinho e Serviluz. O que mais uma vez reforça a compreensão política, jurídica e simbólica de um processo de acumulação negativa (SILVA, 2019). Retomaremos de forma mais detida este debate dos projetos de impacto no território na seção seguinte.

Tal dinâmica apresenta grandes desdobramentos de impacto no modo como os territórios periféricos são vistos pelo poder público, que passa a tratá-los como verdadeiros lotes a céu aberto, prontos para tomarem lugar na disputa do capital. Estes territórios são lidos, assim, como uma tábula rasa, prontos para serem capturados e incorporados à lógica desenvolvimentista.

O que é possível destacar em comum destas ameaças, frente aos planos e projetos nos quais elas são incorporadas, é a desconsideração do diálogo com a comunidade, desde a concepção dos mesmos, como fica evidente na música composta por um rapper do Cais do Porto, onde indica a surpresa na movimentação gerada pela presença da Prefeitura marcando as casas e disseminando a narrativa de indenização e remoção:

> *Uma grande movimentação*
> *Falavam que nas nossas praias iam construir um calçadão*
> *Pouco depressa não prestei muita atenção, mas percebi que o papo era sobre indenização*
> *Várias pessoas começavam a discutir*
> *Falavam que das suas casas não iriam sair*
> *Tempo passou e não chegou indenização*
> *É só pra confundir a cabeça do povo, gerar confusão. (Farol Rap – "Décadas Passadas")*

Além disso há a dissociação dos projetos com os processos de planejamento vista a descontinuidade de ações, e a manutenção e retroalimentação do processo de banimento racial, na medida em que promove uma "limpeza" de uma grande região, bem localizada e infraestruturada da cidade em detrimento de gerar benefícios para o capital imobiliário.

São projetos que escondem fragilidades teórico-metodológicas, pensamentos lineares unidirecionais e um olhar míope para o horizonte. Olhar este que é mirando uma acumulação de capital e desenvolvimento econômico. Escondem, também, desejos e intenções de grandes grupos econômicos.

> *A prefeitura não quer a gente aqui, a verdade é essa. Só que ela vai ter que nos engolir porque ela não é dona da cidade. A cidade é pra quem mora nela, não é pra turista nem milionário. É quem nasceu e se criou nela(...) A prefeitura quer fazer um padrão de vida aqui pro local que não contempla a*

> *população que mora aqui. (fala de Pedro, morador do Serviluz)*

A atuação do Estado, nesses processos de implementação dos projetos urbanos, que acaba por abrir fronteiras para a reprodução e acumulação do capital a partir de processos de remoção de assentamentos populares, representando a "acumulação por espoliação urbana", liderada pelo Estado (GILLESPIE, 2016 apud IACOVINI, 2017). Em Fortaleza, há registros quantificando que, no período de 2009 a 2017, um total de mais de 28 mil famílias foram ameaçadas ou removidas na Região Metropolitana de Fortaleza, sendo quase 23 mil só em Fortaleza. Segundo dados já coletados pelo Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB), do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Ceará-UFC, 53% dos casos de remoção concorreram sem ordem judicial ou administrativa, e em 61% dos casos foi relatado violência na ação de remoção.

A acumulação por espoliação, portanto, atualiza os mecanismos territorializados e racializados estruturais e estruturantes da máquina de despossessão do modo de produção capitalista, vinculando-se a essa atuação de manutenção da ordem heterônoma pelo Estado.

Esse processo demanda empenho do Estado enquanto agente que deveria regular processos de espoliação. Como pode ser citado, no âmbito local da cidade de Fortaleza, a suspensão do arcabouço legal, por meio de suas revogações legais e/ou a vasta sobreposição das Parcerias Público Privadas consolidando um alto investimento em instrumentos urbanísticos com carácter de exceção como as Operações Urbanas Consorciadas, Outorga Onerosa e Zonas Especiais de Dinamização Urbana e Socioeconômica (ZEDUS). Conforme já foi abordado na seção anterior.

Permanece a força bruta como forma de retirada de povos e grupos de seus territórios, permanece a tentativa de manter uma população em eterno trânsito, de sujeitos contingentes e acidentais, atomizados e fragilizados, depostos de todo e qualquer laço com terra ou gente. Sujeitos suprimidos de direitos, em outras palavras, o que Agamben intitula como vida nua (AGAMBEN, 2011). Por outro lado, essa ofensiva da acumulação de capital passa evidentemente pela destruição dos direitos sociais existentes e pela criminalização das resistências populares (BENSAÏD, 2017)

A expropriação e despossessão, marca da violência crua ou institucionalmente estabelecida, é elemento central da garantia e da permanência dos assujeitamentos. É fundada no propósito da manutenção das assimetrias, da fragilização dos sujeitos sem lugar, com a eternização de pessoas em trânsito, dizimando o sentido dos povos, antes coletivos e depois atomizados em indivíduos, não somente, mas especialmente quando considerados os processos de

colonização e escravidão, dificultando, e tantas vezes, suprimindo as capacidades de ação/reação. Vale destacar que tais processos não se realizam sem resistências e contestações que, quando coletivas e difusas, apresentam modestas, porém importantes ressignificações às lutas por permanência territorial.

No entanto, mesmo diante desse cenário, observa-se, a partir das inserções territoriais e os acúmulos de troca de experiência ao longo dos processos de assessoria popular, que os territórios criam estratégias para resistir a essas políticas que os colocam na condição de precarização e transitoriedade. Segundo Guattari e Rolnik (1996), ainda que haja formas de subjetivação impostas a nós, é sempre possível fabricar novos modos de subjetivação, processos de singularização; uma forma de resistir aos modos (pré)determinados dos discursos universais.

Para Foucault (1979) a possibilidade de insurgir-se, assim como o poder, também situado numa malha de forças, e que em consequência disso em determinadas condições isso se dá de modo a produzir outras condições de existência. A insurreição nesse sentido, fabrica algo que não somente se produz como reação a uma força que incide sobre a regulação da vida das pessoas, mas também como a possibilidade de se fabricar outras condições de vida, tais quais as que pela via da criatividade rompem com a lógica perversa de controle e produção de subjetividades.

Nessa perspectiva de compreensão das resistências, de criação e não algo reativo, Deleuze e Guattari (1996), nos convidam a experimentar romper com as formas produtivas do desejo que nos enquadram e condicionam em determinadas formas pré-moldadas de existir, que controlam os fluxos e as funcionalidades dos organismos. Pensar re-existências nessa perspectiva é se debruçar sobre as práticas contra-hegemônicas desenvolvidas por esses jovens e coletivos em zonas de morte para o favorecimento, a partir da criação, da arte e da alegria, zonas de vida, de potência e de liberdade.

Diante disso, destacamos algumas das ações desenvolvidas pelos jovens e moradores do Titanzinho e Serviluz: a ocupação do farol pela juventude com a realização de atividades artístico-culturais no território em aliança com alguns dos coletivos sociais atuantes nessa região; as mobilizações realizadas em defesa do território, organizadas pela associação com apoio da comunidade e demais coletivos, contra os avanços da especulação imobiliária e descaso do poder público; e as afetações cotidianas na beira do mar, a alegria de estar grupo após um ato político promovido pela associação de moradores.

**Figura 02.16**: Colagem das práticas e intervenções do território.
**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Demonstra-se como que numa perspectiva de resistência, estes territórios têm se forjado territórios vivos, combativos, afetuosos e colaborativos. Desnaturalizam, portanto, esse lugar como potencialmente perigoso e sobre o qual deve recair as atuais formas de dominação e opressão coloniais, dando ressonância aos já existentes dispositivos no território

Essas práticas, portanto, denunciam a negligência e a violência histórica do Estado contra seus territórios, assim como os complexos processos de assujeitamentos, criminalização e precarização. Por outro lado, mobilizam também falas de existências em paralelo à denúncia da violência operacionalizada pelo Estado.

Abre-se um parêntese para distinção de determinados conceitos. Entende-se por espoliação o somatório de extorsões que se operam através da existência ou precariedade de elementos essenciais para a existência (KOWARICK, 1979). Já a expropriação é lida como mecanismo utilizado pelo Estado para facilitar a acumulação de capital (LUXEMBURGO, 1967). Já a despossessão, vem do termo *dispossession*[30], que explora processos de nuances contemporâneas de privação de direitos, desapropriação de terras e recursos e violações de bem-estar ocorrem de forma contínua e em escala global articulados com uma exploração das potencialidades políticas (HARVEY, 2004).

A tradução deste processo no espaço das cidades é a sempre crescente desigualdade socioterritorial. Como pode ser visto nos territórios onde a pesquisa se insere. Há uma imposição pelas lógicas capitalistas de formas outras de extração de mais-valor que converte as características humanas, sociais e os elementos diversos da natureza em formas externalizadas à existência humana (FONTES, 2010). Isso transforma as habilidades humanas, o conhecimento, o saber, os recursos sociais e naturais em formas estranhas aos homens, mas nem por isso externas à lógica capitalista. Por exemplo, a própria relação com o mar e a orla, dos territórios Serviluz e Cais do Porto, tem com o passar dos anos virado forte ponto turístico e lugar de consumo de populações externas à comunidade. Onde, neste modo de produção, a força de trabalho encontra-se despossuída das condições mínimas necessárias para sua sobrevivência e, portanto, submetida à condição de mercadoria disponível no mercado, externalizada da sua condição sócio-humana de existência.

Novos contornos são estabelecidos a partir do momento em que a acumulação de capital passa a adaptar-se aos contextos socioespaciais de cada parte do território, operando no espaço de forma diferenciada conforme os contextos sociais e culturais (HARVEY, 2004). Dessa forma, uma vez que os processos de espoliação não se dão mais apenas sobre matérias-primas e recursos naturais,

[30] Dentre obras que mobilizam esse conceito, destaco: The Politics of Dispossession de Edward Said (1994) e Accumulation by dispossession de David Harvey (2004).

mão de obra e territórios, tais processos se estendem hoje à apropriação cultural e das identidades.

Podem resultar, assim, na perda de identidade cultural e na diluição de práticas culturais importantes para as comunidades marginalizadas. No caso do Serviluz e Cais do Porto, envolvem as práticas de pesca, assim como as intervenções no campo das artes, envolvendo grafite e stencil. A dimensão da perda cultural e diluição destas práticas, a partir dos processos de espoliação e suas atualizações, encontram-se intimamente interligadas. À medida que essas comunidades são forçadas ao deslocamento de seus territórios de origem, seus laços culturais e sociais são rompidos, o que pode levar à perda de práticas culturais e identidades. Além disso, muitas vezes, envolve a apropriação cultural de elementos estéticos e culturais destes territórios, tornando-os e comercializáveis sem reconhecer a sua origem e significado cultural. Isso pode levar a uma apropriação indevida e à perda de identidade cultural para as comunidades periferizadas.

A cidade e seu território, porém, não é apenas dominação, é sempre uma disputa, mesmo que através de pequenas frestas. Assim, no campo das lutas urbanas, também é possível verificar o acontecimento de potencial disruptivo das lógicas dominantes, como foi brevemente indicado mais acima com as experiências dos territórios em que esta pesquisa se insere. Uma disputa a partir de um território em uso articulado com o alargamento de imaginários e tentativa de romper com a captura e transformação de imaginários e subjetividades específicas, impostas pelo processo civilizatório e modernizador dominante.

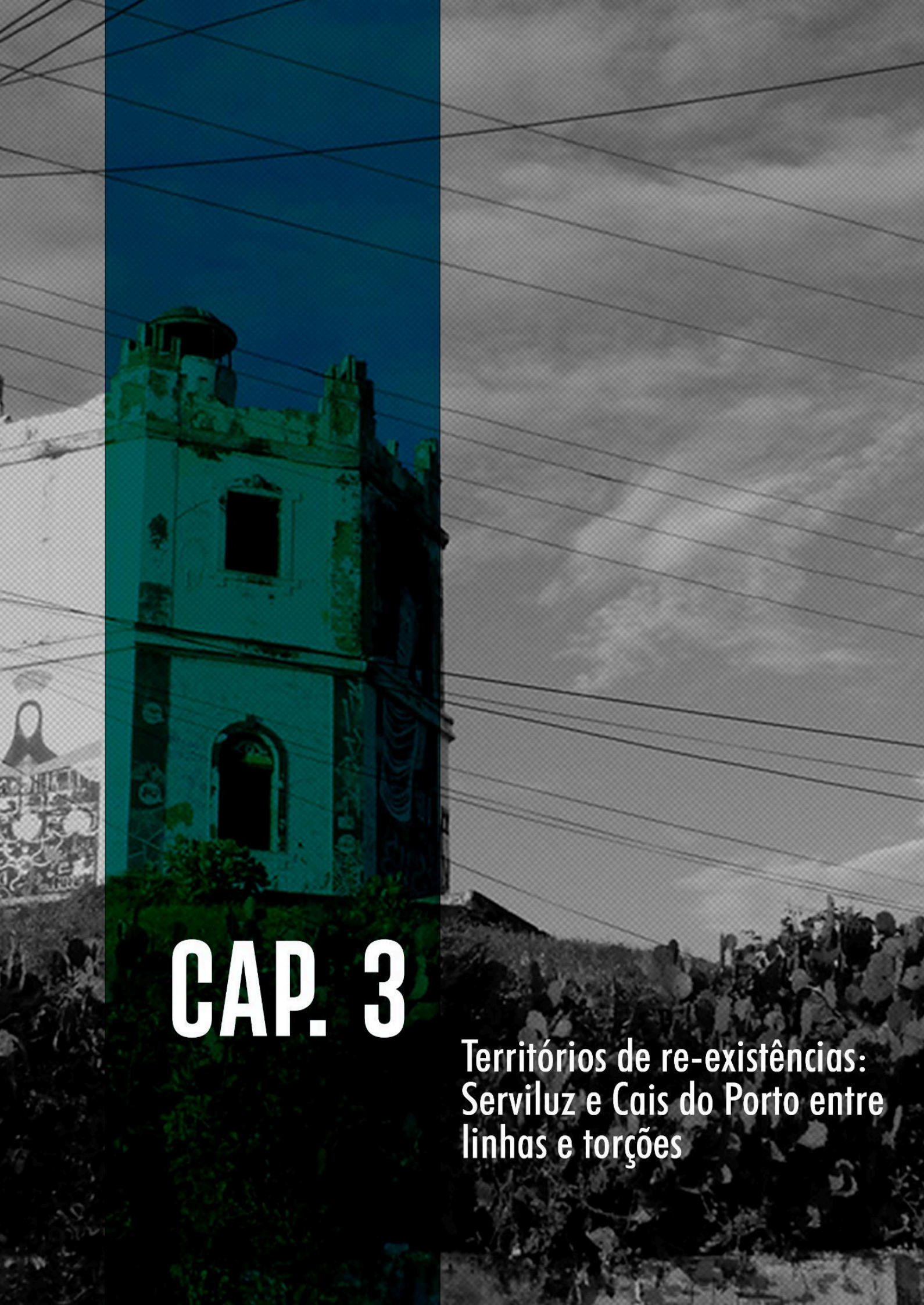
A população diretamente impactada por esses processos espoliativos, que há anos sofre com a omissão por parte do poder público, oriundos de um processos de um *continuum* acumulado que une, historicamente, expropriação colonial e posteriormente violência jurídica, simbólica e cotidiana (SILVA, 2019), age se organizando na forma de movimento social, em diferentes momentos, para pressionar o Estado e reivindicar direitos básicos como à moradia e aos bens de consumo coletivos, ou seja, o direito à cidade.

Pode ser enxergado, assim, a partir das tensões e conflitos que emergem das/nas periferias urbanas uma possibilidade de escape, ruptura da paisagem oriunda do imaginário dominante que busca dissolver, apagar e anular as formas de mundo e percepções outras. Ao pensar o conflito como essa possibilidade, trata-se de ensaiar uma quebra na linha universal do processo de modernização, propondo uma fuga por caminhos outros, para construção de outras paisagens e narrativas impedindo que os mais variados imaginários sejam dissolvidos pelas lógicas hegemônicas.

Por fim, vale frisar que esta breve análise não pretende enxergar tais processos de forma a naturalizá-los, mas de atentar de maneira crítica a sua complexidade de contínuas transformações, enfatizando as contradições presentes nos processos de urbanização com narrativa desenvolvimentista configurando uma cidade desigual e fragmentada. Pois esses processos de negação das territorialidades que acontecem em acordo com a (re)produção e acumulação capitalista, é perene e fundamentalmente inconclusa, graças às resistências que a ela se opõem.

O que a teia de conflitos e as disputas aqui indicadas explicitam é a maneira como os mesmos têm constituído suas existências e resistências frente às lógicas de acumulação de capital. Ou seja, como foram mobilizadas estratégias de re-existência (PORTO-GOLÇALVES, 2006) frente a herança colonial imposta sob estes territórios em forma de projetos urbanísticos de desenvolvimento, que se desdobram em aparatos jurídicos e econômicos que dão anuência para ações de violência para extração de valor e expropriação da capacidade produtiva das terras e dos corpos dos sujeitos destes territórios, representando a acumulação negativa (SILVA, 2019).

As práticas de re-existências têm na vida e na existência seu principal objetivo. Re-existência tem como princípio inventar táticas de vida como potência criadora e de, no mínimo, sobrevivência. Relações com a própria existência que, por vezes, "agitam e fazem mover as relações de poder" (TELLES, 2017, p. 21) A possibilidade de resistência em Foucault não é essencialmente da ordem moral ou da reivindicação de direitos específicos, mas da ordem estratégica e de luta. (CASTRO, 2016). Posso pensar numa estratégia de luta pela própria existência, um confronto no interior da rede social do poder, pegar atalho, subverter e abrir minúsculas fendas na tomada de terreno (mesmo que de maneira sutil e silenciosa). A seguir damos continuidade nessas reflexões.



# CAP. 3

## Territórios de re-existências: Serviluz e Cais do Porto entre linhas e torções

As movimentações dos Serviluz e Titanzinho que inventa e é inventado pelos próprios moradores, desdobrada a partir de intervenções entre os coletivos que atuam no território e a Associação de Moradores do Titanzinho, apontam para experiências com intervenções audiovisuais e urbanas, mas não somente, que (re)inventam imagens entre bairro, casa e corpo. Nos alertando, cada vez mais, para a auto-organização e para o lugar do sujeito na produção da realidade e territorialidades. Cabe mencionar também as atividades desenvolvidas nestes territórios que alargam a escala de abrangência dos mesmos, possibilitando uma troca de saberes e fazeres com outros territórios.

Externalizo aqui o convite a conhecer o Cine SerVer Luz, em suas redes sociais[31]. O Cine Ser Ver Luz tem vínculo com o Laboratório Artes e Micropolíticas Urbanas (LAMUR/CNPq), na Universidade Federal do Ceará. É composto a partir das intervenções em conjunto com o Coletivo AudioVisual do Titanzinho, desde a criação da primeira Mostra AudioVisual do Titanzinho. Assim, essa construção partilhada vem se constituindo no encontro com moradores / artistas / pesquisadores / estudantes na perspectiva de intensificar as escutas e análises de como os moradores vivem, convivem e resistem às constantes ameaças das políticas de remoção nessas ZEIS.

O Cine Ser Ver Luz realiza sessões com programação temática, entre outras ações que visam aproximar a produção audiovisual cearense, nacional, internacional, bem como proporcionar um reencontro com filmes clássicos. Visa, principalmente, encontrar meios para partilhar a produção audiovisual local, entendendo-a como possibilidade de inventar outros modos de visibilizar o bairro e seus moradores, considerando a promoção da expressão artística de suas singularidades.

A partir da rede de atuação que o território compõe, também há forte presença de movimentos externos ao território que partilham dos processos de luta e resistência do mesmo. Aqui me refiro as oficinas e atividades realizadas em espaços compartilhados com os movimentos de assessorias que tendem a mediar esse intercâmbio de diálogos, como por exemplo o 2º Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste, oficinas de incidência política e, mais recentemente a Oficinas Territoriais da Rede Assessoria e Moradia.

A oficina do 2º Fórum, que aconteceu dia 10/04/2022, acontecendo na própria ZEIS Cais do Porto, contando com a presença de moradores e assessores e movimentos sociais que estavam presentes no Fórum, teve como título Resistências e ameaças na ZEIS Cais do Porto - Trocas de saberes na construção de estratégias de incidência política a partir de demandas comunitárias do Plano Popular. Teve como objetivo contribuir na leitura de conflitos existentes na ZEIS Cais do Porto e na

[31] Blog https://cineclubeserverluz.wordpress.com; no Facebook: https://pt-br.facebook.com/cineclubeserverluz/; e no Instagram: @mostratitanzinho e ainda no canal de vídeos https://www.youtube.com/channel/UCA_LiAIH6AxDTGlqAqKrdSg/videos

construção coletiva de estratégias de comunicação e incidência política contra a remoção e para a promoção da qualidade urbana dos espaços livres na comunidade. Foi buscado, então, apreender as dinâmicas locais e fazer uma contextualização da atual ameaça de remoção e seus processos de resistência. Partindo, em seguida, para uma construção e experimentação coletiva de interfaces e instrumentais de comunicação visual e gráfica, de forma a contribuir no processo de luta e resistência local, articulando-se com o Plano Popular. Tal momento contou com a participação de movimentos sociais de comunidades e territórios do Nordeste, o que foi de grande potência para a luta local.

> *Achei muito importante o momento da oficina, aprender com outras experiências (...) teve uma troca de conhecimentos com outras comunidades, e a gente conseguiu mostrar a situação do Titanzinho para outras cidades e vimos que não é só com a gente que isso (violência de direitos) acontece. Momentos e trocas como essa incentivam a não perder o foco e desistir. (Fala de Kátia e Dudé ao serem questionados sobre os desdobramentos da Oficina)*

Já as outras duas oficinas, tanto da articulação da Frente de Luta com a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), quanto a oficina da Rede Assessoria e Moradia, tiveram como objetivo potencializar a incidência política a ser realizada na comunidade do Titanzinho de forma a capitalizar o Plano Popular e ampliar a mobilização do território para com o Plano. Estas atividades foram realizadas em processo de construção e partilha com os moradores, desde sua concepção até sua realização e posterior avaliação.

No contexto de Fortaleza, demonstra-se a potência dessa articulação e atuação em rede que os movimentos de luta pela justiça habitacional e direito à cidade mobilizam. Rede na qual é atravessada por movimentos de assessoramento numa relação de trocas mútuas entre os profissionais técnicos e os assessorados, em um trabalho coletivo junto às organizações e movimentos populares. Essa rede, conta com a presença desde a universidade, com, por exemplo, o Laboratório de Estudos da Habitação – LEHAB, que faz parte do Departamento de Arquitetura e Urbanismo/UFC ao Laboratório Artes e Micropolíticas Urbanas – LAMUR está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Artes – PPGArtes, no Instituto de Cultura e Artes, na UFC, até coletivos e organizações sem fins lucrativos como é o caso da Taramela, Instituto Três Mares, Quintau, dentre outros.

Essa atuação em rede tem potencializado e florescido um atravessamento de escalas que faz com que haja uma troca de saberes entre comunidades de diversos territórios. Seja por oficinas e rodas de diálogo locais com comunidades de Fortaleza, ou com a vinda de outros Estados, trazendo suas experiências, vivências e narrativas de luta e re-existência. Como foi o caso do 2º Fórum e da Oficina da Rede Assessoria e Moradia.

Inseridos na lógica de acumulação ampliada do capital, estes, ameaçados por esse sistema moderno/capitalista, passar a trilhar caminhos alternativos de constituição de territorialidades pautada pelos desejos e anseios dos próprios moradores, que tende a confrontar o que vem sendo imposto pelas intervenções do Estado. O Plano Popular do Cais do Porto floresce nesse ensejo. Um documento que vem sendo construído, no âmbito das ideias, discussões e escrita, à muitas mãos, em prol do desejo genuíno de se pensar coletivamente a perspectiva de futuro para a comunidade. Surgindo do sentimento de coletividade e pertencimento para com o território, no qual consiste em um planejamento que os próprios moradores fazem para a comunidade, prevendo melhorias nas áreas de habitação, cultura, assistência social, saúde, educação, lazer, dentre outras demandas e necessidades da comunidade.

> *É, portanto, um plano que informa o que mais precisamos, para construção de um local digno para viver (...) é uma iniciativa da comunidade para denunciar a ausência de atuação correta do poder público. Algumas propostas podem ser também pensadas enquanto ações a serem executadas pela própria comunidade. (definição do Plano para os moradores, conforme consta no próprio)*

Essas experiências, vem desdobrando-se em uma atuação em rede, se unindo, acionando outros movimentos na cidade, os desejos e os afetos territorializados em seus cotidianos, afirmando a memória e a história de seus territórios. Gerando torções nas linhas de forças a partir de suas táticas e estratégias de re-existência territorial.

As inserções territoriais me ajudam a desvelar, em uma sintonia com os territórios em estudo, que não necessariamente esses desvios de padrões impostos constantemente precisam, através de estratégias de re-existência territorial, mobilizar um confronto direto com as lógicas dominantes. Tomo como exemplo as intervenções artísticas e poéticas que os moradores do Cais do Porto e Serviluz seguem realizando no território, como será abordado mais à frente. De forma a dar voz e espaço às suas próprias ações e iniciativas, os moradores, muitas vezes, longe do confronto direto seguem potencializando suas re-existências. Há um caminho possível, através da auto-organização e planejamento popular de médio prazo que tem se demonstrado como possibilidade potente de realizar essas curvaturas descritas. Em outras palavras, nem sempre a resistência necessita fazer alarde, barulho, ganhar relevo, tornar-se explícita, criar grandes agitações e abalos sísmicos. São então processos enraizados em ações cotidianas que conformam movimentações silenciosas e tenazes (SCOTT 2004; 2011).

Assim, a partir da conjuntura que já foi exposta nos capítulos anteriores, realizaremos um mergulho nas formas de enfrentamento e re-existência dos moradores destes dois territórios frente à lógica imposta, pautando suas práticas e estratégias de resistência. Dessa forma, a condução deste capítulo orbita na

experiência do Plano Popular do Cais do Porto enquanto localizado no lugar que situa a minha inserção de assessoria, assim como um acontecimento de apreensão e aprendizagem dos processos e questões ativas nos territórios Serviluz e Cais do Porto. Será focalizado, então, o planejamento alternativo que os moradores dos territórios têm construído a partir dos agenciamentos e rede de atuação que os atravessam as colaborações e construções coletivas inerentes a este planejamento institucional que mais colabora com as opressões e supressão de direitos do que a própria efetivação e garantia dos mesmos.

## 3.1 (sobre)vivências de luta do Serviluz e Cais do Porto: intervenções urbanas com impactos no território

Para certos grupos específicos, como os negros e as mulheres, grupos mais vulnerabilziados e periferizados, resistir não é uma possibilidade, é questão de sobre-vivência. Sobre-viver, nesse sentido, é mais que viver, é viver sobre a corda bamba, é viver sobre e no limite, viver sobre a falta, é viver sobretudo contra lógicas de opressão e dominação impostas. Nessa seção, será realizado um mergulho mais detido nos processos de luta do Serviluz e Cais do Porto, enfatizando as relações de re-existência situando o debate territorialmente dessas relações com a acumulação negativa (SILVA, 2019). Inicio então, registrando uma outra fala de um morador mobilizada na oficina construída coletivamente com a Taramela e os moradores para engajamento e disseminação do Plano Popular: "o que afeta, nos une". Este é o ensejo que movimenta os moradores destes territórios a continuarem re-existindo.

A diversidade de estratégias acionadas pela Comissão Titan também contribuiu para o seu sucesso e fortalecimento: ações mais autônomas e localizadas eram priorizadas – usando inclusive o cinema assim como muitas outras atividades socioculturais com apelo local e comunitário –, ao mesmo tempo que a construção de uma agenda de reuniões junto ao Poder Público que acontecia em paralelo.

A organização comunitária via Comissão Titan conseguiu consolidar uma agenda e articulação dos moradores de forma a se fortalecerem internamente e se politizaram quanto às questões que impactam no seu território e lugar de moradia. Esse fortalecimento, reverberou sob pressão junto à gestão, tendo em vista o projeto do Aldeia da Praia que foi paralizado, intervenções pontuais e especulação de uma Operação Urbana que também tiveram o mesmo desfecho. Assim, os moradores têm conseguido sentar com o ente público de forma a debater e contrapor as intervenções com propostas construídas pelos próprios moradores.

Para além do aprofundamento dos processos de acumulação e seus desdobramentos na dimensão das injustiças habitacionais, trago alguns

desdobramentos de reflexões feitas a partir dos projetos e planos que incidiram direta ou indiretamente no território do Serviluz e Cais do Porto. Realiza-se uma sistematização de intervenções que apresentaram/apresentam impactos sob os territórios estudados, destrinchando suas relações com os processos acumulação negativa. Da sistematização feita com a tabela 01 a seguir, realiza-se a descrição de determinadas ações listadas, sendo pontuado também as movimentações e em conjunto com as assessorias e movimentos sociais para articulações de resistência.

**Tabela 01:** Sistematização das intervenções para a área do Titanzinho, Serviluz e seu entorno.

| ***Nome*** | ***Ano*** | ***Categoria***[32] | ***Status*** | ***Localização***[33] |
|---|---|---|---|---|
| OUC Riacho Maceió | 2000 | Projeto | Efetivada | Incidência indireta |
| Projeto Fortaleza Atlântica | 2000 | Programa/ Plano | Não efetivado | Incidência direta |
| OUC Dunas do Cocó | 2004 | Projeto | Não efetivado | Incidência indireta |
| Projeto Orla | 2006/2018 (revisão) | Programa/ Plano | Não efetivado | Incidência direta |
| Prodetur Fortaleza | 2009 | Programa/ Plano | Não efetivado | Incidência direta |
| Zonas Especiais de Interesse Social | 2009 | Programa/ Plano | Não efetivado | Incidência direta |
| Estaleiro PROMAR | 2009 | Projeto | Não efetivado | Incidência direta |
| VLT Parangaba Mucuripe; Linha leste do metrô | 2010/2018 | Projeto | Efetivado | Incidência indireta |
| OUC Lagoa do Papicu | 2011 | Projeto | Efetivado | Incidência indireta |
| Aldeia da Praia | 2011 | Projeto | Não efetivado | Incidência direta |
| Construção do terminal de passageiros do Mucuripe | 2012 | Projeto | Efetivado | Incidência direta |
| Fortaleza 2040 | 2014 | Programa/Plano/Projeto | Em andamento | Incidência direta |
| Conjunto Habitacional Alto da Paz 1 | 2014 | Projeto | Efetivado | Incidência direta |
| Programa Fortaleza Cidade com Futuro | 2015 | Programa/ Plano | Em andamento | Incidência indireta |

[32] Realizou-se uma categorização no que diz respeito ao teor da intervenção. Nesse sentido, são consideradas as seguintes categorias: Programa/Plano e Projeto. A primeira trata-se de um conjunto de projetos e ações de abrangência intersetorial. Já os projetos são intervenções urbanísticas vinculadas a um programa, ou não, mas com um desdobramento mais concreto no desenho urbano.

[33] Refere-se a incendia da ação. Seja ela inserida diretamente no território ou em seu entorno imediato.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| PARQFOR | 2015 | Programa/ Plano | Não efetivado | Incidência indireta |
| Planos Específicos Prioritários – Praia do Futuro | 2016 | Projeto | Em andamento | Incidência direta |
| Programa Fortaleza Competitiva | 2017 | Programa/ Plano/ Projeto | Em andamento | Incidência direta |
| OUC Praia do Futuro/Mucuripe | 2017 | Projeto | Em andamento | Incidência direta |
| Novíssimo Farol do Mucuripe | 2017 | Projeto | Efetivado | Incidência indireta |
| Revitalização Morro Santa Terezinha | 2018 | Projeto | Efetivado | Incidência indireta |
| Projeto de Requalificação com acessibilidade dos corredores turísticos | 2019 | Projeto | Efetivado | Incidência indireta |
| Quartel do Batalhão de Choque | 2019 | Projeto | Efetivado | Incidência indireta |
| Requalificação do Farol Velho | 2021 | Projeto | Não efetivado | Incidência direta |

Fonte: Elaborado pelo autor com base em LEHAB, 2020[34].

O Projeto Fortaleza Atlântica poderia ser considerado mais um programa de ações que um projeto em si, pois contemplava parte da orla da cidade, dividida em 3 *clusters*. O Projeto Fortaleza Atlântica reforça a lógica de exploração desses espaços, com a divisão do litoral de Fortaleza em três zonas de intervenção, denominadas de *clusters*: *cluster* 1 - do porto do Mucuripe até a Praia do Futuro; *cluster* 2 - da avenida Beira-Mar até a Praia da Leste Oeste; *cluster* 3 - do Pirambu até o Rio Ceará.

No cluster que compreendia o Serviluz/Titanzinho, previa-se as seguintes ações: recepção de transatlânticos no Porto para absorver os fluxos turísticos; a urbanização da Praia Mansa, incorporando a construção de um aquário, um museu, um centro de reabilitação da vida marinha e um centro de serviços e negócios; e o reordenamento da área que contempla a comunidade do Serviluz. Atualmente tal projeto encontra-se engavetado, por inexistência de investidores interessados

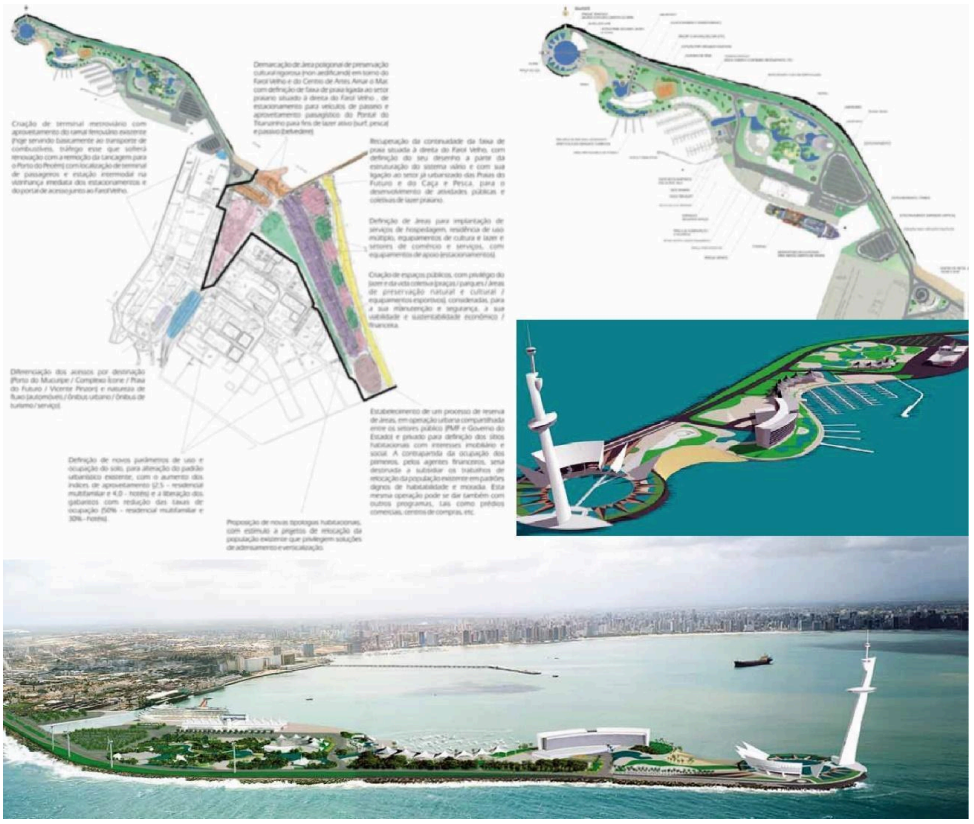
As iniciativas do Projeto Fortaleza Atlântica tiveram duração bastante efêmera, não tendo sido encampadas pelos governos estaduais posteriores nem

[34] Dados extraídos a partir da publicação: PINHEIRO, Valéria; PEQUENO, Renato. Planejamento Popular como estratégia de resistência e existência frente à ameaça de remoção do Serviluz/Titanzinho em Fortaleza. in: MOREIRA, Fernanda Accioly; ROLNIK, Raquel; SANTORO, Paula Freire. Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares [livro eletrônico]: observatório de remoções: relatório bianual 2019-2020. São Paulo: Raquel Rolnik, 2020. p. 389.

apoiadas pela gestão municipal da época. Entretanto, apesar da curta duração, o projeto chegou a promover o Concurso para o Símbolo Ícone de Fortaleza, que tinha por objetivo construção de um ícone urbano à altura dos já existentes em outras metrópoles que sintetizassem a vocação turística da cidade (PAIVA, 2011).

> *O discurso oficial fala de um turismo diversificado, visando garantir um desenvolvimento integrado e sustentável da zona costeira cearense. A propaganda, no entanto, não consegue esconder a fragilidade em que se encontram os atores locais diante do avanço desenfreado do turismo de proporções globais, pois, ao invés de promover o crescimento econômico das localidades, resulta em degradação ambiental, favelização, desemprego, decadência da pesca artesanal e o desaparecimento das manifestações populares (NOGUEIRA, 2006, p. 55).*

**Figura 03.01**: Imagens ilustrativas do projeto vencedor do Concurso Símbolo Ícone de Fortaleza de autoria dos arquitetos José Nasser Hissa, Francisco Nasser Hissa, dentre outros.



Fonte: Nasser Hissa Arquitetos Associados.

Evidencia-se, nessa conjuntura, a importância e papel de destaque que o território em questão apresenta. Frente sua continuidade entre a faixa da orla já apropriada e consolidada com/pelo setor imobiliário e turístico e, por outro lado, a associação ao setor portuário.

Dando continuidade, tem-se o Projeto Orla. Ação do Ministério da Economia, no âmbito da sua Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União buscando o ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União, aproximando a política ambiental e patrimonial. Para o trecho em questão, percebe-se, nas suas definições, o reconhecimento dos territórios populares vulnerabilizados alinhado à direita necessidade de remoção, com posteriores ações de ordenação para evitar a repetição deste processo. Há a omissão dos riscos pela proximidade com as áreas de tancagem, pelos vazamentos, a contaminação do solo e do ar, o fluxo de caminhões pesados, tendo já ocorridos acidentes provenientes desses fatores. Em outras palavras, segundo o exposto, trabalha-se com o território desconsiderando os povos ali originários a fim de impor uma visão de ordenamento urbano sem que sejam apontadas medidas mitigatórias dos principais riscos e questões ambientais da área.

Em dezembro de 2017, houve a assinatura de um Termo de Adesão do Município de Fortaleza junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) para a transferência da gestão das praias marítimas urbanas, que passaram a ser de responsabilidade municipal. Com isto, a orla de Fortaleza passou a ser gerida por um Conselho Municipal coordenado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma) e composto por membros de outros órgãos governamentais apenas. Logo em seguida, no primeiro semestre de 2018, a Prefeitura realizou uma revisão do Projeto Orla e lançou uma nova minuta no dia 5 de junho. O projeto encontra-se, atualmente em andamento, porém sem representar, até o momento, ameaças de remoção para as comunidades, sendo desenvolvido atividades de educação e conscientização ambiental.

O Estaleiro Promar sinalizava a construção de um equipamento de grande porte, no Titanzinho, por parte do Governo do Estado. A proposta foi recebida com bastante críticas de diversos segmentos e de parte da população local, apesar de o Estado alegar haver ali as melhores condições, já que não haveria necessidade de desapropriar nenhum imóvel por conta da área de instalação da estrutura não se sobrepor às moradias e, sobretudo, por gerar oportunidade de emprego para a população local. Alinhado ao projeto do Estaleiro, iniciaram movimentações no sentido de formulação de um projeto chamado Aldeia da Praia, com similaridades com o projeto ora em execução no Pirambu, chamado de Vila do Mar, sendo decorrência do Projeto Orla e uma contrapartida para a proposta de intervenção do Estaleiro. Com tantas resistências, aproximadamente um ano de assembleias/reuniões e negociações, o Governo do Estado desistiu da instalação do Estaleiro.

**Figura 03.02:** Ilustração mostrando a projeção do Estaleiro na Praia do Titanzinho.

Fonte UOL Notícias[35].

Novíssimo Farol do Mucuripe (2017) - Por meio de uma Parceria Público Privada (PPP) entre a Marinha do Brasil e o Grupo Empresarial J. Macedo, obtém-se o aumento da altura do Farol, o que proporciona diretamente maior permissibilidade na altura das edificações no seu entorno. O faixo de luz do novo farol permitiu que a altura dos prédios em seu entorno pudesse aumentar em 30%, segundo matéria do Jornal O Povo em setembro de 2017 (POVO, 2017).

Fortaleza 2040 e Planos Específicos Prioritários da Praia do Futuro – planejamento estratégico lançado em 2014 estabelecendo ações a curto, médio e longo prazo para a cidade. Seguindo a lógica do planejamento empresarial, objetiva-se modificar a imagem dos territórios no qual indica intervenções, como no Serviluz e Titanzinho, impondo grandes parques urbanos e blocos de edificações modulares, implantadas de uma forma que não estabelece, a priori, nenhuma relação com as particularidades locais. Desconsiderando, assim, as pré-existências territoriais ali inseridas e consolidadas, substituindo-os por torres e áreas verdes, alinhado aos projetos de modernização e imposição de uma lógica urbana alheia com o intuito de vender a imagem da cidade para novos investimentos.

O cerne do F2040 pauta-se em um apanhado de uma série de planos já realizados para a cidade e definindo ações e metas de curto, médio e longo prazo para uma visão de futuro do que seria uma cidade melhor em 2040. Porém, ao debruçar-se sobre seu conteúdo, nota-se que o plano apresenta inúmeras contradições. Além de, tendo em vista todo o investimento movimentado para efetivação do mesmo, este não possui um nível de aprofundamento necessário

[35]Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2010/01/31/para-construir-estaleiro-sera-preciso-mudar-lei.htm?cmpid=copiaecola (acessado em 12/08/2022).

para caracterizar-se enquanto plano apto a ser concretizado de pronto. A partir do momento que se desloca para um plano propositivo, para além de um plano estratégico de Governo com diretrizes, metas e ações, pondera-se que o teor propositivo é bastante raso e descuidado. Não iremos nos delongar na análise do mesmo, pois na seção anterior já realizamos uma análise sobre este Plano.

Além disso, são mapeadas, no F2040, possíveis novas Operações Urbanas e Planos Específicos, já com respectivos custos, porém, sem nenhum estudo de viabilidade dos mesmos. O plano específico Praia do Futuro diz respeito a uma poligonal de intervenção que estuda uma possível operação urbana para a área visando a implementação de um projeto urbano a partir das diretrizes gerais do planejamento estratégico em questão.

**Figura 03.03**: Espacialização da proposta específica do F2040 para Serviluz e Cais do Porto.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no F2040.

Importa mencionar a consonância do plano com as tentativas de remoção da comunidade do Titanzinho, visto que, em seu desenho e escopo, o local onde está inserida as moradias entorno do Farol é representado com uma grande praça. Por outro lado, contraditoriamente, na zona institucional proposta está sendo concluído o conjunto habitacional Alto da Paz, que irá atender famílias impactadas pelo VLT, destacando a falta de diálogo entre os órgãos da Prefeitura, assim como as ações desenvolvidas por cada Secretaria.

Destaca-se para o fato de que a Gestão Municipal fez grande investimento em um plano estratégico, um valor estipulado de R$10 milhões, e de longo prazo, ignorando e indo em confronto ao que tem legitimado pelo próprio Plano Diretor vigente, bem como os instrumentos do Estatuto da Cidade que dele tomaram parte, como foi o caso das ZEIS.

Frente a essas ameaças, a comunidade articula-se a partir de reuniões e organização comunitária para resistir ao projeto moderno-capitalista de desenvolvimento urbano pensado para a área. Nesse sentido, são realizadas reuniões com grupos de assessoria, dando destaque para participantes da Frente de Luta Por Moradia Digna, assim como do LEHAB, que, em conjunto com outros movimentos de assessoria, seja profissional ou vinculados à universidade, vem fortalecendo as redes de apoio e re-existência ao território.

Tendo uma forte presença de movimentos artísticos, as principais estratégias articuladas pelos moradores foram exatamente utilizar-se de variadas formas de comunicação e aspectos gráficos para, por um lado, informar a comunidade e, por outro, convidá-la para juntar-se aos movimentos de resistência. Dentre tais momentos destaca-se para assembleia realizada na comunidade, na qual foi questionada tal projeto de remoção do Titanzinho frente ao que estava desenhado pelo F2040.

Em meio a uma cidade que nega, marginaliza e segrega determinados corpos marcados pela alteridade e relação de negação ao padrão hegemônico, apontar a construção dos lugares de fortalecimento, sociabilidade, autonomia e consolidação da afirmação identitária é essencial. É o protagonismo da luta e diferentes vivências que quero priorizar, conhecendo e mapeando as experiências e seus processos.

Esse processo de negação da existência do outro é visualizado nas variadas atuações do Estado nos territórios estudados. Seja divulgando um planejamento estratégico com narrativas de melhorar a cidade num período de tempo até 2040 (mas melhorar para quem?), apagando em suas representações projetuais as casas dos moradores do Cais do Porto e Serviluz. Ou até por projetos pontuais de intervenção, como o caso do Aldeia da Praia e Requalificação do Farol, utilizando de uma estratégia de comunicação massiva com maquetes digitais que desconsidera as existências já inseridas nesses territórios.

**Figura 03.04:** Sobreposição da proposta do F2040 com imagem de atual do território indicando a remoção de casas para implantação de praça e abertura viária.

Fonte: Elaborado pelo autor

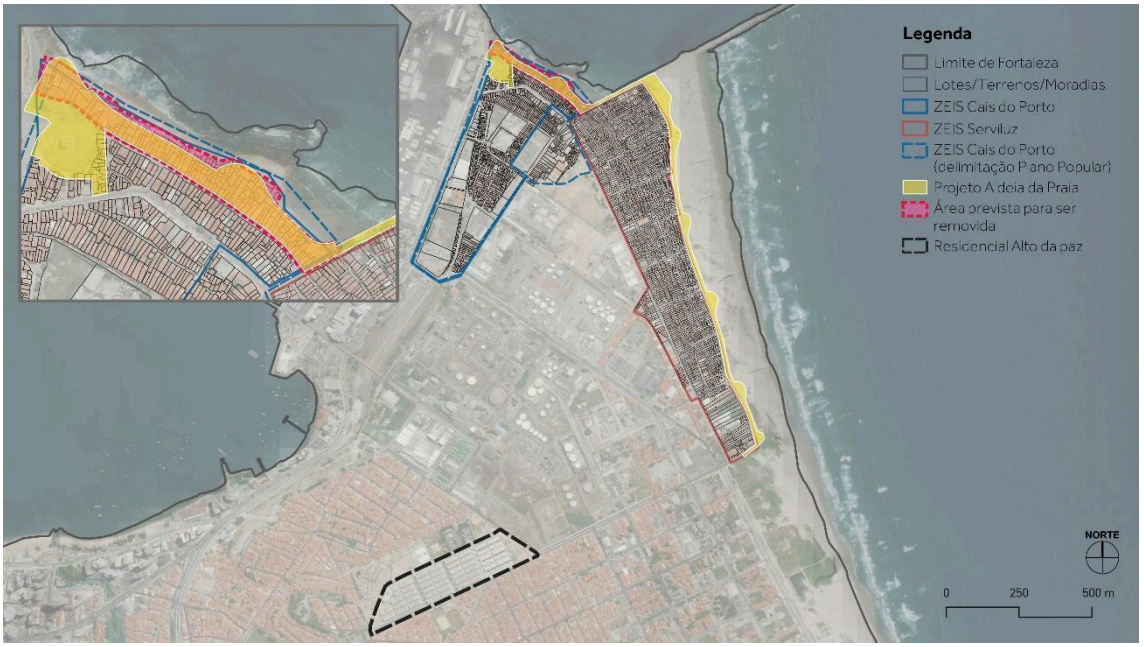
Essas ações não são aceitas de forma passiva, esta população tem construído espaços de articulações e agenciamentos com uma rede de agentes que tensionam esse padrão dominante imposto. Uma rede que apresenta como espaço político, de resistência e formação a própria associação de moradores. Ao ser questionado sobre o que seria resistir para um morador do Serviluz, o mesmo responde: "resistir pra gente é ir de *contra* com a guerra que o sistema tem com a pobreza, né? ". Isso é resistir, através da arte, das ocupações". Em território vizinho, o Cais do Porto, uma moradora aponta para a potência da "liberdade de viver" enquanto desdobramento do processo de construção de espelhos coletivos e de articulação de redes de apoio no território. A moradora segue "é por isso que o Titanzinho não se vende. Porque nele existem histórias vividas, não irá se vender nunca".

A intencionalidade do planejamento urbano, da cidade de Fortaleza, sobretudo para a área do Litoral do Mucuripe e Serviluz, fica cada vez mais clara e expostas a partir do momento em que as administrações estadual e municipal apresentam seus projetos e ações para a área, tendo em mente a recorrente

proposta e tentativa de transferência das atividades de tancagem e refinaria do Porto do Mucuripe para o Porto do Pecém[36].

O projeto Aldeia da Praia, inicialmente apresentado em 2011 pela então prefeita Luizianne Lins (PT), representou uma contraproposta ao Projeto Estaleiro. O projeto atingiria 1.990 famílias. Era prevista a remoção de 403 famílias na área em frente à Praia do Titanzinho para a construção de uma praça chamada Jardins da Praia. A obra chegou a ser iniciada em 2012, mas foi suspensa pouco tempo depois por questões contratuais. Durante esse período em que o projeto se encontrava engavetado, havendo mudança de gestão para Roberto Cláudio (PDT), o Aldeia da Praia passa por uma reformulação pensada em conjunto pela Prefeitura de Fortaleza, a Caixa Econômica e Federal e o então Ministério das Cidades, atual Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR). Nessa reformulação, frente a constantes processos de resistência e mobilizações articuladas pelos movimentos sociais houve uma redução de 46% do número de remoções, correspondendo a um total de 219 o número de remoções consideradas necessárias.

**Figura 03.05:** Localização da intervenção do Projeto Aldeia da Praia e localização do Conjunto Habitacional Residencial Alto da Paz.




Fonte: Elaborado pelo autor.

É apresentado como proposta às remoções o conjunto habitacional Alto da Paz. O Residencial Alto da Paz é constituído de 1.111 apartamentos que possuem dois e três quartos, além de sala, cozinha e banheiro, distribuídos em unidades que

[36] O então governador, Camilo Santana (PT), já esteve presente em diversos momentos em diálogo com a Holanda para tentar estabelecer parceria com o Porto de Roterdã, visando a saída da área de tancagem do Serviluz. Indicando-se, assim, um grande potencial de terras para apropriação do mercado imobiliário.

variam de 48m² a 58m². O projeto gera diversos conflitos internos na comunidade. Dentre eles, importa destacar a questão de alguns moradores já terem aderido à proposta da Prefeitura de irem ao conjunto, sobretudo aqueles que moravam de aluguel, o que acaba por fragmentar a luta pela permanência no local.

Em conversa com uma das moradoras do Titanzinho, ao falar sobre a possibilidade de ir ao conjunto, ela afirma: "Eu não gosto. Aqui eu tenho amigos. Lá eu posso até formar amigos, mas o que seria melhor? Amigos da vida inteira ou amigos que eu ainda vou construir? Já saí do Titanzinho para morar em outros bairros e voltei. A minha raiz é aqui". O desafio para os conselheiros e lideranças da comunidade é conciliar as necessidades das pessoas que moram de aluguel e a continuidade da luta pela permanência no local. Com esse fluxo e movimentação de desterritorialização (HAESBAERT, 2006) a territorialidade e simbologias enraizadas no local vai se esvaindo e sendo engolidas pelas engrenagens de expropriação e despossessão (FERREIRA DA SILVA, 2007), onde a questão do pequeno comércio, que movimenta a economia daquela comunidade e suas redes de afeto e coletividade vão se perdendo.

> *Cara, nós vamos perder nossas casas. A gente mora em frente ao paraíso. Tu acha isso legal? (fala de Kátia, moradora do Cais do Porto, para representante da Prefeitura em reunião no território)*

Importa reforçar a localização do Residencial Alto da Paz. Distante, pelo menos 5 quilômetros da área onde as famílias que são ameaçadas de remoção moram, o terreno onde está implantado o conjunto faz parte da Zona de Interesse Ambiental (ZIA), fato justificado por antes do processo de antropização e interferência humana, o local era uma duna. As ZIAS são originalmente impróprias para ocupação do ponto de vista ambiental e têm como um dos objetivos a garantia da conservação dos sistemas ambientais que abrigam.

Mesmo a duna não tendo suas características totalmente íntegras no local, não é justificável a escolha da área como a mais propícia, sacrificando um dos últimos resquícios de duna que há em todo aquele setor, haja vista que no entorno há uma grande quantidade de outros terrenos vazios nos quais estão inclusive inseridos em ZEIS 3 (Vazios Urbanos).

> *Nessa perspectiva, a produção imobiliária e a ampliação da valorização imobiliária são vistas como sinal de progresso, que se manifesta pela modernização seletiva de partes da cidade. A exaltação do crescimento encobre seus custos, normalmente suportados pelo Estado. O distanciamento entre as dinâmicas de adensamento populacional e de adensamento construtivo das formas produzidas pelo mercado imobiliário, aqui evidenciadas, reforça a percepção de que a produção imobiliária não corresponde às condições*

> *de reprodução social da maioria da população, mas acaba por interferir em todas elas (RUFINO, 2016, p. 304).*

Nesse processo, o projeto perdura até os dias de hoje, em determinados momentos apresentando movimentações perante a Prefeitura para sua implementação e em outros segue engavetado. Mas cabe aqui reforçar para os conflitos e contradições, frente à ação do poder público, no período de elaboração do PIRF da ZEIS Serviluz. Vale aqui ponderar, também, que durante esse processo a ZEIS Cais do Porto ainda não era considerada prioritária, portanto, não foi possibilitada a oportunidade de trabalhar com os territórios de forma alinhada e com as propostas postas para dialogar.

Até o ano de 2018, quando teve início a elaboração do PIRF, nenhuma das propostas de melhorias do Aldeia da Praia haviam sido implantadas. Acredita-se que o fato de a comunidade e de entidades da sociedade civil terem se articulado em resistência e manifestado posicionamento contrário, apresentando críticas ao projeto, bem como a burocratização institucional tenha culminado na não implementação do projeto.

Porém, essa resistência está longe de ter sido algo simples. Apresentou desdobramentos até no próprio processo de elaboração do PIRF, onde casas estavam sendo numeradas e marcadas com o intuito de remoção em paralelo ao início dos trabalhos do PIRF, o que impossibilitou a continuidade do trabalho da Equipe Técnica por um tempo determinado, representando dificuldades para realizar o trabalho no qual foi contratada pela gestão[37].

Devido à falta de informação e no sentido de esclarecer do que se tratava a marcação de casas, no começo de 2019, ainda durante processo de elaboração do PIRF, bem como a proposta de remoção de algumas famílias na ZEIS Cais do Porto, vizinha à ZEIS Serviluz, foi reivindicado junto ao Iplanfor, uma reunião com todos os representantes institucionais envolvidos no Projeto Aldeia da Praia.

Na referida reunião, os representantes da Secretaria de Infraestrutura (Seinf) esclareceram que a marcação das casas ocorria devido ao Projeto Aldeia da Praia, agora incorporado ao Programa Fortaleza Cidade com Futuro. Afirmaram ainda que era da Seinf a responsabilidade e autoria da nova proposta urbana que sofreu várias alterações àquela de 2011, e que era da Habitafor a responsabilidade pela proposta habitacional, o trabalho social e a remoção das famílias na faixa de praia da ZEIS Cais do Porto.

[37] A equipe técnica foi pego de surpresa em reunião do Conselho Gestor da referida ZEIS, onde foi informado da situação que estava acontecendo. Para uma apreensão da conjuntura da elaboração dos PIRFs elaborados pela Equipe Técnica contratada pela UNIFOR (ZEIS Serviluz, ZEIS Mucuripe e ZEIS Praia do Futuro IIB) recomenda-se a leitura do artigo PLANEJANDO A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL EM FORTALEZA: os casos das Zeis Mucuripe, Praia do Futuro IIB e Serviluz (RABELO, et al, 2021).

> *No dia 28 de janeiro de 2019 ocorreu uma reunião de caráter informativo com a Equipe Técnica na UNIFOR com a presença de representantes do IPLANFOR, SEINF e HABITAFOR. Os representantes da SEINF esclareceram que a marcação das casas ocorria devido ao Projeto Aldeia da Praia, agora incorporado ao Programa Fortaleza Cidade com Futuro. Armaram ainda que era da SEINF a responsabilidade e autoria da nova proposta urbana que sofreu várias alterações àquela de 2011, e que era da Habitafor a responsabilidade pela proposta habitacional, o trabalho social e a remoção das famílias na faixa de praia da ZEIS Cais do Porto. Durante a apresentação a Equipe Técnica UNIFOR recebeu um arquivo em DWG ainda em fase de anteprojeto de uma intervenção urbanística que pretende remover a faixa de casas, precisamente aquelas que estão mais próximas ao mar na Rua Amâncio Filomeno. A proposta tem continuidade dentro da ZEIS Serviluz com o alargamento da Av. Leite Barbosa, a remoção da praça Tiago Dias e a construção de um calçadão com equipamentos de lazer. Foi informado ainda pelos representantes da SEINF que o projeto já estava finalizado, passando apenas por ajustes de detalhamento (Diagnóstico do PIRF Serviluz, p. 229).*

No mesmo documento do Diagnóstico da ZEIS Serviluz, segue em seguida apontamentos sobre as divergências encontradas nas versões apresentadas do projeto, o que demonstra uma dificuldade de acesso às informações precisas sobre a obra. Vale destacar que no regimento do Conselho Gestor, consta como, dentre suas atribuições legais, a análise e aprovação de obras que incidem no território.

> *Nessa ocasião, foi apresentado novamente o projeto Aldeia da Praia, porém com algumas alterações que divergiam do projeto apresentado na Unifor. Não foi possível identificar o que havia sido alterado, tendo em vista a conformação da reunião, entretanto percebeu-se que a Praça Tiago Dias não era mais removida para o alargamento da Av. Leite Barbosa (Diagnóstico do PIRF Serviluz, p. 231).*

A forma adotada, direta ou indiretamente, pelo Poder Público de agir com ações/intervenções pontuais e fragmentadas no território, alinhado à falta de informações claras e transparentes para a população diretamente envolvida e impactada, decorre na intensificação de fragilidades desdobrando-se em um desgaste e declínio dos processos e estratégias/movimentações de resistência.

> *"eles (a Prefeitura) falam que a retirada da gente daqui vai ser melhor pra nós (...) as pessoas que moram em casa pequena vão ganhar apartamento, mas que algumas casas não dá pra trocar por um apartamento porque a casa é pequena. E fica assim**: chegam em uma casa contam uma história prum morador, chegam em outra e contam outra***

> ***história, botando uns moradores contra os outros, o que já tá acontecendo****" (fala de Dudé, morador do Cais do Porto)*

São uma série de movimentações que se pode enxergar clara aliança entre poder público e o capital imobiliário, e que de forma alguma dialoga com os moradores nem com a legislação. Haja vista a morosidade e atraso de uma década na efetivação da ZEIS do Serviluz, que ainda não foi concluída. Todas essas ações caminham numa perspectiva que não é garantir a permanência dos moradores lá, mas sim facilitar o acesso à terra pro mercado capitalista hegemônico. Explicitando, assim a remoção como a política habitacional adotada pela gestão para aquela região

Os debates que estavam acontecendo em paralelos, tanto as oficinas elaboradas pela equipe responsável pelo PIRF, quanto às discussões sobre o Projeto Aldeia da Praia, fragmentaram a participação dos moradores em tais momentos. Pois não havia disposição dos moradores para participar de tantas reuniões/debates sobre esses processos de planejamento, ainda mais com um risco iminente de despejo. Tal situação agrava-se devido a alguns agentes se repetirem tanto no Conselho da ZEIS Serviluz quanto na Comissão Titan, sobretudo os movimentos sociais e assessorias das universidades. O que acabava, também, por gerar atritos, mediante processos de desinformação e tentativas de cooptação com vistas à remoção dos moradores para o Conjunto Habitacional Alto da Paz, gerando questionamentos sobre o fato de o Conselho do Serviluz estar intervindo em projeto de incidência no território vizinho.

> *(...) algumas pessoas queriam ir embora a gente não tava impedindo dela ir (...) outras queriam ficar (...) "vocês" (Prefeitura) estão colocando umas pessoas contra as outras. As famílias que querem ir são as que não têm casa própria, são as que moram de aluguel. Essas pessoas, elas não entendem que quem tem casa própria quer ficar. (fala de Kátia, moradora do Cais do Porto, em reunião do conselho)*

Em maio de 2019, foi realizada uma audiência pública, promovida pela Promotoria de Conflitos Fundiários/MPE, onde contou com a presença massiva e impactante dos moradores do território expondo as contradições do Projeto Aldeia da Praia e exibindo faixas e cartazes escritos "remoção no Titanzinho não é a solução" e "não queremos remoção e sim urbanização". Dentre os encaminhamentos ali tirados, a Seinf assumiu o compromisso de rever o projeto já aprovado na Caixa e construir uma alternativa, dirimindo as ameaças de remoção.

A ocasião reforçou o seu conhecimento sobre os direitos e demonstrou o interesse dos moradores em permanecer em seu território de origem. Em fala de um dos moradores presentes na assembleia demonstra-se a importância da ação e organização comunitária para resistência e conquista frente o risco de remoção:

> *"Eu gostei muito da audiência porque mostrou a nossa união, a nossa força lá, mostrou que na verdade eles não têm motivo nenhum pra tirar a gente daqui"*

Os sujeitos não só lutam para resistir contra os que exploram, dominam e estigmatizam, mas também por uma determinada forma de existência, modo de vida, modos de sentir, agir e pensar. Os modos como essas lutas são traçadas são os mais variados (im)possíveis. No desdobrar deste capítulo será apontado estas formas em cada um dos dois territórios em estudo. Desse modo, a constituição de redes de relações sociais formadas a partir dos agenciamentos, articulações com assessorias técnicas populares, e movimentos sociais de luta pelo direito à cidade e permanência também é uma forma de re-existência, ou seja, reinvenção da existência. Re-existência como afirmação da vida, em sua plenitude (im)possíveis. Que torna dizível, visível, audível, aquilo que silenciado grita (SPIVAK, 2010). Apresenta-se no investimento e insistência em uma estética da existência, pautada em uma ética da diversidade da vida.

Seja pela manutenção da forma de existência territorial do Serviluz e Titanzinho, por exemplo, com forte ligação com o mar, como forma de contemplação e lazer, ou as formas de relação com o território, extensão das casas através das ruas e becos, relações de vizinhança, dentre outras peculiaridades territoriais.

Em dezembro de 2019 a Prefeitura lançou um edital para o Novo Aldeia da Praia, tendo como empresa vencedora a Athos Construções LTDA. A nova proposta prevê a requalificação das vias internas do Serviluz, melhorando as condições de acesso por carro à comunidade e o alcance de serviços públicos, além da ampliação dos sistemas de drenagem de águas pluviais e do saneamento e abastecimento de água.

**Figura 03.65 e 03.07:** Imagens da Audiência Pública para debater sobre os casos de remoção da comunidade.

Fonte: Blog Serviluz que permanece.

Esta ambivalência de poder político-financeiro assimétrica se reverte em violações de direitos e políticas de morte, engendradas pela presença do Estado enquanto poder regulador de vida e se apresenta como elemento estrutural no capitalismo neoliberal de hoje (MBEMBE, 2018).

As redes de solidariedade e assessorias que são estabelecidas no território do Serviluz e Titanzinho representam e impulsionam uma autonomia e autogestão comunitária que alimenta seus processos de re-existência através da articulação entre os momentos de resistência em conjunto com os movimentos e as partilhas cotidianas de incidência política que são ensejadas justamente pela participação dos moradores em momentos de troca e formação política.

Dentre estes momentos de formação política, importa destacar as participações de moradores em cursos promovidos, nesse período, pelo Laboratório de Habitação da Universidade Federal do Cerará (LEHAB) – em 2018, “A produção

capitalista da cidade: conflitos, poderes e resistência" e, em 2019, "Gestão democrática, orçamento público e políticas urbanas: reflexão e ação" – que acabou por contribuir para uma melhor percepção da luta travada no território e sua conexão com as demais dinâmicas urbanas. Se fortalece, assim, a aposta da comunidade na necessidade de pensar e construir seu próprio planejamento. Nesse ensejo que floresce as movimentações do Plano Popular do Titanzinho.

Desde 2008, um grupo composto por moradores, lideranças comunitárias, estudantes e professores universitários, assessorias jurídicas e de arquitetura e urbanismo se reúne e avança passo a passo na construção do Plano Popular, como estratégia de resistência e busca por efetivação do direito à moradia, à terra urbana e à cidade. O processo teve inúmeras idas e vindas e momentos de decantação e pausa, mediante cansaço dos moradores em seguir participando das reuniões de planejamento do plano. Dentre os principais momentos, importa destacar para o papel da universidade, em momento inicial para a Universidade Federal do Ceará, em representação do Curso de Arquitetura e Urbanismo, no qual, através do LEHAB proporcionou momentos de oficinas e trocas de grande potência para construção e engajamento, tanto político quanto social, dos moradores envolvidos. A partir desses momentos, desdobrou-se também inúmeras pesquisas e trabalhos finais de graduação do curso no qual germinaram e floresceram desse processo de construção coletiva do plano popular.

Para além do campo disciplinar da arquitetura, no território do Titanzinho e Serviluz, há uma forte presença de movimentos artísticos, sobretudo produções audiovisuais. Dar-se destaque a um coletivo audiovisual atuante na comunidade há uns anos, com o apoio da professora Deisimer, chamado Laboratório Artes e Micropolíticas Urbanas (LAMUR/UFC), que incentiva a produção audiovisual e movimenta essa linguagem em diversos momentos. Articula-se assim com os próprios coletivos existentes no território, podendo ser citados como exemplo o Coletivo Audiovisual do Titanzinho e Servilost[38].

O Coletivo Audiovisual do Titanzinho vem atuando em aliança com a Associação de Moradores na organização das Mostras Audiovisuais e do cineclube Cine Ser Ver Luz, na perspectiva de encontrar meios para a produção audiovisual local, entendendo-a como possibilidade de inventar outros modos de visibilizar o bairro e seus moradores, considerando a promoção da expressão artística de suas

[38] Possível conhecer mais o trabalho desenvolvido a partir das redes sociais dos respectivos movimentos:https://www.youtube.com/channel/UCA_LiAIH6AxDTGlqAqKrdSg;
https://www.facebook.com/cineclubeserverluz/
https://cineclubeserverluz.wordpress.com;
https://titanzinhodasinvencoes.tumblr.com;
https://www.instagram.com/mostratitanzinho;
https://www.facebook.com/servilost/;
https://www.instagram.com/servilost.

singularidades e os modos de intervir e resistir presentes no cotidiano da comunidade.

Já o Servilost é formado por jovens artistas moradores da comunidade do Serviluz. Começou como um grupo de grafiteiros com o intuito de propor a arte do *graffiti* para afirmar a potência do bairro em que moram. Jovens de outras áreas, como *breakdance*, surfe, educação ambiental, fotografia, audiovisual e produção cultural, foram compor o que, hoje, configura-se como coletivo. A proposta do nome do coletivo emerge da busca por outros sentidos para nomear as existências dos moradores da comunidade, o que tece um horizonte de jovens que estariam "perdidos" em busca de algo. A ação de busca, para eles, é justamente o ensejo que os mobiliza a intervir na comunidade do Serviluz, em especial, nos aspectos sociais, ambientais, culturais e artísticos.

Apreende-se, portanto, que as estratégias e táticas (CERTAU, 2014) territoriais de resistência, mas não somente, pois são sobretudo formas de existência, acionadas pelo território e seus moradores são as mais diversas possíveis. Desde um compromisso mais pautado na institucionalidade, tensionando as amarras dos lugares convidados (MIRAFTAB, 2016) como assembleias, reuniões com membros da Prefeitura e assessorias, até a potência da criação e *performance* através de interven(ação) artística. Desdobrando ações de/para mobilização comunitária usando expressões como o cinema[39], mas tantas outras atividades socioculturais, como convite e partilha de uma construção identitária de territorialidade do mesmo modo que um apelo local e comunitário para o processo de luta e engajamento político.

> *"Práticas de cidadania insurgente não eximem o Estado de suas responsabilidades; em vez disso, elas responsabilizam o Estado por meios que vão além dos canais de participação cidadã sancionados pelo Estado. A prática da cidadania insurgente não se limita a espaços de cidadania convidados, como o Senado, os conselhos municipais, as audiências públicas, os conselhos de revisão dos cidadãos e organizações não governamentais (ONGs). Tais práticas de cidadania também ocorrem em espaços inventados e autonomamente determinados em que os cidadãos participam por ação direta, geralmente com práticas de*

[39] Destaca-se para o projeto Cine Ser Ver Luz, no qual apresenta suas sessões com temáticas que permeiam questões do direito à cidade.

> *oposição que respondem a contextos e questões específicas."*[40] *(MIRAFTAB, 2012, p.12)*

Pode-se considerar assim, estratégias e táticas de re-existência, nas quais vão de encontros as engrenagens do maquinário de despossessão do modelo capitalista-colonial de progresso pautado pelas políticas neoliberais que tendem a capturar os territórios, "expulsando e colonizando espaços e formas de viver" (ROLNIK, 2015, p. 373).

> *Em meio ao progresso voraz, o Serviluz tornou-se também um lugar de resistência popular. Em boa medida, o passar do tempo não apagou antigas formas de relação com o mundo natural. Alguns modos de organização social e laços de solidariedade e afeição têm atravessado gerações (Nogueira, 2015, p. 146)*

Os processos de re-existência e sua mobilização de táticas e estratégias se manifestam a partir de três linhas de ação, sendo elas: maior incidência das estratégias de proposição/articulação entre sujeitos, o que principalmente são formas organizativas em movimentos sociais e redes de assessoria; construções a partir do cotidiano, por meio de manifestações culturais, principalmente de afirmação da identidade e ações do cotidiano; e ações de mobilização/confronto.

Nas resistências cotidianas, estas que podem ocorrer tanto de forma espontânea, a partir de suas construções sociais, mas também de forma não-espontânea. Sendo exemplos a apropriação de partes do território através de apropriações por parte de manifestações artísticas de grafite ou mobiliário urbano, como foi realizado no entorno do Farol, no Cais do Porto.

Dentre essas práticas, destaca-se para as intervenções audiovisuais Luzes do Farol e Farol OcupAções. Luzes do Farol é uma intervenção urbana, no âmbito das artes e audiovisual, que propõe espalhar gestos luminosos, tornando visíveis singularidades de viver e conviver em espaços pouco conhecidos e, muitas vezes, esquecidos, em Fortaleza. Colocando em relevo e fazendo emergir questões geopolíticas, socioeconômicas e culturais, afirmando a participação comunitária e universitária e a produção audiovisual como política ativa que fortalece e inventa outros modos de vida, onde o sentido ético-estético encontra um lugar preponderante. Foi criada a partir das aproximações e diálogo existente entre as pesquisas desenvolvidas pelo LAMUR e o Coletivo AudioVisual do Titanzinho.

---

[40] "Insurgent citizenship practices do not excuse the state from its responsibilities; rather, they hold the state accountable through means beyond the state-sanctioned channels of citizen participation. The practice of insurgent citizenship is not confined to invited spaces of citizenship such as the Senate, the municipal councils, the planning commission's community hearings, citizen review boards, and nongovernmental organizations (NGOs). Such citizenship practices occur as well in self-determined invented spaces where citizens participate through direct action, often with oppositional practices that respond to specific contexts and issues"

Já o Farol OcupAções, parte de um processo de criação e expressão artística e visual a partir do videomapping[41]. São lançadas imagens e áudios que nos provocam a pensar as políticas de remoção e os modos de inventar e ocupar o espaço urbano. Trazem à tona práticas a partir da produção audiovisual como política ativa que fortalece e inventa outros modos de vida, onde o sentido ético-estético encontra um lugar preponderante.

**Figura 03.08:** Videomapping da intervenção audiovisual Farol OcupAções.

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de registros disponíveis no blog cineclubeserverluz[42].

Sobre essas intervenções, e a relação com o Farol, Bruno Ribeiro (Spote), artista visual e morador do Serviluz, fala que:

> *O Farol guiou muitos povos ancestrais antes da gente, e a gente continua aqui, né, existindo como ele, e isso vai crescendo mais e mais. O Farol nunca deixou de ser guia da gente (trecho extraído da entrevista com Spote ao LAMUR, Gorczevski et al, 2020)*

[41] Recomenda-se o vídeo com o registro da intervenção: https://www.youtube.com/watch?v=9vPYqh2UBHY

[42] https://cineclubeserverluz.wordpress.com/

Ao longo das inserções territoriais e momentos de partilha no território, foi possível apreender que essas estratégias, além de estarem fortemente ligadas ao fortalecimento da identidade territorial, estabelecem relações, também, com a manutenção de suas narrativas e ações de visibilidade cultural. Nessa necessidade de fortalecimento dos significados de pertencimento e reconhecimento das identidades, essas ações as tornam estratégias ligadas às suas existências.

Por outro lado, as táticas de mobilização/confronto têm se expressado pelas manifestações e os protestos; ocupações e interdições; e combate e enfrentamento direto. Podendo ser representado como uma vertente de uma posicionalidade mais ativa da re-existência. Como no caso de protestos e manifestações mobilizadas pelo Serviluz e Cais do Porto em espaços administrativos e institucionais cobrando posicionamento contrário às ameaças de remoção, citando como exemplo a movimentação que deu origem a Audiência Pública para debater sobre os casos de remoção da comunidade.

Já no que diz respeito às estratégias propositivas e de articulação, destaca-se para as oficinas de formação e incidência política; encontros e eventos em articulação com movimentos sociais e outros parceiros; e reuniões e constituição de espaços de discussão e debate, como as reuniões da Comissão Titan que acontecem semanalmente.

Assim, vislumbra-se um horizonte de agenciamentos e redes de assessorias que atrelados aos demais territórios que são impactados por risco e ameaças à permanência é possível florescer potenciais parceiros que acabam por fortalecer a luta local. Ações de formação, participação em eventos na universidade, participação dos moradores nas plenárias do Campo Popular do Plano Diretor e Frente de Luta por Moradia Digna apresentam um importante papel ao longo desse processo.

De forma a abrir-se para as próximas seções desta pesquisa, trago a potência de re-existência transfigurada em uma frase costurada em um momento de oficina[43] articulada pela Rede Moradia e Assessoria que aconteceu no Titanzinho: “eles combinaram de nos separar, mas nós decidimos nos unir”. A frase estabelece um diálogo com os ensinamentos da escritora Conceição Evaristo[44]. Esse acordo coletivo é o que dá força às formas de re-existência territoriais em uma busca de sentido coletivo e plural.

[43] Oficina aconteceu em novembro de 2022, contando com a participação de moradores do Serviluz e Cais do Porto, assessores da Taramela e Peabiru, integrantes do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), assim como demais pesquisadores que estão inseridos nas lutas do território. Foi dividido em três dias, onde dentre a programação, contou com momentos de formação política sobre o debate do planejamento alternativo e insurgente até articulação de atividades e atravessamentos que visassem colaborar no processo de elaboração o Plano Popular do Titanzinho.

[44] “Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer” (EVARISTO, 2015)

## 3.2 O processo de planejamento popular e as implicações no planejamento institucional

O Plano Popular da ZEIS Cais do Porto é um exemplo de planejamento insurgente e emancipatório, em que os moradores são os protagonistas na identificação de suas necessidades e na proposição de transformações da realidade de precariedade socioambiental que historicamente caracteriza a comunidade. O Plano é conduzido dentro da comunidade pela Comissão Titan. A proposta surgiu do desejo dos moradores de construírem um plano popular que mobilizasse a comunidade e expressasse as reais necessidades dos moradores para a área e não os interesses do mercado imobiliário que tanto pressiona e ameaça a comunidade de remoção.

A elaboração do Plano tem funcionado como forma de mobilização comunitária com o objetivo de fortalecer a união da comunidade diante das diversas tentativas de remoção sofridas pelos moradores. A partir dessa construção coletiva e de seus desdobramentos, é possibilitada a promoção do autoconhecimento e apropriação comunitária com base em uma narrativa inerente ao território e seus moradores condizente com suas realidades e particularidades e não um discurso imposto por agentes externos.

Essa vontade e desejo de construção coletiva de um planejamento comunitário apresenta raízes desde os embates anteriores para luta e permanência do território, como a participação para delimitação das ZEIS no PDPFor de 2009, e o vitorioso e amplo movimento de luta e resistência contra a implantação do Projeto Estaleiro, Aldeia da Praia e, mais recentemente a ameaça através do projeto do Governo do Estado para requalificação do Farol. É desde cenário de descaso das sucessivas gestões municipais que a comunidade reivindica a escuta de sua voz.

O Plano vem sendo construído de forma participativa e autogestionada. Contou com apoio de assessorias técnicas de diversos campos em um processo de troca de saberes e tecnologias diferentes, populares e técnicos, mas sobretudo um processo dinâmico de aprendizado e construção coletiva. Além disso, apresenta a seguinte divisão em temáticas: habitação; meio ambiente e infraestrutura; espaços livres e equipamentos públicos; condições socioeconômicas e economia ecosolidária; desenvolvimento cultural; e desenvolvimento comunitário

habitação

espaços livres e equipamentos públicos

meio ambiente e infraestrutura

desenvolvimento cultural

desenvolvimento comunitário

## TEMÁTICAS

condições socioeconômicas e economia ecosolidária

assembleias populares e reuniões na comunidade

diálogos e trocas com outras experiências de planejamento popular e outras ZEIS

levantamento de informações oficiais existentes sobre a comunidade

realização de entrevistas e aplicação de questionários realizados pelos moradores

mapeamentos colaborativos

cinemas e rodas de conversa

## ATIVIDADES

colaborações de trabalhos de graduação e pós-graduação

apresentações e realização de oficinas em espaços abertos da comunidade

**Figura 03.95**: Temáticas e atividades desenvolvidas no Plano Popular do Cais do Porto.
**Fonte:** Elaborado pelo autor.

A equipe que compõe a elaboração do plano, para além dos moradores, é composta por profissionais/assessores multidisciplinares e de diferentes campos de atuação englobando universidades, entidades de assessoria técnica e movimentos populares. Ao longo do intenso processo de elaboração do plano, a rede de assessorias e profissionais autônomos, assim como a universidade, possibilitaram diversos momentos de troca de saberes com uma vasta quantidade de interlocutores, incluindo atividades de formação e diálogos que transpassassem a escala local e os limites do território, como a oficina de planejamento popular que trouxe uma moradora da Vila Autódromo (RJ) para compartilhar a experiência da sua comunidade com o Titan e comunidade do lado Serviluz. O momento foi pensado de forma a refletirmos sobre a conjuntura de um planejamento em situações de conflito e perspectivar horizontes possíveis.

> *É a nossa esperança. [...] Estamos preocupados em estabelecer a ligação existente entre o planejamento geral do conjunto da cidade com aquele que corresponde ao nível de experiência concreta de vivência do cidadão comum, que é o seu bairro de moradia e, às vezes, apenas a sua rua. O modo de fazê-lo é partindo da realidade local plenamente vivenciada pelo cidadão comum, sem maiores informações especializadas, e tentarmos desenvolver com ele uma análise crescente e ampliada dessa realidade, até chegarmos à compreensão das questões maiores da cidade e das condicionantes para sua solução. (CAMPOS FILHO, 2001, p.108)*

Como o autor aponta, momentos de intercâmbio e diálogos como o possibilitado através da experiência com a Vila Autódromo, é importante para o fortalecimento da luta do Titanzinho e Serviluz tendo como horizonte possível a árdua luta, conhecida internacionalmente. Mesmo decorrendo na remoção da Vila, o processo de resistência traz muitos aprendizados para a defesa do direito à cidade, o que pode ser colocado em perspectiva para instigar imaginários, alternativas e táticas para o contexto local.

O plano popular vem sendo construído nas frestas da institucionalidade. Deslocando e tensionando justamente as instâncias apontadas por Miraftab. É possibilitado também um intenso movimento entre as dimensões política, social/prática e epistêmica. Penso que o processo de construção do mesmo tem, de forma geral, por objetivo fornecer subsídios para um futuro processo de regularização fundiária da ZEIS Cais do Porto, mas que não pode ser limitado a isto.

**Figura 03.10**: Material gráfico informativo sobre o Plano Popular.

Fonte: Acervo do autor.

No que tensiona a dimensão prática, através de momentos de fala e diálogos com moradores, organizou-se reuniões, oficinas, entrevistas, conferência de medições e informações cartográficas e, sobretudo, foi possibilitado rasurar determinados receios e estigmas, para abraçar a causa da ZEIS e das comunidades atuantes em rede, numa relação respeitosa, de sujeito para sujeito, politicamente falando.

Sendo de fundamental importância o comprometimento e engajamento dos moradores envolvidos na Comissão Titan que seguiram (e continuam) incidindo fortemente no território, tanto do ponto de vista político, quanto prático e social. A dimensão política, portanto, segue sendo desdobrada constantemente pelas redes de solidariedade e assessoramento que as lutas da comunidade mobilizam desde seu princípio. A partir da inconformidade de não estarem passando pelo processo oficial de regulamentação da ZEIS previsto no Plano Diretor e do desejo de permanência no local, um grupo de moradores passou a se reunir com o objetivo de formular o referido Plano Popular.

A Comissão Titan foi composta, assim a partir de uma troca de saberes-fazeres e saberes-técnicos, constituindo uma rede de grupo de moradores em conjunto com professores e pesquisadores de diversos campos do conhecimento (Direito, Arquitetura e Urbanismo, Geografia e Economia) buscando

desenvolver atividades que unissem conhecimento técnico e um diálogo com a população. "(...) A ecologia de saberes procura dar consistência epistemológica ao pensamento pluralista e propositivo." (SANTOS, 2007, p. 87).

Importa dar destaque à continuidade das atividades de construção do plano, em menor grau, mesmo diante do cansaço das lideranças comunitárias depois de tantas batalhas, as quais foram exponencialmente potencializados pelo contexto pandêmico[45], mudando os rumos de ações planejadas, necessitando de intensos ajustes metodológicos, haja vista que as prioridades e urgências mudam.

Abre-se um parêntese para esse contexto pandêmico e seus desdobramentos do território. Mediante a conjuntura, as atividades seguiram sendo realizadas de forma virtual (reuniões e aferições de informações, quando cabiam e eram necessárias). Mas o que cabe reforçar são as redes de solidariedade que foram constituídas para o enfrentamento da pandemia. Desde grupos de coletivos que emergiram nesse período, até lançamento de editais de financiamento para assessorias de forma a auxiliar os territórios nesse momento. Como editais de alocação de pias comunitárias, doações de cestas básicas e equipamentos de proteção individual, dentre outros.

Retornando, pontua-se para as relações estabelecidas entre o processo em construção do plano e os campos epistemológicos e de saberes, imbricando-se na atuação e relação com as universidades. Foi possível refletir sobre os limites do ensino e extensão dentro dos cursos, sobretudo de Arquitetura e Urbanismo, em universidades privadas, em contraponto às universidades públicas. O engajamento militante de professoras de universidade privada tem tensionado para o papel social da formação em Arquitetura e Urbanismo, inserindo esse tema dentro das próprias disciplinas, o que tem demonstrado potencialidades e, sobretudo, a possibilidade de germinar na formação destes alunos essa visão que muitas vezes ainda é restrita no ensino privado. A princípio, essa restrição se dá pelo tendência das universidades privadas estarem mais voltadas a lançar seu corpo discente para o mercado de trabalho e sabe-se que este ramo profissional da assessoria técnica popular não seria o foco.

É possibilitado, assim, refletir sobre caminhos diversos para outros formatos, epistêmicos e metodologias de articulação e inserção destas questões no ensino,

[45] É importante reforçar que, para a realização das atividades pensadas para elaborar este material, foram observadas as restrições e cuidados necessários nos deslocamentos e reuniões presenciais em decorrência da pandemia de Covid-19. Para maiores detalhes sobre os procedimentos metodológicos e os ajustes e adaptações realizadas mediante conjuntura pandêmica, recomenda-se a leitura do capítulo 2. Procedimentos Metodológicos do caderno de Diagnóstico da ZEIS Cais do Porto, disponível através da publicação dos produtos do edital do CAU-CE: https://www.cauce.gov.br/2022/05/24/editais-athis-cauce/

seja por estágio supervisionado, assessoria autônoma e articulação com ONGs ou OSC, como no caso da Taramela.

O Plano Popular teve seu lançamento no dia 07 de março de 2023. Porém, muito antes de ser lançado, ainda durante seu processo de construção já apresentava importantes desdobramentos e florescimentos frente às articulações de re-existência da comunidade. Destaca-se para o reconhecimento do plano pelo Edital de ATHIS promovido pelo CAU-CE no ano de 2021[46]. A proposta apresentada ficou em 1º lugar dentre as que foram indicadas. Esse feito endossa a importância de ações como estas, assim como a potência de um planejamento construído a partir de e com constante diálogo com os moradores e seus desejos para o território.

A equipe disciplinar da arquitetura e urbanismo, a qual estava à frente do diagnóstico urbanístico do Plano, identificou a participação do edital como uma forma de arejar as mobilizações no território, como meio de trazer novos horizontes ao engajamento dos moradores. Tendo em vista que o processo, em meio às inúmeras urgências outras, estava caminhando, ainda, de forma lenta e em segundo plano. Composta por 5 profissionais de arquitetura e urbanismo, em sua grande maioria mulheres, com exceção deste pesquisador, a equipe também contava com três estagiários de arquitetura. Porém, vale mencionar que ao longo do processo outros profissionais autônomos somaram-se à luta de forma pontual, mas de representativa importância. Assim, conforma-se um coletivo de pessoas envolvidas e inseridas no território desde há bastante tempo, seja por pesquisas pessoais ou atuações profissionais ou frente às extensões universitárias, que contavam também com a participação da Taramela como aliada à causa.

Como motivos de interesse que levaram este grupo de profissionais a conformar uma equipe e prestar assistência técnica à comunidade na construção do Plano Popular da ZEIS Cais do Porto, pode-se destacar:

- Dar continuidade ao processo iniciado anteriormente de debate sobre planejamento popular com a comunidade.
- Parte da equipe já trabalhou ou vinha trabalhando com a comunidade e gostaria de dar continuidade às atividades iniciadas.
- Implementar experiência de ensino onde os alunos possam trabalhar com casos reais e que seus trabalhos continuem para uma demanda real.
- Parte da equipe leciona e tem tentado incorporar a experiência prática de extensão como atividade da disciplina de projeto urbano.
- Demanda específica/convite da comunidade para contribuir no Plano Popular construindo as bases para realização de diagnóstico e

[46] Para maiores informações sobre o edital indica-se: https://www.cauce.gov.br/2021/07/30/cau-ce-lanca-edital-de-apoio-em-athis-para-2021/

debate sobre os parâmetros especiais e regularização fundiária em ZEIS.

- Interesses pessoais de cada um dos membros em trabalhar com assistência técnica.

Esta proposta apresentada ao CAU tem como objetivo geral "contribuir para construção do diagnóstico urbanístico da ZEIS Cais do Porto a partir da leitura técnica e comunitária da realidade local, de forma a subsidiar a tomada de decisões no processo de planejamento popular e construir um processo de troca de saberes e experiências, em que a produção técnica/científica é posta em perspectiva e diálogo frente ao saber-fazer da comunidade, agregando força a sua capacidade de ação e incidência política. O diagnóstico completo do Plano em si, com abordagens de outros aspectos, está sendo construído com a colaboração de outros atores incluindo grupos de moradores e outras assessorias.

Partindo de um processo articulado a partir de grupo de movimentos e coletivos de profissionais que perpassam desde a atuação como assessor e militante até uma atuação desde a universidade. É necessário pautar o protagonismo dos moradores na construção do referido plano.

O grupo de cinco arquitetas(os) urbanistas assessores integrantes de coletivos, como no caso a Taramela, ou autônomos lançaram a proposta de elaboração do diagnóstico do Plano Popular no edital de ATHIS do CAU-CE no ano de 2021, sendo contemplados com o primeiro lugar. A proposta apresentada pelo edital representa um recorte do mesmo, mediante as limitações estabelecidas pela dimensão institucional do edital.

Dentre os impasses destaca-se o tempo de execução, limitando-se a três meses. Pautando, sobretudo, a atuação do profissional de Arquitetura e Urbanismo em processos de Assessoria Técnica Popular, é válido mensurar o caráter processual da compreensão de ATHIS. Onde o processo de aprendizagem e atuação política transpassa a ação em quase todos os momentos. Neste sentido, a atuação corporifica-se de forma fluida e em constante movimento, sendo preciso saber lidar com as tramas e enlaces que incorrem sobre as lógicas transversais que se sobrepõem à atuação de assessoria técnica.

A temporalidade é, dessa forma, uma instância em constante tensionamento. Tendo a apreensão da cotidianidade destes territórios e das limitações institucionais e profissionais da atuação, articular os diferentes tempos possa ser o principal desafio posto.

Apesar destes desafios, a equipe conseguiu concluir o que foi proposto, contanto com uma satisfatória participação e atuação dos moradores, sobretudo aqueles integrantes da Comissão Titan. Dentre as atividades planejadas e

realizadas pela equipe ao longo da construção e elaboração da proposta, destaca-se para a seguinte estruturação e faseamento das etapas de execução:

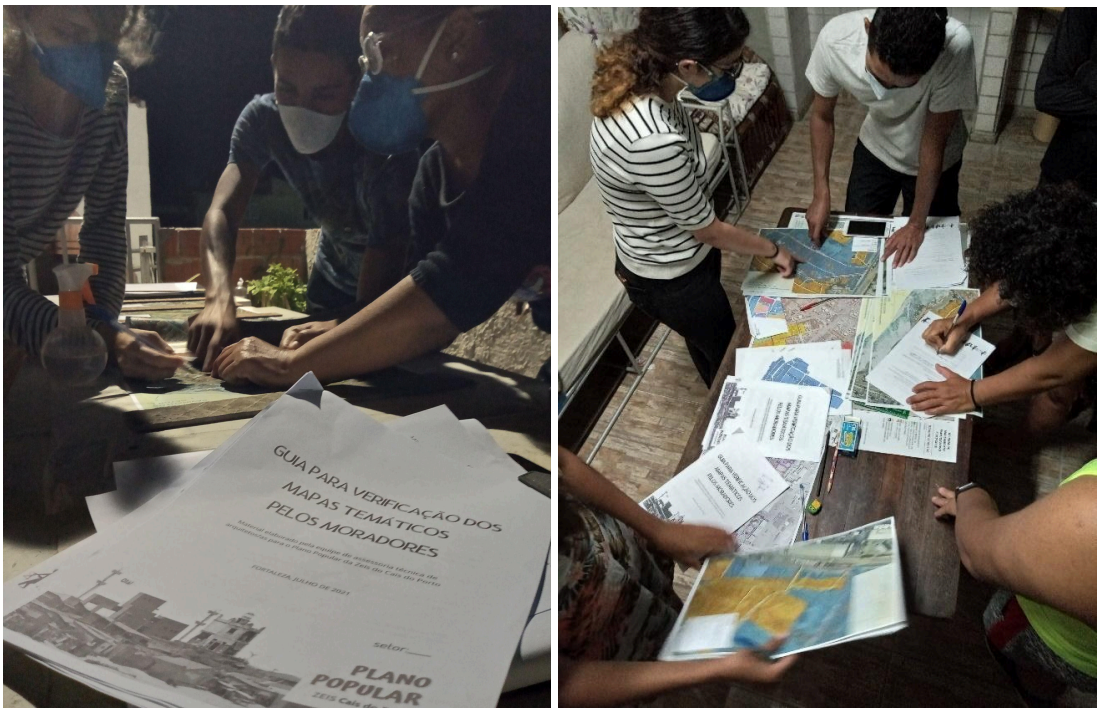
I. Revisão e registro da abordagem metodológica e dos procedimentos a serem utilizados no processo de diagnóstico.
II. Coleta de informações através de: contato direto com gestores públicos e/ou visitas a órgãos ou instituições locais, estaduais e federais;
III. Observações *in loco* e aferição em oficinas com moradores das informações dos mapas temáticos, observando as restrições de deslocamento e reuniões presenciais em decorrência da pandemia de Covid-19.
IV. Produção de base cartográfica a partir da compatibilização das bases e informações existentes e produzidas.
V. Realização de análise e síntese.
VI. Validação dos produtos com os moradores.

Isto posto, a entrega do Diagnóstico Urbanístico para o Plano Popular da ZEIS Cais do Porto, em resposta ao edital, foi composta de três cadernos, sendo eles: Produto 01 – Metodologia; Produto 2 – Levantamentos e Cartografias; Produto 3 – Análise e Síntese. A seguir, são ilustradas algumas imagens desses materiais produzidos, assim como momentos de oficinas temáticas, validação de informações e apresentação e pactuação dos produtos em conjunto com os moradores.

**Figura 03.11 e 03.12:** Material guia para processo de verificação das informações dos mapas pelos moradores e material gráfico informativo sobre o Plano Popular e ZEIS.

Fonte: Acervo do autor.

**Figura 03.13 e 03.14:** Oficinas e reuniões para construção coletiva dos mapeamentos para o diagnóstico da comunidade.




Fonte: equipe de assessoria técnica, 2021.

**Figura 03.15 e 03.16:** Apresentação e verificação das informações mapeadas em conjunto com os moradores.

Fonte: equipe de assessoria técnica, 2021.

Destaca-se para a gama de ações que a própria Comissão Titan, e o território como um todo, encontra-se envolvida. Durante a construção, sistematização e pactuação coletiva dos produtos a serem entregues para o CAU-CE, a comunidade também passava por oficinas e formações políticas que ocorreram em parceria com o projeto "Agora é a nossa ZEIS – incidência política e formação de multiplicadores e multiplicadoras em planejamento popular democrático", executado pela Frente de Luta por Moradia, ZEIS Cais do Porto e ZEIS Pici, com apoio financeiro da CESE e apoio institucional de outros parceiros que compõem movimentos da rede de luta.

**Figura 03.17, 03.18, 03.19 e 03.20**: Oficinas de formação e incidência política com financiamento da CESE.

Fonte: equipe de assessoria técnica, 2021.

É nesse sentido, dialogando com Miraftab (2016) que podemos refletir sobre a potência de práticas insurgentes. Estas pautadas pela autodeterminação dos grupos marginalizados, que desestabilizam relações de poder numa perspectiva anticapitalista, vislumbram um futuro pautado por justiça social e que se movem com certa fluidez entre os espaços convidados e os espaços inventados de ativismo.

Assim, dá-se ênfase na cotidianidade, esta que mobiliza e articula as dimensões da prática social, como da política e epistemológicas, cuja produção do espaço decorrente se relaciona às formas de vivência, percepção e concepção de lutas políticas. Os movimentos e processo de territorialização r-existentes, dialogando com Tanaka, podem ser lidos e apreendidos como ação "tanto no sentido de criar fatos políticos significativos, aproveitando oportunidades, como para agir rapidamente em momentos de ameaça" (TANAKA et al, 2019, p.15), como os mecanismos de despossessão, a partir da expedição de uma ordem de reintegração de posse contra famílias moradoras do local, por exemplo.

Ou seja, para se discutir experiências de práticas insurgentes como novas práticas de planejamento, necessita-se de novas imaginações e, também, de novos repertórios de práticas e léxico (MIRAFTAB, 2016), mas para propor novas/outras práticas, e para que isso aconteça, há que se apresentar sua possibilidade de existência, para que, com isso, ela seja reconhecida como possível.

O Plano Popular do Titanzinho tem-se demonstrado como forte instrumento de mobilização e de grande potencial de fortalecer as instâncias de resistência local. Haja vista as conquistas no que diz respeito os adiamentos das ameaças de remoção, intervenções previstas para a área, assim como a agenda de debates e reuniões da assossiação de moradores que foi impulsionada pelas atividades e desenvolvimento do Plano Popular. Cabe ressaltar ainda o reconhecimento do Plano pelo edital de ATHIS do CAU-CE e, mais recentemente, o reconhecimento do Ministério das Cidades, por meio da Secretarian Naciona de Periferias através da premiação Periferia Viva[47]. Estas conquistas, no âmbito das lutas por justiça habitacional e direito à permanência têm desdobrado em importantes impactos positivos para o território. Dentre um deles é uma rearticulação dos próprios territórios (Serviluz e Cais do Porto).

Frente às conquistas que o Cais do Porto tem mobilizado, no que diz respeito seu planejamento popular, fora das amarras institucionais, diferente do contexto da ZEIS Serviluz, com seu PIRF aguardando para ser aprovado pela Câmara dos Vereadores, moradores desta têm iniciado reaproximações com a Comissão Titan demonstrando interesse em se somar nas movimentações futuras. Buscando, assim, reativar a luta do próprio Serviluz, vislumbra-se, a partir daí, um senso de comunidade que vem, aos poucos, rasurando os estigmas e rixas internas entre os dois territórios. Esse fato levanta as seguintes reflexões: o contraponto de um plano que surge nas frestas institucionais (plano popular) frente a um plano conduzido internamente pelo poder público (plano integrado de regularização fundiária).

Caímos assim na contradição dos instrumentos legais que, em sua maior parte, ora devoram e destroem ora intensificam os próprios problemas que tentam resolver/eliminar, mesmo tendo seu conteúdo formalizado expressando a instauração democrática e o combate à desigualdade social. Pois, os instrumentos legais não colocam como questão da estruturação da sua formulação, o reconhecimento de pólos de tensão e conflito destas experiências urbanas como estratégia política para a construção de uma alternativa, pois o conflito "está posto no próprio modo como seus espaços e estruturas são produzidos, geridos e agenciados na dinâmica da acumulação urbana" (TELLES , 2015, p. 20).

[47] O Plano Popular da ZEIS Cais do Porto foi selecionado junto às demais 12 iniciativas indicadas classificadas no Prêmio para oferecer apoio técnico, na forma de mentoria, e financeiro. Para selecionar as 12 iniciativas, foram consideradas as 626 iniciativas classificadas que não foram premiadas, e adotados os critérios de avaliação do edital do Prêmio, em especial, a promoção do desenvolvimento socioterritorial.

As evidências do não reconhecimento dos conflitos em seus escopos são expressas pela ausência de uma participação política de forma ampliada, para além dos arranjos institucionais postos pela instância representativa. Nesse sentido demonstra-se a força da insurgência dos movimentos populares em construir seus próprios planejamentos, a partir de seus ideais e objetivos, que correm em paralelo até serem instaurados, a posteriori, buscando incidir nas lacunas do planejamento institucionaliza, o qual abre espaço para o cerceamento de tantos direitos.

O que coloca em xeque, também, os riscos e cuidados que as redes que constituem a Comissão Titan devem ter para o processo institucional de sua regularização que está se iniciando. Tendo em mente a experiência da ZEIS vizinha e a aparente inoperabilidade da regulamentação deste instrumento, mediante a necessidade de aprovação de uma lei para cada território.

Ainda durante a finalização do Plano, os moradores foram atravessados pela mais recente ameaça à permanência destes no local. Aqui me refiro à intervenção no Farol Velho. Porém, as movimentações em torno desse processo de intervenção/requalificação não advêm de agora. Há relatos da construção do Farol desde a década de 1840, porém o mesmo vem sofrendo um forte processo de descaso frente à garantia da sua integridade física e simbólica por parte do Poder Público, mesmo sendo considerado um bem tombado. Foi durante muito tempo, referência para embarcações que aqui aportavam, mas encontra-se desativado desde a década de 1960, onde já abrigou o Museu do Jangadeiro e o Museu do Farol. Atualmente encontra-se em desuso.

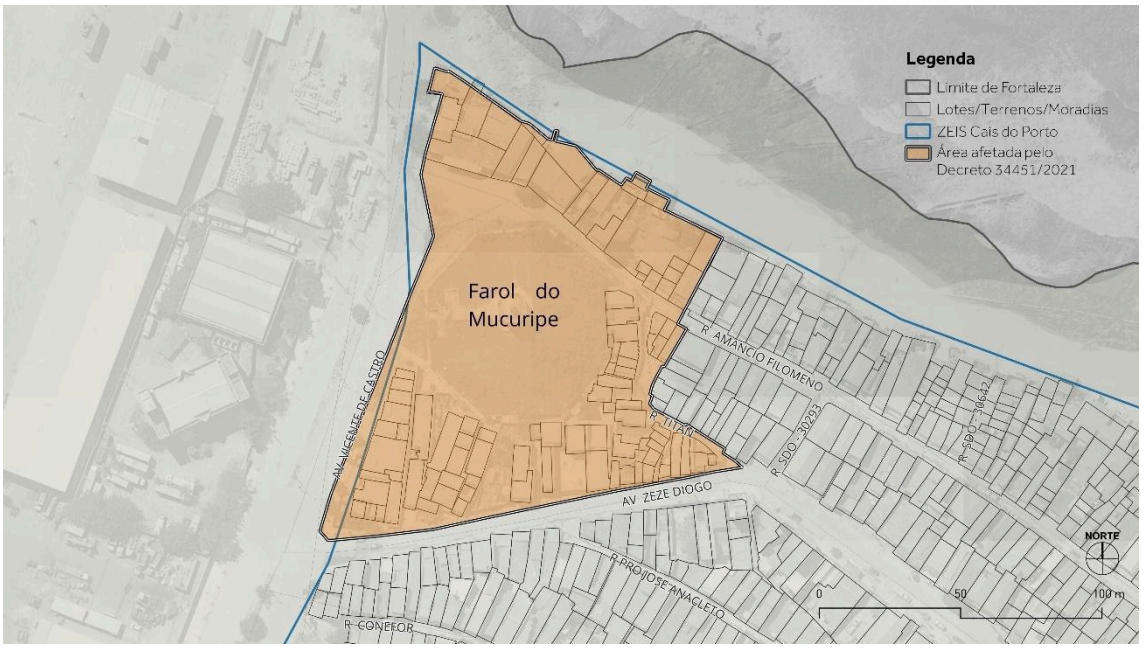
A ausência planejada por parte do Estado intensificou-se em 2015 quando o grupo empresarial J. Macedo AS constrói, através de contrapartida em um processo de outorga, um novo farol com uma altura de 72 metros, o que totaliza 113 metros (somando-se à topografia). Estava sendo outorgado a possibilidade de regulamentação da construção de novos moinhos de trigo da referida empresa localizada na região Nordeste da cidade próximo à orla, uma localização ainda com forte concentração industrial. O novo Farol possibilitou dobrar o gabarito permitido para a área (de 24 para 48 metros), tornando adequado à altura dos novos moinhos propostos.

Em dezembro de 2021 foi publicado o decreto nº 34.451 que declarou "de utilidade pública" uma área de quase 14 mil metros quadrados ao redor do Farol Velho. Uma das justificativas apresentadas seria a necessidade de "preservar o seu acesso e a sua visibilidade mediante a urbanização de seu entorno". Em março deste ano, 2022, moradores do entorno do Farol do Mucuripe, área delimitada pelo decreto, passaram a receber visitas de técnicos para realizar medição de suas casas. Sem muita explicação, os técnicos entraram nas casas, mediram e bateram fotos dos documentos de identidade dos moradores.

> *A violência dessas transformações não planejadas e que escapam ao controle gera intranquilidade, reduz a urbanidade, desmemoriza, em síntese, desumaniza os cidadãos urbanos. (CAMPOS FILHO, 2001, p.124)*

Em conversa com alguns moradores da área foi informado que os técnicos da Prefeitura chegaram a dizer que eles não poderiam fazer mais nenhuma reforma ou alteração em suas casas a partir daquela data e que talvez tivessem que sair dali. Nenhum aviso ou informação foi entregue formalmente aos moradores, muito menos a proposta de reassentamento destas famílias que necessitariam sair de suas casas. O que gerou intensa movimentação e preocupação quanto a iminência de remoção.

**Figura 03.21:** Delimitação da área afetada pelo Decreto de Intervenção do Farol




Fonte: Elaborado pelo autor

**Figura 03.22**: Planta da proposta de intervenção do Farol.

Fonte: Diário do Nordeste[48].

O decreto, contudo, desrespeita a Lei do Plano Diretor vigente, não considerando que a área é uma ZEIS e, assegurada por lei, deve respeitar algumas restrições, sendo necessário ter aval dos moradores e conselho gestor, em especial o direito das famílias de permanecerem em suas casas. O projeto previsto para a poligonal de desapropriação prevê a construção de grandes áreas de estacionamento. Contudo a comunidade defende que nas proximidades, imediatamente no outro lado da Avenida Vicente de Castro, uma das vias de acesso ao Farol, logo a sua frente, existem terrenos que poderiam ser usados para esse fim. Em outras palavras, aproximadamente 88 casas estariam sendo removidas de seu território para a implantação de estacionamento. Cabe enfatizar que essas casas impactadas encontram-se dentro da poligonal da ZEIS do Cais do Porto definida pelo PDPFor.

Vale destacar que a comunidade tem interesse pelo restauro do Farol, onde os próprios moradores já fizeram várias intervenções artísticas reivindicando tal ação, porém, também quer usufruir deste equipamento permanecendo em seu território de origem. Ou seja, é inadmissível e insustentável a defesa de uma proposta de requalificação de um equipamento histórico enraizado na vida e histórias desta comunidade que se desdobra na remoção da mesma para ser concretizada.

[48] Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/moradores-questionam-projeto-turistico-que-preve-desapropriacoes-no-entorno-do-farol-do-mucuripe-1.3196272

A partir dessa proposta do Governo do Estado e Prefeitura de intervenção no Farol, a comunidade decide fazer um levantamento para avaliar se os moradores estão cientes do que se trata este decreto, seu respectivo impacto em seu território e se os mesmos querem sair ou permanecer em seu local de origem. A pesquisa comunitária deu-se em diálogo e parceria com assessores técnicos de arquitetura e urbanismo que já vinham desenvolvendo atividades com os moradores para elaboração do Plano Popular. Duas questões foram as balizadoras do questionário feito com as famílias do entorno do Farol: saber se estas famílias ameaçadas de remoção têm interesse em sair ou preferem ficar em suas casas; e saber se o Governo tem explicado para as famílias do que se trata e o que tem pedido/feito.

Dentre as 88 famílias que estimam serem impactadas pela intervenção, conseguiu-se realizar entrevistas em um universo de 43 famílias, os quais foram realizados questionários em fins de semana a partir de inserções no território e conversas com os moradores. Esse processo de levantamento das respostas ficou totalmente à frente dos moradores, os conselheiros e moradores mais engajados dividiram-se no território com objetivo de abranger e alcançar a maior quantidade de famílias possível.

**Figura 03.23, 03.24 e 03.25:** Momentos de aplicação dos questionários para o censo sobre a intervenção do Farol.

Fonte: equipe de assessoria técnica, 2021.

Dos resultados encontrados, constata-se que aquelas famílias do entorno do Farol, em sua totalidade, residem no local há mais de 5 anos. Sendo que 40% vivem no local entre 11 a 30 anos e 35% entre 30 e 50 anos. Nesse sentido, sobre morar na mesma casa onde vivem hoje, cerca de 40% das famílias afirmaram que possuem entre 11 a 30 anos morando na mesma casa. Desse universo questionado, com majoritariamente as casas apresentando exclusivamente uso residencial, quanto a

possível propriedade da moradia, 77% afirmaram morar em casa própria e apenas 20% indicaram ser alugadas.

Foi perguntado, também, sobre o desejo de permanência, ou não, no local. Cerca de 80% das famílias questionadas responderam que desejam continuar morando na casa atual e que anseiam por melhorias ao invés da remoção. Nota-se que esse percentual se aproxima, inversamente, dos casos de moradia por aluguel. O que levanta reflexões se essas famílias com possível interesse em sair seriam justamente as que atualmente moram de aluguel. Por fim, os dados mais impactantes são justamente os que indicam uma falta de cuidado com as existências do território, pensando o local como tábula rasa apta a receber uma intervenção sem levar em consideração as suas pré-existências, territorialidades e vínculos firmados. Faço menção ao questionamento sobre se as famílias já haviam recebido visita de técnicos da Prefeitura para medir suas casas, o que encontramos foi um percentual de 56% das famílias entrevistadas afirmando que sim, um técnico teria ido até suas casas realizar levantamentos. Dentre essas famílias, expressivos 75% não receberam nenhuma explicação quanto ao conteúdo do decreto, e o mais alarmante é que pelo menos 70% relataram que os técnicos pediram documentos de identidade do responsável.

Condensando e construído a partir da sistematização dessas atuações de re-existência frente às constantes ameaças de remoção é que o Plano é concebido. Foi lançado oficialmente no dia 07 de março em um momento de grande potência evidenciando as narrativas do território e celebrando esse momento de luta. A comunidade conseguiu reunir neste momento desde representantes de importantes secretarias da Prefeitura, como SEUMA e Iplanfor, até a esfera Estadual, contando com a presença do gabinete do governador e da secretária da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará. Além disso, também estavam presentes o Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) e a vereadora Adriana Gerônimo, da Mandata Coletiva Nossa Cara, e o vereador Gabriel Aguiar, ambos do PSOL.

Estavam presentes, também, o Escritório Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA), organizações da sociedade civil como representantes do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará (CAU-CE), Frente de Luta por Moradia Digna, assim como outros coletivos de assessoria tais como Taramela, Quinta e Instituto Três Mares.

A comunidade conseguiu reunir, então, as esferas tanto do executivo, quanto do legislativo e judiciário. Situação muito rara de acontecer, sobretudo em um evento realizado dentro da própria comunidade e fora do horário de expediente. Reforça-se a potência de luta e repercussão que o Plano apresenta.

> *"um grande aprendizado desse Plano Popular foi chamar as pessoas para dialogar sobre a vida" (Fala de Pedro, morador do Serviluz em evento de lançamento do Plano)*

**Figura 05.22**: Colagem de lançamento o Plano Popular.
**Fonte:** Elaborado a partir de folder de divulgação do plano e imagens do acervo pessoal do autor.

A partir dessa sistematização e breve descrição das principais ações listadas, importa atentar para a capacidade da cidade de Fortaleza, mas não exclusivamente, de mobilizar diversos atores, estes sendo públicos e privados. Dando destaque ao fato de que os agentes de maior capacidade econômica utilizam os instrumentos regulamentados pelo Estado como amparo legal para desencadear intervenções urbanas tendo como principal objetivo extrair lucro da terra urbana, ou seja, uma maior mais-valia fundiária.

> *Como evidenciamos, a expansão da produção imobiliária encontra uma metrópole desigual, onde persistem vários entraves à reprodução do capital no espaço, tais como: a violência, a falta de infraestrutura, a precariedade habitacional e as sérias deficiências no sistema viário e de transporte. Esses problemas urbanos, ao mesmo tempo que são apropriados na promoção de produtos imobiliários cada vez mais segregadores, fazem crescer o discurso sobre as deficiências do planejamento urbano e a ineficiência do acompanhamento do crescimento da cidade pelo Estado, embora a produção imobiliária sempre avance com seu apoio. Essa contradição ilumina o esforço de legitimação e alargamento dessa nova lógica de produção do espaço como projeto, que nega o urbano como local de vida social e favorece a instrumentalização do espaço pelo capital (RUFINO, 2016, p. 319).*

Assim, visto de forma sobreposta à conjuntura das ações do Estado no território, alinhados às dinâmicas imobiliárias e neodesenvolvimentismo, aflora e potencializa a necessidade de organização comunitária a fim de resistir pela sua permanência, pela continuidade na existência no seu local de origem.

> *"Se a gente não nos organizar e planejar nossas vidas, vem alguém de fora e vende qualquer ideia barata" (fala de Dudé, morador do Cais do Porto, em uma das reuniões na qual o autor estava presente)*

> *"O valor da minha casa (...) o bem maior não é financeiro. O valor tá aqui. É afetivo, não é só a casa, são as famílias, os amigos, é a moradia. É o que você viveu aqui." (fala de Kátia, moradora do Cais do Porto, em conversas com o autor)*

A organização comunitária local é histórica, tendo registros de grandes movimentações desde a década de 1970, quando, inclusive, é fundada a Associação de Moradores da comunidade do Titanzinho. Onde, em momento posterior, é criada a Associação de Moradores do Serviluz. Assim, diante há uma história enraizada em processo de resistência, a comunidade vem trilhando seus processos e movimentações, permutando entre a manutenção de sua existência, em momentos de vida cotidiana, e por outro lado lutando pela própria existência a

partir dos processos de re-existências às intervenções e projetos pautados na acumulação negativa (SILVA, 2019).

Vale destacar, porém, que sua organização social não é homogênea, é caracterizada por um processo multifacetado de complexas relações interpessoais e coletivas. Mediante décadas de lutas e resistência, torna-se uma árdua tarefa a manutenção de uma mobilização sólida e coesa durante um árduo processo. É instaurada, então, uma clara divisão entre os que desacreditam na efetivação da remoção e, nesse sentido, não se mobilizam acreditando ser "perda de tempo" mediante as urgências da vida cotidiana, e outros que se encontram em permanente estado de reação/alerta.

O que desvela, *a priori*, é que a dupla posicionalidade das relações re-existência (emaranhados de processos ativos e passivos, de resistência e existência, conforme já debatido anteriormente) não consegue conviver permanentemente em simultaneidade. Processos muito alongados tendem a enfraquecer o teor potente da resistência colocando sobre um patamar mais elevado as necessidades e premissas da própria condição de existência.

É possível identificar como ponto em comum dos projetos e ações postas aqui para análise as seguintes questões:

- a inexistência de um diálogo claro e aberto com a comunidade, desde a formulação e a própria concepção das intervenções até seu processo, ou tentativa, de implementação;
- a ausência de um diálogo entre as intervenções pontuais (projetos) com o planejamento da cidade, desdobrando-se em ações locais fragmentadas;
- o grande investimento em planos urbanos que acabam por não se efetivarem, representando um grande investimento público que poderia ser passível de ações outras para melhoria das condições de vida da comunidade;
- a morosidade e não utilização/implementação dos instrumentos de controle e gestão social e democrática do solo urbano.

É com base nesse caminho que vem sendo trilhado pelo território do Serviluz e Titanzinho são feitas apreensões das práticas re-existência. Que objetivam reimaginar coletivamente outras formas de vida. Para além de uma tática de sobrevivência, trata-se de reimaginar modos de relação espiralar de cuidado mútuo com tudo e com o todo do território. Desafiar o projeto de mundo moderno colonial que busca a transparência e ordenamento do território pelos "pilares *ontoepistemológicos* que sustentam as matrizes desse mundo que nos foi dado a

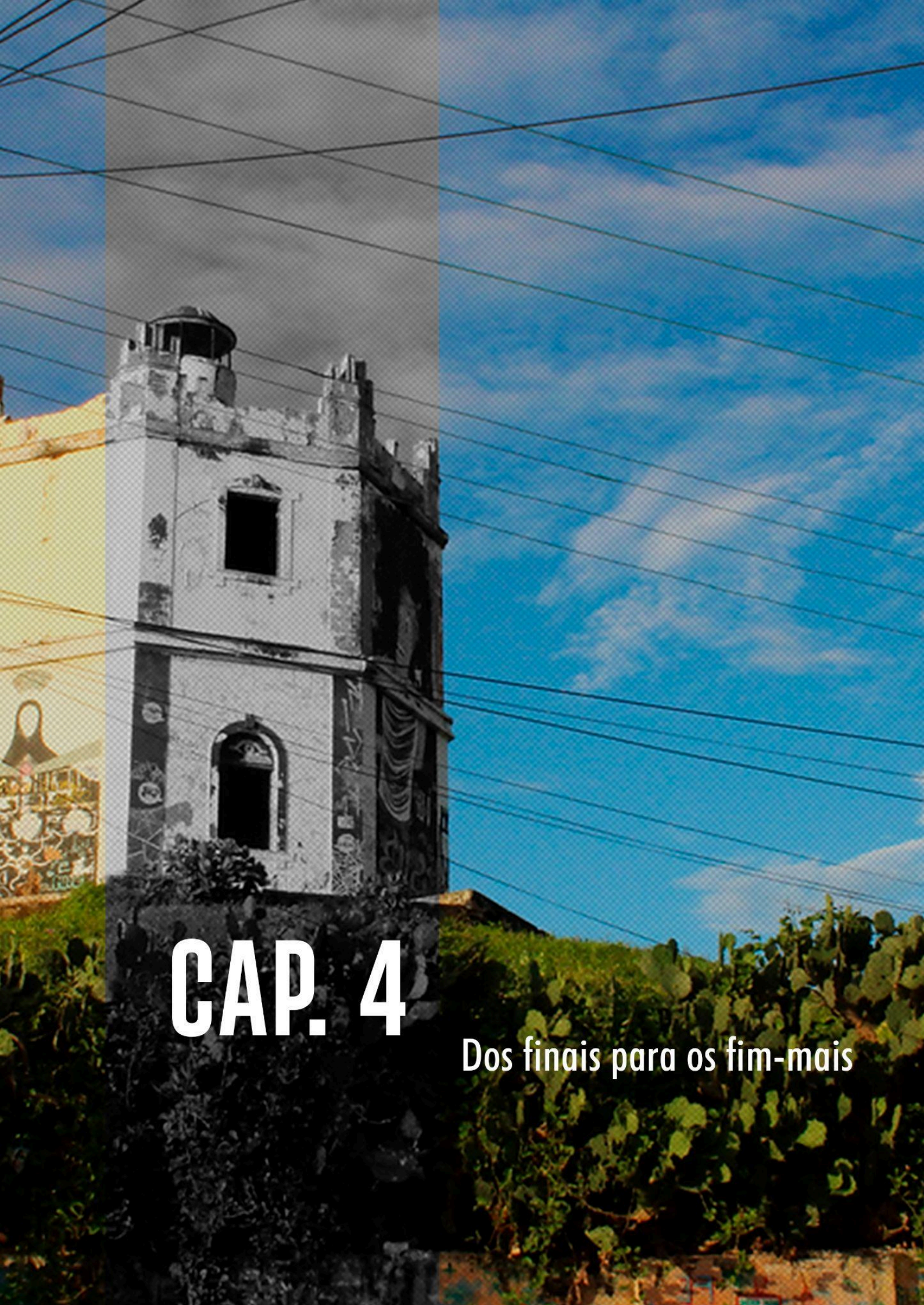
conhecer", conforme Denise Ferreira da Silva (2019)[49], que celebram e legitimam os conclaves, as hierarquias, as identidades fechadas.

> *A comunidade precisa se unir e chegar rasgar para vocês (Prefeitura) diante de uma audiência pública e exigir direitos que são da comunidade... desrespeitando leis... desrespeito com a comunidade. Me digam pra que que serve a ZEIS se não é cumprida as letras que existem na ZEIS, zona social de interesse social... o nome é bonito, mas ele precisa ser seguido à risca. E é por isso que nós estamos aqui. (fala de Kátia, moradora do Cais do Porto, em Assembleia Pública realizada para debater sobre o Projeto do Farol)*

A partir das diferentes formas presentes em suas táticas e estratégias re-existentes, modos de habitar e atravessar a cidade, suas territorialidades resistentes ora transmutam-se ora fixam-se, reinventando-se e reinventando os diferentes espaços de luta na cidade de Fortaleza. Essas práticas, portanto, ecoam à margem, assim como tensionando o próprio papel do Estado e suas instituições, arquiteturas moderno-colonial-patriarcal-capitalistas, para além das fortificações que amarram a política e a crítica na arquitetura colonial do tempo presente, tempo linear e de repetição da engrenagem necropolítica das ficções de poder que cerceiam as existências destes territórios populares periferizados.

Assim, posto para dialogar com as movimentações e articulações potencializadas pelo Serviluz e Titanzinho, coloca-se para dialogar essas duas experiências colocando sob perspectiva a dupla posicionalidade dos sujeitos que compõem estes territórios e suas táticas e estratégias e re-existência.

[49] Para "Mundo Ordenado" pelos pilares ontoepistemológicos e Mundo Implicado, recomenda-se: Denise Ferreira da Silva (2019).



# CAP. 4

## Dos finais para os fim-mais

Ao se pensar sobre território, e seus processos de territorialização oriundos da ocupação individual ou coletiva dos seres humanos, estamos falando de movimentos heterogêneos e desiguais. Sobretudo no contexto de constantes crises que assolam o urbano nas cidades brasileiras. Esses movimentos são regulados e estratificados a partir de uma codificação de linguagem, muitas vezes violenta, que envolve ao mesmo tempo que inclui, exclui. O par relacional da inclusão e exclusão pauta-se no estabelecimento de uma ordem hegemônica de formas de fazer e agir no espaço, pautados sobre relações de dominação, que ao mesmo tempo que possibilita a construção de tipos de enunciação específicos, incorre em desprezo por outras influências, abandono de matrizes originárias e apagamentos, assim como aponta Foucault (2008).

Torna-se necessário, portanto, compreender o território para além da sua materialidade, sendo preciso englobar os processos e dimensões que perpassam questões econômicas, culturais, e, acima de tudo, políticas. Nos últimos anos, como pode ser visto no capítulo 2, presencia-se, em Fortaleza, uma intensificação de uma idealização frequente da cidade como lócus de desenvolvimento, vinculados a uma forte vertente neodesenvolvimentista de uso do território, entrelaçados em uma lógica de constante mercantilização do espaço e apropriação por meio da iniciativa privada objetivando pensar a cidade como negócio. Estes elementos estão intimamente relacionados a uma intencionalidade no âmbito do fazer e agir das formas de planejar a cidade, iluminando, assim, as contradições do discurso de urbanismo e urbanização.

Assim, a narrativa dominante, isto é, dos dominantes, ampara-se no ideário de que o progresso é equivalente ao crescimento econômico, em outras palavras, o dito desenvolvimento está diretamente relacionado diretamente ao crescimento econômico. Mas é preciso refletir sobre de quais pessoas estamos falando, de quais territórios da cidade estas pertencem? É importante deixar claro que não trata-se de um processo recente, e sim, algo histórico, mas que vem apresentando outras roupagens. Nesse sentido é que foi proposto enxergar as contradições da política urbana na cidade de Fortaleza sob o olhar da acumulação por espoliação (HARVEY, 2004) e acumulação negativa (SILVA, 2019).

Enquanto a acumulação por espoliação evidencia a necessidade da incorporação de territórios para a manutenção do modo de produção capitalista, a exceção manifesta-se como estratégia adotada pelo aparelho do Estado para despolitização dos cidadãos e abrindo novas fronteiras para a acumulação. E aqui cabe dedicar poucas linhas para exemplificar melhor, no âmbito local de Fortaleza, o caráter desse arco de aliança. É, dentro dessas dinâmicas predatórias e excludentes, o suporte teórico da acumulação negativa, de Silva (2019), que une "o efeito da expropriação colonial e, posteriormente, a violência jurídica, simbólica e cotidiana" (*idem*, p. 180) permite entender que a acumulação se mantém e se recria como parte mais ampla dos processos capitalistas contemporâneos.

É preciso, portanto que o debate da racialidade seja posto sobre relevo, tendo em mente que os racismos e as desigualdades raciais não são apenas uma herança ou um resíduo do passado escravocrata, deixando evidente que o racismo é estrutural e estruturante, operando de maneira permanente como uma das dimensões e facetas da produção e reprodução do capitalismo/modernidade.

Serviluz e Cais do Porto, territórios onde a pesquisa se insere, desvelam lugares de moradia, identidade e atividade econômica da população em maior vulnerabilidade e irregularidade em relação aos padrões vigentes de normatividade. Assim como manifestam as complexidades das relações sociais (econômicas, políticas) do espaço urbano. Pela combinação de projetos de desenvolvimento, implantações de infra-estruturas, fatores políticos e situações de conflito, esses territórios acabam por sofrer intervenções de caráter diverso (e mesmo contraditório) como os processos de "urbanização". Representando, em sua grande maioria, em remoção ou ameaça da mesma. O que coloca os moradores em um regime constante de medo e transitoriedade.

É, portanto, um problema multidimensional, embora predominem alguns âmbitos sobre os demais, apresentando maior destaque para as questões econômicas, administrativas e jurídicas, refletindo no que Denise Ferreira da Silva chama, em outras palavras, de uma "arquitetura jurídico-econômica" (SILVA, 2019). Compõem processos cuja racionalidade objetivada é a produção econômica do espaço [fim] justificando ações que violam direitos (civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, dentre outros) e expropriação da capacidade produtiva das terras e dos corpos dos sujeitos destes territórios.

O território tradicionalmente ocupado sempre foi local de disputa, desde o processo de colonização brasileira e, nessa perspectiva aos povos que os habitam(vam) sempre foi-lhes demandado resistir às imposições dos de "fora". Resistência que significa, "reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa" (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 51). Nas comunidades ou territórios populares, como é o caso do Serviluz e Cais do Porto, territórios formados em sua grande maioria por pessoas negras, migrantes e empobrecidas, a tensão entre dominações e resistências espacializa-se. O desafio posto continua sendo conseguir ler para agir nas linhas de fuga que se abrem entre as territorializações da dominação e a constituição dos territórios de re-existência.

Vale frisar, que procurou-se distanciar do aspecto reducionista que, por muitas vezes, acaba por enxergar os indivíduos e territórios que passam por processos espoliadores apenas com as lentes da pauperização e precariedade. É necessário destacar que tal acumulação não se inscreve em um espaço vazio de significação. Assim, mais do que resistência, o que se tem são re-existências (DO CARMO CRUZ, 2017). Torna-se justificado a adoção da abordagem desse conceito.

Ao abordar re-existências, há de se falar em dominação. Em outras palavras, falar em resistência é, concomitantemente, falar em dominação. É possível estabelecer um diálogo com Foucault (2003) a partir do momento que o mesmo afirma que não há relações de poder sem resistências, entendendo, ainda, estas como algo sempre em movimento e transformação pois se atualizam segundo os poderes que se refazem ao longo do tempo.

De forma relacional, a pesquisa analisou, primeiro na escala da cidade de Fortaleza (capítulo 03), as estratégias e instrumentos de planejamento urbano que vem sendo adotado pelos gestores, desdobrando no capítulo seguinte no impacto deste planejamento nos territórios do Serviluz e Cais do Porto pautando, também, os movimentos de re-existência dos moradores. Esses processos estudados, a partir das inserções territoriais da pesquisa, identificaram as movimentações e estratégias de planejamento popular próprias dessa população, evidenciando suas forças, existências, narrativas e agenciamentos que se desdobram em redes de afeto e cuidado mútuo.

É um tensionamento e contestação à lógica de produção capitalista financeirizada do território, seu planejamento institucionalizado, e subsequentemente da produção de moradia, a fim de tentar fabular alternativas outras possíveis que respeitem as existências de seus territórios. Pensar fugas para os caminhos sem saída, construir travessias com pontes sustentadas pelas redes e estruturas de solidariedade e senso de comunidade é o que vem demonstrando-se como potente arcabouço de estratégias e táticas re-existentes.

Além disso, identifica-se que os processos e as práticas destes territórios, para além de expor, como forma de denúncia, as desigualdades, geram trocas entre os saberes populares e técnicos. Ocorre, portanto, a transmissão de um saber comum. Como materialização da potência dessa troca apresenta-se o Plano Popular do Cais do Porto (capítulo 04). Assim, são processos capazes de formar sujeitos políticos coletivos, quebrando o monopólio do planejamento padrão excludente. É justamente nesse diálogo de saberes para responder às ameaças, geralmente, desdobradas no tempo da urgência, ditando a necessidade de pensar e agir de forma rápida na construção de (contra) argumentos, que se identifica um forte padrão, e de grande potencial, no Serviluz e Titanzinho.

Os planos alternativos, em geral, são instrumentos utilizados como contra-propostas a projetos do mercado imobiliário ou intervenções urbanas que promovem o deslocamento forçado, despejos e remoções. No caso do Plano Popular do Cais do Porto, ele está para além de ser apenas uma contraproposta a um projeto existente (F2040) e os diversos projetos urbanos que impactam o território. É uma troca de saberes entre os coletivos e assessorias e os desejos e afetos mobilizados pelos moradores. Assim, é um documento elaborado pelas pessoas que sabem o que é melhor para seu território, pois são as que o vivenciam.

Um exercício potente de união do conhecimento técnico/científico e da experiência cotidiana, relacionando teoria e prática.

É importante deixar claro que não se trata de ignorar o processo de periferização destes territórios, mas também os outros dois territórios estudados passam, mas entender que estes territórios não podem ser lidos exclusivamente pela chave da exclusão e da precariedade. É preciso uma interpretação que fuja das leituras dicotômicas e homogeneizantes, complexificando as relações e os atores envolvidos no processo de (re)produção do espaço urbano. Pois, dialogando com Zibechi (2015), acredita-se que nos territórios populares periféricos, sobretudo em iniciativas de ocupar terrenos não utilizados que não cumpram a sua função social, encontram-se novos imaginários de formas urbanas, gestão e planejamento.

> *"As periferias urbanas das grandes cidades vêm formando um mundo próprio, que percorreu um longo caminho: da apropriação de terras e do espaço à criação de territórios; da criação de novas subjetividades à constituição de sujeitos políticos novos e diferentes [...] que dão passagem às novas economias contestatórias [... Com relação a] este longo processo em toda sua complexidade [...] ainda não descobrimos todas as suas potencialidades" (ZIBECHI, [2011] 2015, p. 91).*

A atuação junto aos processos de re-existência a partir das escolhas dos campos reflexivos e da utilização de uma caminho metodológico construído pela investig(ação) e pesquisa-militante da pesquisa possibilitou mobilizar reflexões a respeito de processos sociais concretos, além de evocar uma proposta de escrever/pesquisar *com, que* pressupõe escrever em conjunto, postura de horizontalidade que destrói a distância hierárquica do escrever *sobre.* Possibilitando, assim, uma escrita, na medida do possível, compartilhada, tanto com os territórios na qual a pesquisa se insere, como com os coletivos e grupos de assessores no qual me encontro envolvido, a Taramela.

A tríade assessoria popular (cap.2), território e planejamento urbano (cap.3), e re-existências e movimentos insurgentes (cap.4) dialoga com o foco de cada um dos três capítulos principais deste trabalho. A investigação que propiciou a materialização desta dissertação cuja escrita apresenta fim com esta linhas, da mesma forma que se abre para novos caminhos, tece-se ao redor destes três motores de reflexão.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ACCIOLY, V. M. Planejamento, planos diretores e expansão urbana: Fortaleza 1960-1992. 2008. 2008. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)–Programa de Pos-Graduacao em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ACCIOLY, Vera Mamede. A metrópole e o impacto das políticas públicas na expansão urbana: Fortaleza entre 1980 e 2008. Artigo apresentado no Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL), Montevideo, 2009.

AGAMBEN, G. Uso dos corpos (Homo Sacer IV, 2). São Paulo, Boitempo, 2017.

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. Boitempo Editorial, 2011.

ALBUQUERQUE, C. C. G. Regimes de exceção e mobilização das mais-valias fundiárias: o caso das operações urbanas consorciadas em Fortaleza–CE. 2015.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Terras tradicionalmente ocupadas: Processos de Territorialização e Movimentos Sociais. Estudos Urbanos e Regionais, v.6, n.1/Maio 2004, p.9-32.

ALMEIDA FILHO, Niemeyer; PAULANI, Leda Maria. Regulação social e acumulação por espoliação: reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do estado na caracterização do capitalismo contemporâneo. Economia e Sociedade, v. 20, n. 2, p. 243-272, 2011.

BARTHOLL, Timo & TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. Apresentação. In: Zibechi, Raúl. Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latinoamericanas. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, pp. 11-15.

BENSAÏD, D. Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres. In: MARX, Karl. Os despossuídos. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

BONA, Dénètem Touam. Cosmopoéticas do refúgio. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2020.

BRASIL, Amíria Bezerra. A ineficácia das ZEIS: um problema de legislação ou uma questão político-social? O caso de Fortaleza. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BRASIL, Amíria Bezerra; CAVALCANTI, Emanuel Ramos; CAPASSO, Marcelo Mota. ST 3 A mercantilização do espaço urbano em Fortaleza: instrumentos urbanísticos como meio de promoção de negócios imobiliários em detrimento da democratização do espaço urbano. Anais ENANPUR, v. 17, n. 1, 2017.

BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata. Pesquisa Militante e Produção de Conhecimentos: o enquadramento de uma perspectiva. 2016.

BUTLER, Judith. Precarious life. London: Verso, 2004.

_____. Frames of war: when is life girevable? London/Newyork: Verso, 2009

BUTLER, Judith. Frames of War: When Is Life Grievable? New York: Verso. 2009 [(2015) Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto? Tradução Sérgio Lamarão e Arnaldo Cunha. Revisão técnica Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.]

CHAVES, Kena Azevedo; SOUZA, Angelita Matos. Entre Belo Monte e Belo Sun, o Pará como espaço de espoliação & exceção: o caso da resistência Yudjá. Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista. Barcelona: Universidad de Barcelona/Geocrítica, Barcelona, 2018.

CALDEIRA, Teresa PR. Peripheral urbanization: Autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south. Environment and Planning D: Society and Space, v. 35, n. 1, p. 3-20, 2017.

CAMPOS, Andrelino. Do quilombo à favela: a produção do" espaço criminalizado" no Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2005.

CAMPOS FILHO, C. M. Cidades brasileiras: seu controle ou o caos. O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. 4 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano 1: as artes do fazer. Petrópolis: Vozes. 1994

CERTAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. 21 ed. Trad. Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá:, 2007.

DA SILVA, Denise Ferreira. Toward a global idea of race. U of Minnesota Press, 2007.

DA SILVA, D. F. A dívida impagável. São Paulo: ed. Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019.

DAS, Veena et al. Anthropology in the Margins of the State. PoLAR: Political and Legal Anthropology Review, v. 30, n. 1, p. 140-144, 2004.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. v. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995.

DO CARMO CRUZ, Valter. Re-existências, territorialidades e identidades na Amazônia. Terra Livre, v. 1, n. 26, p. 63-89, 2006.

DOS SANTOS, Renato Emerson. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. Revista Geográfica de América Central, v. 2, p. 1-17, 2011.

EVARISTO, Conceição. A gente combinamos de não morrer. In.: Olhos d'Água. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

FALS BORDA, Orlando. Por la praxis: El problema de cómo investigar la realidad para transformarla. Bogotá: Federación para el Análisis de la realidad Colombiana, 1978.

FARRÉS DELGADO, Y. e MATARÁN RUIZ, A. Hacia una teoría urbana transmoderna y decolonial: una introducción. Polis. Revista Latinoamericana, Santiago, v. 13, n. 37, p. 339-361, 2014.

FEDERAÇÃO ANARQUISTA URUGUAIA. O que é ideologia? São Paulo: Faísca, 2009.

FEDERAL, Senado. Estatuto da Cidade. Guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília, 2001.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial. Sociedade e Estado, v. 29, p. 255-288, 2014.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. "Donos do lugar": a territorialidade quilombola do Sapê do Norte-ES. Tese (Doutorado) em Geografia. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

FONTES, V. Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

FONTES, Virgínia Maria Gomes de Mattos et al. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. EPSJV/UFRJ, 2010.

FORTALEZA. Plano local de habitação de interesse social de Fortaleza (PLHISfor). Fortaleza: [s.n.], 2012.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população. Tradução de Eduardo Brandão. 2008.

FOUCAULT, Michael. Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2008.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 25 ed. Organização Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012.

FREDIANI, A.A., & Cociña, C. (2019). 'Participation as planning': strategies from the South to challenge the limits of planning. Built Environment, 45(2). 2019.

FREITAS, Clarissa Figueiredo Sampaio. Ilegalidade e degradação em Fortaleza: os riscos do conflito entre a agenda urbana e ambiental brasileira. Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 109-125, jan./abr. 2014.

GILLESPIE, T. Accumulation by urban dispossession: struggles over urban space in Accra, Ghana. Transactions, agosto 2015. 66-77.

GLISSANT, Edouard. O pensamento do tremor. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014.

GLISSANT, Édouard; JORGE, Eduardo; VIEIRA, Marcela. Poética da relação. Bazar do Tempo, 2021.

GLISSANT, Édouard; COSTA, Keila Prado; DE TOLEDO GROKE, Henrique. Pela opacidade. Revista Criação & Crítica, n. 1, p. 53-55, 2008.

GÓMEZ, Jorge Montenegro. Los límites del consenso: la propuesta de desarrollo territorial rural en América Latina. In: Fernandes, Bernardo Mançano. (Org.).

Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. Buenos Aires: CLACSO, 2008, v., p. 249-274.

GONZALEZ, L. O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, L; HASENBALG, C. Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 10-66, 1982.

GORCZEVSKI, Deisimer; ALBUQUERQUE, Aline Mourão; DE ARAÚJO LIMA, João Miguel Diógenes. Artes de Intervenção, Inventar Cidades. ILUMINURAS, v. 22, n. 56, 2021.

GROSFOGUEL, Ramón. The implications of subaltern epistemologies for global capitalism: transmodernity, border thinking and global coloniality. Critical globalization studies, p. 283-292, 2005.

GROSFOGUEL, Ramón. World-systems analysis in the context of transmodernity, border thinking, and global coloniality. Review (Fernand Braudel Center), p. 167-187, 2006.

GROSFOGUEL, R. e MIGNOLO, W. D. Intervenciones Descoloniales: una breve introducción. In: Tabula Rasa., No.9: 29-37, julio-diciembre, Bogotá – Colombia, 2008.

HAESBAERT, Rogério. Territórios alternativos. GEOgraphia, v. 4, n. 7, p. 97-98, 2002.

_____. O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Do corpo-território ao território-corpo (da Terra): contribuições decoloniais. GEOgraphia, v. 22, n. 48, 2020, p. 75-90.

_____. Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. CLACSO: Buenos Aires, 2021.

HARVEY, David. Novo imperialismo (O). Edições Loyola, 2004.

_____. Rebel cities: From the right to the city to the urban revolution. Londres: Verso, 2012.

HASENBALG, C. Raça, classe e mobilidade. In: GONZALEZ, L; HASENBALG, C. Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 67-102, 1982.

HOLANDA, B.; ROSA, S. V. Las asociaciones público-privadas y el desarrollo urbano. Análisis de ilegalidades en la creación de operaciones urbanas consorciadas en fortaleza, ceará-brasil. Entretextos, León, n. 26, p. 29-46, agosto - noviembre 2017. ISSN 2007-5316. Disponivel em: <http://entretextos.leon.uia.mx/num/26/PDF/Entretextos-26.pdf>. ano 9, Universidad Iberoamericana León.

IACOVINI, V. Economia política das remoções forçadas urbanas: expropriação, espoliação e exploração na produção do espaço urbano (o caso da Comunidade Aldaci Barbosa, Fortaleza/CE). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2017.

KOWARICK, L. F. A espoliação urbana. São Paulo: Editora Paz & Terra, 1979.

KOWARICK, Lucio. Escritos urbanos. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

LARA, Fernando. Prefácio: por uma teoria da arquitetura decolonizada. In: NAME, L.; MOASSAB, A. (Org.) Por um ensino insurgente de arquitetura. Foz do Iguaçu: EdUnila, 2020. p. 7-12.

LATOUR, Bruno. uma introdução à teoria do ator-rede. Reagregando o social, 2012.

LATOUR, Bruno. Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

LEFEBVRE, Henri. A sociedade urbana. A revolução urbana. Trad. Sérgio Martins, Margarida M. Andrade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital. Série Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural. 1967. 417p

O POVO. Fortaleza. Diário. Disponível em: < https://mais.opovo.com.br/jornal/reportagem/2019/07/17/plano-diretor---propostas-para-uma-decada-na-capital.html/>. Acessado em: 20 julho. 2020.

MALERONKA, Camila. Projeto e gestão na metrópole contemporânea: um estudo sobre as potencialidades do instrumento operação urbana consorciada à luz da experiência paulistana. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MARTINS, Leda Maria. Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela. Editora Cobogó, 2021.

MARTINS, Leda Maria. Performances do tempo e da memória: os congados. O Percevejo – Revista de Teatro, Critica e Estética, Rio de Janeiro, ano 11, n. 12, p. 68-83, 2003.

MBEMBE, Achille. Brutalisme. Paris: La Découverte, 2020.

MIGNOLO, W. D. Histórias Locais /Projetos Globais: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

MOMBAÇA, Jota. Rastros de uma submetodologia indisciplinada. Revista Concinnitas, v. 1, n. 28, p. 334-354, 2016.

MOMBAÇA, Jota. Não vão nos matar agora. Editora Cobogó, 2021.

MOTEN, Fred; HARNEY, Stefano. Pretitude e governança. In: RIBEIRO, Felipe (Org.). Atos de fala. Rio de Janeiro: Telemar, 2016. P. 27-33.

NABUCO, A., Primi, L., & Nabuco, W. (2014). Luta por um Teto. Revista Caros Amigos, Entrevista Guilherme Boulos.

NASCIMENTO, Denise Morado; DE FREITAS, Daniel Medeiros. ST 3 Ampliação do conceito de PPP para compreender seu papel no processo de neoliberalização. Anais ENANPUR, v. 17, n. 1, 2017.

NOGUEIRA, André Aguiar et al. Surfando nas ondas do Titanzinho: corpo, memória, natureza e cultura em Fortaleza (1960-2010). 2015.

PAIVA, Ricardo. A metrópole híbrida: o papel do turismo no processo de urbanização da região metropolitana de Fortaleza. 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo.

PEQUENO, R. et al. Implicações da financeirização do desenvolvimento urbano na estruturação da Cidade de Fortaleza. 56º Congreso Internacional de Americanistas (ICA), Salamanca, 2018.

PEQUENO, Luiz Renato. Et. Al. As Metropoles e a COVID-19: Dossie Nacional. A Covid-19 nas periferias de Fortaleza. Fortaleza: Observatorio das Metropoles, 2020.

PEQUENO, R. Mais de uma década de remoções em Fortaleza: uma análise espaço-temporal. In: Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares [livro eletrônico]: observatório de remoções: relatório bianual 2019-2020 / [organização Fernanda Accioly Moreira, Raquel Rolnik, Paula Freire Santoro]. São Paulo, 2020.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Reconfiguração das cidades contemporâneas: contradições e conflitos / Organização de Paulo Cesar Xavier Pereira. São Paulo: FAUUSP, 2016.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, A.E. (org.) Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Buenos Aires: CLACSO, 2006).

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidades e emancipação a partir da experiência latinoamericana. GEOgraphia, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, Ano VIII – Nº 16, p.41-55, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; DA SILVA, Rodrigo Torquato. Da Lógica do Favor à Lógica do Pavor: um ensaio sobre a Geografia da violência na cidade do Rio de Janeiro. Polis. Revista Latinoamericana, n. 28, 2011.

RABELO, P. V. M.; ALBUQUERQUE, C. C. G. . OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS: UMA PERSPECTIVA PARA O INSTRUMENTO. V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - ANAIS, v. 5, p. 9573-12203, 2018.

RABELO, Pedro Vitor Monte; OLIVEIRA, Letícia Cândido de; LOUREIRO, Joisa Maria Barroso. PLANEJANDO A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL EM FORTALEZA: os casos das Zeis Mucuripe, Praia do Futuro IIB e Serviluz. Revista CADERNOS DO OBSERVATÓRIO, Planejamento urbano: por uma cidade compartilhada, v. IX, 2021.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. Boitempo Editorial, 2017.

ROY, Ananya. Urban informality: toward an epistemology of planning. Journal of the american planning association, v. 71, n. 2, p. 147-158, 2005.

ROY, Ananya. Slumdog Cities: Rethinking Subaltern Urbanism. International Journal of Urban and Regional Research, v. 35, no. 2: 223–238, 2011.

ROY, Ananya; ROLNIK, R. Metodologias de pesquisa-ação para promover a justiça habitacional. Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares. Relatório Bianual, v. 2020, 2019.

RUFINO, Maria BC. Quando a expansão das grandes incorporadoras imobiliárias toca o espaço: algumas considerações sobre as dinâmicas imobiliárias e a produção do espaço em Fortaleza. Colóquio Internacional Ano da França no Brasil Novos Padrões de Acumulação Urbana na Produção do Habitat: Olhares Cruzados Brasil/França, 2009.

SANTOS, B. S. Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition. London: Routledge, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos estud. - CEBRAP [online]. 2007, n.79, pp. 71-94. ISSN 1980-5403. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista crítica de ciências sociais, n. 63, p. 237-280, 2002.

SANTOS, M. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. Serviço Social & Sociedade, p. 672-688, 2012.

SCOTT, James C. Los Dominados e el Arte de la Resistência: discursos ocultos. 1ª reimp. Trad. Jorge Aguillar Mora. México, 2004.

_____. Exploração normal, resistência normal. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. pp. 217-243, janeiro –julho, Brasília, 2011.

SILVA, Armando. Algunos imaginarios urbanos desde centros históricos de América Latina. La ciudad construida. Urbanismo en América Latina, p. 397-407, 2001.

SILVA, L. M. O.; SECRETO, M. V. Terras Públicas apropriação privada: elementos para história comparada da apropriação territorial na Argentina e no Brasil, Economia e Sociedade, Campinas, 109-41, jun. 1999.

SIMONE, AbdouMaliq. Pirate Towns: Reworking Social and Symbolic Infrastructures in Johannesburg and Douala. Urban Studies, v. 43, n. 2, p. 357–370, 2006.

SMITH, N. The new urban frontier: gentrification and the revanchist city. Londres, Routledge, 1996.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro Iná et alii. (Org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Introdução: a geografia, o pensamento e a práxis libertários e a cidade – encontros, desencontros e reencontros. In: Revista Cidades (9) 15, 2012, pp. 9-58.

SOUZA, M. L. D. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Saverio (Orgs.). Territórios e territorialidades: processos e conflitos. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócioespacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar. UFMG, 2010.

SANTOS, Milton. Metrópole: a força dos fracos é o seu tempo lento. Ciência e Ambiente, v.IV, n.7, p. 7-12, 2001.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Espaços Urbanos Coletivos, Heterotopia e o Direito à Cidade: Reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey. In: COSTA, Geraldo Magela, COSTA, Heloisa Soares de Moura e MONTE-MÓR (Orgs.). Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

TANAKA, G; OLIVEIRA, F. L de; COLI, L.R. Planejamento Autônomo e Ação Política na Produção da Cidade: Movimentos, mobilizações e direito à cidade no Brasil contemporâneo. Anais do XVIII ENANPUR. Natal, 2019.

TELLES, Vera da Silva. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios, 2006.

TELLES, Vera da Silva. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Argumentum, 2010.

TELLES, Vera da Silva. Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza: UFC, v. 46, n. 1, jan/jun, 2015, p. 15-41.

VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia; ARANTES, Otília. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ZIBECHI, Raúl. Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.